

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FABÍOLA BOUTH GRELO KATO

**A NOVA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DE PESQUISAS: REFORMA NO
ESTADO E NO NOVO PAPEL DO CNPq.**

SÃO CARLOS - SP

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FABÍOLA BOUTH GRELO KATO

**A NOVA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DE PESQUISAS: REFORMA NO
ESTADO E NO NOVO PAPEL DO CNPq.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, na área de concentração em Fundamentos da Educação da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. João dos Reis Silva Júnior.

SÃO CARLOS - SP

2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

K19np

Kato, Fabíola Bouth Grello.

A nova política de financiamento de pesquisas : reforma no estado e no novo papel do CNPq / Fabíola Bouth Grello Kato. -- São Carlos : UFSCar, 2013.

179 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Ensino superior. 2. CNPq. 3. Mundialização do capital. 4. Reforma do estado. 5. Política industrial. I. Título.

CDD: 378 (20ª)

BANCA EXAMINADORA

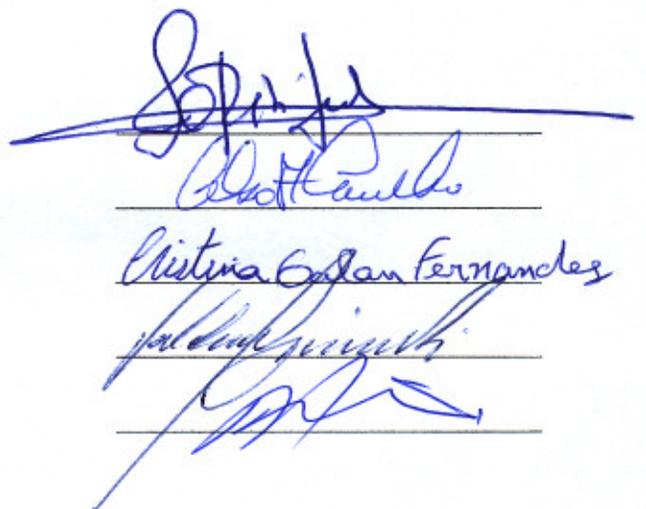
Prof. Dr. João dos Reis Silva Júnior

Prof. Dr. Celso do Prado F. Carvalho

Profª Drª Maria Cristina S. Galan Fernandes

Prof. Dr. Valdemar Sguissardi

Prof. Dr. Manoel Nelito M. Nascimento



Handwritten signatures in blue ink, each on a horizontal line. The signatures correspond to the names listed on the left: João dos Reis Silva Júnior, Celso do Prado F. Carvalho, Maria Cristina S. Galan Fernandes, Valdemar Sguissardi, and Manoel Nelito M. Nascimento.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãos, marido e filha por terem dedicado suas vidas por mim, pelo amor, carinho e estímulo que me ofereceram, dedico-lhes essa conquista como gratidão.

AGRADECIMENTO

Agradeço sempre a constante presença de Deus em minha caminhada, materializado na figura da família e dos amigos;

Agradeço aos meus pais pela imensa dedicação e confiança;

Agradeço ao meu marido, meu pilar, pela paciência, dedicação, amor e acolhida que recebi durante toda essa caminhada;

Agradeço a minha filha, meu grande presente, pela paciência durante minhas intermináveis horas de ausência;

Agradeço aos meus sogros, pelo auxílio e carinho, sem o qual eu não teria cumprido essa caminhada;

Agradeço aos meus irmãos, pelo amor e confiança;

Agradeço as minhas avós Adelaide e Creusa pelo constante incentivo;

Agradeço ao meu tio Salvador Grello pela especial ajuda no meu processo formativo;

Agradeço as minhas tias, em especial, a Maria das Graças, Maria de Belém, Cláudia, Estela e Adriana pela torcida constante;

Agradeço a minha prima Juliana e a dona Celina pelo apoio operacional no decorrer dessa jornada;

Agradeço a prestimosa e humana orientação do meu caro orientador João dos Reis Silva Jr. Sou-lhe grata pelos oito anos de aprendizado e amizade;

Agradeço a todos os professores que fizeram parte, de alguma forma, dessa minha trajetória acadêmica e que sempre souberam me encaminhar nos estudos, especialmente ao professor Valdemar Sguissardi pela primorosa contribuição nessa longa caminhada;

Agradeço a minha professora Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, minha grande incentivadora;

Agradeço aos meus estimados colegas, em especial a Rosana Monteiro, Luciana Ferreira, Silvia dos Santos e Jaciana Barbosa pelo apoio e estímulo;

Agradeço aos meus amigos do Grupo GEPEFH, pelos encontros maravilhosos e acolhedores;

Agradeço ao CNPq, pela possibilidade de ter podido me dedicar à pesquisa com bolsa de estudos.

A finalização desse estudo simboliza o fechamento de um ciclo que se iniciou em 2001 quando fui aprovada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Foi um período de grande renúncia, sacrifícios, mas também de muitas conquistas acadêmicas e de novas amizades. Todos vocês, de alguma forma, são co-autores desse trabalho.

EPIGRAFE

Uma parte de mim
é todo mundo:
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.

uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.

Uma parte de mim
pesa, pondera:
outra parte
delira.

Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente.

Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem.

Traduzir-se uma parte
na outra parte
- que é uma questão
de vida ou morte -
será arte?

(TRADUZIR-SE, Ferreira Gullar).

RESUMO

Este estudo investiga o novo e recente papel do CNPq como órgão orientador e financiador de novas políticas e práticas de pesquisa em nosso país com base na análise dos editais publicados por esse órgão no período de 2004-2011 e sua relação de identidade com a política econômica adotada no Brasil a partir dos anos 2000. O objetivo geral deste estudo consiste em identificar os fatores que produziram essa mudança no paradigma de financiamento de pesquisas do CNPq buscando estabelecer as possíveis mediações entre a política econômica adotada no Brasil a partir da década de 1990 e as opções políticas feitas nas gestões FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) e identificar o papel que essa agência cumpre na agenda de políticas públicas produtiva do país. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principais fontes primárias a legislação em vigor que orienta as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação do país; os livros ou memórias das quatro Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (1985, 2002, 2005 e 2010), o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, as diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), o Plano de Ação da Ciência, Tecnologia e Inovação (2007-2010), os editais de apoio à pesquisa do CNPq publicados entre 2004-2011 (422 editais) e os Relatórios de Gestão Institucional do CNPq do período de 2004-2011. Aventamos a hipótese de que a política de editais adotadas pelo CNPq a partir do ano 2000 pode ser analisada com base nas reformas econômicas e políticas que o mundo e o Brasil vêm sofrendo a partir da década de 1990, mediadas por medidas provisórias, leis e portarias com o objetivo de tornar o país atrativo do ponto de vista econômico e jurídico aos investimentos estrangeiros. A empiria indicou que a partir dos anos 2000, com forte acentuação entre os anos 2003-2004, há uma radical mudança na política de financiamento público de pesquisas do CNPq, expressa pela política de editais, que se caracteriza: pela indução à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento de pesquisas tecnológicas e de inovação com forte potencial de aplicação imediata ao mercado; mediado por processos de avaliação acadêmica extremamente rígidos, de curto-prazo e com forte hierarquia entre as áreas do conhecimento científico. O estudo indicou que foram as opções da política econômica do país que produziram mudanças no paradigma de financiamento público de pesquisas do CNPq. Enquanto no período FHC priorizou-se a abertura da economia ao mercado internacional que exigiu preparação política e jurídica para a atratividade dos investimentos externos diretos, buscando mostrar o país como ótima praça bursátil, ou seja, a opção de transformar o país numa emergente plataforma de valorização financeira e o declínio do investimento produtivo do país condicionaram a extração de renda real da sociedade e comprimiram nossa capacidade de crescimento, investimento, geração de emprego e renda. As análises sobre a política econômica brasileira nos governos de FHC e Lula indicam ter havido uma continuidade e até mesmo sua intensificação. Orientado por uma nova agenda de crescimento do país, dado a conjuntura internacional e as alianças políticas com o empresariado nacional, o governo Lula optou pela manutenção da agenda ortodoxa de gestão da economia, mas tentou buscar alternativas de crescimento produtivo e de ampliação de investimentos em longo prazo. Seu projeto político iniciado em 2003 expressou-se de modo mais cabal pela implementação de uma nova política industrial. Foram essas opções políticas que o distinguem, em parte, do governo de seu antecessor, sobretudo, no

campo educacional: ampliação da estrutura universitária pública pela expansão física das IFES e das vagas no Programa REUNI, ProUni e UAB; em relação a sua coleção de práticas de política econômica, retomou a Política Industrial Nacional (PITCE e PDP) com foco na inovação e na relação cooperativa entre Estado-universidades-mercado. Este novo lugar do CNPq lhe conferiu peso estratégico na construção de um pacto nacional entre universidade-Estado-mercado (capital financeiro), atuando na formação de recursos humanos pelo fomento das mais variadas modalidades e níveis de bolsas, com incremento de bolsas para pesquisadores nas empresas, incremento contínuo do seu orçamento para as bolsas de pós-graduação, publicação de editais para fomento a projetos individuais, de grupos ou redes temáticas de apoio científico e tecnológico, ampliação e difusão de novos programas de atendimento a tais diretrizes, tudo isto aliado a um novo formato de financiamento que passou a induzir novas práticas para o desenvolvimento de pesquisa e para produção de conhecimento nas universidades, com forte hierarquia orçamentárias entre as áreas do conhecimento.

Palavras- chave: CNPq, mundialização do capital, reforma do Estado, PITCE.

ABSTRACT

This study investigates the role of new and recent CNPq agency as advisor and financier of new policies and practices of research in our country based on the analysis of notices published by that body in the period 2004-2011 and its relationship with economic policy identity adopted in Brazil since the 2000s. The aim of this study is to identify the factors that produced this paradigm shift in research funding from CNPq seeking to establish the possible mediations between the economic policy adopted in Brazil from the 1990s and the policy choices made in managements FHC (1995 -2002) and Lula (2003-2010) and identify the role that this agency complies with public policy agenda in the country's productive. The methodology used was the literature and documents, having as the main primary legislation with emphasis on the laws 11.196/05 (Lei do Bem) and 10.973/04 (Law of Technological Innovation), the creation of the Science Sector Funds and Technology (1999); books or memories of the four National Conferences on Science, Technology and Innovation (1985, 2002, 2005 and 2010), the Master Plan for Reforming the State, the guidelines of the Industrial, Technological and Foreign Trade (PITCE), published in 2003, the Productive Development Policy (PDP), 2008, the Plan of Action for Science, Technology and Innovation (2007-2010), the edicts research support from CNPq published between 2004-2011 (422 calls) and Institutional Management Reports CNPq period 2004-2011. We hypothesized that the policy adopted by CNPq notices from the year 2000 can be analyzed based on economic and political reforms that the world and Brazil are suffering from the 1990s, mediated by interim measures, laws and ordinances materialize the country's entry in this circuit financial valuation in order to make the country attractive from the standpoint of economic and legal foreign investment. The empirical indicated that from the 2000s, with a strong emphasis between the years 2003-2004, there is a radical change in the policy of public funding of research from CNPq, expressed by policy notices, which is characterized: by induction applied research and the development of technological research and innovation with strong potential for immediate application to the market; mediated by academic evaluation processes extremely hard, and short-prazistas as requiring the production of knowledge preset time at the time of contracting the projects strong hierarchy between areas of knowledge. The study indicated that the options were the economic policy of the country which have produced changes in the paradigm of public funding of research from CNPq. While Cardoso prioritized during the opening of the economy to the international market that demanded political and legal preparation for the attraction of foreign direct investment, seeking to show the country how great square stock exchange, ie, the option to turn the country into a platform for emerging financial valuation and the decline of productive investment in the country conditioned the extraction of real income of society and constraining our capacity for growth, investment, employment generation and income. Analyses of Brazilian economic policy in FHC and Lula indicate that there was a continuity and even its intensification. Driven by a new growth agenda of the country, given the international and political alliances with national business, the Lula government opted to maintain the agenda of orthodox economic management, but look for alternatives brought growth and expansion of productive

investments long term. His political project initiated in 2003 was expressed in a more fully the implementation of a new industrial policy. Were these policy options that distinguish, in part, the government of his predecessor, especially in the educational field: expansion of the public university structure by physical expansion of IFES and the vacancies in the program MEETING, ProUni and UAB; regarding your collection practical economic policy, resumed the National Industrial Policy (PITCE and PDP) with a focus on innovation and cooperative relationship between state-university-market. This new place CNPq gave it strategic importance in the construction of a national pact between university-State market (financial capital), working in the training of human resources for promotion of various types and levels of scholarships, increasing grants for researchers in companies, continuous increase of its budget for scholarships postgraduate, publishing notices to fostering individual projects, groups or thematic networks of scientific and technological support, expansion and dissemination of new programs to assist these guidelines, all this combined a new form of financing that has to induce new practices for the development of research and knowledge production in universities with strong budgetary hierarchy between areas of knowledge.

Keywords: CNPq, globalization of capital, state reform, PITCE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC- Academia Brasileira de Ciência

ABDI- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Andifes- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPqD- Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações

Capes- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Cide- Contribuição de Intervenção no domínio econômico

CT- Aeronáutico- Fundo Setorial Aeronáutico

CT- Agronegócio- Fundo Setorial de Agronegócio

CT- Amazônia- Fundo Setorial da Amazônia

CT- Aquaviário- Fundo Setorial de Transporte Aquaviário e Construção Naval

CT- Biotecnologia- Fundo Setorial de Biotecnologia

CT- Energ- Fundo Setorial de Energia

CT- Espacial- Fundo Setorial Espacial

CT- Hidro- Fundo Setorial de Recursos Hídricos

CT- Info- Fundo Setorial para Tecnologia da Informação

CT- Infra- Fundo Setorial de Infraestrutura

CT- Mineral- Fundo Setorial Mineral

CT- Petro- Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural

CT- Saúde- Fundo Setorial da Saúde

CT- Transpo- Fundo Setorial de Transporte Terrestre

CT- Verde e Amarelo e Fundo Verde- Amarelo para interação Universidade- Empresa

C,T&I- Ciência, Tecnologia e Inovação

Fapesp- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Fies- Fundo de Financiamento Estudantil

Finep- Financiadora de Estudos e Projetos

FMI- Fundo Monetário Internacional

FNDCT- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Funttel- Fundo Setorial para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.

IED- Investimento Estrangeiro Direto
Ifes- Instituição Federal de Ensino Superior
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCTI- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC- Ministério da Educação
Mercosul- Mercado Comum do Sul
NUPES- Núcleo de Pesquisa de Ensino Superior
OMC- Organização Mundial do Comércio
PNPG- Plano Nacional de Pós-Graduação
Pronatec- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNPG- Sistema Nacional de Pós-graduação
REUNI- Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PACTI- Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação
PITCE- Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
P&D- Pesquisa e Desenvolvimento
Pibic- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
ProUni- Programa Universidade para Todos
PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação
USP- Universidade de São Paulo
Unicamp- Universidade Estadual de Campinas

INTRODUÇÃO

[...] Nos tempos em que a ciência e a técnica tornaram-se forças produtivas, cumprindo a previsão de Marx, essa centralidade do trabalho intelectual na universidade lhe conferiu um especial lugar no capitalismo contemporâneo. Assim, qualquer que seja o sistema produtivo em acepção ampla, o lugar da universidade é privilegiado e não haverá esforço para o desenvolvimento econômico que resulte exitoso se a universidade não for seu motor principal: ou, dizendo em termos marxistas, a força de trabalho da qual se extrai o sobreproduto que realimenta permanentemente a expansão do sistema hoje só pode ser viabilizada pelo binômio técnico-científico. (OLIVEIRA, 2009, p. 12).

[...] contrariamente à época de Marx, o trabalho imaterial torna-se mais factível de tornar-se produtivo, ‘o que exige, em contrapartida, amplos e constantes investimentos em infra-estrutura, em ciência e em tecnologia aplicada [...]’. O que isso significa dito de forma mais direta? Que a ciência, tecnologia, inovações tecnológicas e pesquisas aplicadas (pesquisas de impacto) tornam-se imprescindíveis no momento atual para a ‘[...] potencialidade renovada de fantástica ampliação da riqueza a partir da base industrial consolidada pela estrutura produtiva existente [...]’. (SILVA JR, 2008, p. 96)

O estudo denominado **“A nova política de financiamento de pesquisas: reforma no Estado e no novo papel do CNPq”** desenvolveu-se como parte integrante dos requisitos para obtenção do grau de doutora em Fundamentos da Educação, pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, e constitui a objetivação de estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Educação desta universidade e em minha inserção na condição de assistente nos projetos de pesquisa **“Mercantilização da Esfera Pública e Universidade: nova identidade universitária e trabalho docente das Ifes da Região Sudeste¹”** e **“Os sentidos do Trabalho do Professor Pesquisador na Universidade Estatal Pública Mercantilizada²”**.

¹Projeto de Pesquisa Financiado pela Fapesp (processo n. 2004/07559-4), sob a coordenação dos Professores Dr. Valdemar Sguissardi e Prof. Dr. João dos Reis Silva Jr., cujo objetivo central consistia na investigação e compreensão do significado político-acadêmico da implementação da reforma educacional brasileira para seu nível superior, partindo das premissas de que a ciência instrumental e os supostos neopragmáticos que estavam presentes nos documentos e diretrizes oficiais vêm orientando essa pretendida reforma. A investigação, portanto, buscava responder à seguinte indagação: Como a reforma da educação superior, que se inicia em meados dos anos 1990, no Brasil, e que envolve em especial a identidade institucional das instituições públicas, revela-se hoje na dimensão mais específica da cotidianidade da prática docente das Ifes?

² Projeto de Pesquisa financiado pela Fapesp (Processo n. 2009/08661/0), sob a coordenação do Professor Dr. João dos Reis Silva Jr, que buscou compreender os sentidos do trabalho do professor na universidade pública a partir das mudanças ocorridas durante as décadas de 1990 e 2000 num período em que o país atualizou seus fundamentos econômicos como parte do trânsito do Regime Monopolista de Acumulação para o de Acumulação Financeira, inserindo o trabalho docente em contexto de intensificação e precarização das suas atividades. Este movimento trouxe indissociada a necessidade estrutural de mudanças nas instituições republicanas, cuja expressão política teve seus fundamentos na reforma do aparelho de Estado. Sua prática universitária atravessa

A pesquisa “Mercantilização da Esfera Pública e Universidade: nova identidade universitária e trabalho docente das IFES da Região Sudeste” indicou que as alterações na cotidianidade da universidade pública, introduzidas pelo novo modelo de avaliação da Capes nos anos 1996/1997 no âmbito dos programas de pós-graduação, possibilitaram aos pesquisadores a percepção de alterações na sua vida cotidiana, sobretudo, naqueles que atuavam na pós-graduação.

As quase 50 entrevistas realizadas com professores de sete Ifes³ da Região Sudeste indicaram transformações na cultura político-institucional, acadêmica e, sobretudo, na vida pessoal, com reflexos diretos na diminuição do seu tempo livre, do seu lazer, do seu tempo familiar, chegando, em alguns casos, não raramente, às vias de adoecimento físico e/ou psíquico.

As principais contribuições desta pesquisa indicava que as mudanças políticas e jurídicas decorrentes da publicação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado em 1995 começavam a ser deglutidas no âmbito acadêmico-institucional universitário, alterando a prática universitária dos professores das IFES, causando adoecimento, sofrimento e alienação.

A compreensão do lugar e da função estratégica que as Ifes passam a ocupar, de acordo com a pesquisa de Sguissardi e Silva Jr, só é passível de compreensão quando analisadas as mudanças estruturais por que passou o capitalismo mundial a partir da década de 1970. A expressão “Mundialização do capital”, cunhada por Chesnais (1996), dá a dimensão desta nova etapa de expansão do capitalismo em nível planetário, transcendendo o intercâmbio comercial, ou seja, o âmbito da circulação de mercadoria.

Ele se refere a um movimento em que “uma empresa nacional forte num ramo industrial se descentraliza em unidades em diversos países ou regiões, com menores custos e maiores vantagens quanto à força de trabalho, matéria-prima, leis trabalhistas e universidades a serviço das empresas” (SGUISSARDI; SILVA JR, 2009, p. 27). Neste ponto residiria, para os autores, a diferença desta nova fase de expansão capitalista “[...], pois a soberania econômica de uma grande empresa poderia sobrepor-se à de um país e suas instituições republicanas; destaquem-se aqui, as universidades.” (SGUISSARDI; SILVA JR, 2009, p. 27).

os muros do trabalho, estendendo sua jornada de trabalho e invadindo esferas como a família, o lazer e sua própria subjetividade, que é sequestrada pelo *plus* de trabalho imposto ao professor. Teria ainda sobrado algo de humano em seu trabalho ou o processo de trabalho e as condições da universidade tornaram o trabalho intensamente desumano?

³ As sete Ifes pesquisadas foram: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Este novo modelo que se inaugura nos anos 1970 transcende a internacionalização da economia: trata-se da sua mundialização. Segundo François Chesnais (1996), existe três dimensões principais para a realização desse processo: intercâmbio comercial, investimento produtivo no exterior e fluxos de capital monetário ou capital financeiro.

Chesnais afirma que esta abordagem permite mostrar a passagem da internacionalização da economia com base no comércio exterior e nos fluxos de capital monetário e financeiro para a economia mundializada, por sua vez ancorada na mundialização do capital produtor de mais-valia, ou seja, capital produtivo. O aumento do Investimento Externo Direto (IED) e as consequências qualitativas daí derivadas na reorganização das economias nacionais e mundiais, especialmente nas grandes corporações transnacionais - as empresas multinacionais - provocam uma mudança no paradigma tradicional. Segundo Michalet (apud CHESNAIS, 1996, p.52), “no paradigma tradicional o capital produtivo fica colocado por fora da mundialização do capital. A transformação da economia internacional em economia mundial coincide com o fim dessa dicotomia. A mundialização do capital produtivo torna-se parte integrante da mundialização do capital. [...] mais exatamente, torna-se o centro dela”. (SGUISSARDI; SILVA JR, 2009, p. 28).

É nessa direção que convergem as principais reformas econômicas brasileiras na passagem da década de 1980 para 1990. Inúmeras medidas, leis, portarias concretizaram a entrada do país neste circuito de valorização financeira. Desregulamentação financeira, securitização da dívida externa, privatizações, reformas nas previdências privadas e públicas foram algumas das medidas adotadas pelos governos para tornar o Brasil atrativo do ponto de vista econômico e jurídico aos investimentos estrangeiros.

Desde o período do governo FHC, seguido do período do governo Lula, todas as instituições e empresas, com destaque para a universidade pública foram colocadas a serviço da valoração do capital para transformar o Brasil numa das principais plataformas de produção de valor e excelente mercado para capitais financeiros a sustentar a superprodução de capital financeiro em nível planetário. (SILVA JR, 2011, p. 15).

Outra e talvez a mais central conclusão a que se chegou foi que o chamado “polo irradiador” da reforma na instituição universidade pública seria a pós-graduação, considerada *locus* privilegiado de produção do conhecimento, que se reorganiza, segundo os pesquisadores, por meio de três movimentos: o papel ocupado pela Capes na imposição de nova cultura acadêmico-institucional que os autores qualificaram de produtivismo

acadêmico⁴; pelo papel atribuído ao CNPq de indutor à pesquisa aplicada; e pelo mercado que se põe na universidade, possibilitando o trânsito entre seus pesquisadores e o setor produtivo.

Seguindo as pistas da pesquisa “Mercantilização da Esfera Pública e Universidade: nova identidade universitária e trabalho docente das IFES da Região Sudeste” , foi possível revelar pelo trabalho de campo na pesquisa “Os sentidos do trabalho do professor pesquisador na universidade estatal pública mercantilizada” o quanto a conjuntura político-institucional da universidade se modifica e intensifica a alienação do professor sobre seu próprio trabalho, em relação ao produto do seu trabalho e em relação a si mesmo.

Na cultura atual do primado da pesquisa aplicada e predominantemente voltada para a valoração do capital, a predominância se torna a alienação, não há atestado médico, nem mesmo atestado de óbito. A racionalidade que preside a cultura institucional não tem no professor um ser humano, mas uma coisa. Isto provoca a alienação e conseqüentemente o sofrimento do ser social professor pesquisador. O próprio *estranhamento* mostra que muito há que se contar sobre a história humana. Seu sofrimento é uma forma de alerta vermelho que sua condição humana está sendo negada pela sua prática social cotidiana e que o sofrimento é uma constante, e o adoecimento pode ser iminente. (SILVA JR. et al., 2011, p. 112)

Com este acúmulo de conhecimento proporcionado pelas pesquisas supracitadas, com análises no âmbito da economia política, chegou-se à conclusão de que nas décadas de 1990 e 2000 o país atualizou seus fundamentos econômicos como parte do trânsito do regime monopolista de acumulação para um regime de acumulação de predominância financeira, o que impôs a necessidade estrutural de mudanças nas instituições republicanas, com destaque para a universidade pública (SILVA JR et al., 2011).

Tal mudança teria reposicionado esta instituição, que passa a assumir novas funções econômicas e sociais, sobretudo na área de C, T&I “Nessa nova etapa histórica, a tecnologia e a inovação, de que se servia o capital de forma subsidiária em fases anteriores, tornam-se estratégicas para o fortalecimento de suas forças produtivas centrais” (SILVA JR. et al., 2011, p. 13).

Partindo da hipótese de que a universidade pública se transforma em uma agência executiva de políticas públicas de competência do Estado, ela vê-se compelida, por

⁴ [...] consiste em produzir a materialidade institucional para o que se chama *produtivismo acadêmico* em suas múltiplas formas de concretização: da produção de muitos artigos, capítulos de livros e livros, mas, de forma mais acentuada na relação direta com o mercado. Esta ideologia do *produtivismo acadêmico* origina-se do Estado, com mediação da Capes e do CNPq, acrescidos da Finep e do BNDES, entre outros. O *produtivismo acadêmico* assume sua forma mais acabada e objetivada no *Currículo Lattes* (CV-Lattes). O *Currículo Lattes* consiste no *portfólio* de muitos doutores, formados depois de implantado o *novo modelo Capes de avaliação*, em 1996/1997, a correrem atrás de pós-doutoramentos, de publicações, de bolsas de produtividade, de participação em congressos bem classificados academicamente, isto no objetivo de fazer caminhar a *nova universidade*, sem saber bem para onde ela caminha. (SGUISSARDI e SILVA JR., 2009, p. 24, grifo do autor).

políticas que alteram a sua gestão, a contratação de seu pessoal, o financiamento de suas atividades, sobretudo, pelo financiamento de pesquisas, pelas alterações no ordenamento jurídico, a tornar-se um instrumento de produção direcionado para o capital financeiro mundializado (SILVA JR. et al., 2011), passando as demandas econômicas a ser a diretriz da produção do conhecimento que transita nesse espaço. E a pós-graduação, *locus* privilegiado da produção de conhecimento, passa a reorganizá-la mediada pelas agências Capes e CNPq (SGUISSARDI; SILVA JR, 2009).

O interesse pelas pesquisas acadêmicas que vinham sendo produzidas pelo orientador a partir de várias parcerias institucionais despertou o interesse em entender as mudanças e reformas que vêm sendo implementadas há quase duas décadas nas universidades públicas. Este acúmulo proporcionado pelas pesquisas financiadas, ora destacadas, nos proporcionou vislumbrar o papel estratégico que esta instituição cumpre no modelo econômico de predominância financeira adotado pelo Brasil a partir da década de 1990.

Em decorrência desse modelo econômico, essa instituição passa por um processo de reestruturação da sua identidade político-acadêmico-institucional, que inclui suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sua organização técnico-administrativa e seus objetivos sociais, induzida, sobretudo, por um novo desenho de políticas para sua organização acadêmico-institucional e de financiamentos, mediado pelas agências estatais Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

É a partir das análises na esfera econômica de ordem mundial e das práticas políticas produzida a partir desse novo consenso econômico que se pode entender, por exemplo, as opções realizadas pelo país na adesão a esta predominância financeira:

[...] a necessidade de não deixar passar o bonde da história foi o argumento dos arautos do neoliberalismo para, no Brasil do início da década de 1990, advogar as medidas liberalizantes que nos levariam ao admirável mundo novo da globalização. [...] foi a arma utilizada para convencer uma população recém-saída da ditadura - e com um movimento de massas se estabelecendo e se institucionalizando - de que o neoliberalismo seria o único caminho para tirar o país da crise em que ingressara nos anos 1980 (produzida pela elevação dos juros norte-americanos, pela estagnação do crescimento e acirramento da inflação). Nesse processo, o papel das elites foi de extrema importância. (PAULANI, 2008, p. 119)

Nessa direção, as pesquisas ora citadas foram de suma importância para o entendimento dos fatores que vêm induzindo o reposicionamento da instituição universidade, principalmente, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) 1995-2002 e Luís

Inácio Lula da Silva (Lula) 2003-2010, ressaltando o papel econômico que esta instituição passa a cumprir.

Nas palavras de Pinto (2012), a greve nas universidades federais, por exemplo, expôs a prática política do governo Lula em relação às universidades públicas, definidas, agora, como elemento central ou o “vértice da reprodução ampliada capitalista” “[...] investir nessa instituição capitalista fundamental é garantir os alicerces da reprodução ampliada do capital, tanto na formação e qualificação da força de trabalho do país, como na garantia do processo de reprodução científico-tecnológica do capital”.

As universidades federais passam por um duro processo de transição institucional nas suas funções produtivas basilares diante do atual processo de expansão e integração capitalista mundial, em que o Brasil, como potência capitalista, está envolvido. É um processo irreversível que exigirá lastros produtivos em pesquisa das universidades federais cada vez mais intensificados. Não há mais espaço para a existência da antiga universidade federal da excelência pública no ensino; aquilo que era marca da excelência de antes agora é marca que se exige a todas as faculdades e universidades em qualquer lugar do país (sejam públicas ou privadas). A excelência acadêmica de hoje se determina pela pesquisa. Com a profusão de cursos de pós-graduação nos últimos 15 anos, instituiu-se um ritmo produtivo enlouquecido ao interior das universidades [...]. No atual momento produtivo de expansão generalizada das práticas de gestão fordista-toyotista reproduzidas em todas as áreas do conhecimento, exige-se de um professor o ritmo do gestor-empresendedor. Cada vez mais as carreiras dos jovens doutores se fazem pelo gerenciamento capitalista de sua pesquisa com alguma pesquisa em rede, ou um sistema de grande eficiência para a reprodução tecnológica da cadeia produtiva em setores de pesquisa estratégica, em redes de pesquisadores *on line*, em laboratórios integrados, movimentando com isso uma quantidade extraordinária de estudantes associados, os futuros “jovens” doutores. (PINTO, 2012)

Ou seja, este duro processo de transição institucional ora citado induzido pela decretação de uma nova agenda econômica mundial capitalista vai impor novo pacto social a esta instituição a partir de dois grandes eixos: a produção de conhecimento e adequação das pesquisas, alterando sua prática institucional pela formação e qualificação de mão de obra. Uma variedade de leis publicadas a partir de 1995 vem alterando e fortalecendo essa relação entre política econômica e universidade, buscando reposicionar o setor produtivo e o Estado como os grandes agentes indutores da produção de C,T&I.

Igualmente, a inquietude que orienta este trabalho também tem laços com a dissertação de mestrado intitulada “NUPES: protagonista da política para a educação superior brasileira? (1989-2005)”, defendida em 2008 sob a orientação do Professor João dos Reis Silva Jr. Lá, buscou-se analisar a produção intelectual daqueles que compunham o NUPES⁵,

⁵ Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.

um dos principais intelectuais coletivos de base acadêmica que deu sustentação teórica, ideológica e política por largo período (1989-2005) para produção de uma nova cultura universitária orientada pelo novo desenho de desenvolvimento econômico brasileiro.

Pelas análises dos seus Documentos de Trabalho, procuramos demonstrar que este grupo ligado diretamente à reitoria da Universidade de São Paulo (USP) contribuiu para o estabelecimento da matriz da reforma do aparelho do Estado no campo da educação superior brasileira, produzindo academicamente a base da reforma universitária ainda em pleno processo de produção desde meados dos anos 1990.

Buscou-se dar concretude a esta hipótese por meio de uma amostragem de 30 editais do CNPq publicados entre os anos 2003-2004, buscando compreender como a matriz dessa reforma se apresentava nas políticas de C&T⁶, induzindo uma nova produção de conhecimento.

Tudo isto fora mostrado a partir da análise quantitativa e qualitativa dos editais: os objetivos desses editais, o montante de recursos aplicados para o financiamento de pesquisas em áreas estratégicas do conhecimento do ponto de vista econômico, forte indução a pesquisas de natureza aplicada, sobretudo no âmbito da educação, na redução do prazo de sua execução, orientada não pela natureza ou especificidade dos estudos, sendo o tempo da produção de conhecimento exógeno ao pesquisador, pela análise da natureza dos recursos, mostrando que o fundo público passa a ser naturalizado pelo capital por meio da indução à produção de conhecimento, orientado pelas demandas de natureza econômica.

Pesquisar a contribuição deste Núcleo significou pensar a nova função econômica da universidade pública e a importância que a dimensão política cumpre no processo de adaptação nacional às imposições macroeconômicas acordadas nesta atual fase de desenvolvimento produtivo.

Contudo, a dimensão deste estrutural processo de reestruturação da identidade da instituição universidade pública precisava ser apreendido a partir dessas reformas brasileiras, quando o Brasil se adaptou às mudanças mundializadas no plano econômico, aderindo ao que Chesnais (1996) chamou de Mundialização do capital de predominância

⁶ Vale ressaltar o significado oficial no Brasil do que se considera atividade e dispêndio com Ciência & Tecnologia (C&T) “As atividades de C&T incluem as de P&D e as Atividades Técnicas e Científicas Correlatas (ACTC). As primeiras correspondem a todo o trabalho criativo efetuado sistematicamente para ampliar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos. As ACTC são aquelas que apoiam diretamente as atividades de P&D. Abarcam a coleta e a disseminação de informações científicas e tecnológicas, a transferência de resultados de laboratório para a produção industrial, as ações para o controle de qualidade, a proteção da propriedade intelectual, a promoção industrial, o licenciamento e absorção de tecnologia e outros serviços assemelhados”. (BRASIL, 2001, p. 21)

financeira⁷. (SILVA JR, 2011). Era necessário ir além e pensar nas razões que aparentemente induziam uma nova política de financiamento de pesquisas no CNPq.

Ali, na dissertação, pela demonstração da base empírica, ficava claro que, a partir de um determinado período, o CNPq se reestruturou, alterando seu paradigma de financiamento, anteriormente orientado por um sistema de financiamento público paritário entre as áreas do conhecimento, não havendo restrições de orientação acadêmica para o financiamento de pesquisas, ou seja, havia uma estrutura científica que se orientava por uma demanda de predominância acadêmica na distribuição de bolsas de estudos em nível pós-graduado e superior, nas ofertas de cursos e no financiamento de pesquisas.

A leitura dos relatórios de gestão do CNPq nos sugeria que antes dos anos 2000 a política de financiamento era de demanda balcão pela qual se recebiam projetos que eram analisados em relação à sua qualidade acadêmica e à disponibilidade de verbas. Destacamos duas hipóteses para uma possível mudança no paradigma de financiamento dessa agência. Em primeiro lugar, a opção de desenvolvimento econômico adotado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no processo de inserção do país à predominância financeira quando se optou pelo desenvolvimento baseado na atração de Investimento Externo Direto (IED) sem, contudo, fomentar uma política de base industrial nacional.

Dito de outra forma, a base de sustentação econômica e política do governo FHC e as orientações no âmbito da sua política econômica pelos diversos acordos políticos e financeiros, sobretudo, com os organismos internacionais para atração de capital financeiro orientaram as mudanças jurídicas que escancararam a economia brasileira ao capital internacional, sacrificando seu patrimônio público, ou seja, seu fundo público materializado na forma de seus servidores públicos, de suas instituições republicanas (universidades públicas) e de seu patrimônio produtivo sob a forma de empresas públicas (privatização do patrimônio público estatal).

Uma passagem em Fiori (1995) é ilustrativa para representar a política econômica adotada no governo FHC: a gestão da política de relações internacionais de FHC “[...] foi esta nova realidade que transformou, aliás, os presidentes desses países em verdadeiros caixeiros-viajantes, que passeiam seu sorriso otimista pelo mundo, tentando

⁷De acordo com Serfati (2003, p. 55) o capital financeiro deve ser considerado a partir de duas vertentes: a dimensão funcional, de um lado, onde os recursos conservam a forma dinheiro e se valorizam- transformando-se assim em capital- sob a forma de créditos (empréstimos, obrigações), de direito de propriedade (ações) ou de combinações múltiplas entre uns e outros. Na segunda dimensão, institucional-organizacional, o capital financeiro designa também as organizações (bancos, seguros, fundos de pensões, fundos mútuos, etc.) cuja função consiste em centralizar o dinheiro sob a forma de créditos e de direitos de propriedade [ações] para fazer frutificar, bem como as instituições (a bolsa, os mercados financeiros).

vender a credibilidade de suas próprias economias, numa disputa milimétrica pela confiança dos analistas de risco”. (FIORI, 1995, p. 16)

Outro e talvez mais ilustrativo fato foram os acordos feitos entre o Brasil e os Organismos Multilaterais com destaque para o acordo entre Brasil e FMI, em 1999, com valores superiores a 40 bilhões de dólares para dar sustentação à crise internacional do capital financeiro, sob o compromisso de levar a cabo a ortodoxia da sua política econômica, baseada na gestão do câmbio e dos juros em detrimento da gestão da política social. Esta nova modalidade de empréstimo inaugurou uma nova concepção de intervenção nas economias dos países periféricos.

Nesse sentido, esta opção da política de desenvolvimento econômico tem uma tarefa constante: lastrear a riqueza financeira com uma produção real de valor nacional. A reforma do Estado passa a objetivar a readaptação desse fundo público a esse objetivo, pois o Estado, pela gestão macroeconômica da economia, precisa vender ao capital especulativo que o Brasil é um país seguro e rentável do ponto de vista da sua economia e da sua política. É esta dimensão que passa a requerer também reforma na universidade pública.

As universidades públicas no Brasil são consideradas profícuas instituições na produção de conhecimento. A maior parte da produção científica do país vem das universidades públicas. Conforme levantamento realizado por Cruz (2010) em 2008, oito universidades públicas brasileiras respondiam por aproximadamente 2/3 dos artigos científicos do país publicados em periódicos internacionais.

[...] A Universidade de São Paulo (USP) com um corpo docente de 5.420 professores com doutorado, gerou, em 2008, 26% dos artigos científicos internacionais do país, seguida pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que com um corpo docente de 1.700 professores publicou, no mesmo ano, 9% da produção científica do Brasil. (CRUZ, 2010, p.14)

As universidades públicas passam a ser consideradas uma potencial estrutura na produção de conhecimento e na transformação de ciência em tecnologia e inovação e ainda na formação de mão de obra de qualidade para o atendimento de várias demandas produtivas de mercado.

Sua estrutura foi submetida a um conjunto de reformas durante o governo FHC, caracterizadas pela restrição orçamentária, pela estagnação na contratação de professores, pela retração do investimento público, pela contratação de funcionários técnico-administrativos, que não acompanhou a vertiginosa expansão dos cursos de pós-graduação e graduação, além do arrocho acadêmico impingido aos professores, sobretudo, àqueles ligados à pós-graduação com a introdução de um novo modelo de avaliação da agência Capes e

também pela inauguração de um novo paradigma de financiamento de pesquisas inaugurado pelo CNPq.

A introdução desse novo modelo de financiamento público de pesquisas já vinha sendo produzido desde a segunda metade da década de 1990. Mas quando Lula assume a presidência em 2003 e lança as diretrizes da nova PITCE, expõe a necessidade de o país criar condições infraestruturais para que as empresas pudessem intensificar suas atividades de P&D e se inserir no mercado mundial em condições competitivas, acentuando tal modelo de financiamento.

Algumas constatações haviam sido feitas: o Brasil apresentava baixo depósito de patentes, isto significava baixa capacidade tecnológica e de inovação; havia, ainda, um hiato entre a formação de pesquisadores e absorção dessa massa intelectual pelas empresas. De acordo com a Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), apenas 23% dos pesquisadores do setor empresarial possuíam título de mestre ou doutor. (CRUZ, 2010).

Uma nova política de financiamento público, à luz da PITCE, se estruturou a partir de três variáveis: um ambiente jurídico propício à intensificação das atividades de P&D bem como a indução a ampliação privada do dispêndio a esta modalidade (renúncia fiscal, criação dos Fundos Setoriais, Lei de Inovação Tecnológica (2004), Lei do Bem (2005)); incentivo de parcerias contratuais em P&D entre universidades, centros de Pesquisa, Estado e empresas com vistas à qualificação, formação, fixação de recursos humanos; promoção de pesquisas, sobretudo, de natureza aplicada, induzidas pelas metas estabelecidas pela PITCE, com o objetivo de aumentar a capacidade de inovação tecnológica e a competitividade dessas empresas.

Há ainda uma questão central: a infraestrutura de C&T não poderia prescindir do desenvolvimento de um sistema de ensino superior e pesquisas com o objetivo de aumentar a capacidade nacional de C,T&I, principalmente para a formação de recursos humanos.

Nessa direção, a leitura do livro organizado pelo professor Shozo Motoyama, em face da comemoração dos 50 anos do CNPq, indica, pela entrevista dos ex-presidentes do CNPq, que foi durante a gestão do professor Tundisi (1995 a 1998) que este paradigma começou a se concretizar. Havia enorme aceitação pela equipe gestora daquele órgão para o fim do balcão, ou seja, de uma política de financiamento de pesquisas e formação caracterizada por uma demanda acadêmica livre, cuja lógica se orientava, sobretudo, pelas demandas de natureza acadêmica.

Havia ainda uma questão central de cunho político que estava nas entrelinhas desse discurso: a produção ideológica em relação à falência da capacidade financeira do Estado na manutenção das obrigações sociais constitucionalmente aceitas. Dentro desta nova racionalidade, o Estado deixaria de ser o provedor direto em determinados setores sociais, abrindo espaço para o desrespeito à legislação trabalhista conquistada durante o período desenvolvimentista, com exposição de práticas de subcontratação, desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos custos; recuo do Estado na atuação de serviços básicos como saúde e educação, abrindo nichos de investimento privado nesses setores. (BOITO JR, 2005)

No âmbito do CNPq, a crise orçamentária desse órgão destacada por Tundisi confirmou a produção do discurso de aceitação dessa nova lógica de financiamento público que passa a se orientar pelas políticas produtivas do Estado (principalmente pela via jurídica) “O CNPq vai manter balcão? era a pergunta que a comunidade científica fazia. [...] seria bom ou não para ciência brasileira? Minha visão era de que seria bom [...] eles concordavam que o caminho era esse: tem de desenvolver, tem de ter visão estratégica, tem de apoiar balcão, mas só o balcão não é suficiente, pois a agência fica passiva”. (TUNDISI apud MOTOYAMA, 2002, p. 514).

A entrevista de Tundisi mostra que o CNPq adotou novo paradigma de financiamento de pesquisas caracterizado, principalmente, pela política de editais. Este modelo privilegia a hierarquia entre as áreas do conhecimento; a indução às pesquisas de natureza aplicada, previamente identificadas ou não; a criação de programas estratégicos para a formação de pesquisadores, de apoio à pesquisa científica e tecnológica; o apoio à fixação de pesquisadores nas empresas; a criação de cursos de pós-graduação e de formação estratégica de recursos humanos, induzida pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior-PITCE.

Há muitos indícios que corroboram nossa afirmação. A partir da transferência do CNPq para a competência do MCTI⁸, muitos programas e ações de desenvolvimento científico e tecnológico foram criados, como a Plataforma Lattes, a Plataforma Carlos Chagas e programas especiais de bolsas de capacitação científica e tecnológica, as bolsas para fixação de doutores (FIX) e a bolsa de Fixação de Recursos Humanos de interesse dos Fundos setoriais (SET). Além dessas novas ferramentas, houve a criação dos Fundos Setoriais de

⁸Em 1985, durante a 1ª Conferência Nacional de C&T foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) como Ministério de mediação entre os órgãos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e o Estado. Em período anterior o CNPq desempenhava um papel central nas políticas de C&T, mas com a criação do MCT, este órgão passa a ter a função do planejamento estatal para as políticas de C&T.

Ciência e Tecnologia pela reestruturação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)⁹.

Este fundo foi originalmente instituído em 1969 com o objetivo de apoiar financeiramente o desenvolvimento científico e tecnológico do país e se reestrutura pela Lei 11.540 de 12 de novembro de 2007, ampliando suas funções, e de acordo com o At. 1º “(o fundo) é de natureza contábil e tem o objetivo de financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do país”. Sendo administrado por um Conselho Diretor vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tem como principais atribuições:

[...] definir as políticas, diretrizes e normas para a utilização dos recursos do FNDCT nas modalidades previstas nesta Lei, elaboradas com o assessoramento superior do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, nos termos da Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996, e em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e as prioridades da Política Industrial e Tecnológica Nacional. (BRASIL, 2007).

Esta redefinição do FNDCT, aliada à criação de uma política de gestão de fundos para o desenvolvimento da C,T&I em consonância com as prioridades da Política Industrial e Tecnológica Nacional, acentua o papel do CNPq como uma importante agência de indução ao financiamento público e privado orientado incisivamente pela política econômica do país e o financiamento da Inovação como a “pedra de toque” do desenvolvimento produtivo brasileiro.

Destacamos ainda que, a partir do ano de 2002, com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003, a explícita menção de que a Ciência e Tecnologia passariam a fazer parte do grupo das funções não contingenciáveis, ou seja, que esta política passaria não mais a se orientar por uma política de contenção ou controle de gastos, mas a expandir o seu orçamento, tornando-se mais tarde uma verdadeira política de Estado¹⁰.

Isto indicou, por exemplo, alterações nos programas e ações do CNPq. No ano de 2006, o Programa Inovação para Competitividade passa a se denominar Programa C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que gerenciado a

⁹O FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei 719/1969 foi criado originalmente para servir de principal instrumento de apoio financeiro ao desenvolvimento científico e tecnológico do país viabilizando os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. No Art. 1º “Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com a finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente para implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico”.

¹⁰Este foi, inclusive, o tema da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação com o Título “Política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação com vistas ao Desenvolvimento Sustentável”.

verba dos Fundos Setoriais de C&T, ampliou a participação deste programa na gestão total dos programas do CNPq.

Os dados apresentados no relatório de gestão Institucional do CNPq do ano de 2010 ilustram bem essa política. No que se refere à distribuição percentual do dispêndio por programas do PPA (Plano Plurianual), há ainda uma predominância na participação do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I com empenhos na ordem de R\$866,1 milhões, representando um avanço de 15,6% se comparado ao exercício de 2009.

O Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a política industrial, tecnológica e de comércio exterior-PITCE permaneceu na segunda posição, com empenho total de R\$630,2¹¹ milhões em 2010, valor este 55% superior ao empenhado no ano de 2009 (R\$406 milhões). Em termos percentuais, o Programa de capacitação de Recursos Humanos para C,T&I representou 44%, enquanto o Programa C,T&I para a PITCE 32% do total do orçamento líquido em 2010.

O aumento de investimentos para programas que envolvem o fomento à pesquisa e formação de recursos humanos, sobretudo, aplicado e direcionado para a promoção da PITCE pode ser avaliado a partir de dois fatores: o fato de a gestão orçamentária dos recursos dos Fundos Setoriais (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos-FNDCT)¹² ter sido repassado para a gestão do CNPq que representou, por exemplo, em 2009 e 2010, um incremento de respectivamente 28% e 34% do orçamento total desta agência; e ainda o papel que o CNPq ocupa na execução de políticas públicas com vistas a consolidar uma infraestrutura de C,T&I para agregar valor ao capital nacional e internacional, seguindo as diretrizes de políticas setoriais e econômicas.

Do total de 67 editais publicados em 2010: 29 foram para a categoria de projetos P,D&I (43%), 6 para divulgação científica e eventos (9%), 8 de cooperação internacional (12%) e 24 editais para Formação, Capacitação e fixação de Recursos Humanos (36%).

¹¹ É válido ressaltar que esse total inclui os valores empenhados para atividades dos fundos setoriais e Ações Transversais desenvolvidos no âmbito do Programa, cujos recursos são oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), repassados ao CNPq pela FINEP mediante convênio estabelecido para essa finalidade. (RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO CNPq, 2010).

¹² Cumpre destacar que na Lei 10.524 de 25 de julho de 2002, Lei orçamentária da União para o exercício financeiro de 2003, para o BNDES, no art. 83, inciso V cumpre a “promoção do desenvolvimento da infraestrutura e da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul e à geração de empregos”. Isto é muito ilustrativo para analisar a gestão dos recursos dos Fundos Setoriais no âmbito do CNPq.

Os dados do Relatório de Gestão Institucional do ano de 2010 indicam que, dos R\$ 813,3 milhões de reais empenhados para a liquidez dos 67 editais, 59% foram para formação, capacitação e fixação de recursos humanos, o que representou 36% do total de editais; 5% para divulgação científica e tecnológica do total de 9% de editais; 3% para cooperação internacional do total de 12% do quantitativo de editais; e 59% para projetos de P,D&I de um total de 43% dos editais.

O Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I¹³ representou um total de 44% do investimento em 2010 pelo CNPq. Se tomarmos como referência a ação “Concessão de Bolsas de Estímulo à pesquisa¹⁴”, que atende às categorias pesquisa científica¹⁵ e tecnológica¹⁶. Na categoria de pesquisa científica, a bolsa de Produtividade em Pesquisa vem apresentando preponderância em relação às demais bolsas desta ação (81% em 2010). As bolsas da modalidade Fixação de Recursos Humanos de interesse dos Fundos setoriais também apresentaram um acréscimo de 55% em relação a 2009.

A análise do resultado do edital 10/2010 relativo à concessão anual de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) revelou uma forte hierarquia entre as áreas do conhecimento. A expansão da oferta dessa modalidade de bolsa vem possibilitando o aumento da produção científica, sendo esses bolsistas responsáveis pelo crescimento no número de publicações em revista de forte impacto tanto no país quanto no exterior. Isto está relacionado, por exemplo, aos critérios de excelência acadêmica que envolvem a concessão de bolsas nessa modalidade, mediados por processos de avaliação de orientação acadêmica extremamente rígida. (BRASIL, 2010).

Foram submetidas a esse edital 9.546 propostas, e deste total foram aprovadas 4.507 bolsas PQ com vigência prevista para 36 meses. A distribuição por área do conhecimento obedeceu à seguinte classificação: para as áreas da ciência da vida

¹³ O objetivo desse Programa é formar e capacitar recursos humanos de forma a ampliar e consolidar a base científica e tecnológica no país.

¹⁴ A finalidade dessa ação consiste em “aumentar a produção e a produtividade científica e tecnológica, na geração de conhecimentos, no estímulo ao engajamento de pesquisadores produtivos em projetos de relevância científica, social e econômica, na organização de grupos de pesquisa e desenvolvimento, nas universidades, nos institutos de pesquisa e nas empresas, preparando a sociedade para os novos desafios de uma economia crescentemente globalizada, intensiva em conhecimento e altamente competitiva”. (RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO CNPq, 2010, p.28).

¹⁵ Para o desenvolvimento da pesquisa científica são concedidas bolsas nas modalidades: Produtividade em Pesquisa (PQ), Desenvolvimento científico Regional (DCR), Pesquisador Visitante (PV), Pesquisador Visitante Estrangeiro (PVE) e Apoio Técnico (AT).

¹⁶ Para o desenvolvimento da pesquisa tecnológica são concedidas bolsas nas modalidades: Desenvolvimento Científico de Metrologia Nacional (MDT) modalidade definida para fins de convênio com o INMETRO e Fixação de Recursos Humanos de interesse dos Fundos Setoriais (SET).

(agrárias/ambientais, biológicas e de saúde), das 4.051 propostas submetidas, 1984, ou seja, 49% foram aprovadas; na área de Ciências exatas, da terra e engenharia, das 2.953 propostas submetidas, 1581 ou 53% foram aprovadas; e na distribuição de bolsas para a área de ciências humanas e sociais, das 2542 propostas submetidas, 942, ou seja, 37% foram aprovadas.

Quando analisamos o percentual de cada área do conhecimento pelo total de propostas aprovadas (4.051), a área de ciências da vida aprovou 44% das bolsas, a área de Ciências exatas, da terra e engenharia aprovou 35% e a área de ciências humanas e sociais aplicadas obteve 21% de aprovação. Os dados sugerem que esta política de editais passa a direcionar o conhecimento produzido, que vai demandar um perfil mais aplicado do conhecimento.

Outro resultado que corrobora nossa constatação de que há uma mudança significativa no paradigma de financiamento de pesquisas do CNPq é o edital universal n.14/2010, que selecionou propostas de apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica em qualquer área do conhecimento.

Os recursos financeiros para este edital somaram em 2010 R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) para despesas de custeio e capital. Deste total, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) são oriundos do orçamento do CNPq, das ações “fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico¹⁷” e “fomento à pesquisa fundamental¹⁸”, e R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões), oriundos do FNDCT/ Fundos Setoriais.

No total, esse edital universal recebeu 13.534 propostas e desta demanda foram aprovadas 3.557 propostas, ou seja, apenas 26% das propostas submetidas foram aprovadas, no valor global de 117,3 milhões. E 12% dessas propostas foram subvencionadas com o recurso do Programa C,T&I para PITCE, na ação de Fomento a projetos de P&D tecnológicos.

A análise das propostas contratadas quanto às áreas do conhecimento ficou assim definida: das 3.557 propostas contratadas, 54% foram para as áreas de ciências da vida; 17% para as áreas de ciências exatas e da terra; 16% para a área de Ciências Humanas e sociais aplicadas; e 13% para engenharias. Ou seja, apesar de ser o edital mais expressivo de demanda espontânea do CNPq, a hierarquia nas áreas do conhecimento se põe como uma das características das propostas contratadas, principalmente, pelo fato de que mais da metade dos recursos destinados à subvenção das propostas desse edital, cerca de 70 milhões de reais, são

¹⁷Parte do Programa C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

¹⁸Parte do Programa Promoção de Pesquisa e do desenvolvimento Científico e Tecnológico.

oriundos dos Fundos Setoriais, que atendem prioritariamente a áreas estratégicas vinculadas à PITCE.

A partir do quadro até agora descrito e em vista deste contexto de inserção nas pesquisas ora citadas, foi possível produzir o problema de investigação deste estudo: Quais são os fatores que explicam essa mudança estrutural no paradigma de financiamento público de pesquisas do CNPq? Quais os elementos que produziram essa mudança do ponto de vista econômico e político? Quais fatores explicariam não só as políticas de financiamento de pesquisas adotadas pelo CNPq, mas o redirecionamento da política de ciência e tecnologia do país, elevando esta política à condição de política de Estado? Qual o papel que a agência CNPq cumpre na agenda industrial e produtiva do país?

Nossa constatação indica que, a partir dos anos 2000, o CNPq altera sua política de financiamento, incorporando a racionalidade que orientou a reforma do Estado, passando de uma política de demanda livre/espontânea¹⁹ para um novo desenho de financiamento com contornos de indução²⁰ à pesquisa aplicada representada pela política de editais cujo processo de implementação somente se acentua a partir do ano 2001.

Esta agência desempenha um papel proativo na agenda nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação tecnológica, sobretudo, a partir dos anos 2000, mais especificamente entre os anos 2002 e 2004, constatados a partir de alguns eventos: a incorporação da política de editais, a criação dos Fundos Setoriais e a transferência de sua gestão para o CNPq, a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003 com a explícita menção de que a Ciência e Tecnologia passaria a fazer parte do grupo das funções não contingenciáveis e a publicação da PITCE (2004) e da Política de Desenvolvimento Produtivo (2008).

Aventamos a hipótese de que a política de editais adotada pelo CNPq a partir dos anos 2000 pode ser analisada com base nas reformas econômicas e políticas que o mundo e o Brasil vêm colocando em prática a partir da década de 1980 e 1990. Apesar de o Brasil só aderir as diretrizes do receituário neoliberal de modo oficial com a eleição para a presidência da República de Fernando Collor de Melo (1989), tal projeto já vinha sendo gestado em

¹⁹ Entendemos por política de demanda livre ou espontânea aquela em que os projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação podem ser enviados espontaneamente pela comunidade científica para todas as áreas do conhecimento, oferecendo ao pesquisador a possibilidade e/ou liberdade de escolha, bem como proposição do tema da sua pesquisa, podendo este tipo de demanda ser livre ou enquadrada em eixos temáticos.

²⁰ Entendemos por política de demanda induzida aquela em que os projetos são submetidos em resposta a editais específicos de natureza pública cujo escopo é formado por um conjunto de instrumentos que condicionam a liberdade científica do pesquisador: determinação de temas relevantes para o país, determinação de políticas regionais, prazos definidos para recebimento de propostas, tempo de execução definido, linhas temáticas de apoio, valor global. Este tipo de demanda atende áreas consideradas estratégicas e prioritárias para o governo.

defesa da adaptação do Brasil ao regime de predominância financeira em face da crise capitalista no âmbito da social-democracia vivido pelos países de economia central.

Segundo vários autores (PAULANI, 1997, OLIVEIRA, 1995), neste momento, no Brasil, ocorreu uma mudança oficial de discurso e debates sobre os rumos do país. Outrora, o debate se fazia em torno da dependência do Brasil ao capital estrangeiro, as teses cepalinas do nacional desenvolvimentismo, do antagonismo entre ortodoxia econômica e seu antitético a heterodoxia, porém, diante de uma *ideologia do inexorável*, tudo passou a girar sob eixos como estabilidade econômica, maior valor agregado, novas relações com o capital internacional, novas relações entre empresa nacional e empresa de capital nacional, precificação ou não, estabilidade das instituições financeiras, baixas taxas inflacionárias, desregulamentação financeira e comercial, entre muitos fatores que pareciam indicar como única saída para todos os problemas do país a sua adaptação ao novo momento do capitalismo mundial. (SILVA JR, 2011, p. 08).

As análises no âmbito da economia política (PAULANI, 2010; OLIVEIRA, 2010, SILVA JR, 2011) nos permitiram perceber a importância de cada pacto presidencial, FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), em termos da adaptação do país a predominância financeira, bem como do modelo econômico adotado que buscou elevar o país à condição de plataforma de valorização financeira (PAULANI, 2008), ou seja, à condição de um país que altera sua sociabilidade, sobretudo social, com vistas à atração de capital de Investimento Externo Direto (IED).

Dito de outro modo, nesse momento é que o Brasil passa a ter uma política econômica definida e uma política monetária gestora de todo esse processo (SILVA JR, 2011). A definição da política econômica retoma o debate sobre a necessidade de uma nova política industrial (PITCE)- (2004), que passa a orientar a política nacional de C,T&I.

É nessa década que se torna mais enfático o papel que o CNPq²¹ cumpre para a consolidação de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, incorporando às suas atividades e sob sua tutela a gestão de diversos programas²² institucionais com novos

²¹ “O CNPq é a entidade que oferece a maior variedade de modalidades de fomento direto e indireto ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. Nas modalidades de fomento indireto, estão os diversos serviços prestados pelo CNPq, como, por exemplo, a obtenção de isenções fiscais para a importação de bens para pesquisa. O fomento direto envolve o repasse de recursos do órgão aos usuários e se desenvolve sob dois modos básicos: (1) programas básicos operados dentro da sistemática de balcão, através do atendimento de uma demanda gerada espontaneamente em qualquer área do conhecimento; e (2) pelos programas especiais que contemplam instrumentos de indução, atendendo apenas áreas consideradas prioritárias pelo Governo, dentro de um enfoque mais aplicado ou tecnológico”. (BARBIERI, 1993, p.15).

²² Entre os principais programas estão: RHA-E-Pesquisador na empresa; Ciência sem fronteira; Proantar; Protax, Nanotecnologia, Programa Tecnologia Industrial Básica (TIB); Programa Bolsas de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Micro e Pequenas empresas (Bitec), Programa Casadinho.

arranjos financeiros (a política de editais) na formação e qualificação de Recursos humanos²³, criação de cursos, fomento a pesquisas²⁴, objetivando as pesquisas aplicadas e de curta duração, além de atividades e serviços²⁵ disponíveis a todos os pesquisadores de domínio público.

Após uma longa e crescente crise de financiamento público em decorrência dos ajustes necessários à política monetária brasileira, o papel do CNPq ganha destaque ao incorporar a lógica da indução de pesquisas via editais de apoio científico e tecnológico, obedecendo aos fundamentos da política econômica brasileira, com vistas a acelerar a inserção do Brasil no modo de produção e financeirização da economia.

O CNPq torna-se, então, uma das principais agências indutoras de pesquisa na universidade, impondo para as universidades públicas o ajuste dos seus princípios e da sua função social e econômica.

O objetivo geral desse estudo é identificar os fatores que produziram a mudança no paradigma de financiamento de pesquisas do CNPq; os objetivos específicos consistem em identificar as possíveis mediações entre a política econômica adotada no Brasil a partir da década de 1990 e as opções políticas feitas na gestão de Collor (1990-1992), FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) e identificar o papel que essa agência cumpre na agenda de políticas públicas produtiva do país.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo é a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principais fontes primárias a legislação em vigor que apresenta um conjunto de medidas cujo objetivo passa pela ampliação e agilidade no fomento à realização de pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica, bem como o processo de transferência de todo conhecimento gerado no âmbito acadêmico para sua ampla apropriação pelo setor produtivo com destaque para duas variáveis: o estímulo à cultura de inovação e a contribuição para o desenvolvimento industrial do país.

Destacamos as leis 11.196/05 (Lei do Bem) e 10.973/04 (Lei de Inovação Tecnológica que dispõe sobre o incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e todo ordenamento jurídico dela derivado), a criação dos Fundos

²³ Iniciação Científica; Iniciação Tecnológica industrial; Mestrado e Doutorado; Doutorado sanduíche no país, Doutorado sanduíche empresarial; Pós-Doutorado júnior e Sênior; Pós-Doutorado empresarial; Desenvolvimento tecnológico Industrial; Produtividade em desenvolvimento tecnológico; Produtividade em Pesquisa; Pesquisador Sênior.

²⁴ Edital Universal; Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex); Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs); Programa Antártico Brasil (Proantar); Biotecnologia e Recursos Genéticos (Genoma e Proteoma); Programa de Cooperação Internacional e Nacional; Apoio à Realização de Eventos.

²⁵ Plataforma Lattes; Plataforma Carlos Chagas; Diretório de grupos de pesquisas, Expedição científica; Acesso ao patrimônio genético, Importação para pesquisa.

Setoriais de ciência e tecnologia (1999) a partir da criação do Fundo Setorial de Petróleo e gás natural (CT-PETRO) Lei n.9.478/1997; os livros ou memórias das quatro Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (1985, 2002, 2005 e 2010), o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, as diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), publicadas em 2003, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) de 2008, o Plano de Ação da Ciência, Tecnologia e Inovação (2007-2010), os editais de apoio à pesquisa do CNPq publicados entre 2004-2011 (422 editais) e os Relatórios de Gestão Institucional do CNPq do período de 2001-2011.

Para efeito de organização, este estudo está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo “o CNPq e a nova política de financiamento público de pesquisas” buscou-se analisar as atividades e os objetivos do CNPq desde a sua criação até o momento atual. Fizemos uma breve exposição sobre as condições em que se criou o CNPq ainda na condição de Conselho Nacional de Pesquisas e o papel que vem cumprindo no desenvolvimento científico e tecnológico do país num largo período. A partir de 1995, com a reforma do aparelho do Estado e a entrada oficial do Brasil na predominância financeira, uma nova base jurídica fomentou alterações substantivas na prática institucional deste órgão.

As alterações na condução da política econômica desde o início da década de 1990 e o reconhecimento de que a relação estrita entre CT&I deve subsidiar o novo dinamismo brasileiro no mercado mundial passa a orientar e reposicionar o papel da universidade pública e conseqüentemente a gestão e a lógica que orientam uma de suas principais agências: CNPq.

No segundo capítulo “Os novos fundamentos da economia brasileira a partir da década de 1990: adesão ao capitalismo de predominância financeira, reforma do Estado e o papel estratégico da pesquisa”, buscou-se responder a pergunta central que orientou este estudo: quais fatores produziram essa mudança estrutural no financiamento de pesquisas do CNPq? E quais as possíveis mediações entre a política econômica adotada no Brasil a partir da década de 1990, as opções políticas feitas nas gestões de Collor (1990-1992), FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) e o novo paradigma de financiamento público de pesquisas adotado por essa agência?

Esse estágio de expansão capitalista combinou o papel das elites brasileiras que levaram o Brasil à opção de escolher esse e não outro modelo de desenvolvimento econômico, alardeando o discurso da inexorabilidade da adesão do país à predominância financeira, caracterizada por um amplo servilismo econômico, pela manutenção da política econômica

ortodoxa e conservadora conjugada com políticas sociais de inclusão e ampliação do consumo dos mais pobres.

Dessa forma, duas variáveis foram importantes mediadoras e indutoras da mudança no paradigma de financiamento público, aqui analisado sob a lógica do CNPq: a necessidade, dada nossa opção de desenvolvimento econômico, de aumentar nosso estoque de riqueza e, complementarmente, a imposição dos próprios credores da dívida pública pela redução da proporção da dívida pública em relação ao PIB, com o objetivo de manter o pagamento dos juros. São essas duas variáveis que justificam, por exemplo, um retorno da PITCE e posteriormente da PDP durante o governo Lula (2003-2010) aliado com sua ampla base de apoio político também de extração empresarial/industrial e sua relação intrínseca com as políticas de financiamento de pesquisa pública.

No terceiro capítulo “A política de editais à luz de uma nova política industrial”, buscamos refletir sobre como as alterações no âmbito da economia vêm se traduzindo no político, fomentando alterações nas práticas institucionais do CNPq. É o conjunto dessas modificações nas políticas públicas mediadas pelo ordenamento jurídico decorrente da reforma do Estado brasileiro que passa a ressignificar o papel da C,T&I e, conseqüentemente, a reorganizar sua política interna de financiamento do CNPq.

A análise dos editais publicados entre os anos de 2004-2011 indicou que este órgão nos anos 2000, mas especificamente nos anos de 2003 e 2004, altera o desenho da sua política de financiamento. Grande parte de sua dotação orçamentária para a subvenção de projetos, bolsas de estudos e de formação técnica e tecnológica, cursos e programas passam a ser destinadas a editais de demandas induzidas, ou seja, o CNPq na condição de agência executiva do MCT passa a induzir, via financiamento público, políticas de demandas econômicas e focais orientadas pelo atual desenho produtivo brasileiro, sobretudo, pela nova PITCE.

1 O CNPq E A NOVA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO DE PESQUISAS

1.1 O embrião da C & T no Brasil a partir da criação do CNPq

O Brasil é um país “tardio”: capitalismo tardio, independência tardia, abolição tardia e...universidade tardia. (OLIVEIRA, 2009, p.11).

Ele nasceu no dia 15 de janeiro de 1951 com o nome de Conselho Nacional de Pesquisas. A primeira reunião do seu conselho deliberativo ocorreu em 17 de abril do mesmo ano, dando início formal às atividades da agência no Brasil. A sigla, tão cara aos pesquisadores e cientistas, não encontra, no entanto, ressonância entre a maioria da população brasileira. Fato compreensível se levarmos as suas características de órgão governamental incumbido de promover a ciência e a tecnologia (C&T)-duas estranhas perdidas, até pouco, na indiferença da nossa sociedade. Então, por que seu enredo seria dramático e cativante? Exatamente pelo desafio que significou e significa implantar as duas atividades em um país subdesenvolvido, com um traumático passado colonial. (MOTOYAMA, 2002, p.17).

As epígrafes deste capítulo nos falam sobre o passado e o contexto no qual se institucionaliza a atividade científica neste país. Com um passado colonial de domínio português por mais de 300 anos, de herança escravocrata, um capitalismo tardio, amalgamado, sobretudo, com ranços patrimonialistas, a formação da estrutura universitária do país também obedeceu à mesma racionalidade. A criação tardia de um órgão, cujo maior desafio seria desenvolver a Ciência e Tecnologia, foi marcada pelo atraso cultural ou mesmo pela inexistência de estruturas e instituições que agregassem ensino e pesquisa de modo institucional.

Para analisar os atuais avanços em C, T& I e mesmo o papel que o CNPq ocupa nas políticas públicas brasileiras na atualidade, induzindo um novo fazer científico dentro da universidade, devemos destacar três momentos importantes: a criação do CNPq como importante órgão para prática institucional da ciência e da técnica atreladas ao financiamento estatal, sem perder de vista o caráter histórico que vem alterando ao longo dos anos os seus objetivos e funções; a consolidação do complexo sistema universitário brasileiro, com destaque para a oficialização e normatização de estudos em nível de pós-graduação.

Destacamos que antes da criação das primeiras universidades, o país contava apenas com instituições isoladas, voltadas precipuamente para a formação de profissionais

liberais e dissociadas das atividades de pesquisas²⁶. A criação de instituições universitárias no Brasil data do século XX: Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920), Universidade Federal de Minas Gerais (1927), Universidade de São Paulo (1934), o que denota um imenso atraso cultural se comparado ao ocorrido nos países mais desenvolvidos.

Representaram as primeiras tentativas de superação de um padrão de organização do ensino superior, baseado na escola isolada e profissionalizante, e de construção de um novo modelo baseado em instituições mais orgânicas, que integrassem ensino e pesquisa. Embora parciais estas tentativas resultaram em referências fundamentais para experiências posteriores visando ao processo de renovação do ensino superior e à integração entre ensino e pesquisa. (MARTINS, 2003, p. 295).

A leitura do livro organizado por Motoyama (2002) por ocasião da comemoração dos 50 anos do CNPq é muito importante para o entendimento de como no Brasil se produziu a necessidade de instituir um Conselho Nacional de Pesquisas baseado na experiência de países como Canadá e Reino Unido. A criação desses Conselhos foi impulsionada pelo desenvolvimento industrial, tendo sido fundados os primeiros Conselhos Nacionais de Pesquisa: no Canadá, em 1916, seguido pelo Reino Unido e depois pelos Estados Unidos da América do Norte.

[...] Os dois primeiros com ampla liberdade administrativa, científica e técnica, o norte-americano, dotado de largos recursos, como órgãos da Academia Nacional de Ciência, ante a necessidade demonstrada pela segunda guerra, ainda mais terrível do que a primeira, e que demonstrou ainda uma vez que a ciência pura é a chave fundamental de todo progresso intelectual da humanidade no que diz respeito ao nosso conhecimento do mundo e do homem. (MOTOYAMA, 2002, p. 36).

O advento da Segunda Guerra mundial vai imprimir significativas mudanças no cenário nacional e internacional, com interferência direta no campo da ciência e tecnologia devido ao montante de recursos aplicados na pesquisa científica e produtos utilizados para fins militares. No Brasil, os conhecimentos científicos, sobretudo, no campo da energia nuclear, passam a ser vistos como campo estratégico pela conjuntura internacional de investimentos em ciência e tecnologia pelos países economicamente mais avançados, pelo viés nuclear, e como forma de garantir a segurança nacional, reduzindo o atraso tecnológico em relação aos países industrializados.

Entretanto, apesar da reconhecida necessidade de existência de um sistema dessa envergadura e da criação de um órgão que pudesse desenvolver tal progresso científico,

²⁶ De acordo com Martins (2003, p. 295) “[...], no Brasil as primeiras escolas superiores só foram criadas no início do século XIX com a vinda da família real portuguesa para a colônia, e tinham o único propósito de fornecer quadros profissionais para desempenhar diferentes ocupações na corte”.

a leitura dos documentos sobre a criação do CNPq nos diz o contrário: este órgão não contou com vasto financiamento como os órgãos da Academia Nacional de Ciência (EUA), tampouco com liberdade científica e administrativa como no Canadá e no Reino Unido. Ao contrário, possuía uma estrutura enrijecida sob a forma de autarquia e dispunha de recursos financeiros muito aquém das suas necessidades.

Era um organismo esgotado. O CNPq era uma autarquia federal típica, uma estrutura enrijecida [...] o CNPq era uma organização esclerosada, que tinha pouca alavancagem de ação, onde havia um Conselho que se reunia uma vez por mês. Ele era muito formal, e sempre dispendo de verbas muito aquém do que desejava fazer. (MOTOYAMA, 2002, p. 262).

Outros eventos de destaque nacional serviram para impulsionar e consolidar a institucionalização da ciência e tecnologia no Brasil. Destacamos a participação do Brasil na comissão de Energia Atômica das Nações Unidas em 1946, 1947, 1948, visto como questão de segurança nacional; E as experiências internacionais de criação e fortalecimento de instituições de apoio à ciência e tecnologia e as preocupações com a energia atômica que fortaleceram o empenho brasileiro para a criação em 1948 da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); a criação, em 1949, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); A fundação, em 1949, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); A aprovação em 1950 do Conselho Nacional de Pesquisas com um projeto que vinculava ciência, tecnologia e energia nuclear com efetiva implantação deste órgão no ano subsequente.

Nesse sentido, o embrião de uma política estatal de ciência e tecnologia objetiva-se com a criação do próprio CNPq. Em 15 de janeiro de 1951, é oficialmente criado o Conselho Nacional de Pesquisas (Lei n. 1.310)²⁷, no art. 1º “É criado o Conselho Nacional de Pesquisas, que terá por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento”.

Nas palavras de Romani (1982), a criação desse órgão vinculou a atividade de fomento científico no país ao Estado, constituindo um importante marco nas relações Estado-ciência que passa a patrocinar de modo direto a atividade de produção científica no país.

²⁷Em nota sobre foto histórica da primeira reunião do Conselho deliberativo do recém-criado Conselho Nacional de Pesquisas, afirmava-se “O Presidente Dutra, através da Lei nº 1.310 de 15 de Janeiro de 1951, cria o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, mas foi o Presidente Vargas quem aprovou o seu regimento, com o Decreto nº 29.433, de 04 de abril do mesmo ano. As duas datas acima formalizam legalmente a existência do primeiro órgão governamental voltado para ciência e tecnologia, centrando nas atividades de pesquisa a sua missão precípua. Entretanto, o marco inicial de sua criação é tido como a data da instalação do Conselho Deliberativo (CD) do CNPq por sua representativa composição, predominantemente de membros cientistas, como órgão soberano de orientação das atividades do CNPq”. (Disponível em: <<http://centrode memoria.cnpq.br/primeira-reuniao.html>>. Acesso em: 04 de abr. 2012).

Apesar de o apoio à pesquisa no campo da física nuclear ter engendrado, em grande medida, a criação de um Conselho Nacional de Pesquisas, não só pelo contexto bélico, mas pelo seu potencial de aproveitamento para objetivos econômicos e sociais, posteriormente as atividades de pesquisa nuclear foram delegadas a órgãos específicos, redimensionando-se as atividades e competências do CNPq como são conhecidas. (ROMANI, 1982).

Com relação aos fins e competências do Conselho Nacional de Pesquisas descritas na lei 1.310/51, tal conselho de natureza jurídica estaria diretamente e imediatamente subordinado ao Presidente da República, gozando de autonomia técnico-científica, administrativa e financeira. Uma questão que merece destaque diz respeito às competências desse conselho recém-criado, em que podemos destacar o apoio às investigações científicas e tecnológicas com destaque ao fomento na formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos; intercâmbio e estágios no exterior; concessão de bolsas de estudos; fomento à participação em reuniões e congressos no país e exterior para estudo de temas de interesse nacional.

[...] a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior; b) estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para aquisição de material, contrato e remuneração de pessoal e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados; c) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior; d) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores; e) entrar em entendimento com as instituições que desenvolvem pesquisas a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos; f) manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país e no exterior, para estudo de temas de interesse comum. (BRASIL, 1951).

A leitura dos anais do Conselho Deliberativo desta instituição nos auxilia a remontar pelo menos a duas décadas de histórias desse Conselho. Tal prática, com transcrição completa das falas e discursos proferidos, destacadas no livro organizado por Motoyama (2002), reproduz claramente a noção de pesquisa e ciência do seu primeiro presidente, Almirante Álvaro Alberto (1951-1955). Ao reproduzir a redação de um relatório, escrito por

uma comissão a pedido do presidente Dutra, em ocasião da participação do Brasil na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, descreve-se o anteprojeto que criara o Conselho Nacional de Pesquisas:

Ao chegar ao congresso, dentro e fora dele, muitos brasileiros eminentes desejaram discutir o projeto, como era perfeitamente normal e necessário. O professor Carlos Chagas, um dos mais eminentes representantes da pesquisa física no Brasil e um dos meus melhores amigos, na sua obra intitulada *Homens e Coisas de Ciências*, faz uma exposição das dúvidas que foram suscitadas nessa ocasião e que deveriam ser esclarecidas, como de fato o foram. Havia o receio, e de fato tinha-se o direito de supor que houvesse, porque era preciso dar uma redação tal que não deixasse dúvida nenhuma sobre a finalidade e os verdadeiros propósitos do Conselho, se ele não iria interferir na vida íntima das instituições que faziam pesquisa no Brasil. E havia o receito também de que a pesquisa deixasse de ser livre. A nossa Constituição diz, no artigo 173: ‘as ciências, as letras e as artes são livres’. Fazer ciência dirigida seria um erro mais do que condenável; iria inutilizar todos os esforços que porventura se fizessem em qualquer estruturação. E mesmo, é preciso que se diga, seria retroagir até antes do tempo do museu de Alexandria, porque quando os gregos o fundaram, na cidade criada pelo grande Alexandre [...] o ensino era livre. Há pouco tempo, o professor Cintra Prado, numa magistral conferência feita no recinto da Academia de Ciências, recordava que já naquele tempo se concediam bolsas de estudos, havia liberdade de pesquisa. (MOTOYAMA, 2002, p. 44, grifo do autor).

Tal excerto demonstra sobre qual base fora criada em 1951 o Conselho Nacional de Pesquisas. Se havia pesquisas em institutos isolados, longe da organização institucional e acadêmica universitária tal como conhecemos hoje, a criação dessa agência foi motivo de debate sobre seus fins e sobre seu impacto na vida acadêmica daqueles que tinham a verdadeira “ciência como vocação”.

Notemos ainda o sentido que a ciência representava naquela ocasião. Havia o receio, como bem expresso no excerto acima, que a institucionalização daquele órgão fosse interferir na criação e na liberdade científica daqueles que dedicavam sua vida a essa atividade.

As principais atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Pesquisa nesse período foram: intercâmbio de estudantes brasileiros com os Estados Unidos da América para a faculdade de Iowa para os estudos do tratamento químico dos minérios; formação de profissionais em cursos no exterior com vistas a atender as especificidades do programa de aproveitamento da energia atômica no Brasil: engenharia nuclear e física atômica; intercâmbio de pesquisadores Brasil-Canadá, Brasil-Itália e Brasil-França com vistas ao refinamento dos conhecimentos brasileiros em assuntos relacionados ao aproveitamento da energia atômica; formação de recursos humanos de todos os domínios, apesar da precária

estrutura universitária e da falta de especialistas nos diferentes domínios da pesquisa; instituição de bolsas de iniciação científica, bolsas de aperfeiçoamento e especialização e de estágio de aperfeiçoamento técnico.

Cumprir destacar que a ausência de organizações universitárias limitava a investigação científica. Não havia ainda nesse período uma regulamentação jurídica que organizasse a atividade científica brasileira, expondo os pesquisadores a precárias condições de investigação e financiamento. Já em 1955, o CNPq concedeu 239 bolsas no país e 45 no exterior “e os bons resultados dessa seleção aí estão registrados em numerosos trabalhos científicos originais, assinalados no relatório de 1955, e que enriqueceram a bibliografia científica brasileira nos domínios da matemática, física, química, biologia e tecnologia” (CNPq, 1955).

Para os estudantes de cursos avançados, que têm vocação para a pesquisa, instituiu-se o Conselho as Bolsas de Iniciação Científica; [...] lançamos os fundamentos da carreira de pesquisador, com bolsas para o pesquisador-assistente, associado e chefe de pesquisa, cumprindo assim o Conselho a sua mais alta finalidade, que é a de amparar o cientista, que vive para pesquisa e, portanto, deve ser um tutelado da nação. (MOTOYAMA, 2001, p. 93).

Os excertos acima demonstram que após cinco anos de atividades de fomento à pesquisa por parte do Conselho, a ausência de estrutura universitária que agregasse ensino e pesquisa não permitia um aparente avanço. Entretanto, os primeiros passos foram dados em direção à oferta de bolsas no país e no exterior, firmando os primeiros convênios com instituições do exterior.

Em entrevista concedida dos 50 anos de criação da Capes, o ex-presidente do CNPq, Lindolpho de Carvalho Dias (1993-1995), elucida a importância da atuação desta agência, ainda na condição de Conselho Nacional de Pesquisa, no âmbito da formação de pesquisadores e como esta política inicial foi importante para formação de uma considerável massa crítica para posterior institucionalização da pós-graduação brasileira.

Tenho uma interpretação que pode até não ser verdadeira, mas é a minha: o Brasil não tinha quase nenhuma tradição de pesquisa. Tinha até boas escolas de formação de pessoas; o país sempre teve bons engenheiros, bons médicos, gente de muito boa qualidade. Mas tudo muito limitado. Em 1950, quando fiz vestibular, o número de alunos no ensino superior no Brasil era de 60 mil. Aqui no Rio, eram 300 vagas para engenharia: 200 na UFRJ e 100 na PUC; em São Paulo, só existia a Escola Politécnica. E não havia uma tradição de pesquisa. A pesquisa começou a existir de forma mais sistemática a partir de meados da década de 1930, com a fundação da Universidade de São Paulo;

no Rio havia pontos isolados como o Instituto Oswaldo Cruz, algumas pessoas no Observatório Nacional, como o Lélío Gama, mas não na estrutura da universidade. Já tinha sido fundada a Academia Brasileira de Ciências em 1916, com o pessoal das áreas básicas, muito interessados na pesquisa. Finalmente, em 51 houve esse fato importantíssimo da fundação do CNPq e da Capes; tanto o Ministério da Educação quanto a Presidência da República, na época, consideraram importante a criação dos dois órgãos. Claro que houve forte motivação com a explosão da bomba atômica e coisas desse tipo. [...] O que fizeram o CNPq e a Capes imediatamente? Começaram a mandar pessoas para o exterior; não havia pós-graduação no Brasil, nem mestrado, nem doutorado. Assim, o CNPq começou a mandar, de maneira intensiva para a época, pessoas para fazer mestrado e doutorado no exterior. Em geral, essas pessoas ficavam quatro, cinco anos fora, fazendo primeiro o mestrado, depois o doutorado. No final dos anos 50, muitos desses alunos estavam de volta e começaram a ter influência na universidade; na época, quem tinha o grau de doutor era visto como uma espécie de super-homem. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, havia um grupo pensando nesses assuntos, e criou-se a Comissão de Pós-Graduação, financiada com auxílio da Fundação Ford. Nela, havia representantes do Impa, do CBPF, do Instituto Oswaldo Cruz, da UFRJ; havia um representante da Biofísica e um da Microbiologia, respectivamente Carlos Chagas Filho e Paulo de Coes. Foi possível catalisar a reforma graças a essa formação intensiva de pessoas na década de 1950, que nos anos 60 passaram a ter liderança dentro das universidades. (DIAS, 2002, p. 260).

Outro fato que merece destaque é que até 1975 as ciências humanas, a pesquisa tecnológica e sua relação com as empresas nacionais não eram consideradas como de alcance do conselho. Ou por preconceito ou por falta de recursos. Foi na gestão de José Dion Teles (1975-1979) que se processaram muitas mudanças na gestão e na própria concepção de ciência desse órgão.

Como podemos fazer um desenvolvimento estratégico sustentável, se não temos gente dedicada à geografia humana? Como podemos construir um contínuo de consciência nacional sem conhecimento de história? [...] ciência não é uma atividade isolada, nem fragmentada. É preciso ter uma postura holística para fazer ciência integrada à sociedade. (TELES apud MOTOYAMA, 2002, p. 264).

Teles defendia um Conselho que pensasse o desenvolvimento nacional, defendia um conhecimento não só de viés acadêmico, mas também de viés tecnológico com aproximação da academia com a indústria nacional, que investisse em todos os campos do conhecimento. Trouxe farta contribuição para o Conselho ao criar o Conselho Científico Tecnológico (CCT) formado por secretários-gerais dos ministérios numa tentativa de aproximar o governo das questões científicas e tecnológicas, contando na sua estrutura com membros natos como o presidente da SBPC e da ABC.

Fortaleceu-se para mim a ideia de criar para o CNPq um tipo de agência de promoção do usufruto, pela sociedade brasileira, do conhecimento acumulado, e não apenas desenvolver o *Know-why*, o porquê das coisas que

os cientistas buscam sempre, mas também o *Know-how*, o como usar, o como fazer. Não adiantava, na minha concepção da época, ficar apenas cultivando o *Know-why*, precisávamos ter meios de transformar o resultado acumulado em coisa útil. (TELES Apud MOTOYAMA, 2002, p. 264).

Em nível de financiamento de bolsas com vistas à formação de recursos humanos altamente qualificados, sua mais importante linha de atuação, o Conselho Nacional de Pesquisas investiu principalmente em bolsas no país e no exterior e de modo mais “espontâneo” fomentou pesquisas, sobretudo, em institutos isolados, diferentemente da atual formatação de fomento que se dá mediado por universidades, institutos de pesquisas e mesmo empresas privadas, sua principal linha de fomento.

A Tabela 1 apresenta o número de bolsas ofertadas pelo CNPq no país e no exterior no período de 1951-1964. Em dez anos, as áreas de investimento científico e tecnológico no país foram: matemáticas, tecnológicas, físicas, agrônômicas, geológica e química. A partir de 1963, já é possível ter acesso aos dados dos investimentos de bolsas do CNPq no país e no exterior por categoria: iniciação científica, formação e qualificação e estímulo à pesquisa. A partir de 1965 há a oferta de bolsas e auxílios para outras áreas do conhecimento como Ciências Sociais, medicina veterinária, biológicas e ciências médicas.

Tabela 1- CNPq - Número de Bolsas-Ano no País e no Exterior - 1951-1970

Ano	País	Exterior	Total
1951	Nd	nd	75
1952	145	43	188
1953	116	49	165
1954	115	52	167
1955	114	30	144
1956	254	62	316
1957	256	61	317
1958	280	51	331
1959	274	30	304
1960	269	18	287
1961	299	20	319
1962	349	17	366
1963	345	48	393
1964	323	41	364
1965	426	51	513
1966	656	52	708
1967	782	66	848
1968	1009	74	1083
1969	1243	104	1347
1970	1648	103	1751

Fonte: Centro de memória do CNPq²⁸.

²⁸ Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/Fombols.html>.

As consequências da formação dessa chamada massa crítica após mais de uma década de fomento de bolsas pelas agências CNPq e também pela Capes mobilizaram a criação dos primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com destaques para a Universidade Federal de Viçosa, com abertura de cursos em 1961; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) (MARTINS, 2003).

De acordo com este autor, haveria divergências com relação ao número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil na década de 1960, sendo que alguns estudos indicam a existência, em 1965, de 45 cursos de mestrados e 17 cursos de doutorado; outros apontando a existência de 23 cursos de mestrado e 10 cursos de doutorados.

Apesar da criação desses primeiros cursos, influenciados pelo paradigma americano de pós-graduação, até meados da década de 1960 eram poucas as universidades brasileiras em que era possível realizar estudos desse nível. Esses cursos passaram a coexistir com o modelo europeu de pós-graduação, particularmente o francês, presente nos doutorados da USP, que outorgava apenas o título de doutor, através de uma relação acadêmica tutorial entre o orientador e o doutorando que, de modo geral, desenvolvia seu trabalho de forma isolada e artesanal. O título de doutor tendia a conferir mais vantagens simbólicas do que benefícios econômicos e profissionais ao seu detentor e possuía reduzido valor no campo acadêmico, em função da ausência de uma carreira acadêmica institucionalizada no país, com exceção da própria USP, cujo doutorado se incorporou à carreira docente. (MARTINS, 2003, p. 06).

Apesar de o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* já fazer parte da realidade brasileira, foi a indicação explícita no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 4.024, aprovada em 22 de dezembro de 1961, que expunha em seu artigo 69 a menção genérica do estabelecimento dos cursos de pós-graduação, delegando para um segundo plano o ordenamento jurídico apropriado para orientar a institucionalização deste nível de ensino da educação superior.

Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, 1961).

De acordo com Martins (2003), os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por movimentos engendrados, sobretudo, pela massa crítica composta por pesquisadores, docentes e estudantes que na sua grande maioria haviam recebido formação no exterior e exigiam a ampliação e modernização do sistema de pós-graduação brasileiro.

Com o golpe militar de 1964, a política educacional dos anos subsequentes buscou desmobilizar o movimento pela reforma universitária, desmantelando o movimento estudantil e controlando coercitivamente as atividades de docentes. Ao lado de um conjunto de medidas repressivas, os responsáveis pela política educacional buscaram vincular a educação ao desenvolvimento econômico, que passava a ser comandado por uma lógica de crescente internacionalização, processo esse iniciado em décadas anteriores. Para isso, o governo implantou um sistema de fomento, procurando adequá-lo ao financiamento do desenvolvimento da ciência e tecnologia; o BNDE passou a fornecer auxílio através do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico, o Funtec, criado em 1964, e posteriormente a Finep passou a administrar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT, criado em 1969. Ao ensino superior seria atribuído um papel estratégico no sistema de C&T e no processo de formação de recursos humanos altamente qualificados; em larga medida, a instalação inicial da pós-graduação seria feita através desse sistema de financiamento. (MARTINS, 2003, p. 07).

É em meio a este cenário do golpe militar de 1964 e da entronização de um ideário em que a educação é vinculada ao desenvolvimento econômico do país associada com a política econômica desenvolvimentista que o pacto social do CNPq se altera em função da aprovação da Lei 6.129, de 06 de novembro de 1974, que dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Cerca de uma década antes e tendo como referência a relação direta entre educação, ciência e tecnologia, associada ao desenvolvimento econômico do país, houve a solicitação por parte do Ministro da Educação e Cultura da elaboração de um parecer que auxiliasse na definição da natureza e dos objetivos da pós-graduação brasileira que até esse momento carecia de uma regulamentação ou posição oficial que orientasse aquela menção no artigo 69 da LDB 4.024/61.

Esse parecer n. 977/65, aprovado em 03/12/65 pelo Conselho Federal de Educação, conhecido como *parecer Sucupira*, teve como seu relator Newton Sucupira. Expressou-se como um manifesto em favor de um ordenamento da pós-graduação brasileira baseado no modelo de pós-graduação norte-americana, objetivando a formação de pesquisadores e docentes para os cursos de níveis superiores, sendo tal nível de ensino baseado em dois ciclos: *master e doctor*, ficando o conselho responsável pela fixação de diretrizes e normas de organização, gestão, das exigências mínimas e expedição de diplomas, ou seja, encarregado de disciplinar o processo de implantação dos novos cursos. (BRASIL, 1965).

No que concerne à universidade brasileira, os curso de pós-graduação, em funcionamento regular, quase não existem. Permanecemos até agora aferrados à crença simplista de que, no mesmo curso de graduação, podemos formar indiferentemente o profissional comum, o cientista e o tecnólogo. O resultado é que, em muitos setores da ciência e das técnicas, o treinamento avançado de nossos cientistas e especialistas há de ser feito em universidades estrangeiras. Daí a urgência de se promover a implantação sistemática dos cursos de pós-graduação a fim de que possamos formar nossos próprios cientistas e tecnólogos, sobretudo tendo em vista que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos e para cuja formação não basta a graduação. Em nosso entender, um programa eficiente em estudos pós-graduados é condição básica para se conferir à nossa universidade caráter verdadeiramente universitário, para que deixe de ser instituição apenas formadora de profissionais e se transforme em centro criador de ciência e de cultura. (BRASIL, 1965, p. 4).

Nosso objetivo principal não passa por uma exaustiva análise da regulamentação dos cursos de pós-graduação, mas sim procura estabelecer as relações de identidade necessárias entre a organização desses cursos, sua regulamentação, sobretudo, no que diz respeito à sua natureza e objetivos, para o entendimento das mudanças que se operam no âmbito do CNPq. Neste sentido, tal como mencionamos no início deste capítulo, a regulamentação dos cursos de pós-graduação aparece primeiro no referido parecer e depois, de modo jurídico-institucional na Lei n. 5.540/68.

Durante a gestão do presidente José Dion de Melo Teles (1975-1979) que o CNPq passou de Conselho Nacional de Pesquisas para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantendo a sigla de origem. Essa mudança não foi apenas semântica, mas combinou uma nova concepção de ciência e de gestão, buscando reunir as ações desse Conselho ao desenvolvimento da ciência e tecnologia por meio de dois movimentos: tornar a tecnologia, antes uma atividade acessória, aliada do desenvolvimento científico, e realizar uma interação recíproca entre academia e setor produtivo. Tudo isto orientado para o desenvolvimento produtivo, visando o crescimento industrial brasileiro.

No que toca à questão administrativa, o CNPq deixa de ser uma autarquia, com rigidez, por exemplo, na diversificação de fontes de financiamento ou mesmo na venda de um ativo ou no patenteamento de uma inovação que sob aquele antigo modelo de gestão seria impossível, e se torna uma fundação de personalidade jurídica de direito privado. Neste regime, não havia obrigatoriedade de realização de concursos públicos convencionais, por exemplo, para contratação de pessoal, o que para Teles era considerado grande avanço. Neste sentido, o regime jurídico do pessoal sancionado pela Lei 6.129, de 06/11/1974, passa a ser o da legislação trabalhista em substituição ao regime estatutário (MOTOYAMA, 2002, p. 274).

No seu primeiro momento, o CNPq foi suficiente por certa época, mas depois entrou em declínio, porque o cientista passou a ser visto como subversivo. [...] mas também internamente, organicamente, era um instrumento social esgotado na forma de autarquia, sem latitude de decisão e sem prestígio. Era uma repartição que tinha sempre a mesma freguesia. Era uma espécie de conselho carioca de pesquisas, que alcançou sua dimensão nacional em Brasília. (MOTOYAMA, 2002, p. 277).

A lei n. 6.129 de 06/11/1974, que sancionou a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, indica no artigo 1º “É instituído, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de fundação, vinculada à Secretária de Planejamento da Presidência da República, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por transformação do Conselho Nacional de Pesquisas”. Note-se que mesmo com a transformação da sua natureza jurídica o CNPq ainda fica diretamente vinculado à presidência da República, executando um papel na promoção de C&T que somente a partir de 1985 será de competência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

No artigo 2º, fica bem explícito o papel do CNPq no desenvolvimento da política científica nacional.

O Conselho terá por finalidade auxiliar o Ministro de Estado Chefe da Secretária de Planejamento no desempenho das atribuições que a este foram conferidas pelo artigo 7º, [...] principalmente quanto à análise de planos e programas setoriais de ciência e tecnologia e quanto à formulação e atualização da política de desenvolvimento científico e tecnológico, estabelecida pelo Governo Federal. (BRASIL, 1974).

É em meio a todo este processo de reformulação do planejamento da política de C&T, da necessidade de um novo ordenamento jurídico que apoiasse a atividade científica, tecnológica e na sua capacidade de transitar entre a academia e o mercado tendo a política econômica como sua principal subsidiária que o CNPq vai se reposicionar. Esta agência e a Finep serão as principais agências executivas do MCT para a promoção do desenvolvimento econômico do país.

Este reposicionamento vai exigir alterações na sua política de gestão, de financiamento, na sua relação com o meio acadêmico, na criação de instrumentos que vão ressignificar a atividade de pesquisa no Brasil. Tais mudanças somente serão possíveis com uma nova estrutura de Estado, que vai permitir a flexibilização da gestão da atividade acadêmica, reposicionando o lugar da universidade, seu papel estratégico diante das demandas de ordem econômica, cabendo ao CNPq o papel de grande indutor do *Know-why*, (saber) para induzir o *Know-how* (saber-fazer).

1.2. A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e a redefinição do papel do CNPq

Após aproximadamente uma década de reconhecida a necessidade de se reestruturar o CNPq é que se cria um órgão maior que passa a ser o responsável direto pelo planejamento estatal para as políticas de Ciência e Tecnologia. Aparentemente, a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia estava diretamente vinculada às transformações do capitalismo mundial e suas repercussões no Brasil, sob o horizonte de possibilidade de transformar o país numa potência econômica. É com o advento da nova República que é criado o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) pelo Decreto n. 91.146, de 15 de março de 1985.

Esta nova estrutura ministerial passa a comportar duas importantes atividades, ciência e tecnologia, tendo sido criado no seio da I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em 1985, com Renato Archer escolhido para assumir a condição de primeiro ministro deste ministério recém-criado. Esta conferência trouxe para a agenda do país uma nova perspectiva de trato da C&T objetivando que estas duas atividades contribuíssem para a inserção do Brasil na nova dinâmica econômica e social, que exigiria muito mais que fomento a formação de recursos humanos qualificados.

A criação do CNPq e da Capes representou o início da base científica e tecnológica brasileira. Desde esse período vem-se organizando sua infraestrutura de base acadêmica representado pela criação de estruturas universitárias nos níveis de graduação e pós-graduação com a criação dos primeiros cursos *stricto sensu* e a expansão crescente na matrícula de alunos nos níveis de mestrado e doutorado.

No âmbito do CNPq, alguns instrumentos nacionais de apoio científico foram criados para solidificar esta estrutura científica de base acadêmica com a criação do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, além da Plataforma Lattes. Somente pós 1995 é que uma reforma de base jurídica mais substancial passa a interferir de modo mais direto na implementação de políticas científicas e tecnológicas, induzindo diretamente não só na formação de quadros especializados, mas na criação de cursos *stricto sensu*, nas políticas de formação nacional e no exterior e no financiamento de pesquisas.

Seria preciso, entretanto, uma agenda de investimentos, uma reformulação desses investimentos em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento produtivo nacional que pudessem inserir o Brasil na rota da produção de conhecimento. Mas algumas condições estruturais também seriam necessárias.

A partir de 1990, a política de abertura econômica e de maior inserção do País no mercado internacional modificou as condições de funcionamento da economia brasileira. A estratégia adotada propunha a inserção competitiva da economia brasileira no mercado internacional e visava a diminuir a presença do Estado na economia, dando início a um amplo projeto de privatização das empresas públicas. Outras medidas associadas foram o fortalecimento das leis de proteção ao consumidor, a revisão das leis de propriedade intelectual e a extinção dos mecanismos de controle de contratos de transferência de tecnologia, entre outras. (BRASIL, 2001, p. 19).

A justificativa para criação desse Ministério enfatizava a importância de os avanços científicos e tecnológicos poderem oferecer uma vida melhor ao homem comum e à sociedade pelo estímulo da atividade empresarial e para o desenvolvimento de um patrimônio de conhecimentos científicos e de tecnologia nacional que pudessem atender as necessidades do país, bem como pela contribuição desse progresso científico e tecnológico na promoção e elevação dos padrões de vida da população.

E, ainda, as atividades científicas passam a ser reconhecidas como importantes subsidiárias do desenvolvimento mais eficaz dos setores industriais, agrícolas e de serviços. Ao menos na letra da lei, passava a ser competência desse Ministério estabelecer “os instrumentos e os canais indispensáveis a uma política nacional no setor, capaz de servir aos mais altos interesses econômicos, sociais e políticos da comunidade brasileira” (BRASIL, 1985).

Neste sentido, dado o contexto do capitalismo mundial associado aos novos ventos democráticos que marcaram o fim do período ditatorial, a criação do MCT aparentava simbolizar os novos rumos da produção de conhecimento, demarcando a necessidade de criação de uma nova cultura acadêmico-científica. No discurso de posse do primeiro ministro de C&T, Renato Archer, era destacado que “a grande tarefa da política de ciência e tecnologia não residiria apenas em fomentar a geração de conhecimentos e técnicas, mas também em promover sua utilização e difusão no sistema produtivo e na sociedade” (VIDEIRA, 2010, p. 42).

Dito de outra forma, passado um período de 30 anos da tentativa de consolidação de um sistema nacional de ciência e tecnologia, representado por agências como CNPq, Capes, Finep, e de sociedades científicas como a SBPC, entre outras, e da consolidação da estrutura de estudos pós-graduados, era necessário aquilo que Teles (2010) já argumentava quando da transformação do Conselho Nacional de Pesquisas para Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e Tecnológico: era necessária uma mudança de identidade deste órgão na diminuição do *gap* entre ciência e tecnologia, ou seja, era necessário não apenas o fomento do *Know-why*, (saber), mas fomentar *Know-how* (saber-

fazer). Era preciso tornar o conhecimento acadêmico produtivo com fomento de políticas de indução à produção de conhecimento científico orientado para geração de conhecimentos e técnicas.

As alterações na natureza dessas atividades necessitariam de uma ampla mobilização em torno de uma relação cooperativa entre comunidade científica, empresariado, dos profissionais e técnicos da área de definição das prioridades e do governo. E ainda de um amplo sistema educacional tanto em quantidade (democratização de acesso ao conhecimento básico, técnico, tecnológico e superior) e qualidade (fomento à mão de obra qualificada e superqualificada pela expansão da graduação e da pós-graduação, indução à produção de conhecimento).

Outra questão de fundo levantada no discurso proferido por Archer dizia respeito à importância de uma nova estrutura administrativa que promovesse a leveza e a agilidade necessárias para o novo modelo científico e tecnológico, dado que a nova função desse ministério “não é o de um grande promotor direto da ciência e tecnologia, mas de um agente de coordenação e estímulo, capaz de impulsionar esforços que já existem, ou de sugerir novos caminhos” (VIDEIRA, 2010, p. 43).

Notem que aí já estão postas as bases das futuras ações que vão reger a reforma do Estado brasileiro que irá possibilitar um novo ordenamento jurídico necessário para o novo pacto científico e tecnológico. Uma questão de fundo já emerge no discurso de Archer: a necessidade de alterações na estrutura estatal trazendo mudanças significativas do período desenvolvimentista em que o Estado é o principal componente do sistema de C&T.

Esta nova estrutura científica e tecnológica reposiciona o CNPq, pois a política de ciência e tecnologia e a própria estrutura deste órgão (pessoal, cargos, empregos, funções, material, máquinas, equipamentos, arquivos, instalações, dotações orçamentárias e funções) passa a ser de competência do Ministério recém-criado.

Embora já exista na estrutura da Administração Pública Brasileira uma série de órgãos e de instituições de pesquisa e fomento voltados ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, trata-se de um conjunto disperso e desarticulado, sem supervisão e orientação unificadas, circunstância que inviabiliza a formulação e a execução de uma estratégia de ação política firme e consistente no setor. (BRASIL, 1985).

Um destaque ainda se faz necessário na análise do discurso de posse do ministro Archer: a explícita relação entre política de C&T e desenvolvimento econômico. A política de desenvolvimento econômico do país necessitava ir além da criação de estrutura

universitária e formação de mão de obra qualificada, era necessária uma nova política industrial.

A eficácia da política de ciência e tecnologia depende diretamente da sua compatibilização com a política de retomada do crescimento econômico em geral, e, em especial, com as políticas setoriais relevantes para a indústria, agricultura, recursos minerais, energia e meio ambiente. Só assim será possível escapar da obsolescência prematura e assegurar o dinamismo do sistema econômico e sua capacidade competitiva no comércio mundial. Sem esta articulação fundamental e direta entre a política científica e tecnológica, as políticas setoriais do Governo e as empresas privadas e públicas, visando a acelerar a capacitação nacional e a difusão dos novos processos técnicos, não seria possível vencer o desafio com que nos defrontamos. (VIDEIRA, 2010, p. 43).

Duas são as grandes questões que vão demarcar a política de C&T por um largo período a partir de 1985: a econômica como a grande indutora das políticas para este setor em face da mundialização do capital e a orientação política escolhida a partir da era Collor que combinou novas diretrizes para o setor industrial, com a desnacionalização de setores industriais, falências de muitas empresas e destruição de pedaços de várias empresas e segmentos do parque industrial (CANO; SILVA, 2010, p. 04).

Em 1993, a contratação de um estudo coordenado pelos professores Luciano Coutinho, do Instituto de Economia da Unicamp, e João Carlos Ferraz, da UFRJ, pelo MCT, Finep e pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) “Estudo da competitividade da Indústria brasileira” “criou um curto e falso otimismo sobre a retomada do *Estado desenvolvimentista*”. (CANO; SILVA, 2010, p. 05, grifo do autor).

O estudo realizou uma análise minuciosa sobre os setores considerados estratégicos e infraestruturais para uma reinserção da competitividade industrial brasileira no cenário internacional: transporte, energia, telecomunicações. Fez um diagnóstico partindo do pressuposto de que o modelo produtivo brasileiro baseado na substituição de importações no qual se baseou o período de maior crescimento industrial brasileiro entre os anos de 1950 a 1975 estava esgotado do ponto de vista estrutural, sobretudo pelo comparativo entre o Brasil e as tendências internacionais.

A superação do modelo anterior nesses campos estratégicos era condição essencial, visto que no passado tal modelo infraestrutural exercera importante papel no suporte ao desenvolvimento econômico vigente, mas, diante de um momento de transição econômica e da necessidade de uma estrutura tecnologicamente mais competitiva, seria preciso repensar novos suportes institucionais e de financiamento, principalmente alternativas de parcerias público-privado e consórcios entre governo e instituições privadas na sua gestão

e reestruturação, “sendo necessário, portanto, apresentar novas perspectivas e propor alternativas, principalmente no que diz respeito à definição do papel do Estado e à definição de novos mecanismos e parcerias para financiamento da infraestrutura” (COUTINHO, 1993, p. 44).

Entre as proposições do Estudo referentes às mudanças estruturais estavam a revisão do quadro jurídico-institucional que comportava, além do suporte legal, as reformas nas estruturas organizacionais do Estado. Comum aos três setores, as orientações passavam pela:

Reestruturação das entidades estatais das administrações direta e indireta, com a redefinição dos seus papéis; b) o estabelecimento de regras estáveis de fixação e revisão tarifárias, que resguardecem as empresas prestadoras dos serviços das políticas monetárias de curto prazo; c) o estabelecimento de regras estáveis relativas a terceirizações, privatizações ou parcerias com o setor privado, por meio de novas regulamentações e pela criação de órgãos reguladores independentes; d) a superação do caos financeiro, que se estabeleceu em função das dívidas acumuladas pelas empresas públicas entre si e destas com o setor privado. (COUTINHO, 1993, p. 94).

Note-se que a reforma do Estado e das suas instituições estava cada vez mais iminente dentro de uma política orientada para uma nova etapa de desenvolvimento econômico. Cano e Silva (2010) reiteram o contexto desta nova etapa que se caracteriza pela crise da dívida dos anos 1980, pela adoção da política de estabilização e da estratégia de desenvolvimento de corte neoliberal nos anos 1990, apoiada na abertura comercial, privatização de empresas estatais e desregulamentação dos mercados que interromperam o processo de industrialização brasileira, passando a política industrial a ser vista como anacrônica e prova cabal de atraso. (CANO; SILVA, 2010, p. 3).

Entretanto, alguns esforços isolados podem ser contabilizados em termos de atitudes do setor público e do empresariado nacional. Na segunda metade da década de 1980, no governo da Nova República, houve um esforço deliberado para capturar oportunidades nas novas fronteiras de inovação (informática, biotecnologia e novos materiais). Partindo do reconhecimento de que, no âmbito internacional, mudanças profundas e aceleradas estavam em processo, com a emergência das novas tecnologias de base microeletrônica, a difusão de equipamentos de automação e avanços nas áreas de biotecnologia, novos materiais e energias renováveis, promovendo transformações no padrão de industrialização liderado pelos complexos metalmeccânico e químico. Porém, sob o contexto macroeconômico desfavorável, no Brasil os tímidos movimentos de diversificação de alguns grandes grupos nacionais em direção ao complexo eletrônico não se sustentaram. Afinal, a dimensão dos novos desafios requeria a articulação e a sustentação de uma Política Industrial efetiva, apoiada por uma política

macroeconômica adequada, o que, no período, era praticamente impossível. (CANO; SILVA, 2010, p. 03)

A criação do MCT e a Política Nacional da Informática são alguns desses fatores isolados daquele período na direção de se repensar uma política industrial adequada ao novo padrão produtivo mundial. Mas a opção política que se iniciou no período Collor marcou um profundo retrocesso na política industrial.

Ao contrário das políticas até então adotadas com incrementos na expansão da capacidade produtiva mediante incentivos nas substituições das importações, Cano e Silva (2010) caracterizam essa fase da política industrial brasileira como uma “política industrial às avessas” que, seguindo à risca o receituário do Consenso de Washington na questão da competitividade (conforme a Medida Provisória 158 de 15 de março de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação) “promo[veu] uma acentuada e rápida exposição da indústria à competição internacional, com redução progressiva dos níveis de proteção tarifária e eliminação dos instrumentos não tarifários de proteção e dos subsídios”. (CANO; SILVA, 2010, p. 03, grifo nosso).

Nesse sentido, nos anos 1990, a política industrial ficou circunscrita à liberalização do comércio exterior com acordos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), à sobrevalorização do Real combinada com maior abertura ao Investimento Externo Direto e com a saída do Estado como principal ator na promoção do desenvolvimento industrial e aos cortes orçamentários para o financiamento industrial.

[...] Isso mudou radicalmente o ambiente econômico, submetendo a indústria, enfraquecida por muitos anos de estagnação, à concorrência predatória de importações e investimentos estrangeiros, resultando em fortes processos de desnacionalização, conflitos entre Estado e entidades representativas das empresas, fortes pressões setoriais por proteção (e. g. automobilística), crise do federalismo em razão das políticas estaduais de atração de investimentos que ocupavam o espaço vazio da PI [Política Industrial] [...] a estabilização monetária veio acompanhada por forte instabilidade macroeconômica, sobretudo no ‘front’ externo, maiores incertezas e riscos associados à volatilidade de câmbio e juros e supremacia do financeiro sobre o produtivo, fechando o círculo vicioso de causação circular. (SUZIGAN; FURTADO, 2005, p. 190-191).

O governo FHC se funda em torno do elevado consenso das elites brasileiras na avaliação da crise do Estado desenvolvimentista e na retomada do desenvolvimento econômico pela reforma do Estado. Em termos da política industrial, a expectativa era de que a reforma do Estado e a diminuição de seu papel diminuíssem a regulamentação herdada do período desenvolvimentista, assegurando competitividade às empresas brasileiras numa

economia aberta através da desoneração tributária da produção e de que a reforma e a abertura econômica ensejariam um afluxo crescente de capitais externos em substituição ao financiamento público e ainda a garantia de um ambiente de estabilidade macroeconômica. (DELGADO, 2005, p. 210).

Não podemos deixar de pontuar que neste mesmo período a Medida Provisória 155 também de 15 de março de 1990 cria o Programa Nacional de Desestatização (PND), que é “executado sem vinculação a uma estratégia de política industrial, privatizando estatais produtivas de setores anteriormente considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional e, na sequência, passando a incluir as concessões de serviços públicos à iniciativa privada” (CANO; SILVA, 2010, p. 03).

Esta opção econômica e política do não investimento em uma política industrial abranda o debate político em torno dos investimentos em C&T, só retornando novamente em 2001, por ocasião da II Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, 16 anos após a I Conferência Nacional de C&T, em que se criou o MCT.

Isto não significa ausência de investimento em C&T. Pelo contrário, a análise dos indicadores da pós-graduação indica que houve uma expansão no número de Programas de mestrado, mestrado profissional e doutorado, na matrícula de alunos em cursos de pós-graduação e no quantitativo de bolsas para pós-graduação a partir de 1995.

A tabela número 2 aponta a expansão do número de programas de pós-graduação no Brasil que no período de 1998-2011 cresceu 146%. Há um destaque significativo na expansão de programas que combinam exclusivamente os cursos de mestrado e doutorado, sofrendo uma expansão de 107%. Houve ainda um crescimento expressivo no número de programas com oferta de cursos de mestrado, na ordem de 150% indicando que muitas universidades no período abriram cursos de pós-graduação.

Tabela 2 - Brasil: Programas de Mestrado e Doutorado, 1998-2011²⁹.

Ano	Doutorado	Mestrado	Mestrado/ Doutorado	Mestrado/ Doutorado/ Mestrado/ Profissional	Mestrado/ Mestrado Profissional	Mestrado Profissional	Total
1998	24	464	749	19	3	-	1.259
1999	25	554	756	19	5	4	1.363
2000	28	613	766	19	5	9	1.440
2001	29	561	883	44	5	29	1.551
2002	32	661	891	44	5	51	1.684
2003	35	765	907	44	6	62	1.819
2004	32	760	1.022	1	-	116	1.931
2005	33	830	1.063	-	-	132	2.058
2006	39	924	1.146	-	-	157	2.266
2007	37	981	1.207	-	-	184	2.409
2008	36	1.030	1.284	-	-	218	2.568
2009	40	1.054	1.381	-	-	243	2.718
2010	49	1.091	1.453	-	-	247	2.840
2011	52	1.161	1.554	-	-	329	3.096

Fonte: geocapes.capes.gov.br/geocapesds. Disponível em: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/7812/Brasil_Programas_de_mestrado_e_doutorado.html. Acesso em: 02 de dezembro de 2012.

A leitura das tabelas nos induz à hipótese de que a reforma das políticas para C&T, tomada aqui neste estudo como marco na criação do MCT em 1985, passa por dois momentos de expansão: num primeiro momento, com início na década de 1990, mas precisamente se acentuando a partir da aprovação da LDB 9394/96, que, no artigo 52, parágrafo 3, estabelece como exigência para o ensino universitário que um terço de seu corpo docente seja constituído de mestres e doutores. Tal exigência levou a um forte movimento de qualificação do corpo docente das universidades, induzindo, principalmente, à expansão dos programas de pós-graduação.

Paralelo a formação e qualificação dos docentes atuantes nos programas de pós-graduação que já em 1998, conforme a tabela 3, apresentava-se bastante expressiva com taxa de 95,6% de professores doutores em 1998 e 99,35% em 2011, a expansão de 146% nos

²⁹ Cabe destacar que nesta tabela os programas são classificados em: exclusivamente de mestrado, exclusivamente de doutorado, exclusivamente de mestrado profissional, mestrado/doutorado/mestrado profissional, mestrado/doutorado, mestrado/mestrado profissional.

Programas de pós-graduação no Brasil conforme vimos na tabela 2 nos induz a constatar que esta era uma das principais políticas de C&T no país.

Tabela 3- Brasil: Docentes nos Programas de Pós-Graduação 1998-2011.

Ano	Número de Docentes	
	Total	Doutores
1998	27.010	25.823
1999	28.824	27.926
2000	30.005	29.388
2001	30.604	30.245
2002	33.011	32.710
2003	35.474	35.216
2004	40.725	40.510
2005	43.524	43.323
2006	47.571	47.354
2007	50.581	50.330
2008	53.706	53.454
2009	57.251	47.531
2010	60.039	59.735
2011	65.882	65.457

Fonte: geocapes.capes.gov.br/geocapesds. Disponível em: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/7812/Brasil_Programas_de_mestrado_e_doutorado.html. Acesso em: 02 de dezembro de 2012.

Outra característica deste momento de expansão dos investimentos em C&T foi a implementação de um sistema de bolsas e apoio às pesquisas de natureza acadêmica via CNPq e Capes. Na Tabela 4 fica clara uma expansão ano a ano nas matrículas e titulações nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Houve uma expansão no período indicado de 267% nas matrículas de doutorado; de 211% nas matrículas de mestrado acadêmico e no período de 2003 a 2011 uma evolução de 141% nas matrículas do mestrado profissional. A pesar das matrículas no mestrado profissional representar um percentual baixo em relação aos demais níveis e modalidades *stricto sensu*, sua representativa expansão pode indicar uma mudança de paradigma futuro nas políticas públicas para C&T.

Tabela 4- Brasil: Alunos Matriculados e Titulados nos Cursos de Mestrado e Doutorado, ao final do ano, 1998-2011.

Ano	Doutorado Matriculados	Doutorado Titulados	Mestrado Matriculados	Mestrado Titulados	Mestrado Profissional Matriculados	Mestrado Profissional Titulados
1998	26.697	3.915	49.387	12.351	-	-
1999	29.895	4.831	54.792	14.938	589	43
2000	32.900	5.318	60.425	17.611	1.131	210
2001	35.134	6.040	62.353	19.651	2.956	362
2002	37.728	6.894	63.990	23.457	4.350	987
2003	40.213	8.094	66.951	25.997	5.065	1.652
2004	41.261	8.093	69.190	24.755	5.809	1.903
2005	43.942	8.989	73.805	28.605	6.301	2.029
2006	46.572	9.366	79.050	29.742	6.798	2.519
2007	49.667	9.915	84.356	30.559	7.638	2.331
2008	52.750	10.711	88.295	33.360	9.073	2.654
2009	57.917	11.368	93.016	35.686	10.135	3.102
2010	64.588	11.314	98.607	36.247	10.213	3.343
2011	71.387	12.217	104.178	39.220	12.195	3.610

Fonte: geocapes.capes.gov.br/geocapesds. Disponível em: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/7812/Brasil_Programas_de_mestrado_e_doutorado.html. Acesso em: 02 de dezembro de 2012.

Outro dado característico deste período no que diz respeito às políticas de C&T foi a implementação de um modelo de avaliação acadêmica para os programas de pós-graduação sob a tutela da Capes. A pesquisa de Sguissardi e Silva Jr (2009, p.17) revelou pelo trabalho de campo e pela análise de documentos oficiais que a introdução de um novo modelo para a pós-graduação vinha alterando de modo gradativo, mas intenso, a prática universitária desses professores, qualificada pelas relações que envolvem o ensino, a pesquisa, a extensão, administração, sendo essas atividades partes essenciais da identidade universitária.

Segundo o novo modelo de avaliação da Capes, o professor pesquisador que atua na pós-graduação precisa submeter-se a uma série de exigências, todas com repercussões na avaliação trienal dos respectivos programas. Entre outras, além do tempo de pesquisa e de orientação comprimidos, defronta-se com a ‘obrigação’ de: a) produzir e publicar determinada média anual de ‘produtos científicos’ em periódicos, classificados pela agência, ou em editoras de renome; b) dar aula na pós-graduação e na graduação; c) ter pesquisa financiada por agências de fomento que gozem de prestígio

acadêmico; e c) prestar assessoria e consultorias científicas. (SGUISSARDI; SILVA JR, 2009, p. 43).

Tendo em vista a necessária estruturação da produção de conhecimento no Brasil em virtude das mudanças de demanda econômica, e acentuado peso sobre o sistema universitário, sobretudo, no nível de pós-graduação, este período de estruturação das políticas de C&T esteve marcado pelo fortalecimento da pesquisa de base acadêmica, com significativo dispêndio federal para a ampliação dos programas de pós-graduação, na formação acadêmica dos professores e na expansão das matrículas.

No que se relaciona às atividades do CNPq na década de 1980 e 1990, para além do fomento de bolsas de pós-graduação no país e exterior, auxílio para participação de eventos e o financiamento de pesquisas que o orçamento permitia, houve amplo progresso nas suas atividades científicas e tecnológicas, confirmando o exposto acima.

O CNPq passa a incorporar nas suas atividades Programas de bolsas especiais, ampliando sua atuação estratégica. Algumas dessas atividades merecem destaque: criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- Pibic (1988), criação do prêmio Jovem cientista (1986), ampliação de mecanismos de concessão de bolsas no país com a criação das modalidades recém-doutor, desenvolvimento científico regional, pesquisador visitante e apoio técnico. Na década de 1990, houve a disponibilização à internet do Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil e o lançamento da Plataforma Lattes. No final da década de 1990, houve o lançamento dos primeiros editais de programas estratégicos, entre eles o RHAE.

1.3.Os novos marcos jurídicos de amparo à C,T&I após-reforma do aparelho do Estado.

Para o entendimento de como aquilo que se expressou no âmbito da reforma do Estado vem se traduzindo no político e no jurídico, fomentando alterações nas práticas institucionais do CNPq, é necessário o entendimento de algumas políticas implementadas que passam a fazer parte do rol das mudanças profundas demandadas pela Política nacional de C&T. Se, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, a agenda do país focou muito mais na emergência de uma gestão monetária da política e reformas no âmbito do Estado que promovessem a inserção do Brasil no circuito de servidão financeira internacional, é o governo de Lula (2003-2010) que vai dar solidez a este projeto, sobretudo, por meio de

um novo projeto de industrialização que passa a reposicionar o setor produtivo/industrial ao atribuir a ele o papel de indutor de produção de conhecimento, tecnologia e inovação.

Ou seja, a agenda nacional de C, T&I decorrente do novo projeto de industrialização brasileira resultou da adaptação do país ao novo modelo econômico mundial, e que passa a demandar um novo ordenamento jurídico de orientação da produção de conhecimento científico, tecnológico e de incentivo à inovação. Sob essa perspectiva, o conhecimento passa a ser um dos elementos centrais da nova estrutura econômica brasileira, e a inovação tecnológica, a mediação entre a produção de conhecimento e a geração de riqueza.

Figura 1- Dispêndio Nacional em Ciência e Tecnologia.

Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T)⁽¹⁾ em valores correntes, em relação ao total e em relação ao produto interno bruto (PIB), por setor institucional, 2000-2010

Ano	PIB em milhões de R\$ correntes	Dispêndios em C&T Valores correntes em milhões de R\$							% em relação ao total		% em relação ao PIB		
		Públicos			Empresariais			Total	Públicos	Empresariais	Públicos	Empresariais	Total
		Federais ⁽²⁾	Estaduais ⁽³⁾	Total	Empresas privadas e estatais ⁽⁴⁾	Outras empresas estatais federais ⁽⁵⁾	Total						
2000	1.179.482,0	5.795,4	2.854,3	8.649,7	5.455,6	1.183,2	6.638,8	15.288,5	56,58	43,42	0,73	0,56	1,30
2001	1.302.136,0	6.266,0	3.287,1	9.553,1	6.058,7	1.650,8	7.709,6	17.262,6	55,34	44,66	0,73	0,59	1,33
2002	1.477.822,0	6.522,1	3.473,3	9.995,4	6.688,7	2.593,1	9.281,8	19.277,2	51,85	48,15	0,68	0,63	1,30
2003	1.699.948,0	7.392,5	3.705,7	11.098,2	7.335,3	2.960,3	10.295,6	21.393,9	51,88	48,12	0,65	0,61	1,26
2004	1.941.498,0	8.688,2	3.900,5	12.588,6	7.941,3	3.510,2	11.451,6	24.040,2	52,36	47,64	0,65	0,59	1,24
2005	2.147.239,0	9.570,1	4.027,3	13.597,4	10.216,6	3.463,0	13.679,6	27.277,1	49,85	50,15	0,63	0,64	1,27
2006	2.369.484,0	11.476,6	4.282,1	15.758,6	11.783,9	3.076,0	14.859,9	30.618,5	51,47	48,53	0,67	0,63	1,29
2007	2.661.344,0	14.083,5	5.687,4	19.770,9	13.734,1	3.692,2	17.426,3	37.197,2	53,15	46,85	0,74	0,65	1,40
2008	3.032.203,0	15.974,5	7.138,0	23.112,5	15.827,0	5.158,6	20.985,6	44.098,1	52,41	47,59	0,76	0,69	1,45
2009	3.239.404,0	18.475,2	8.424,8	26.900,0	17.987,9	7.001,2	24.989,2	51.889,2	51,84	48,16	0,83	0,77	1,60
2010 ⁽⁶⁾	3.770.084,9	22.577,0	10.201,8	32.778,7	20.407,7	7.713,0	28.120,7	60.899,5	53,82	46,18	0,87	0,75	1,62

Fonte: BRASIL, MCT, 2012.

A Figura 1 apresenta a evolução do dispêndio nacional em C&T nos últimos dez anos, com uma evolução de 379% no dispêndio público em C&T e uma evolução de 423% de dispêndio privado, totalizando a evolução de dispêndio em C&T 398% no período indicado. A criação dos Fundos Setoriais a partir de (1997) representou a revitalização dessas políticas de C&T com foco na Inovação, alterando a prática de financiamento das instituições

de apoio à C&T. Esta revitalização sob a figura dos Fundos Setoriais representa um novo momento de organização da infraestrutura da C&T no país.

A criação das agências Capes e CNPq cumpriu por longo período a função de promoção da estrutura universitária, acentuando esta formação da base acadêmica com a criação de Ministério específico a partir de 1985. A criação dos Fundos Setoriais retomou uma visão de crescimento estratégico que se sustenta pela indução à produção de conhecimento com base na nova etapa de crescimento capitalista brasileiro.

Pacheco (2007), ex-secretário executivo do MCT (1999-2002), publicou na revista brasileira de inovação do Rio de Janeiro documento elaborado em 1999 que subsidiou uma reunião com o presidente da República (Fernando Henrique Cardoso) em dezembro daquele ano para tratar da criação dos fundos setoriais³⁰.

A leitura deste documento nos fornece indícios para aventar a hipótese de que ali estaria o embrião da nova política de financiamento público de pesquisas, caracterizado por indução a pesquisas de natureza aplicada, para áreas consideradas estratégicas que seguissem a mesma racionalidade do então Fundo CT-Petro³¹, criado no ano de 1997, em função da aprovação da lei do petróleo, com vistas a gerar significativo impacto no processo de geração e difusão de novas tecnologias nessas áreas.

Este documento estabeleceu três prioridades que são os grandes eixos que passam a organizar a política do governo federal para a C,T&I: uma necessária política de formação de recursos humanos, incentivo aos gastos privados em P&D, a criação de uma nova modalidade de financiamento, a exemplo da criação do CT-Petro (1997), e a articulação das políticas de C,T&I com o Ministério da Educação.

A ênfase dada pelo Governo Federal do Brasil, no período 1999 a 2002, às políticas de incentivo à inovação tem poucos precedentes. Em um curto espaço de tempo, ampliou-se o espaço da política de C&T. Se iniciativas legislativas anteriores tinham sido importantes para a regulação das atividades de C&T (Lei de Propriedade Industrial, Lei de Cultivares, Lei do *Software* e de Biossegurança), quase não haviam afetado sua estrutura de incentivos à inovação, fomento e financiamento à C&T, com exceção da criação do CT-Petro. A reforma realizada depois de 1999 abrangeu aproximadamente 15 leis, duas aprovadas depois de 2002 (Lei de Inovação e a Regulamentação do FNDCT). (PACHECO, 2007, p. 192).

Segundo Pacheco (2007, p. 192), a defesa de uma política de fundos era clara: precisaríamos romper com “a crônica instabilidade da alocação de recursos para o

³⁰A leitura do texto de Nascimento e Oliveira (2011) indica que esta reunião foi a discussão da elaboração do Plano Plurianual 2000-2003.

³¹O Fundo Setorial de Petróleo e gás natural foi criado pela Lei n.9.478/1997.

desenvolvimento científico e tecnológico”. E ainda um esforço conjunto entre os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia.

Nossa expectativa é que em menos de trinta dias Vossa Excelência possa ter condições para anunciar ao País um programa em que se conjuguem os esforços das duas Pastas – MCT e MEC – em prol de um novo, mais sistemático e mais produtivo relacionamento entre o governo federal e o sistema universitário brasileiro. (PACHECO, 2007, p. 192).

Este documento que se reportava diretamente ao Presidente da República indicava que era necessário que o país produzisse políticas e instrumentos legais eficazes que possibilitasse um crescimento do país em direção a uma política de educação calcada no desenvolvimento produtivo e amplamente amparada pela estrutura educacional: educação básica, média e o sistema universitário brasileiro.

Coloquei a proposta de conjugação, mas não a de integração de atividades porque tanto o MEC quanto o MCT abrigam aspectos importantíssimos que vão substancialmente além desta parceria. No MEC, basta lembrar suas atribuições nos ensinos básico e médio; no MCT, o seu lado de promoção da inovação tecnológica, que o vincula diretamente ao mundo empresarial, mas também aos Ministérios mais ligados ao desenvolvimento. Basta pensar nas dramáticas implicações da mudança tecnológica em campos como a agricultura, indústria, saúde, energia e exportações. Assim, as atribuições variadas do MCT e sua perspectiva abrangente induzem sua participação diferenciada nos esforços de Governo, de acordo com a temática dos comitês de coordenação governamental ora em implantação. O fortalecimento da interface MCT/MEC não é apenas importante, é vital para a reconstrução das políticas públicas, bem como para inserção externa do País. Leva em conta as desvantagens da globalização – hoje amplamente reconhecidas – mas não se esgota em sua condenação ou no negativismo, mas procura melhor explorar os recursos humanos que integram a comunidade acadêmica brasileira e mobilizar o patrimônio de conhecimento que esta amealhou, dentro da avaliação de que, dados esses fatores e outros, é possível, buscar a adaptação dinâmica do País às realidades do processo de globalização. (PACHECO, 2007, p. 192).

A definição desses quatro eixos com claro incentivo à inovação tecnológica reposicionam o lugar da pesquisa e o seu financiamento. Entretanto, ainda era necessária a construção de marcos jurídicos que permitissem alterações profundas, por exemplo, na cultura de produção de conhecimento de nível mais acadêmico, um maior incentivo da relação do professor com as empresas, a possibilidade de auferir ganhos pessoais a partir de sua produção.

Nascimento e Oliveira (2011), ao identificarem o direcionamento do fomento público para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), com o advento das ações

transversais em 2004, analisaram a reestruturação do FNDCT a partir de FHC, e tal como Pacheco (2007), indicando que essa reformulação se deu durante o processo de discussão para a formulação do Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, inspirado pela criação do CT-Petro.

[...] Algo nesse sentido só ocorreria bem mais tarde, já no período Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a reestruturação do FNDCT em fins da década de 1990. De acordo com Pacheco (2007), durante as discussões para a formulação do Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 já era evidente aos participantes a necessidade de estabelecer “um novo padrão de financiamento”. Inspirado na criação do CT-Petro, o PPA 2000-2003 trazia como uma de suas diretrizes a necessidade “[...] consolidar um conjunto de fundos setoriais, especialmente aqueles vinculados a concessões públicas e com significativos impactos sobre o processo de geração e difusão de novas tecnologias (apud PACHECO, 2007, p. 191). Com efeito, entre 2000 e 2001, foram criados 14 dos 16 fundos setoriais hoje existentes – já totalizando à época 15, uma vez que o CT-Petro já existia. O desdobramento natural foi a promulgação, em 2001, da Lei n. 10.197, que, avançando nos passos iniciados com a criação do CT-Petro pela chamada Lei do Petróleo, dava institucionalidade ao mecanismo dos fundos setoriais como nova forma de operação do FNDCT. Preconizava a Lei n.10.197/2001 a destinação, para o financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, de 20% dos recursos. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2011, p. 10-11).

Três leis são muito expressivas sobre a mudança cultural no financiamento e no apoio à produção científica, principalmente para a execução dos principais programas do CNPq e no fomento de bolsas e de pesquisa com vistas ao incentivo à produção tecnológica e inovação. Note-se que todas as leis foram normatizadas após a publicação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior-PITCE: a Lei de Inovação Tecnológica (Lei n. 10.973/2004), a lei do Bem (Lei n. 11.196/2005) e a Lei 11.487/2007, que altera as regras de concessão fiscal para as empresas.

A lei n. 10.973/2004, mais conhecida como Lei de Inovação Tecnológica dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país (Art. 1º).

Passa a estimular diretamente a construção de ambientes especializados e cooperativos com a produção de inovação, autorizando a relação cooperativa entre a instituição de ciência e tecnologia (ICT)³² e as empresas privadas por meio do uso cooperativo de espaços como laboratórios, instrumentos, equipamentos, materiais, instalações; regulamentam a propriedade intelectual e econômica que resulte em produtos,

³² A definição de ICT na letra da lei significa órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

processos ou serviços, o segredo de resultado, e dos ganhos econômicos auferidos pelos criador³³.

É interessante notar como a Lei de Inovação prevê alterações na própria cultura do serviço público, fortemente amparada pela reforma do Estado. O artigo 14 desta lei trata sobre a flexibilização nas relações trabalhistas do professor-criador para a realização desse tipo de pesquisa cooperativa, permitindo afastamento com seguridade nos benefícios sociais e recebimento de ganhos auferidos no processo de exploração de produtos, serviço ou processo.

Para a execução do disposto nesta Lei, ao pesquisador público é facultado o afastamento para prestar colaboração a outra ICT, nos termos do inciso II do art. 93 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observada a conveniência da ICT de origem. § 1º As atividades desenvolvidas pelo pesquisador público, na instituição de destino, devem ser compatíveis com a natureza do cargo efetivo, cargo militar ou emprego público por ele exercido na instituição de origem, na forma do regulamento. § 2º Durante o período de afastamento de que trata o caput deste artigo, são assegurados ao pesquisador público o vencimento do cargo efetivo, o soldo do cargo militar ou o salário do emprego público da instituição de origem, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como progressão funcional e os benefícios do plano de seguridade social ao qual estiver vinculado. § 3º As gratificações específicas do exercício do magistério somente serão garantidas, na forma do § 2º deste artigo, caso o pesquisador público se mantenha na atividade docente em instituição científica e tecnológica. § 4º No caso de pesquisador público em instituição militar, seu afastamento estará condicionado à autorização do Comandante da Força à qual se subordine a instituição militar a que estiver vinculado. (BRASIL, 2004)

No âmbito do estímulo à inovação nas empresas fica muito claro no art. 19 o papel das agências de fomento na promoção da inovação. Esta lei, ao que parece, acentua a indução a pesquisas de natureza aplicada nas atividades do CNPq amparando legalmente, na forma de política pública, todo tipo de subvenção econômica que resulte em inovação: bolsas e financiamento de pesquisa com vistas ao atendimento da demanda econômica do país.

A União, as ICT e as agências de fomento promoverão e incentivarão o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura, a serem ajustados em convênios ou contratos específicos, destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento, para atender às prioridades da política industrial e tecnológica nacional. (BRASIL, 2004)

³³ Criador é considerado o pesquisador que seja inventor, obtentor ou autor de criação.

A lei n. 11.196/2005, mais conhecida como a “Lei do Bem” visa estimular o investimento das empresas em inovação e pesquisa tecnológica por meio do usufruto de incentivos fiscais por pessoas jurídicas que realizem pesquisa tecnológica e/ou desenvolvimento de inovação.

Os incentivos fiscais concedidos são aqui listados: deduções de Imposto de Renda e da Contribuição sobre o Lucro Líquido - CSLL de dispêndios efetuados em atividades de P&D; a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de máquinas e equipamentos para P&D; depreciação acelerada desses bens; amortização acelerada de bens intangíveis; redução do Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre remessa ao exterior resultantes de contratos de transferência de tecnologia (revogado pela MP 497, de 27 de julho de 2010); isenção do Imposto de Renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinada ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares; ou por meio de subvenções econômicas.

A subvenção econômica como forma de incentivo no âmbito da FINEP (Portaria MCT N. 557 de 30 de agosto de 2006), prevê a possibilidade de contratação de professores via editais para a execução de projetos para o exercício das atividades de inovação em empresas localizadas em território nacional desde que atendam as opções estratégicas do PITCE.

Art. 2º Os projetos deverão atender prioritariamente às ações horizontais de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE, que visem o aumento da competitividade das empresas pela inovação; o adensamento tecnológico e dinamização das cadeias produtivas; o incremento, compatível com o setor de atuação, dos gastos empresariais com atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; atendimento a relevância regional; e a cooperação com instituições científicas e tecnológicas, como ainda as ações verticais para o atendimento as opções estratégicas e as áreas portadoras de futuro § 1º Entende-se como opções estratégicas, no âmbito da PITCE, as áreas de semicondutores, software, bens de capital e fármacos e medicamentos § 2º Entende-se como áreas portadoras de futuro, no âmbito da PITCE, a biotecnologia, a nanotecnologia e a biomassa/energia alternativa.

A lei de nº 10.332/2001 que institui os mecanismos de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade incentiva o uso da capacidade produtiva de nossas universidades, de sua cultura e da sua prática universitária.

O Art. 1º dessa lei destaca as áreas chamadas prioritárias dentro desse processo do total da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, sendo destinados:

I – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio; II – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) ao Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde; III – 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma; IV – 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico; V – 10% (dez por cento) ao Programa de Inovação para Competitividade. (BRASIL, 2001)

Os programas acima referidos objetivam, de acordo com o Art. 2º, “incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, por meio de financiamento de atividades de pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse das áreas do agronegócio, da saúde, da biotecnologia e recursos genéticos, do setor aeronáutico e da inovação para a competitividade” (lei 10.168/2000). O que nos indica que a pauta da pesquisa científica na universidade vem tornando-se cada vez mais exógena ao pesquisador e à própria comunidade científica, que, pela falta de incentivo em pesquisa básica e em outras áreas, tende a moldar-se a esses interesses, os quais são financiados por meio das mais diversas modalidades de bolsa por parte dos órgãos de fomento ou incentivo financeiro (subvenção econômica) pelas empresas³⁴.

No que diz respeito ao Programa de Inovação para competitividade, o Art. 3º estabelece os recursos destinados ao Programa de Inovação para Competitividade.

I - estímulo ao desenvolvimento tecnológico empresarial, por meio de programas de pesquisa científica e tecnológica *cooperativa* entre universidades, centros de pesquisas e o setor produtivo; II - a *equalização* dos encargos financeiros incidentes nas operações de financiamento à inovação tecnológica, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep; III - a participação minoritária no capital de microempresas e pequenas empresas de base tecnológica e fundos de investimento, através da Finep; IV - a concessão de *subvenção econômica* a empresas que estejam executando Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI

³⁴ Aqui reside uma questão central introduzida no momento do processo de qualificação: a nossa pauta de pesquisa foi, em algum momento, definida pelo pesquisador? A leitura dos documentos nos induz a avaliar que a própria política de C&T sempre foi uma questão estratégica para o país, tendo como horizonte o desenvolvimento de um determinado modelo de desenvolvimento capitalista em tempo histórico específico. Entretanto, a evolução das condições estruturais obedeceu a uma demanda muito mais acadêmica do que puramente econômica. No âmbito do CNPq, por exemplo, o que veremos é que a lógica que orientou a política de financiamento de pesquisas e bolsas obedeceu a critérios de disponibilidade de verbas, ou mesmo por demanda balcão por longo período de tempo. Nossa hipótese central, que vem sendo produzida no âmbito deste estudo, é que as novas condições do novo modelo de desenvolvimento econômico assumido pelo Brasil a partir de Collor vão requerer um papel do Estado no sentido de fomentar políticas públicas para C&T que transformem a riqueza potencial brasileira em riqueza real.

ou Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário - PDTA, aprovados em conformidade com a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993; e V - a constituição de uma reserva técnica para viabilizar a *liquidez* dos investimentos privados em fundos de investimento em empresas de base tecnológica, por intermédio da Finep, conforme disposto em regulamento. (BRASIL, 2001, grifo do autor).

E ainda no parágrafo 2º: “A regulamentação da subvenção econômica de que trata o inciso IV e dos demais instrumentos do Programa de Inovação para Competitividade dará prioridade aos processos de inovação, agregação de valor e aumento da competitividade do setor empresarial”.

O editorial publicado em maio de 2008 no portal da Capes é bastante ilustrativo do estímulo ao financiamento das pesquisas de natureza induzida. A lei 11.487/2007 passa a formalizar políticas dirigidas, por parte do governo, às empresas privadas, via concessão de incentivos fiscais e também regendo o percentual que cabe a cada um sobre os resultados dessa parceria.

As empresas que investirem em pesquisa científica, tecnologia aplicada e inovação tecnológica terão isenção fiscal. As bases do incentivo à produção de conhecimentos estão no Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010, que foi anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na terça-feira, 20, em Brasília. Dentre as ações, o presidente sancionou a Lei nº 11.487/2007, que altera as regras de isenção fiscal para empresas. O objetivo é aproximar as instituições científicas e tecnológicas do sistema produtivo industrial. Hoje, as universidades e instituições públicas são referências na pesquisa aplicada, mas esse potencial poderá gerar propriedade intelectual para o país se estiver articulado com os sistemas produtivos. [...] A nova lei estabelece critérios do direito de propriedade intelectual. As empresas que investirem em pesquisa receberão isenção fiscal proporcional ao direito de propriedade. Quanto menor a isenção fiscal, maior é o direito da empresa sobre a pesquisa e vice-versa. As instituições científicas e tecnológicas, por exemplo, terão sempre um percentual da propriedade intelectual, que será de 15%, no mínimo, e 83%, no máximo. Pela lei, podem participar instituições científicas ou tecnológicas, como universidades, institutos e laboratórios³⁵.

É esse novo ordenamento jurídico que passará a orientar as atividades de C,T&I no Brasil a partir dos anos 2000 e que passa a alterar o desenho da política de financiamento do CNPq acrescido de novos traços culturais: foco na inovação, incentivo na formação de um pesquisador-criador, ênfase nas pesquisas de natureza aplicada em detrimento das pesquisas de natureza acadêmica, forte subvenção pública orientada para o crescimento econômico e para posicionar o Brasil em plataforma de valorização financeira.

³⁵Disponível em: http://www.capes.gov.br/bolsas/especiais/chamada_publica.html. Acesso em: 11 de setembro de 2012.

1.4. Os novos marcos políticos de amparo à C, T&I pós-reforma do aparelho do Estado

Nessa nova fase, são fortes os sinais de mudança de rumo, após um longo período de automatismos, incertezas e indefinições: tecnologia e inovação, no reordenamento político em curso, foram captadas pelo radar das políticas públicas e passaram — ainda que lentamente — a receber atenção especial do sistema de incentivos e de financiamento público. Como consequência, as empresas começaram a ser vistas e tratadas como unidades-chave para a geração de inovações, e a economia tornou-se mais amigável às empresas inovadoras (ARBIX, 2010, p. 14).

Apesar de a primeira grande expressão política de retomada dos investimentos em C&T após longo período de recessão econômica ser simbolizada pela criação dos Fundos Setoriais (1999), as novas políticas para C,T&I têm alguns marcos políticos importantes: A II Conferência Nacional de C,T&I em 2001, a publicação em 2003 das diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de comércio Exterior (PITCE), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008, o Plano de ação da Ciência, Tecnologia e Inovação (2007-2010), a criação de uma nova estrutura jurídico-legal: Lei de Inovação Tecnológica (Lei n. 10.973/2004), Lei do Bem (Lei n. 11.196/2005), Lei da informática (Lei n. 11.077/2004), Lei 10.168/2000, que institui a contribuição de domínio econômico destinado a financiar o programa de estímulo à interação universidade-empresa para o apoio à inovação.

É o conjunto dessas modificações nas políticas públicas mediadas pelo ordenamento jurídico decorrente da reforma do Estado brasileiro que passa a ressignificar o papel da C,T&I e, conseqüentemente, reorganiza a política interna de financiamento do CNPq.

As características dessas mudanças no âmbito da economia política sugeriam que tal como as demais instituições que fazem parte da República, a universidade pública não ficaria incólume a este movimento de mundialização econômica, uma vez que sua estrutura acadêmico-institucional, sobretudo, nos níveis de pós-graduação, é de suma importância para atual fase capitalista com foco no conhecimento e em sua apropriação para geração de riqueza.

Para Arbix (2010), mesmo com alterações profundas na elaboração e na condução de políticas econômicas ao longo dos anos 1990, o setor produtivo continuou à margem dos programas e das políticas de C&T, que eram vistos muito mais como um receptor do conhecimento produzido e do pessoal formado pelas universidades do que propriamente como um indutor de tecnologia e inovação.

Acreditava-se que os novos fundamentos de uma economia orientada para os mercados e que as alterações no ambiente econômico e institucional, uma vez mantidos, poderiam impulsionar a tecnologia e a inovação nas empresas a partir do funcionamento mais competitivo dos mercados e da busca por ganhos de produtividade (ARBIX, 2010, p. 14). Foi em grande medida esta a concepção que norteou a política industrial brasileira (não oficialmente produzida sob a forma de um documento) a partir do governo Collor.

Esta política para o setor industrial, ao contrário das políticas empreendidas durante o período desenvolvimentista, apostava que após a derrota da inflação teria início uma onda de intensa modernização produtiva da base industrial brasileira com a abertura comercial, privatização do setor produtivo e da infraestrutura estatal, eliminação de subsídios, flexibilização das normas para o capital estrangeiro, sendo necessário estimular a competição pelos mecanismos de mercado supracitados. (LAPLANE; SARTI, 2006, p. 300).

O governo FHC optou por definir os condicionantes macroeconômicos e deixar que as próprias empresas escolhessem a estratégia mais adequada às suas necessidades. Pretendia-se [...] evitar os erros atribuídos à intervenção estatal no período do desenvolvimentismo. Esperava-se que o aumento na demanda por divisas das empresas industriais, nacionais e estrangeiras seria resolvido graças ao aumento da competitividade que permitiria expandir as exportações. A crise externa de 1999 tornou evidente que a estratégia de conduzir a modernização da indústria apenas com os instrumentos da política macroeconômica, como pretendia a visão neoliberal, foi um rotundo fracasso. [...] ainda assim, até o final do governo FHC as iniciativas do MDIC [Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio] foram bloqueadas pelo Ministério da Fazenda. (LAPLANE; SARTI, 2006, p. 310).

Para Arbix (2010, p. 10) era necessário que o Brasil diminuísse sua defasagem em relação às práticas tecnológicas mais avançadas, sobretudo, aquelas derivadas do campo da microeletrônica e nas tecnologias da informação e comunicação.

Foi apenas no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, como resposta às pressões pela revitalização das instituições de C&T, enfraquecidas por sucessivas restrições orçamentárias, que o debate sobre inovação e tecnologia ganhou maior atenção. A atuação do governo, em especial do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foi decisiva para a criação dos Fundos Setoriais, que mudaram para melhor o sistema nacional de financiamento à inovação. Por seu arrojo e engenhosidade institucional, provavelmente a criação dos Fundos Setoriais no Congresso possa ser reconhecida como o passo mais importante dado ao longo do segundo mandato do governo FHC, exatamente por responder positivamente ao *déficit institucional* e à inadequação dos mecanismos de financiamento do período anterior. (ARBIX, 2010, p.10, grifo do autor).

Apesar de a criação dos fundos setoriais (1999) ter sido uma medida decisiva para o impulso do que o governo chamou de relação cooperativa entre Estado (marcos regulatórios, agências de fomento, planejamento), universidade e setor produtivo, devemos

destacar dois importantes marcos: em primeiro lugar, a realização da II Conferência Nacional de C, T & I e, em 2004, o anúncio da nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) ³⁶.

Na ocasião desta II Conferência, dois documentos foram escritos - Livro Verde e Livro Branco - numa tentativa de retomar o debate do MCT sobre o papel da C&T, com inclusão da Inovação para a aceleração do desenvolvimento econômico e social do país. O que escreveram Cano e Silva (2010) é ilustrativo da necessidade de retorno do debate sobre uma efetiva política industrial.

Os primeiros anos do século XXI transcorreram sob intenso debate acerca da viabilidade do modelo de inserção internacional escolhido para a economia brasileira. Elevado passivo externo e crescente dívida interna reforçavam a necessidade de coordenação e articulação de uma política de desenvolvimento nacional, incluindo o resgate de uma Política Industrial efetiva. (CANO; SILVA, 2010, p. 05).

O livro verde “Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira” veio a público em 2001, antes da realização da II Conferência. A inclusão do debate sobre a criação de um Sistema Nacional de C, T&I, a inclusão da inovação no debate sobre uma política nacional de C&T, a necessidade de o Brasil transformar conhecimento em riqueza, de maiores investimentos públicos e privados em P&D aparentavam um retorno da opção política de reestruturar nossa política industrial.

A transformação de conhecimento em riqueza se dá, preponderantemente, pela ação inovadora de empresas. Entretanto, os investimentos do setor privado em P&D são claramente insuficientes – o Estado ainda é responsável por cerca de dois terços desses investimentos no País. Não se trata de fazer com que o Estado diminua sua contribuição absoluta - muito ao contrário, como o demonstra a criação dos fundos setoriais –, mas de fazer com que o setor privado se torne, num prazo relativamente curto, o participante maior no esforço de P&D no País, cujos benefícios sejam apropriados, prioritariamente, pela população brasileira. A experiência histórica dos países que se desenvolveram mostra, também, o papel fundamental das empresas nacionais na construção da riqueza desses países e na montagem de um sistema de inovação forte. Aprender observando a trajetória de quem teve sucesso é uma melhor opção do que tentar seguir as prescrições contemporâneas dos bem-sucedidos para aqueles que buscam trilhar os mesmos caminhos (BRASIL, 2001, p.16-17).

Uma questão tornou-se crucial nessa retomada da agenda de C, T&I no país. As publicações oficiais já indicavam que o aumento da participação do setor produtivo nos

³⁶ Cabe destacar que antes do anúncio oficial da PITCE em 31 de março de 2004, dois documentos foram previamente elaborados para orientar a nova política industrial: o Roteiro para agenda de Desenvolvimento publicado em 16 de junho de 2003 e as Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior em 26 de novembro de 2003.

investimentos em P&D alteraria as práticas institucionais quanto ao financiamento desta atividade, passando a posicionar o setor produtivo como o grande indutor de ciência e tecnologia.

Outro grande desafio posto no centro do debate para esta conferência residia na importância de aumentar os gastos com C,T&I, buscando ampliar seus principais indicadores: a regionalização das atividades de pesquisa, aumento na produção de patentes e produção científica, aumento da renúncia fiscal do governo para fomentar atividades e o dispêndio em P&D nas empresas, criação de novos mecanismos de incentivo à mobilidade dos pesquisadores entre as universidades, centro de pesquisas e setor produtivo (a exemplo da Lei de Inovação Tecnológica e da criação dos fundos setoriais), projetos cooperativos que busquem a criação de ambientes favoráveis à inovação, capacitação de recursos humanos qualificados, sobretudo no campo das engenharias.

O próprio documento anunciava as principais recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OCDE em relação às políticas de C&T, aparentando forte relação com as diretrizes oficiais que passam a normatizar este campo brasileiro.

(i) Aperfeiçoar a gestão da base de pesquisa científica e tecnológica por meio da maior flexibilidade nas estruturas de pesquisa e do incremento da colaboração universidade-indústria. (ii) Assegurar que o progresso tecnológico de longo prazo seja preservado por meio do financiamento adequado da pesquisa pública e incentivos para a colaboração entre empresas em pesquisa pré-competitiva. (iii) Melhorar a eficiência do apoio financeiro público à P&D e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento dos mecanismos de mercado para o financiamento da inovação, por exemplo, através do capital de risco privado. (iv) Fortalecer os mecanismos de difusão tecnológica por meio da promoção de maior competição nos mercados de produtos e por meio do aperfeiçoamento dos programas de difusão tecnológica. (v) Adotar medidas que contribuam para reduzir os desencontros entre a demanda por qualificações e competências e sua oferta bem como melhorar as condições para que as empresas adotem novas práticas organizacionais. (vi) Facilitar a criação e o crescimento de empresas baseadas em novas tecnologias por meio do desenvolvimento de maior capacitação gerencial e inovativa, da redução de barreiras regulatórias, financeiras e de informação, além da promoção da capacidade para novos empreendimentos. (vii) Promover novas áreas e oportunidades de crescimento por meio de reforma legal e regulatória que estimule novos entrantes e respostas tecnológicas flexíveis. (viii) Aperfeiçoar técnicas e fortalecer os mecanismos institucionais de avaliação. (ix) Introduzir novos mecanismos de apoio à inovação e à difusão tecnológica, particularmente por meio da maior utilização de parcerias público/privadas. (x) Eliminar os obstáculos à cooperação tecnológica internacional por meio de maior transparência no acesso de empresas e instituições estrangeiras aos programas nacionais e por meio da garantia de um quadro confiável de direitos de propriedade intelectual. (xi) Ampliar a capacidade de coordenação econômica por meio de reformas nos mercados financeiros, de

produtos e de trabalho e por meio de reformas na educação e na formação profissional. (xii) Incrementar a abertura para os fluxos internacionais de produtos, pessoas e ideias e aumentar a capacidade de absorção das economias domésticas. (BRASIL, 2001, p. 42).

A leitura atenta dessas recomendações indicava os caminhos dessa nova política: o lugar estratégico das universidades que são o centro da produção de conhecimento no país; novas formas institucionais de flexibilização nas estruturas de pesquisa para ampliar a relação universidade-indústria; investimentos de longo prazo para a C&T; ampliação das possibilidades de financiamento público e privado para a P&D; adoção de medidas para incentivar e ampliar o investimento privado em P&D via mecanismos institucionais-legais que passam pelo aumento da renúncia fiscal; introdução de novos mecanismos de avaliação que passam a gerir todo o sistema de C&T; com a “Ampliação[d]a capacidade de coordenação econômica, por meio de reformas nos mercados financeiros, de produtos e de trabalho e por meio de reformas na educação e na formação profissional”. (BRASIL, 2001, p. 43).

Após essa exposição de medidas, não fica difícil entender as principais reformas, principalmente, no mundo do trabalho (reformas da previdência pública e privada), a precarização e intensificação das condições de trabalho nas universidades públicas, principalmente no subsistema federal, e as reformas na educação com destaque para a criação de instrumentos de avaliação na educação superior (Sinaes) e na pós-graduação (Modelo de avaliação da Capes), a Publicação do Plano Nacional de Educação (2001-2010) e do Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010) / (2010-2020), todas elas orientadas pela nova agenda de desenvolvimento econômico do país.

Impulsionada pelo retorno na agenda institucional do próprio Estado da revitalização das instituições de C&T, aconteceu o lançamento da nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), publicada em 2004, que retoma o debate sobre a necessidade de promoção da inovação destacada na II Conferência Nacional de C, T& I.

Para Arbix (2010, p. 14), nesse período a inovação passou a ocupar posição de destaque na agenda do planejamento governamental e a receber tratamento proativo do poder público, até a menção explícita de retomada do crescimento nacional na Política de Desenvolvimento Produtivo e no Plano de C,T&I publicado em 2008.

As análises do início deste capítulo nos confirmam que a adoção de um novo ordenamento jurídico baseado no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, aliado à estabilidade econômica do país, foi condição *sine qua non* para que o CNPq iniciasse

a adoção de um novo paradigma de financiamento público de pesquisas, cuja ponta de lança seria a política de editais de apoio à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, de fomento à indução, com claro atendimento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITEC 2003-2008) e da Política de Desenvolvimento Produtivo-PDP (2008-2010).

O documento indica que a PITEC é uma exigência da atual etapa econômica brasileira, uma vez que está “sintonizada com a postura do governo federal de respeitar os contratos e acordos firmados, e a implementação da política, como de hábito, respeitará os compromissos assumidos no plano internacional” (PITEC, 2003, p.09). Em acréscimo, também respeitará os acordos assumidos nos foros multilaterais (OMC) e regionais: acordos provenientes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e outros acordos com países sul-americanos. Esta política fomenta o relacionamento entre centros de pesquisas, empresas e o sistema de comercialização, além de processos de fixação de marcas e registros de patentes (BRASIL, 2003, p.10).

Entre as linhas horizontais de atuação da PITCE estão: inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa, modernização industrial, melhoria do ambiente institucional/ampliação da capacidade e escala produtiva. Entre as opções estratégicas estão: semicondutores, software, bens de capital, farmácias e medicamentos. E nas atividades portadoras de futuro são consideradas: biotecnologia, nanotecnologia, biomassa, energias renováveis e atividades relativas ao Protocolo de Quioto³⁷.

Tal política objetiva um incremento na eficiência econômica do país para o desenvolvimento e difusão de novas tecnologias, visando ao aumento da eficiência da estrutura produtiva e da capacidade de inovação das empresas brasileiras via expansão da exportação. Visa, ainda, ampliar a inserção do país no comércio internacional, estimulando setores com maior capacidade ou com maior condicionante de investimentos “estas diretrizes são complementadas pela ação coordenada do governo em outras áreas relevantes [...] e na área social, especialmente no que tange à melhoria de níveis de educação e saúde, com o consequente impacto positivo na *qualificação e capacitação* da nossa força de trabalho” (BRASIL, 2003, p. 04, grifo nosso).

Para expressar bem a afirmativa que acabamos de expor, é importante destacar vários excertos retirados do pronunciamento das autoridades acadêmicas e políticas

³⁷ Esse protocolo é um acordo internacional no âmbito das Nações Unidas que entrou em vigor a partir de 2005, cujo principal objetivo é estabilizar a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, freando o aquecimento global e seus possíveis impactos.

proferidos durante a cerimônia de abertura da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorrida em maio de 2010 à qual estivemos presente.

Marco Antônio Raupp, na ocasião, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, discursou na abertura dessa conferência sobre a importância de transformar a política de ciência e tecnologia em política de Estado. Destacou a necessária reformulação do papel da C&T a partir de reformas que estimulem a transposição do conhecimento produzido dos muros da universidade, bem como a sua absorção pela sociedade.

[...] Os requisitos para o desenvolvimento do país, do desenvolvimento da sociedade hoje, dos requisitos da sustentabilidade ambiental e social, e também os requisitos para o desenvolvimento do sistema produtivo resumido na palavra inovação e agregação também de tecnologia colocam a ciência e a tecnologia na berlinda de todas as políticas públicas que devem ser desenvolvidas. E nós temos a consciência, nós, a comunidade científica, e as instituições que operarão toda essa geração e oferta de conhecimento da sociedade brasileira, temos a consciência do papel que nós temos a desempenhar. Avançamos muito nos últimos tempos. Criamos esse sistema a partir da criação da Capes e do CNPq. Criamos um sistema que oferta conhecimento à sociedade. Durante os primeiros momentos, os momentos de crescimento do sistema, nós não tivemos maiores desafios de transpor os muros das universidades e chegar à sociedade. Mas hoje, com esses novos paradigmas e a questão da sustentabilidade social, onde a educação desempenha um papel fundamental é uma grande alavanca pra inclusão social. [...] Nós temos novos desafios que decorrem, exatamente, da questão da sustentabilidade social, ambiental e a inovação e agregação de tecnologia nos processos produtivos para que o sistema econômico brasileiro tenha condições de competir em igualdade de condições, e em boas condições, no mercado global. Isso é fundamental! [...] E um especial, que é um desafio de modernização da sociedade brasileira, e um elemento essencial que é o marco legal, o marco jurídico onde as atividades de ciência e tecnologia que são novas no país, portanto, elas têm que operar com novas estruturas jurídicas que sejam compatíveis com a natureza dessas atividades. (RAUPP, 2010).

A fala do então presidente Lula nessa Conferência de abertura destaca, em complementação a Raupp, que aquela conferência marcaria uma virada na política de C&T, transformando esta política pública em política de Estado. No terreno econômico, em primeiro lugar, o presidente enfatizou a necessária relação entre política econômica e universidade, pois para que o país logre um posicionamento competitivo no mercado externo e passe da condição de exportador de *commodities* para exportador de conhecimento, é necessário um pacto entre academia, universidade e setor produtivo e uma ofensiva nos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação; em segundo lugar, a incorporação do

trinômio C,T&I como uma efetiva política de Estado, comprometida com o setor produtivo e com foco na inovação “*ser cientista nesse país era a arte de ser teimoso. Agora não, agora é a arte de fazer ciência num país que tem política de ciência, num país que tem políticas públicas*”. (Lula, 2010, grifo nosso).

[...] Outra coisa que nós descobrimos, uma coisa importante é que os empresários brasileiros não estavam preparados para inovação [...] eu fiquei horrorizado que um dia o Sergio (Rezende, então Ministro da Ciência e Tecnologia) me procurou pra dizer que o dinheiro disponibilizado pra investimento em inovação nas empresas não foi. As pessoas não utilizaram, não apareceram empresários. Depois eu recebo o presidente da CNI [Confederação Nacional da Indústria] na minha sala pra dizer ‘presidente, eu preciso da sua ajuda. Você precisa convencer os empresários a utilizar o dinheiro e fazer investimento em inovação’. [...] porque no Brasil, historicamente, nós fomos doutrinados a ser considerados seres inferiores. A gente no máximo disputava com a Bolívia, o Paraguai, com o Equador e quando chegava lá no Norte ‘ não vamos disputar com eles, pois eles são muito sabidos!’. Aí quando eu vejo um cientista dizer que nós já estamos no 13º, que nós já produzimos mais artigos que a Rússia, do que a Holanda. É motivo de orgulho pra nós! [...] então a gente conseguiu mudar um pouco a história sendo teimoso [...] ser cientista nesse país era a arte de ser teimoso. Agora não, agora é a arte de fazer ciência num país que tem política de ciência, num país que tem políticas públicas. [...] para acabar com desafios desse país a prioridade é investimento em educação e em ciência e tecnologia. Essa é a prioridade básica [...] tenho consciência que exportar um chipzinho deste tamanho que cabe numa caixa do tamanho dessa televisão vale mais que um navio de 300 toneladas de minério de ferro. Então nós queremos exportar inteligência, conhecimento e não ficar exportando commodities, que é importante, mas nós precisamos sofisticar. (LULA, 2010).

Destaca, ainda, a importância que a educação assume, tanto para a sociabilidade do indivíduo ao novo pacto nacional, via formação e capacitação de mão de obra, e pela nova conformação social e política do Estado, que radicaliza, na atual etapa de produção capitalista, um novo paradigma de políticas públicas de demandas econômicas, com expressiva diminuição de políticas sociais de caráter universal, quanto para a formação de mão de obra suficiente para tornar o Brasil uma plataforma de valorização financeira, como nos adverte Paulani (2009).

Vale destacar as orientações no âmbito do atual PNPG (2010-2020) publicadas logo após essa conferência, no que concerne à certificação em massa e no forte apelo educacional. Tal como destacado no PITCE (2003-2008), as melhorias nos níveis educacionais e seu consequente impacto dar-se-iam por meio de duas variáveis: qualificação e capacitação. A qualificação estaria relacionada aos níveis educacionais considerados mais elevados do ponto de vista do acesso ao conhecimento científico, no caso, os estudos

universitários (na modalidade presencial) e os cursos de nível pós-graduados; do ponto de vista da capacitação, ela estaria relacionada com o fomento de destrezas, habilidades, formação técnica e tecnológica necessárias para instrumentalizar o trabalhador nas mais diversas frentes de trabalho que o desenvolvimento produtivo e suas interfaces cumprem em determinado tempo histórico.

Ainda no âmbito da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, Raupp indicava que após o cumprimento das metas em relação ao ensino fundamental e médio com todas as crianças em idade escolar na escola, a tarefa se centraria na profissionalização como requisito para cidadania. Não fica difícil entender a expansão universitária via programas Reuni e UAB³⁸ e a expansão da pós-graduação para uma parcela restrita da população, porém com igual vigor.

[...] A questão educacional é a primeira de todas, é a fundamental quando se fala em inovação. A maior parte da inovação não é de inovações radicais, feitas por engenheiros sofisticados, por cientistas de grande vigor intelectual, mas é a inovação promovida no chão de fábrica, e o senhor sabe muito bem. [...] Esse é o grande desafio da nossa educação que tá ligada também a todas as questões de ciência e tecnologia. É um dever nosso, dos cientistas e professores universitários, nos debruçarmos pra essa questão global, seguindo, aliás, o seu exemplo. (RAUPP, 2010).

A radicalidade desta dupla função educacional pode ser muito bem entendida na análise do atual PNPG (2010-2020), com investimentos massivos na formação técnica via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); tecnológica, via expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; superior, via expansão da Educação a distância, Reuni³⁹, ProUni; incrementos no Fies e

³⁸ O Programa Universidade Aberta do Brasil é juridicamente amparado pelo Decreto n. 5.800 de junho de 2006 e busca a ampliação e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior pela modalidade educação a distância. São objetivos do Programa UAB “I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2007)

³⁹ O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI está juridicamente apoiado pelo Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007 que de acordo com o Art. 1 objetiva criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. A meta global estabelecida pelo programa passa por duas variáveis: a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18 ao final de 5 anos a contar o início de cada plano. São as seguintes diretrizes que passam a orientar o referido programa: “I - redução das taxas de

intercâmbios, via programa ciência sem fronteiras; e pós-graduação, mestrado, mestrado profissional e doutorado.

O que estudamos aqui neste Plano é a adoção de uma política de Estado que visa à criação, por meio de políticas públicas na forma de planos e programas à integração de um *Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* interligado a um *Programa Nacional de Pós-Graduação* que convoca a universidade e sua estrutura acadêmico-científica, técnica e pedagógica a contribuir para a inserção do Brasil num sistema econômico mundial e competitivo por mercados. A outra face deste movimento consiste no novo lugar econômico e social da universidade pública e suas novas funções nestas esferas. Dito de outro modo, a leitura atenta deste plano nos sugere o estabelecimento da relação entre universidade e sociedade com vistas a dinamizar o SNPG, buscando a diminuição temporal entre a produção de conhecimento e a sua apropriação pública ou mesmo pela participação das instituições universitárias na formulação e implementação de metas nacionais de desenvolvimento (SILVA JR; KATO, 2012, p. 05).

Ainda no seio desta 4ª Conferência, o então Ministro da Educação Fernando Haddad, atual prefeito da cidade de São Paulo, enfatizava o papel econômico da universidade pública tanto na formação de mão de obra de menor exigência técnica, no caso, a proliferação de cursos de graduação e especialização na modalidade de educação a distância caracterizada pelo uso da força de trabalho dos professores e dos alunos matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e pela expansão de novos campus universitários.

[...] Presidente, há muitos cientistas que dedicam, hoje, uma parte do seu tempo, não a pesquisa, mas as enormes tarefas que a nossa universidade está vivendo pra estender as suas atividades pra novas seis cidades com o apoio do MCT. São 100 novos campi universitários espalhados por todo território nacional e que está atraindo mestres e doutores para o interior do Brasil, mestres e doutores para os Institutos Federais de Educação de Ciência e tecnologia; pra todos os projetos do Ministério da Educação voltados pra educação básica, sobretudo, no que diz respeito à formação de professores. Eu creio que nunca a universidade brasileira esteve tão engajada na melhoria da qualidade da educação básica como agora (palmas). E isso foi feito de uma maneira tão simples que chega a assustar. Bastou o investimento aumentar e o pedido ser feito, a convocação ser feita para as universidades públicas brasileiras, para os Institutos Federais atenderem de pronto o Ministério da Educação. (HADDAD, 2010).

evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica”. (BRASIL, 2006).

No âmbito das diretrizes desta política, o conhecimento científico e a técnica necessitam subsidiar estritamente este novo dinamismo econômico e devem fomentar uma nova demanda por produtos e processos diferenciados que possibilitem ao Brasil lograr um novo posicionamento estratégico no mercado mundial. Daí a relação necessária entre educação e desenvolvimento econômico, analisada sob a lógica da PITCE e que passa a orientar e reposicionar as universidades públicas e, conseqüentemente, a gestão e a lógica que orientam suas principais agências: Capes e CNPq.

O panorama mundial está marcado por um novo dinamismo econômico, baseado na ampliação da demanda por produtos e processos diferenciados, viabilizados pelo desenvolvimento intensivo e acelerado de novas tecnologias e novas formas de organização. Essa nova dinâmica realça a importância da inovação como um elemento-chave para o crescimento da competitividade industrial e nacional. A utilização de novos processos pressiona as empresas (públicas e privadas) a operar com baixo custo e alta qualidade. O desenvolvimento de novos produtos e usos possibilita a disputa e a conquista de novos mercados, acentuando o lugar cada vez mais importante que ocupa a capacitação para inovação industrial. É necessária uma alocação crescente de recursos públicos e privados para esse campo, para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), para a alta qualificação do trabalho e do trabalhador e para a articulação de redes de conhecimento. Essa interação de diferentes áreas do saber, de métodos e alvos constitui uma das marcas fundamentais da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. (BRASIL, 2003, p. 05).

As análises do PITCE (2003-2008) nos sugerem um pacto nacional de demanda econômica, em que o país busca cada vez mais tornar-se atrativo para o investimento externo direto na área industrial e de comércio exterior. Neste sentido, buscam promover uma sinergia ali chamada de *política de interação*, mediada pelo Estado, entre empresários, sistema educacional e centros de pesquisas na construção de *compromissos produtivos*.

Em países como o nosso, o cruzamento de competências e atributos descritos acima exige o concurso do Estado e a implementação de políticas de integração e de estímulo a um salto de qualidade na indústria. Nenhuma tecnologia minimamente complexa é perfeitamente transferível como se fosse uma *commodity*. Para dar sustentabilidade a esse conhecimento, é preciso promover interações institucionais e empresariais e uma articulação fina com os sistemas educacionais e centros de pesquisa, de modo que seja cultivado um novo ambiente industrial de cooperação. A construção desse ambiente é parte integrante de um novo **Compromisso pela Produção**, cujo amadurecimento envolve um processo de aprendizagem que, pela própria natureza do conhecimento, exige o desenvolvimento de concepções, produtos, processos e inovações cada vez mais complexos. Políticas públicas específicas contribuem para a construção de um ambiente fértil para as inovações. Nesse sentido, é necessária uma ampla interlocução entre

governo e setor privado no sentido do estabelecimento de um espaço de negociação voltado para a construção de compromissos produtivos. (BRASIL, 2003, p. 07, grifo nosso).

Um exemplo claro de como a política proposta nas diretrizes do PITCE se materializou foi a publicação do texto “Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Governo Federal: balanços e perspectivas”, de Mario Sérgio Salerno e Talita Daher. Publicado em 2006, este documento faz um balanço das principais ações, programas e medidas legais.

Inovação é o pilar central da PITCE. As ações nesse campo visam a aumentar o grau de inovação da indústria, particularmente através do aumento das atividades de P&D. Para isso, foram estabelecidas uma série de ações, que vão desde novas leis de incentivo fiscais, da melhoria da relação público-privado (estabelecendo a possibilidade de subvenção econômica para empresas, por exemplo), do aumento substancial do crédito em condições favorecidas para atividades inovativas nas empresas, do aumento de bolsas de pesquisa e outras, balizadas por diagnósticos precisos elaborados a partir dos dados do IBGE, de elaborações do Ipea, de outros organismos de governo, de especialistas nacionais e estrangeiros, de análise da literatura pertinente e de experiências internacionais. As ações envolvem: a) incentivar as atividades de inovação na empresa, através de incentivos fiscais (lei do bem - 11.196 de 21/11/2005), creditícios (R\$3 bilhões pelo BNDES e Finep, dos quais 1,2 não reembolsáveis), compras governamentais e possibilidade de subsídio direto às empresas (lei de inovação), simplificação de procedimentos (incentivos fiscais automáticos, procedimentos simplificados para novos programas Finep); b) desenvolvimento de instrumentos diferenciados para cada tipo de público – empresas nascentes de base tecnológica; pequenas, médias e grandes empresas; c) fortalecimento do sistema de propriedade intelectual (Inpi); d) fortalecimento do sistema brasileiro de metrologia, normalização e avaliação de conformidade, capitaneado pelo Inmetro; e) apoio ao desenvolvimento de instituições públicas de pesquisa; e) eliminação de entraves legais à aproximação entre instituições públicas de ciência e tecnologia (ICTs – universidades, institutos tecnológicos etc.), através da lei de inovação; f) formação de recursos humanos, através do aumento dos cursos de engenharia e das bolsas direcionadas a áreas tecnológicas; g) desenvolvimento de programas estratégicos nacionais pelo MCT (espacial, nuclear etc.). (SALERNO; DAHER, 2006, p. 12).

A citação mostra que, passados o período de ajustes na economia e a reforma do Estado, novos fundamentos são essenciais para reestruturar as condições de produção capitalista. Basta analisar os dados para perceber quais as opções de investimento do Estado na promoção da inovação e a necessária elevação, no âmbito das empresas, para o desenvolvimento de P&D: elaboração de diagnósticos, incentivos fiscais, incentivos creditícios, simplificação de procedimentos, aproximação com empresas públicas de C&T,

formação de recursos humanos, financiamento de pesquisas pela subvenção de projetos e oferta de bolsas, sobretudo aquelas relacionadas às áreas tecnológicas, e desenvolvimento de programas estratégicos nacionais via MCTI.

Sob este ponto de vista, não fica difícil analisar as mudanças que as universidades públicas, sobretudo, do subsistema federal vêm sofrendo e o porquê de sua expansão nos últimos anos: expansão e contratação de milhares novos professores, expansão física das universidades federais, garantindo sua interiorização através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-Reuni, programas de qualificação para esses profissionais, vertiginosa expansão dos cursos de pós-graduação nos últimos dez anos, intensificação nos processos de avaliação da pós-graduação.

Tudo isso justifica o reposicionamento das universidades públicas, sobretudo, federais, que passam a garantir o alicerce da reprodução ampliada do capital a partir de duas vertentes: qualificação da força de trabalho do país e garantia do processo de reprodução científico-tecnológica do capital. (PINTO, 2012).

[...] As universidades federais nesse processo definem-se como elementos-chave. Investir nessa instituição capitalista fundamental é garantir os alicerces da reprodução ampliada do capital, tanto na formação e qualificação da força de trabalho do país, como na garantia do processo de reprodução científico-tecnológica do capital. A expansão física das universidades federais para o interior do país ampliou imensamente as condições gerais de produção capitalista. Essa interiorização garantirá por várias décadas os fundamentos conectores da integração produtiva do país, porque, ao contrário da maioria das faculdades e universidades particulares que pululam como “fábricas caça-níqueis” de diplomas em qualquer cidadezinha do interior, a interiorização das universidades federais significa garantia de expansão tecnológica e formação de mão de obra de alta qualificação. Se as “fábricas caça-níqueis” agregam baixo valor a uma mão de obra que atenderá fundamentalmente o setor de serviços, as universidades federais agregam um alto valor à qualificação da mão de obra que se demarcará institucionalmente junto à produção industrial, assim como a gestão das instituições capitalistas fundamentais (empresas transnacionalizadas, órgãos do poder público e ONGs). A universidade pública deve ser defendida não porque é pública, mas porque é a melhor instituição capitalista na reprodução ampliada de alto valor tecnológico. A universidade pública é o vértice da reprodução e realização da mais-valia relativa, enquanto as ‘fábricas caça-níqueis’ garantem os qualificadores formais de uma força de trabalho perspectuada em níveis produtivos de baixo valor tecnológico, isto é, em níveis de mais-valia absoluta. Defender a universidade pública é defender o êxito de um projeto capitalista de excelência para o país. (PINTO, 2012).

Tal afirmativa nos incita a discutir a tese central do artigo “Universidade Pública brasileira: mercantilização do conhecimento e certificação em massa”, de Silva Jr, Kato e Ferreira (2012). Com a lenta e profunda reforma universitária observada pelos autores,

resultado das opções político-econômicas assumidas pelos governos FHC-Lula, os autores defendem o desdobramento dessa reforma em duas largas dimensões: a mercantilização da produção de conhecimento e a certificação em massa dos estudantes em nível de graduação e pós-graduação, o que corrobora nossa discussão.

Estas dimensões constituem-se em polos opostos: a certificação em massa está direcionada às grandes parcelas menos favorecida da sociedade, enquanto a pesquisa aplicada, que em geral se coloca a serviço do setor empresarial nacional e internacional, mostra o acúmulo de conhecimento que o país e as políticas públicas no âmbito estatal acumularam, buscando ampliá-lo de forma induzida, especialmente no âmbito da pós-graduação. Esta dimensão direciona-se aos melhores alunos das universidades mais bem avaliadas por órgãos governamentais com essa função e por critérios produzidos no âmbito do Estado. (SILVA JR; KATO; FERREIRA, 2012, p. 02).

Isto fica mais evidente quando analisamos a ampliação da oferta da educação superior pública no subsistema federal. Os dados relativos ao Reuni publicados no relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) tomam como referencial o ano de 2007 como o ano Reuni e apresentam uma expansão vigorosa em relação à evolução de vagas ofertadas nos cursos de graduação presencial e no número de cursos de graduação não presencial. Os dados apontam que entre os anos de 2007 e 2010 houve um incremento de 65.306 novas vagas, representando um aumento de 49% e de 810 novos cursos, que representam 34% de aumento.

Com base na própria proposta do Programa, a expansão se caracterizou pelo aumento de vagas no período noturno, em cursos de licenciatura, nas novas modalidades de cursos (Tecnológicos) e novas modalidades de Ensino (EAD). Os dados do relatório da Andifes mostram o grau de comprometimento das universidades federais que aderiram ao programa Reuni em relação à expansão do número de vagas no subsistema federal com a ampliação dos cursos noturnos (79%) e de cursos de licenciatura (34%).

No período do Reuni destaca-se a ampliação da oferta de vagas nos cursos noturnos, que foi de 79% e nas licenciaturas, que representou aproximadamente 34%. Somando o crescimento do programa de expansão de 2006 ao incremento advindo do Reuni até 2010, o aumento na oferta de vagas chega a 63%, o que representa 77.279 novos alunos nas universidades federais, sendo que no período noturno a oferta dobrou. (ANDIFES, 2010, p. 11).

Outro Programa que merece ser analisado pelo forte potencial de mudança institucional e expansão da educação superior é o Programa Universidade Aberta do Brasil

(UAB). A certificação em massa aí se caracteriza pela forte expansão de vagas públicas para a graduação presencial e a distância e ainda pela expansão de cursos de pós-graduação *lato sensu* e aperfeiçoamento. Segundo os dados do relatório da Andifes publicado em 2011, as 52 universidades federais que ofertam a modalidade a distância vêm atuando em 519 polos para o atendimento de matrículas nos cursos de graduação, especialização e aperfeiçoamento. Em 2010, a UAB ofertou 43.959 vagas nessa modalidade em 162 cursos somente na graduação não presencial. (ANDIFES, 2011, p. 12).

O perfil dos alunos pode ser analisado por meio da própria proposta de criação da UAB: oferta de cursos e programas de educação superior pela modalidade a distância com o intuito de oferecer, prioritariamente, formação inicial ou continuada, capacitação a dirigentes, professores, gestores que atuam na educação básica.

Em relação à expansão do número de vagas e de cursos de pós-graduação *lato sensu*, a EAD mostrou-se muito profícua. No ano de 2005, as vagas ofertadas de EAD foram assim distribuídas: 14.669 (graduação), 14.389 (Licenciatura), 6.018 (Especialização), 4.094 (outros cursos). No ano de 2010, a oferta sofreu uma expansão vertiginosa: 43.959 (graduação), 37.829 (Licenciatura), 50.185 (Especialização), 61.834 (outros cursos).

No que diz respeito aos cursos ofertados em 2005, observamos o mesmo padrão de expansão: 16 (graduação), 13 (Licenciatura), 62 (Especialização), 74 (outros cursos) e no ano de 2010: 162 (graduação), 143 (Licenciatura), 163 (Especialização), 150 (outros cursos), o que caracteriza uma expansão da educação superior com forte diferenciação acadêmica.

Tem-se uma nova configuração da educação superior no governo Lula, ligada a uma cultura institucional de cursos aligeirados, ministrados por meio de novas modalidades educacionais, cujas bases tecnológicas de informação e comunicação assumem processos específicos de precarização nas condições e nas relações de trabalho. Isso se dá especialmente nas instituições públicas que não aumentaram na mesma proporção o número de docentes, de cursos, de funcionários e de instituições a fim de abranger tal dinâmica de evolução. (SILVA JR et al., 2011).

Do ponto de vista do Planejamento, outro documento que merece destaque é o Plano de Ação do Ministério da Ciência e Tecnologia “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional” (2007-2010), mais conhecido como PAC da Ciência e Tecnologia. Em sintonia com o Plano de Aceleração do Crescimento usado como plataforma política do governo Lula, estabelece, objetivamente, o lugar que a educação ocupa para o desenvolvimento produtivo do país, com destaque para a educação superior e o financiamento de pesquisas. As prioridades do plano são assim descritas em quatro eixos:

Expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional; atuar de maneira decisiva para acelerar o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação nas empresas, fortalecendo a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); fortalecer as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas para a soberania do País, em especial energia, aeroespacial, segurança pública, defesa nacional e Amazônia; e promover a popularização e o ensino de ciências, a universalização do acesso aos bens gerados pela ciência e a difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população. (BRASIL, 2007, p. 08).

Entre as principais linhas de ação descritas no Plano, estão: I- Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C, T& I; II Promoção da inovação tecnológica nas empresas; III- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em áreas estratégicas; C, T& I para o desenvolvimento social. (BRASIL, 2007, p. 14).

Neste rol de ações, é importante observar que a política nacional de C, T& I está amplamente amparada e induzida pela PITCE, o que nos comprova a tese de ampla subserviência das políticas de Estado às demandas de caráter econômico, ficando o Plano condicionado à formação de recursos humanos, às áreas estratégicas de investimento em pesquisas, ao marco legal-regulatório, à produção de conhecimento para áreas consideradas estratégicas e de forte poder agregado de produção de valor, incluindo aí a universidade.

Ampliar o número de bolsas de formação, pesquisa e extensão concedidas pelo CNPq, com foco nas engenharias e áreas prioritárias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e em setores estratégicos para o desenvolvimento do País; favorecer a inserção de pesquisadores – engenheiros e doutores – nas empresas, como meio de induzir o nascimento de estruturas de P,D&I empresarial; promover a expansão e a qualificação do quadro de profissionais envolvidos nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas ICTs, seguindo diretrizes que privilegiem o esforço de superação das desigualdades regionais. (BRASIL, 2007, p. 17).

Consolidar a infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica do País, por meio do fomento a projetos individuais e coletivos, incluindo as redes formadas por universidades, centros de pesquisa e institutos tecnológicos; aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos de fomento ao desenvolvimento da C,T&I, por meio da ampliação do aporte de recursos aos programas atuais e da criação de novos programas voltados para o atendimento da crescente demanda por pesquisa e desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento; expandir a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), para interligar em alta velocidade as entidades do Sistema Nacional de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação; consolidar as unidades de pesquisa do MCT, na condição de laboratórios nacionais ou núcleos coordenadores de redes temáticas em áreas estratégicas para o desenvolvimento autônomo do País, estimulando a associação delas com as unidades estaduais, ou municipais, para o desenvolvimento das atividades de P,D &I. (BRASIL, 2007, p. 18).

São consideradas entre as áreas estratégicas e de futuro: biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias da informação e comunicação, insumos para saúde, biocombustíveis, energia elétrica, hidrogênio, energias renováveis, gás, petróleo, carvão mineral, agronegócio, biodiversidade e recursos naturais, Amazônia e semiárido, meteorologia e mudanças climáticas, programa espacial, programa nuclear e defesa nacional e segurança pública (BRASIL, 2007).

Essas orientações que irão justificar a introdução de um novo paradigma de financiamento de pesquisas e induzir o CNPq a assumir o papel de agência de execução de políticas de pesquisas com foco no desenvolvimento produtivo orientado para o crescimento econômico, de um lado, e ainda na execução de políticas focais de competência do Estado, quando necessárias, de outro.

Este novo lugar do CNPq a partir da criação do MCTI lhe confere peso estratégico na construção desse pacto nacional entre universidade-Estado-mercado (capital financeiro), atuando na formação de recursos humanos pelo fomento das mais variadas modalidades e níveis de bolsas, com incremento de bolsas para pesquisadores nas empresas, incremento contínuo do seu orçamento para as bolsas de pós-graduação, publicação de editais para fomento a projetos individuais, de grupos ou redes temáticas, ampliação e difusão de novos programas que atendam a tais diretrizes, tudo isto aliado a um novo formato de financiamento que passa a induzir a produção de conhecimento nas universidades.

1.5. A (re) orientação acadêmico-institucional do CNPq: a política de indução científica a partir dos editais/chamadas (2004-2011)⁴⁰.

⁴⁰ Um edital publicado no ano de 2012 expressa com clareza o atual desenho de indução nas políticas de financiamento do CNPq e na produção de conhecimento. O prêmio Jovem Cientista, que em 2012 completou sua XXVI edição, propôs o tema “inovação tecnológica nos Esportes” numa parceria entre o CNPq, a Gerdau, a GE e a fundação Roberto Marinho. O intuito deste edital foi de mobilizar “as novas prioridades governamentais de incentivo à inovação tecnológica” e os eventos que acontecerão no Brasil nos próximos anos -Copa do Mundo, Olimpíadas, Paraolimpíadas - mobilizando o fundo público para a organização de uma estrutura de gestão, comunicação, processos, produtos, inovação que estes eventos vão exigir. Poderão concorrer a este prêmio quatro categorias: graduados, estudante do ensino superior, estudante do ensino médio e o mérito institucional. Além de prêmio aos orientadores das pesquisas dos estudantes selecionados e um prêmio de menção honrosa a um pesquisador desta temática no valor de R\$20.000,00, a premiação dos estudantes também passa por valores em dinheiro e prêmios de acordo com a categoria na qual estão inscritos. Na categoria mérito institucional, aquelas instituições de ensino superior e médio que obtiverem maior número de premiações de estudantes também receberão valores em dinheiro para pesquisa na área da premiação e, no caso da instituição de ensino médio, deverão investir em infraestrutura (bibliotecas e laboratórios) bem como em equipamentos e materiais pedagógicos. No artigo 9º do regulamento, há a clara indicação dos definidores da temática “Anualmente, é indicado para premiação um tema importante para o desenvolvimento científico e tecnológico, definido pelo CNPq, pela Gerdau, pela GE e pela Fundação Roberto Marinho. Os temas devem ter sempre relevância nacional e ser de interesse direto da população brasileira”. Entre as linhas de pesquisas relacionadas ao tema para categoria graduado e estudante do ensino superior estão: 1. Gestão esportiva empreendedora e inovadora; 2. Gestão e desenvolvimento de ferramentas em marketing do esporte; 3. Tecnologias da Informação e

O CNPq é importante agência criada na década de 1950, cujo objetivo precípua em longa fase de atuação se deu na formação de mão de obra qualificada e no fomento à pesquisa científica e tecnológica orientado por um projeto de industrialização que foi o motor da economia brasileira no período de 1930 até o início da década de 1980. No primeiro período de consolidação (1950-1985), este órgão atuou precipuamente na formação da massa crítica necessária para a construção do ensino universitário e posteriormente pós-graduado.

A partir de 1985, teve sua gestão transferida para competência do recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia, passando a ser uma agência estratégica de planejamento da atividade científica e tecnológica, sobretudo por meio da indução a um novo fazer científico que se objetiva a partir da adoção de novos marcos regulatórios expressos na sua atual política de fomento.

Tal como descrito em documentos oficiais:

O CNPq é a agência do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, cuja atribuição é financiar tanto a formação, capacitação e aprimoramento de recursos humanos, no País e no exterior, quanto o fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante o aporte de recursos orçamentário-financeiros para despesas de capital e de custeio de projetos, utilizando-se de recursos próprios, alocados ao seu orçamento, ou em parceria com outras instituições nacionais, de abrangência federal, estadual e regional, e internacionais, por meio de transferências recebidas e/ou repassadas, mediante convênios e parcerias estabelecidas para essas finalidades. (BRASIL, 2007).

No período de 1990/2000, pós-reforma do aparelho do Estado, diversas instituições vinham alterando seu fazer científico, induzindo nova forma de produção de conhecimento, novos indicadores de excelência acadêmica, ou seja, uma nova sociabilidade científica era construída.

A primeira grande mudança percebida foi a alteração no âmbito da cultura acadêmica, na introdução de novos critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação, nos

Comunicação aplicadas ao Esporte tais como tecnologias de jogos digitais, internet; softwares, comunicação digital multiuso de alta velocidade etc.; 4. Gestão de instalações e equipamentos esportivos e desenvolvimento de ferramentas essenciais para a sustentabilidade dos espaços esportivos; 5. Materiais sustentáveis, eficientes e duráveis para a infraestrutura e edificações esportivas; 6. Tecnologias têxteis com a geração de “tecidos inteligentes” aplicados aos esportes; 7. Produtos inovadores em tecnologia e design de vestuários esportivos; 8. Inovações em nutrição de atletas e desportistas tais como novos métodos de avaliação física e manipulação dietética para obter maior rendimento; inovações em relação a suplementos nutricionais; 9. Recursos tecnológicos para diagnóstico, tratamento e reabilitação de lesões esportivas em atletas de alto desempenho; e 10. Relações dos megaeventos esportivos com a educação, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Para categoria Estudante do ensino médio: 1. Educação e cidadania para os esportes; 2. Cuidados com a saúde e nutrição nos esportes; 3. Aplicação e desenvolvimento de materiais esportivos; 4. Gestão e instalação de infraestruturas esportivas; e 5. Tecnologia da informação para os esportes.

anos de 1996/1997, denominado por muitos autores como *modelo Capes de avaliação*⁴¹. Esta expressão comumente utilizada por diversos autores (SGUISSARDI, 2006; GATTI et al., 2003) expressa o atual formato de avaliação da pós-graduação brasileira em vigor desde os anos 1996/1997, apresentando em 2010 seu quarto triênio de avaliação sob a tutela deste novo modelo (1998-2000/2001-2003/2004-2006/2007-2009), construído a partir de critérios de excelência, representado por um conjunto de significados e ações que orientam alunos e professores em novas posturas acadêmico-institucionais com foco na sua produtividade e competências.

O CNPq, tal como a Capes, alterou seu paradigma de financiamento, impondo à sua gestão e ao fomento de suas pesquisas um novo desenho de financiamento, uma política de indução demandada pela existência de uma política indutora para a economia, representada aqui pelo PITCE, pelo Plano de Ação da Ciência, Tecnologia e Inovação, conhecido como PAC da C&T, e pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), comprometida, no caso brasileiro, em posicionar o Brasil como plataforma de valorização financeira internacional e a tornar o país atrativo ao Investimento Produtivo Direto (IED) (PAULANI, 2008).

[...] a partir da segunda metade dos anos 1990, o Brasil tornou-se potência financeira emergente, tendo, para tanto, realizado todas as reformas estruturais necessárias, da estabilização monetária à abertura financeira incondicional, da reforma da previdência às mudanças na lei de falências. Posicionou-se assim como plataforma internacional de valorização financeira, ou seja, economia emergente na qual era possível obter elevadíssimos ganhos em moeda forte, por vezes os mais elevados do mundo. (PAULANI, 2008, p. 34).

⁴¹No triênio de avaliação 2004-2006, entre os itens avaliados dos cursos de pós-graduação, estão: a proposta do programa levando em consideração a organicidade entre área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, publicação docente, estrutura curricular, dissertações e teses, infraestrutura adequada para ensino, pesquisa e extensão; Corpo Docente (peso 30%) avaliando a formação, a participação em pesquisa e desenvolvimento de projetos, orientação na pós-graduação, na graduação, inserção acadêmica em comissões nacionais de avaliação, diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; diretorias, comitês, comissões, ou consultorias *AD HOC* em agências de fomento em âmbito nacional ou estadual; Corpo Discente, Teses e Dissertações (peso 30%) avalia o equilíbrio entre a dimensão do corpo discente e docente permanente, o fluxo de entrada e saída, apreciação da produção bibliográfica docente como resultado da sua participação nas atividades do programa, teses e dissertações articuladas com linhas e projetos de pesquisa, teses e dissertações como geradoras de publicação qualificadas, tempo de formação de mestres e doutores; A Produção Intelectual (peso 30%) analisa a produção docente qualificada na forma de livros, capítulos e periódicos com base no QUALIS-CAPES da área, levando em consideração a produção equilibrada dos docentes do programa, produção técnica dos docentes incluindo patentes, organização de eventos, produtos, produção de material didático; A inserção social (peso 10%) com base no impacto da inserção regional e/ou nacional do programa e a integração e/ou cooperação com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. (para acesso aos dados relativos aos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, acessar a página <http://www.capes.gov.br/index.php>).

Etimologicamente a palavra indução é sinônimo da ação de induzir, instigar. No âmbito das atividades do CNPq, a política de indução é aquela em que os projetos são submetidos em resposta a editais, sejam eles para formação, capacitação e fixação de recursos humanos, fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação ou divulgação científica ou de eventos, de natureza pública, cujo escopo é formado por um conjunto de instrumentos que não possibilitam ao pesquisador autonomia científica: determinação de temas considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do país; determinação de políticas regionais; prazos definidos e enrijecidos para recebimento de propostas; tempo de execução da pesquisa pré- definidos; linhas temáticas de apoio, valor global e análise de mérito, todos definidos por parâmetros exógenos.

Ao que parece, a adoção dos novos fundamentos com contornos de predominância financeira na política econômica brasileira, sobretudo, a estabilidade econômica como expressão no Plano Real (1994) são os grandes marcos necessários para que as instituições da República assumissem nova racionalidade e estabelecesse novo pacto social, tornando este fator de estabilidade financeira um importante elemento indutor das alterações da política de financiamento do CNPq.

No âmbito da gestão desse órgão, a assunção da presidência do CNPq por José Galízia Tundisi (1995-1999) marca a transição do CNPq de um órgão vinculado diretamente à Presidência da República e de amparo à C&T para uma agência executiva ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de fomento direto ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, com visão estratégica, sobretudo no âmbito da ampliação orçamentária desse órgão, via parcerias entre Ministérios e Fundações de amparo regional.

Em entrevista concedida para o livro organizado por Shozo Motoyama (2002), na ocasião da comemoração dos 50 anos do CNPq, Tundisi remontou aos antecedentes da sua nomeação à presidência do CNPq.

Quando assumi a presidência, o CNPq estava fortemente caracterizado como órgão de apoio à pesquisa e havia passado por momentos difíceis. [...] O CNPq estava perdendo sua capacidade no processo de intervenção no processo de desenvolvimento do país, não era uma agência proativa, era passiva, recebia projetos que eram analisados e aprovados ou não, e que, durante uma fase, nem foram pagos. Havia uma dívida de 80 milhões de reais com a comunidade científica referente a projetos aprovados em 1993 que não haviam sido pagos. Havia um problema de infraestrutura e de defasagem em informática. (MOTOYAMA, 2002, p. 512).

A fala do presidente do CNPq indica a transição cultural na gestão, na política e no financiamento vivida pelo CNPq como reflexo direto do período de reestruturação econômica e política vivenciada pelo Brasil. A inflação e a falência dos diversos planos econômicos - Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Collor I (1990), Plano Collor II (1991) - adotados nesse período condicionavam a capacidade da agência em planejar seu orçamento em longo prazo, comprometendo, inclusive, a acreditação acadêmica em torno da política e da importância estratégica dessa agência para o país.

Para Tundisi, era necessário naquele momento repensar a função estratégica do CNPq no planejamento da política científica brasileira, mas a própria comunidade científica seria o principal condicionante dessa mudança, que envolveria alterações na política de financiamento desse órgão.

Foi nesse período que se punha o embrião das alterações no paradigma de financiamento do CNPq. Tundisi já alertava que para um órgão com a competência do CNPq não se podia mais pensar em pesquisa “desinteressada”.

Precisamos apoiar a ciência, entretanto, é fundamental ter visão estratégica para saber o que deve ser apoiado. Essa discussão surgiu no próprio planejamento estratégico e no Conselho deliberativo. ‘O CNPq vai manter balcão?’, era a pergunta que a comunidade científica fazia porque logo o pessoal começou a desconfiar. Eu dizia que ia alterar. Mas seria bom ou não para ciência brasileira? Minha visão era de que seria bom. Meu comitê era constituído de pessoas de alto nível, como o Antonio Cechelli de Matos Paiva, o Almiro Blumenschein, o Stefan Salerj, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), entre outros. Eles concordavam que o caminho era esse: tem de desenvolver, tem de ter visão estratégica, tem de apoiar balcão, mas só o balcão não é suficiente, pois a agência fica passiva. (MOTOYAMA, 2002, p. 514).

A fala de Tundisi expressa sua visão de pesquisa e financiamento estratégico:

É verdade que me recusei, inclusive tive discussões com o ministro Vargas⁴² por causa disso, a simplesmente atender ao balcão. Não é nenhuma crítica ao Ministro Vargas, que foi um grande ministro, mas tínhamos algumas visões diferentes. Para aceitar a presidência, eu havia dito que não seria um mero repassador de recursos, queria desenvolver estratégias para o país e iria fazer o que deve ser feito do ponto de vista do apoio à ciência. Por outro lado, precisava mudar o CNPq e criar condições para as mudanças. (MOTOYAMA, 2002, p. 535).

Uma das primeiras políticas estratégicas implementadas por Tundisi no âmbito da redefinição dos recursos do CNPq foi alterar a política de doutoramento no exterior, que, de acordo com ele, por ser cara (gastos com bolsa mensal, passagem para família, seguro-

⁴²José Israel Vargas foi Ministro da Ciência e Tecnologia no governo Itamar Franco (10/1992 a 01/1995) e de Fernando Henrique Cardoso (01/1995 a 01/1999).

saúde, auxílio-instalação, auxílio de desinstalação e todas as taxas escolares), necessitava ser seletiva e criteriosa, pois não dava pra enviar “[...] 400 ou 500 bolsistas por ano para fazer doutoramento no exterior em tudo quanto é área possível, até em trombone!” (MOTOYAMA, 2002, p. 536).

Após um período de avaliação estratégica, redefiniu-se que era imperioso para uma política estratégica e eficaz o fim das chamadas *cotas por áreas* para concessão de bolsas de doutoramento no exterior:

Começamos a avaliar melhor os bolsistas e notamos que havia um erro capital, a questão das cotas. Não pode haver cotas para ciência, tem de ser coisa da melhor qualidade! Se uma área está muito mal, não pode receber cotas. Cada área tinha suas cotas, a psicologia, a física, enfim, resolvemos acabar com esse sistema. [...], além disso, havia a questão estratégica de como arrumar o sistema de concessão de bolsas para o exterior e a forma que deveríamos atuar. A perspectiva adotada foi, em vez de mandar um bolsista em cada área, mandar uns 50 para fazer doutoramento no mundo inteiro em áreas selecionadas. Escolhemos áreas estratégicas como oceanografia, engenharia ambiental, microbiologia, nanotecnologia e outras para formar massa crítica. (MOTOYAMA, 2002, p. 517-579).

Partindo desta nova visão estratégica necessária para o desenvolvimento científico brasileiro, Tundisi se considerava não um representante da comunidade científica, mas na condição de então presidente do CNPq, de funcionário do governo; estava lá para desenvolver políticas estratégicas para o país e não para atender as demandas da comunidade científica.

[...] quais são os anseios da comunidade científica? Para falar bem francamente: bolsas e pesquisas de balcão; quando se propõe a indução, o pessoal fica desconfiado. Isso é compreensível, porque houve o período da ditadura militar com grandes projetos, quando um burocrata propunha um assunto e falava sobre a quantidade de verbas para que os pesquisadores apresentassem propostas. Muitos não concordavam com a minha atitude, mas eu não era um burocrata, estava pensando no país e tentando comprometer a comunidade a desenvolver projetos estratégicos. Após muito esforço, consegui aprovar no Conselho Deliberativo a destinação de 60% das verbas para indução e 40% para o balcão. (MOTOYAMA, 2002, p. 524).

Quando assume a presidência do CNPq em 1995, definiu, em seu programa de desenvolvimento estratégico para este órgão a seguinte missão: “Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas *necessárias* ao progresso social, econômico e cultural do país” (BRASIL, 1995, grifo nosso).

A grande questão levantada pelo então Presidente do CNPq José Galízia Tundisi, ao que indicam as falas oficiais do documento organizado por Shozo Motoyama (2002), era a contradição que vinha orientando o CNPq desde a sua criação em 1951. Se de

um lado o Conselho Nacional de Pesquisa fora criado para dar suporte ao processo de consolidação do capitalismo industrial do país e ainda para a inserção do Brasil na pesquisa sobre energia nuclear; de outro, na década de 1970, a transformação de Conselho Nacional de Pesquisas para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico marca, senão, no campo político, uma grande mudança jurídica que vem a se institucionalizar a partir de meados dos anos 1990, tornando-se mais explícita nos anos 2000.

Por exemplo, o Dion⁴³ percebeu esse papel estratégico transformando o Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E uma das contradições foi ficar nesse equilíbrio, ora assumindo um papel estratégico, ora apenas atendendo o balcão. Claro que, ao atender ao balcão e formar recursos humanos, o CNPq estava trabalhando para o país, um trabalho de alta relevância, mas a agência não fez o que devia ser feito. Sempre defendi a perspectiva de ser uma agência de desenvolvimento estratégico que pudesse interferir no processo de planejamento do país por meio da ciência e tecnologia. Nunca vou desistir, acho que tem de ser uma agência de governo que faça projetos estratégicos e atenda a balcão. (MOTOYAMA, 2002, p. 533).

Havia uma questão central que envolveu o processo de consolidação do CNPq como um órgão estratégico para o fomento da estrutura científica e tecnológica do país: a questão do *desenvolvimento*. A leitura da entrevista do então presidente do CNPq é bastante ilustrativa para demonstrar as oscilações em relação ao papel de indução e planejamento na atividade científica brasileira pelo CNPq.

A hipótese aqui trabalhada consiste em que, após a transferência de sua competência para gestão do MCTI, a política de financiamento do CNPq sofreu mudanças que podem ser caracterizadas por medidas que contribuíram para o fortalecimento de seu novo papel: a criação e gestão da Plataforma Lattes e, posteriormente, da Plataforma Integrada Carlos Chagas⁴⁴, a criação do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, a ampliação de modalidades de bolsas científicas, tecnológicas e empresariais, e a mais central que é a substituição do atendimento de pesquisas balcão para o atendimento via editais/chamadas públicas.

⁴³José Dion de Melo Teles, presidente do CNPq no período de 1975-1979. Foi durante a sua gestão que o CNPq passou de Conselho Nacional de Pesquisas para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

⁴⁴“Uma base de dados que reúne todas as informações sobre bolsas e auxílios concedidos pela instituição a pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Essa plataforma faz parte de um processo de modernização da interface eletrônica entre os usuários e o CNPq, num ambiente de maior eficiência, confiabilidade e segurança. Ela permitiu o acesso completo, por parte dos pesquisadores e usuários do CNPq, a todas as informações operacionais disponíveis na agência, permitindo que eles encaminhem suas propostas de projeto e pedidos de bolsas, emitam parecer, assinem termos de concessão, encaminhem relatórios técnicos e de prestação de contas, indiquem bolsistas, alterem dados bancários, entre outras facilidades”. (BRASIL, 2007, p.6-7).

A adoção de um novo paradigma de financiamento de pesquisas passa a atender, prioritariamente, às áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento produtivo do país, baseado, sobretudo, na hierarquia das áreas do conhecimento científico.

Um dos instrumentos mais eficientes e fundamentais para o ordenamento de uma nova cultura acadêmico-institucional e conseqüentemente para o novo desenho da política de financiamento criados no âmbito do CNPq foi a Plataforma Lattes, criada em 16 de agosto de 1999.

No âmbito oficial, ela buscou a integração de um sistema de informações acadêmicas atuais e pregressas que passa a servir de base de informações para ações de planejamento, de gestão e operacionalização de fomento tanto no âmbito do CNPq quanto das principais agências de fomento do país, nos formatos de currículo definidos em concursos públicos para área acadêmica, alterando, principalmente, a sociabilidade científica de professores e alunos da pós-graduação.

Para a sociabilidade científica, esta plataforma cria um sistema de indicadores que busca a aferição e publicização dos méritos de todos aqueles que ingressam de alguma forma no campo acadêmico.

Um bom exemplo da importância que a plataforma Lattes assume no atual estágio de produção de conhecimento é sua vinculação, por exemplo, ao portal Inovação⁴⁵, que utiliza sua base de dados que contempla mais de 1,5 milhão de currículos de especialistas, grupos de pesquisas, Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento e instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. (CNPq, 2012⁴⁶).

O programa mais ilustrativo dessa mudança de paradigma seria o Programa de Formação de Recursos Humanos nas Áreas Estratégicas (RHAE), criado em 1988, como

⁴⁵O Portal Inovação é uma das principais plataformas, hospedada no sítio do MCTI, em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial- ABDI, na orientação a empresas que pretendem investir em P&D. Conta com um sistema de cruzamento de informações sobre ofertas e demandas tecnológicas inseridas por usuários e por outras fontes do setor produtivo e comunidades técnico-científicas. Além desta base própria de dados, cruza as informações contidas na Plataforma Lattes. Para mais informações, ver www.portalinovacao.mct.gov.br.

⁴⁶ Informações retiradas do Site oficial do órgão Disponível no site <http://www.cnpq.br/web/guest/competencias>> Acesso em 21 de maio de 2012.

objetivo de contribuir para o desenvolvimento tecnológico e industrial, orientado pela política do Ministério da Ciência e Tecnologia e pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. (BRASIL, 2001, p. 184). Tal programa fora executado em três fases:

A primeira fase, de 1988 a 1990, teve como foco as então “Áreas Estratégicas” do MCT – Biotecnologia, Química Fina, Mecânica de Precisão, Novos Materiais, Informática e Microeletrônica; b) Na segunda fase, de 1990 a 1997, o Programa RHAE ampliou-se e passou a contemplar também Geociências e Tecnologia Mineral, Energia, Meio Ambiente e Tecnologia Industrial Básica; c) A terceira fase teve início em 1997 quando, por decisão do MCT, o Programa RHAE é transferido para a Gestão do CNPq e passa a operar segundo outra lógica, compreendendo duas classes de atividades: i) Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia, com vistas à Inovação Tecnológica e Aprimoramento de Produtos, Processos e Serviços; e ii) Ampliação, Aperfeiçoamento e Consolidação da Infraestrutura de Serviços Tecnológicos. (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2002-2003).

Este programa em 1997, ao ter sua competência de gestão transferida para o CNPq, passa a ser gerido pela lógica de editais, inaugurando um novo paradigma de financiamento aos programas executados por este órgão.

Mais recentemente, durante a terceira fase do Programa, quando foi incorporada a lógica de indução por editais e chamadas, os projetos apoiados e concluídos a partir de 1998 têm apresentado como resultados avanços tecnológicos e inovações incorporadas ao mercado nas suas diversas áreas de atuação, tais como: novos produtos para telecomunicações; novos métodos de gestão ambiental; novos processos de tratamento de resíduos industriais; novos produtos biotecnológicos; novos produtos da indústria de informática (incluindo softwares aplicados a diversos campos e atividades); novos produtos e processos aplicados à conservação de energia. (CENTRO DE GESTÃO ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2002-2003, p. 06).

No mesmo ano em que completou 50 anos de atividade, o CNPq incorpora uma nova política de financiamento, ficando isto explícito no seu relatório de gestão.

Além disso, a política de fomento implementada pelo CNPq permite hoje agregar aos históricos critérios de excelência de pesquisadores e centros de pesquisa os critérios de relevância pelos quais se contemplam os grandes temas que emergem da realidade social e produtiva brasileira. De um modelo voltado quase exclusivamente para o atendimento da demanda espontânea, o sistema de apoio à pesquisa evoluiu, fazendo com que o CNPq passe a operar também segundo um modelo que, apoiado nos programas como fortes instrumentos da ação, enfatiza questões cujas soluções são cruciais para que o país logre alcançar seu desenvolvimento com justiça e equidade social. (BRASIL, 2001, p. 04).

A política de indução via editais de apoio foi inaugurada com a publicação de dois editais: um de demanda espontânea e outro de demanda induzida.

Lançamento de dois editais relacionados ao Fomento à Pesquisa Fundamental: Edital Universal, apoiando propostas de contribuição

significativa para o desenvolvimento científico, tecnológico ou social do País em todas as áreas do conhecimento, tendo sido aprovados 1.200 projetos; Chamada de Nanociências e Nanotecnologia, visando a fomentar a constituição e consolidação de Redes Cooperativas Integradas de pesquisa básica e aplicada, organizadas como centros virtuais de caráter multidisciplinar e abrangência nacional, por meio do apoio a projetos de pesquisa científica e/ou desenvolvimento tecnológico nos temas Materiais Nanoestruturados, Nanobiotecnologia/ Nanoquímica e Nanodispositivos. (BRASIL, 2001).

O CNPq é uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tendo como suas principais atribuições participar da formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão em âmbito nacional da Política Nacional de Ciência e Tecnologia. A principal mudança na natureza deste Conselho consiste na passagem de um Conselho de natureza jurídica com subordinação direta e imediata ao Presidente da República para uma fundação pública do poder executivo. Entre as principais atribuições descritas na Portaria n. 816, de 17 de dezembro de 2002, estão:

Promover e fomentar o desenvolvimento e a manutenção da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento; promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e capacitação de recursos humanos voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional; promover e fomentar a inovação tecnológica; promover, implantar e manter mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia; propor e aplicar normas e instrumentos de apoio e incentivo à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, de difusão e absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos; promover a realização de acordos, protocolos, convênios, programas e projetos de intercâmbio e transferência de tecnologia entre entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais; apoiar e promover reuniões de natureza científica e tecnológica ou delas participar; promover e realizar estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico; prestar serviços e assistência técnica em sua área de competência; prestar assistência na compra e importação de equipamentos e insumos para uso em atividades de pesquisa científica e tecnológica, em consonância com a legislação em vigor; e credenciar instituições para, nos termos da legislação pertinente, importar bens com benefícios fiscais destinados a atividades diretamente relacionadas com pesquisa científica e tecnológica. (CNPq, 2011)⁴⁷.

Note-se que as principais atribuições do CNPq descritas, que passam pelo fomento e promoção à pesquisa científica e tecnológica e pela capacitação de recursos

⁴⁷ Informações retiradas do Site oficial do órgão Disponível no site <http://www.cnpq.br/web/guest/competencias>> Acesso em 21 de maio de 2012.

humanos, estão intimamente vinculadas às necessidades específicas de relevância econômica e social e à promoção de inovação.

Suas duas maiores políticas de investimento são: capacitação de Recursos Humanos para pesquisa e Inovação e Fomento à Pesquisa. No âmbito da capacitação de recursos humanos, há duas modalidades de bolsas: bolsas no País e bolsas no exterior. As bolsas no país podem ser basicamente divididas em três submodalidades: formação e qualificação de pesquisadores, estímulo à pesquisa e estímulo à inovação para competitividade. Na modalidade bolsas no exterior, temos a formação e qualificação de pesquisadores no exterior. No fomento à pesquisa, temos três modalidades de apoio: apoio a projetos de pesquisas, apoio à editoração e apoio a eventos.

Sua maior instância de poder decisório é o Conselho Deliberativo, formado pelo presidente e vice-presidente da instituição, pelo Secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e representantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), das comunidades científica, tecnológica e empresarial e dos servidores do CNPq.

a) seis cientistas de reconhecida competência em suas áreas de atuação; b) três pesquisadores da comunidade tecnológica nacional, de reconhecida competência em suas áreas de atuação; c) três empresários brasileiros com atuação marcante para o desenvolvimento tecnológico nacional, e d) um servidor do CNPq, técnico de nível superior em efetivo exercício do cargo no CNPq. (BRASIL, 2002)

Esses seis cientistas de reconhecida competência devem representar preferencialmente as diversas áreas do conhecimento científico, designados pelo Ministro de Estado em Ciência e Tecnologia por meio de lista tríplice, sendo um da Academia Brasileira de Ciência (ABC) e cinco da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), respeitando preferencialmente a diversidade regional. Já os representantes da comunidade Tecnológica e empresarial são:

Designados por ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, a partir de listas tríplexes, encaminhadas pelo Presidente do CNPq e elaboradas mediante consulta às instituições e entidades acadêmicas, de pesquisa e empresariais que atuam na área de pesquisa tecnológica, coordenadas pela Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa Tecnológica - Abipti, Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - Anpei e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas - Anprotec. (BRASIL, 2002).

No que diz respeito às competências deste Conselho Deliberativo, podemos destacar no artigo 10:

I. Formular propostas e opinar sobre questões relevantes para o desenvolvimento científico e tecnológico do País; II. Aprovar a proposta da Diretoria Executiva no tocante a prioridades e linhas gerais orientadoras das atividades do CNPq, sua implementação e divulgação; III. Aprovar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de auxílio à pesquisa, bolsas e outras modalidades de apoio ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no País; IV. Apreçar a proposta da Diretoria Executiva sobre os valores das bolsas de pesquisa e de formação; V. Apreçar a proposta orçamentária do CNPq, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos; VI. Opinar sobre a participação do CNPq em organismos de natureza científica e tecnológica, nacionais e internacionais, bem assim propor essa participação; VII. Aprovar o Relatório Anual de Atividades do CNPq e a respectiva execução orçamentária; VIII. Apreçar propostas referentes a alterações dos Estatutos e do Regimento Interno do CNPq, ouvida a Diretoria Executiva, que se manifestará por parecer conclusivo; IX. Deliberar sobre propostas de estrutura básica do CNPq e suas alterações; X. Aprovar as normas de funcionamento dos colegiados do CNPq e suas alterações; XI. Estabelecer a estruturação, constituição e composição dos comitês de assessoramento, procedendo periodicamente à indicação de seus novos membros; XII. Criar, regulamentar ou extinguir prêmios de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico; XIII. Indicar os integrantes das comissões de que o CNPq deva participar para atribuições de prêmios, nacionais e internacionais; e XIV. Apreçar todos os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria Executiva ou por qualquer dos Conselheiros. (CNPq, 2002).

Na modalidade capacitação de recursos humanos no campo da pesquisa científica e tecnológica, o CNPq concede bolsas no país e no exterior, para as mais diversas modalidades e níveis de ensino. **Bolsas no País/Ensino médio:** Iniciação Científica Júnior-ICJ, PIBIC-EM e PIBIC-AF; Graduação: Iniciação Científica-IC; Pós-Graduação: Mestrado-GM, Doutorado-GD, Doutorado Sanduíche-SWP; **Bolsas de Estímulo à Pesquisa:** Pós-Doutorado Júnior- PDJ, Pós-Doutorado Sênior-PDS, Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional-DCR, Pesquisador Visitante-PV, Pesquisador Visitante Especial-PVE, Produtividade em Pesquisa-PQ, Pesquisador Sênior-PQ- Sr, Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão inovadora-DT, Apoio Técnico-AT e Atração de Jovens Talentos- BJT.

No âmbito das bolsas no exterior, temos as seguintes modalidades: **Bolsas no Exterior/ Graduação:** Graduação Sanduíche-SWG; Pós-Graduação, Doutorado Pleno-GDE, Doutorado Sanduíche- SWE; Pesquisa: Pós-Doutorado-PDE, Estágio Sênior- ESN, Treinamento no Exterior-SPE; **Bolsas para Empresas:** Ensino médio e graduação: Iniciação Tecnológica e Industrial-ITI; Pós-Graduação: Doutorado Sanduíche-SWI; Pesquisa Pós-

Doutorado Empresarial-PDI, Desenvolvimento Tecnológico e Industrial-DTI, Especialista Visitante-EV, Apoio à Difusão do Conhecimento-ADC, Iniciação ao Extensionismo-IEX, Fixação e Capacitação de Recursos Humanos-SET, Apoio Técnico em Extensão no país-ATP, Estágio/Treinamento no Exterior-BSP, Bolsa Especialista-Visitante- BEV e Estágio/Treinamento no país-BEP.

A partir do ano de 2003 foram criadas diversas modalidades de bolsas como a Bolsa de Iniciação Científica Júnior-ICJ, implementação da taxa de bancada para doutorado e bolsista PQ nível 1, Bolsa de Fixação de Recursos Humanos-SET, vinculada aos fundos setoriais, criada para dar suporte a projetos dos fundos CT- Petro e CT-ERNEG, criação da modalidade Bolsa de Apoio Técnico-AT, além da necessária implantação de critérios rigorosos em relação à concessão de bolsas no exterior, passando sua concessão para o âmbito de Programas Especiais de Ação Induzida.

Ao que parece, a incorporação gradativa do que consideramos ser a nova política de financiamento do CNPq com perfil indutor em oposição à política anterior, orientada por uma demanda espontânea na submissão de propostas, passa a ganhar maior concretude após a publicação oficial da PITCE em 2004 e dos demais planos como o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação-PACTI (2007-2010) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008.

Todos esses programas oficiais são orientados por uma nova fase de inserção da economia capitalista à lógica da predominância financeira, de retomada do crescimento do país pela revitalização de uma política para o desenvolvimento competitivo da indústria brasileira. Dito de outro modo, após um período de inexistência de uma política industrial durante o governo de FHC, esta política retoma uma posição de destaque como base de sustentação do crescimento da economia brasileira a partir de 2003 pela PITCE (2004), seguida pela PDP (2008).

O objetivo central da PDP é dar sustentação ao atual ciclo de expansão econômica do país e qualificar as metas propostas pela nova PITCE, orientadas a partir de 4 grandes metas: as macrometas (metas-país), que preveem o aumento da formação bruta de capital fixo⁴⁸, cujo valor indica o aumento da capacidade produtiva do país; o aumento do dispêndio privado com P&D; a ampliação da participação das exportações brasileiras no

⁴⁸De acordo com Paulani; Pato (2005, p.37) “aos não economistas talvez caiba esclarecer que formação bruta de capital fixo é o valor total dos investimentos brutos (sem deduzir o uso devido à depreciação e obsolescência) em capital fixo (máquinas e equipamentos, estrutura e edificações, rebanhos e cultura permanente), realizados pelas empresas públicas e privadas no ano”.

comércio internacional; e a ampliação da atividade exportadora das Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

Note-se que a PITCE é uma política com suporte nas mais variadas esferas produtivas do país, com envolvimento direto dos Ministérios da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI): a economia, a educação e a política de C,T&I. É ela que passa a orientar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴⁹, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de expandir a capacitação e treinamento de recursos humanos pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e pela expansão da educação superior a partir da abertura de novas matrículas na rede federal de ensino e o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), que envolve a gestão direta do MCTI e da agência CNPq com o objetivo de expandir a infraestrutura de C&T necessária para dar suporte à implementação de uma política industrial pela expansão das bolsas, do apoio à infraestrutura e à pesquisa básica e aplicada e ao aumento da proporção dos pesquisadores nas empresas.

Essas são algumas das grandes metas que passam a orientar o Plano Plurianual (PPA) do CNPq. Na leitura dos PPA 2004-2007 e 2008-2011, já é possível o entendimento da política que passa a orientar o planejamento estratégico do CNPq composto de quatro eixos:

- 1) Expansão, Consolidação e Integração do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, voltado para o apoio à base institucional de pesquisa;
- 2) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, voltada para viabilizar programas estratégicos que salvaguardem a soberania do país;
- 3) Objetivos Estratégicos Nacionais, enfatizando estudos e pesquisas relacionados às complexas interações entre o meio ambiente, o clima e a sociedade; e,
- 4) Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social. (BRASIL, 2008, p.4).

Quando analisados os relatórios anuais de gestão dessa agência, verificamos uma constante evolução dos recursos para programas de indução para formação e fomento em C,T&I. Observamos que o percentual para formação e capacitação de RH apresentou um decréscimo no período, enquanto os programas voltados para o atendimento direto da PITCE triplicaram no período.

É válido ressaltar que somente a partir do relatório de gestão anual do CNPq do ano de 2006, o Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a PITCE aparece como um dos

⁴⁹O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi anunciado em 28 de janeiro de 2007 sendo um programa do governo federal com vistas a acelerar o crescimento econômico do país, mediante um conjunto de políticas econômicas. É composto por cinco blocos: medidas de infraestrutura, incluindo a infraestrutura social (habitação, transporte, saneamento), medidas de estímulo ao crédito e o financiamento, desoneração tributária, medidas fiscais de longo prazo, tendo o Estado como o principal indutor, mas com perspectivas de que os gastos com infraestrutura produzam indução de investimentos no setor privado da economia.

programas de compõem o PPA desse órgão, em substituição ao extinto “Programa para Inovação e Competitividade”. É válido destacar o crescimento do percentual despendido para o atendimento do Programa de C,T&I para a PITCE. Em cinco anos, esse orçamento quadruplicou, passando de 8% do orçamento líquido para 32%.

Quadro 1-CNPq- Evolução Percentual (%) do Orçamento Liquidado Segundo os Principais Programas do PPA (2004-2011).

Programas	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Formação e capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa ⁵⁰	78%	55%	55%	41%	45%	44%
Promoção da Pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico ⁵¹	10%	11%	12%	10%	10%	8%
C,T&I para a PITCE ⁵²	8%	14%	15%	29%	24%	32%
C, T&I aplicadas aos recursos naturais.	3%	3%	3%	2%	2%	1%
Outras atividades executadas pelo CNPq mediante Parcerias e Convênios ⁵³ .	6%	6%	5%	7%	7%	4%
Outros Programas executados pelo CNPq-área administrativa ⁵⁴ .	8%	10%	9%	9%	10%	9%

Fonte: BRASIL, 2006; BRASIL, 2007; BRASIL, 2008; BRASIL, 2009; BRASIL, 2010.

A leitura do Quadro 1 também aponta para um padrão de mudança no fomento às atividades do CNPq. A evolução do financiamento do CNPq nos últimos 15 anos pode ser analisada com base em duas variáveis: a formação de recursos humanos, que foi desde a sua criação sua principal atividade e a sua participação quando relacionado com o fomento à pesquisa.

⁵⁰Concessão de bolsas de estímulo a pesquisa, de formação e qualificação, iniciação científica, desenvolvimento tecnológico empresarial.

⁵¹Aqui podemos destacar a implantação do Instituto do Milênio, difusão da produção científica nacional, Fomento a pesquisa fundamental e apoio a Núcleos de excelência.

⁵²Fomento a projetos de pesquisa de desenvolvimento tecnológico; Fomento a projetos de incubadora, extensão e transformação em tecnologia e as ações de capacitação e fomento executadas pelo CNPq com recursos dos Fundos Setoriais.

⁵³Convênios do CNPq com a Fiocruz, ANVISA, Ministério da Saúde.

⁵⁴Apoio administrativo, previdência de inativos e pensionistas da União, cumprimento de sentenças judiciais, serviços da dívida externa.

Tabela 5- Total dos investimentos realizados em bolsas e no fomento à pesquisa, CNPq - 1996-2011.

Ano	Investimentos em R\$ mil correntes						Participação %	
	Bolsas no país	Bolsas no exterior	Subtotal Bolsas	Fomento à pesquisa	Total		Bolsas	Fomento à pesquisa
					Total	Var.%		
1996	431.631	41.944	473.575	61.015	534.590	-	89	11
1997	411.825	29.839	441.664	71.451	513.115	-4	86	14
1998	354.523	26.784	381.307	44.583	425.890	-17	90	10
1999	337.747	26.849	364.596	76.457	441.053	4	83	17
2000	353.831	24.406	378.237	115.797	494.034	12	77	23
2001	367.399	43.176	410.575	170.645	581.221	18	71	29
2002	377.944	55.674	433.618	165.055	598.673	3	72	28
2003	429.657	40.275	469.932	181.258	651.190	9	72	28
2004	535.360	37.352	572.712	221.485	794.197	22	72	28
2005	576.255	30.471	606.727	242.543	849.270	7	71	29
2006	645.902	25.285	671.186	232.229	903.415	6	74	26
2007	682.551	31.609	714.159	477.379	1.191.538	32	60	40
2008	747.730	32.290	780.020	423.554	1.203.575	1	65	35
2009	845.994	32.778	878.773	427.555	1.306.328	9	67	33
2010	985.840	25.176	1.011.016	595.007	1.606.023	23	63	37
2011	1.112.508	26.988	1.139.496	352.509	1.492.005	-7	76	24

Fonte: CNPq/AEI, 2012.

Notas: Inclui recursos dos fundos setoriais a partir de 2000;

No que toca à evolução do percentual dos gastos com fomento à pesquisa, o crescimento na participação desta atividade a partir do ano 2000 está em grande parte relacionado ao fato de o MCTI ter repassado, a partir de 1999, a gestão dos fundos setoriais para a competência do CNPq, ampliando a capacidade de gestão financeira e política deste órgão para programas como aquele relativo à C,T&I para PITCE, gerido com o dinheiro desses fundos.

A partir do ano de 2003, com a retomada dos investimentos, no plano político, para a reconstrução da política produtiva e industrial brasileira, houve a criação de novas bolsas referentes a programas de capacitação institucional (destacamos a criação da bolsa de Iniciação Científica Júnior (ICJ) e Bolsa de Fixação de recursos humanos (SET))⁵⁵ aliadas às bolsas de mestrado e doutorado, que aumentaram ano a ano, atingindo seu ápice de investimentos no ano de 2011.

Outro indicativo de mudança na política deste órgão pode ser observado nas Tabelas 6,7 e 8, que confirmam nossa hipótese de submissão das pautas de pesquisa à

⁵⁵Modalidade de bolsa criada no âmbito do Programa de estímulo a Fixação de Recursos Humanos de interesses dos Fundos Setoriais- PROSET.

economia. Uma análise na participação dos investimentos em relação às áreas do conhecimento mostra que não basta o avanço na produção de ciência e tecnologia acadêmica, é necessário o componente da Inovação, que, na atual etapa capitalista brasileira, se torna sistêmica para a estrutura produtiva nacional.

No contexto brasileiro atual, a agenda macroeconômica tem relação com política industrial, câmbio, taxa de juro real e demais fatores com peso determinante no funcionamento do mercado de bens e serviços. A política de inovação deve ser, portanto, parte de uma robusta política econômica e industrial que busque mudar a estrutura industrial do País e os mecanismos de apoio e fomento à inovação, especialmente nas empresas nacionais. (BRASIL, 2010, p. 37).

A leitura do livro azul, resultado das discussões ocorridas na 4ª Conferência Nacional de C, T& I em 2010, traz à tona novos arranjos institucionais para implementação das recomendações do Plano de Ação da Ciência, Tecnologia e Inovação: a inovação como o principal motor do desenvolvimento produtivo nacional e social, tal como descrito na citação acima; a ampliação dos investimentos públicos e dos investimentos privados em P&D; o preparo de empresas e do país para um ambiente de competição global, visando ao estímulo à internacionalização.

Para Chesnais e Sauviat (2005), o financiamento da inovação é uma tendência global de acumulação dominado pelo capital financeiro. O apoio governamental, aliado a uma forte legislação, ameaçam as instituições que produzem conhecimento público.

Cortes orçamentários levaram a mudanças institucionais dentro do que costuma ser chamado de ‘República das Ciências’. O novo regime competitivo iniciado com a liberalização e desregulamentação do comércio e do IED, bem como as guerras comerciais entre os países da tríade, também tiveram um papel importante. Nos Estados Unidos, a ameaça econômica japonesa forneceu a justificativa para a legislação que, nos anos 1980, não apenas permitiu à indústria privada traçar a direção da pesquisa acadêmica, mas também introduziu critérios de mercado e a distribuição de recompensas muito elevadas aos pesquisadores das universidades. De forma mais geral, a necessidade de contribuir para a competitividade e a luta contra o desemprego enfraqueceu a prioridade concedida à pesquisa básica, de longo prazo, nas universidades em toda a OCDE. (CHESNAIS; SAUVIAT, 2005, p. 185).

Guardando os devidos traços culturais nacionais, o Brasil aparenta estar seguindo a mesma racionalidade. A chamada “República da Ciência” vem sendo induzida a cada ordenamento legal e arranjos institucionais a submeter seus objetos de pesquisa a política macroeconômica do país. Chesnais e Sauviat (2005) apontam para mudanças nas formas de apoio à pesquisa universitária entre os países da OCDE, indicando que a queda do investimento público em P&D (induzido pelas reformas estruturais no âmbito do Estado

sofrido em cada país) tem forçado as universidades a novas fontes de financiamento e novas bases de apoio, alterando, inclusive, a natureza do financiamento governamental.

[...] Esse apoio - na forma de projetos conjuntos, pesquisa contratual e financiamento de laboratórios - está levando as universidades a realizar pesquisas mais orientadas para aplicações comerciais previamente identificadas ou potenciais. Mas a natureza do financiamento governamental também mudou; atualmente, está sujeito a condições cada vez mais rigorosas. Em nome da competitividade e da batalha para o desemprego, o governo geralmente concede financiamento a trabalhos baseados em contratos e orientados para missões específicas. A sua renovação depende de resultados e critérios de desempenho. Esse é notadamente o caso no Reino Unido, que aprimorou os processos de avaliação mais do que qualquer outro país, e cujo exemplo começa a ser seguido. É reconhecido que, nesses assuntos, os governos tanto quanto as empresas 'podem orientar as universidades a desenvolver pesquisas de curto prazo dirigidas ao mercado. (OCDE, 1998, p.7 apud CHESNAIS; SAUVIAT, 2005, p. 187).

Três elementos são constitutivos da nossa análise: a indução como o atual modelo de financiamento público às pesquisas aplicadas com vistas ao desenvolvimento de pesquisas com forte potencial de aplicação imediata ao mercado; os processos de avaliação a partir de critérios acadêmicos extremamente rígidos combinados com forte retração do financiamento estatal às universidades públicas⁵⁶, caracterizado, sobretudo, pela redução do quadro da função docente e técnico-administrativo, no Brasil isto fica claro na análise do subsistema federal de educação superior; e o caráter curto-prazista que este novo paradigma impõe à produção de conhecimento. Estes três elementos são observados de modo claro na nova política de financiamento científico e tecnológico do CNPq, personificada na política de editais.

Esta submissão das pesquisas acadêmicas ao mercado nos leva a observar uma forte tendência de hierarquia entre as áreas do conhecimento científico, induzida pela introdução de critérios de mercado à produção de conhecimento.

A leitura do “Livro Azul” com as recomendações da 4ª Conferência Nacional de C, T&I, indica a adoção de novos padrões de desenvolvimento brasileiro com delimitação de campos estratégicos de investimentos que repercutem diretamente no financiamento de pesquisas: agricultura (produção de alimentos com sustentabilidade, produção de produtos de origem agrícola, difusão e incorporação de conhecimento científicos, tecnológicos e de inovação em todo o sistema agropecuário nacional), bioenergia (biocombustíveis), Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), saúde (Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS) com ênfase na indústria farmacêutica brasileira), Pré-Sal, Tecnologias

⁵⁶Ver SGUISSARDI; SILVA JR (2010) que trata desses números no capítulo 2 “Os números da intensificação e precarização do trabalho do professor das IFES da região sudeste-1995-2005”.

“portadoras de futuro” e outras energias (nanotecnologia, biotecnologia e outras formas de energia), tudo isto alimentado por um forte apelo ao uso sustentável do território na Amazônia. (BRASIL, 2010)

Outro destaque presente no “Livro Azul” (2010) diz respeito aos novos modelos de organização para a produção científica. Entre as recomendações, estão: intensificar a capacidade de fomentar pesquisas interdisciplinares nas universidades e centros de pesquisas; o financiamento conjunto de diversos atores governamentais (MCT, Finep, BNDES) de modo a estruturar novos arranjos institucionais de parcerias entre universidade-empresa, modernizar e adequar os modelos de formação e curriculares em nível de pós-graduação para o atendimento das demandas brasileira (isso está muito claro na leitura do atual Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020; e a adequação dos marcos regulatórios com impacto direto nas atividades de P&D (importação de equipamentos, materiais e insumos, contratação de pessoal, compra e aquisição de bens e serviços) (BRASIL, 2010, p. 95).

Todo esse quadro delineado justifica a hierarquia nas áreas do conhecimento como expresso nas Tabelas 6, 7 e 8. Na Tabela 6, o total dos investimentos realizados pelo CNPq em bolsas e no fomento à pesquisa por área do conhecimento e ainda o ranking entre as áreas a partir dos investimentos realizados nestas rubricas no ano de 2011 nos indicam que 59.5% de todos os investimentos do CNPq são absorvidos pelas 20 áreas dos conhecimentos ora destacadas de um total de 90 áreas.

Ou seja, essas 20 áreas destacadas na Tabela 6 representam apenas 22% do universo de áreas do conhecimento passíveis de investimentos pelo CNPq, e esse pequeno montante recebeu no ano de 2011 mais de 59.5% do total dos investimentos.

Notemos ainda que, das 20 áreas que receberam investimentos, a educação é a única representativa da área de humanidades, o que poderia ser justificado pela quantidade de cursos de pós-graduação nesta área totalizando 183 cursos, sendo 112 cursos de mestrado (M), 61 cursos de doutorado (D) e 10 cursos de mestrado profissional (F), perdendo em quantitativo de cursos apenas para as áreas interdisciplinares com 309 cursos, sendo 176 (M), 68 (D), 68 (F), e para Agronomia com 259 cursos, sendo 151 (M), 99 (D), 9 (F).

Tabela 6 - CNPq- Participação nos investimentos realizados em bolsas e no fomento à pesquisa segundo áreas do conhecimento 1998-2011*. Ranking das áreas com base no total dos investimentos em 2011.**

Ranking	Áreas do conhecimento	1998 (%)	2001 (%)	2006 (%)	2011 (%)
1º	Agronomia	7,2	5,9	5,2	7,0
2º	Química	4,5	4,5	4,6	5,3

3º	Física	4,9	5,1	5,1	4,5
4º	Medicina	3,7	3,0	3,8	3,4
5º	Ciência da Computação	6,6	5,4	3,9	3,9
6º	Engenharia Elétrica	2,8	2,8	3,2	3,2
7º	Medicina veterinária	1,5	1,6	1,5	3,1
8º	Geociências	2,9	3,3	3,2	2,9
9º	Educação	3,0	2,4	2,8	2,8
10º	Bioquímica	2,0	2,4	2,8	2,5
11º	Engenharia de materiais e metalúrgica	1,9	2,3	2,1	2,5
12º	Ciência e Tecnologia de alimentos	1,5	1,5	1,6	2,3
13º	Zootecnia	1,5	1,6	1,6	2,3
14º	Genética	1,9	2,0	2,6	2,3
15º	Engenharia Química	1,4	1,9	2,1	2,1
16º	Ecologia	1,9	2,3	2,1	2,0
17º	Saúde Coletiva	1,5	1,6	3,0	1,9
18º	Matemática	1,8	1,9	1,7	1,9
19º	Engenharia mecânica	2,6	2,8	2,2	1,8
20º	Zoologia	1,2	1,2	1,4	1,8

Fonte: CNPq- Séries históricas. Disponível em: <http://www.cnpq.br/series-historicas>.

*- A tabela só inclui parte das informações da tabela original com a participação nos anos 1998, 2001, 2006, 2011. Na tabela original, que justifica o ranking final de cada área do conhecimento, os investimentos são ano a ano, de 1998-2011.

**-. Inclui os recursos dos fundos setoriais.

No quantitativo dos investimentos em bolsas no país, a hierarquia também se consolida com a inclusão da área de Psicologia que, no ranking dos programas de pós-graduação da Capes, é a segunda área de humanidades em quantitativo de cursos de pós-graduação, com 115 cursos: 70 (M) e 45 (D). Mas, no fomento à pesquisa, Tabela 7, somente a educação aparece entre as áreas de humanidades estando ainda numa posição muito mais baixa (16º), figurando em respostas aos editais universais de apoio à editoração e publicação de periódicos e editais de apoio a eventos científicos.

Tabela 7- CNPq- Participação dos investimentos realizados em bolsas no país segundo as áreas do conhecimento 1998-2001* e Ranking das áreas com base nos investimentos em bolsas e no país 2011.**

Ranking	Áreas do conhecimento	1998 (%)	2001 (%)	2006 (%)	2011 (%)
1º	Agronomia	6,8	6,7	5,5	6,8
2º	Química	4,8	4,8	5,2	5,3
3º	Física	5,1	4,9	5,1	4,9
4º	Ciência da computação	5,7	4,3	4,2	4,0
5º	Engenharia Elétrica	2,7	2,7	3,4	3,7
6º	Medicina	3,9	3,1	3,0	3,4
7º	Educação	2,8	2,8	3,0	3,0
8º	Geociências	2,9	2,9	3,0	3,0
9º	Engenharia de materiais e metalúrgicas	1,8	2,1	2,3	2,5
10º	Bioquímica	2,2	2,4	2,7	2,5
11º	Medicina Veterinária	1,6	1,7	1,7	2,2
12º	Matemática	1,8	1,7	1,8	2,2
13º	Engenharia Química	1,4	1,6	2,0	2,0
14º	Zootecnia	1,6	1,8	1,7	2,0
15º	Engenharia Civil	2,3	2,2	2,1	3,0

16º	Genética	2,0	1,9	2,1	2,0
17º	Engenharia Mecânica	2,6	2,5	2,3	2,0
18º	Psicologia	2,5	2,7	2,1	2,0
19º	Ciência e Tecnologia e alimentos	1,6	1,8	1,6	1,9
20º	Ecologia	1,9	2,0	1,9	1,8

Fonte: CNPq- Séries históricas. Disponível em <http://www.cnpq.br/series-historicas>.

*- A tabela só inclui parte das informações da tabela original com a participação nos anos 1998, 2001, 2006, 2011. Na tabela original, que justifica o ranking final de cada área do conhecimento, os investimentos são ano a ano de 1998-2011.

** - Inclui os recursos dos fundos setoriais.

Nos investimentos feitos no fomento à pesquisa, a hierarquia nas áreas do conhecimento fica ainda mais evidente. Os 22%, ou seja, as 20 áreas do conhecimento do total de 90 áreas receberam no ano de 2011 68.2% de todos os recursos investidos nesta rubrica, confirmando que todas essas áreas estão diretamente ligadas com as áreas estratégicas do país, delimitadas oficialmente em vários documentos aqui já analisados.

Tabela 8- CNPq- Participação dos investimentos realizados no fomento à pesquisa, segundo as áreas do conhecimento 1998-2001*. Ranking das áreas com base nos investimentos em fomento à pesquisa 2011.**

Ranking	Áreas do conhecimento	1998 (%)	2001 (%)	2006 (%)	2011 (%)
1º	Agronomia	14,2	4,2	4,5	7,3
2º	Medicina	2,3	2,8	6,2	6,2
3º	Medicina Veterinária	0,9	1,4	1,0	5,6
4º	Química	2,5	4,4	3,1	5,4
5º	Ciência da Computação	13,1	8,1	2,8	3,7
6º	Ciência e Tecnologia de alimentos	1,5	1,0	1,8	3,5
7º	Física	3,8	5,1	4,9	3,2
8º	Genética	2,1	2,4	4,1	3,1
9º	Saúde Coletiva	2,3	1,4	8,1	3,1
10º	Zootecnia	0,9	1,3	1,4	3,0
11º	Bioquímica	1,1	2,4	3,3	2,9
12º	Geociências	2,1	4,1	3,6	2,8
13º	Farmácia	0,4	0,9	1,6	2,8
14º	Ecologia	3,3	3,1	2,8	2,6
15º	Engenharia de Materiais e Metalúrgica	2,5	3,3	1,6	2,3
16º	Educação	5,9	1,5	2,2	2,3
17º	Engenharia química	1,6	3,2	2,2	2,2
18º	Botânica	0,6	0,9	1,2	2,2
19º	Zoologia	0,7	0,9	1,2	2,1
20º	Microbiologia	1,2	1,2	1,1	1,9

Fonte: CNPq- Séries históricas. Disponível em <http://www.cnpq.br/series-historicas>.

*- A tabela só inclui parte das informações da tabela original com a participação nos anos 1998, 2001, 2006, 2011. Na tabela original, que justifica o ranking final de cada área do conhecimento, os investimentos são ano a ano de 1998-2011.

** - Inclui os recursos dos fundos setoriais

A empiria até aqui demonstrada indicou que, a partir dos anos 2000, com forte acentuação entre os anos 2003-2004, há uma radical mudança na política de financiamento

público de pesquisas geridas pelo CNPq. Este novo paradigma de financiamento do CNPq, caracterizado pela política de editais, engloba alguns elementos essenciais como a indução à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento de pesquisas tecnológicas e de inovação com forte potencial de aplicação imediata ao mercado, mediado por processos de avaliação acadêmicos extremamente rígidos, curto-prazista, pois impõem à produção do conhecimento tempo predefinido e com forte hierarquia entre as áreas do conhecimento.

Essa constatação, mediada pela leitura dos documentos e reformulação jurídica para produção de Ciência e Tecnologia, e sua inclusão como política de Estado, a partir de 2010, indicam que o CNPq passa a assumir um novo papel de mediação entre a universidade, o Estado e o mercado, balizado por uma política macroeconômica, orientada para expansão do crescimento econômico pela revitalização da política industrial. Isso nos induz a uma pergunta central: quais fatores produziram essa mudança estrutural no financiamento de pesquisas do CNPq? Quais as possíveis mediações entre a política econômica adotada no Brasil a partir da década de 1990, as opções políticas deliberadas na gestão de Collor (1990-1992), FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) e o novo paradigma de financiamento público de pesquisas adotado pelo CNPq?

2 OS NOVOS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: ADEÇÃO AO CAPITALISMO DE PREDOMINÂNCIA FINANCEIRA⁵⁷, REFORMA DO ESTADO E O PAPEL ESTRATÉGICO DA PESQUISA

[...] “em síntese, não se trata apenas de um processo de inovação tecnológica, de evolução competitiva dos mercados. Parece que os liberais, por razões óbvias, e alguns dos antigos estruturalistas e esquerdistas traumatizados, e por isso mesmo ofuscados, tem enorme dificuldade em assimilar a importância do fator político na origem e trajetória inacabada deste processo de mutação capitalista” (FIORI, 1995, p. 238)

“[...] As políticas públicas [no Brasil] produzem um pacto social que reorganiza historicamente a cultura do atraso. O atraso é produzido para que a reprodução social siga os velhos traços culturais que jamais entrarão em contradição com a subjetividade do brasileiro. Os traços estão entre nós há muito tempo. Novamente tudo está na nossa frente, mas enxergamos tudo como numa “câmara escura” – princípio das máquinas fotográficas – de ponta cabeça”. (SILVA JR, 2012).

⁵⁷ “[...] Alguns economistas denominam a atual etapa de acumulação do capitalismo de “regime de acumulação com dominância de valorização financeira”. O que caracteriza esse novo regime de acumulação é o fato de ele ser rentista, ou seja, apropriar-se da renda gerada no setor produtivo para obter, no curto prazo, a máxima rentabilidade e maior liquidez possível, revelando-se, desta maneira, avesso ao risco e reprodutor da especulação, enquanto redireciona os investimentos para o mercado financeiro. Essa nova racionalidade de reprodução do capital levou às mudanças de paradigmas tecnológicos, à flexibilização das relações de trabalho, à reestruturação produtiva e à difusão das tecnologias de informação e comunicação. Para o que a educação e a pesquisa nas universidades públicas são fundamentais. É possível compreender-se o domínio do capital financeiro considerando-se os desdobramentos do capital (O capital apresenta-se de maneira desdobrada, sendo de um lado o capital-propriedade, materializado nos ativos financeiros com direitos a rendimentos e, de outro, o capital-função, ou seja, aquele que é investido no processo de produção e que se apresenta na forma de meios de produção. A relação de dominância do capital-propriedade impõe a intensificação do trabalho para o aumento da produção de valor. Além de exigir mudanças constantes nos paradigmas de organização e gestão da força de trabalho. Isso passa a orientar a pesquisa aplicada e a certificação em massa nas universidades (a segunda por meio focais e tendo como alvo segmentos menos aquinhoados da sociedade. Programas como o Plano para a reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão dos Centros de Ciência, educação e Tecnologia (IFETs). Isto é, a universidade transforma-se numa agência executora e políticas de competência do Estado que se retirou da esfera pública) apresentados ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Esta capacidade do capital de se apresentar sob a forma desdobrada é uma condição para o desenvolvimento das sociedades por ações e o progresso da Bolsa de Valores. Daí a mudança para um novo paradigma de acumulação. O valor desses títulos ou ações é determinado com base nos fluxos de rendimentos (dividendos) futuros esperados, assim como ocorre com os títulos da dívida emitidos pelo Estado, sendo, estes últimos, meros reconhecimentos de dívidas a serem pagas. Estes ativos financeiros (ações, títulos) são o capital que Marx denominou de “fictício”, pois este é constituído por antecipações de rendimentos (dividendos, juros) que constroem, desta maneira, a acumulação do capital industrial. Não é difícil entender agora como o capital financeiro para enfatizar sua função rentista sobrepõe-se sobre o capital produtivo, sobre o trabalho em geral e altera o papel socioeconômico da universidade pública, tornando o trabalho do professor e sua produção induzida por editais e coagido por avaliações a ser orientado pelas relações econômicas sob o predomínio financeiro”. (SILVA JR., 2012)

2.1 A produção de um consenso Latino- Americano

As epígrafes apontam para as dimensões que devem ser pensadas na análise desta nova etapa de desenvolvimento capitalista brasileiro. Destaca dois fatores essenciais para este entendimento: o papel das elites na condução da política e na reprodução do atraso, sobretudo, pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país, que assumiu um compromisso quase unilateral com as políticas econômicas, optando por dilapidar nossa Constituição de 1988 com exceções jurídicas para a ampliação do poder e da capacidade de reprodução do grande capital. E ainda, a opção pela manutenção das velhas formas de poder representadas pela “cultura do atraso”, que reveste o novo pelas velhas capas patrimoniais e fisiologistas já conhecidas de nossa tradição política.

Ao mesmo tempo, apesar de o Brasil ter mantido as velhas práticas ortodoxas de gestão monetária da economia com a ascensão de Lula à presidência da República em 2003 (manutenção de elevadas taxas de juros, elevação do superávit primário, cortes no orçamento público, congelamento do poder de compra do salário mínimo, reforma da previdência social para o funcionalismo público), autores como Singer (2012), afirmam que com a sua ascensão houve uma combinação entre a manutenção da ordem e práticas políticas que permitiram ao Estado chegar a uma camada social marginal das políticas públicas, o subproletariado.

Ou seja, a partir de 2003 houve a combinação de uma conjuntura internacional favorável, aliada à adoção de um conjunto de políticas de redução da pobreza e de combate à miséria e a ativação do mercado interno, pela expansão do crédito e a bancarização dessa classe, antes marginalizada, produziram políticas sociais sem confronto direto com o capital.

No breve texto “Subjetividade, sociabilidade e a produção do atraso pela educação”, publicado no blog do Grupo de Pesquisa Economia Política da Educação e Formação Humana- GEPEFH, Silva Jr (2012) propõe-se uma breve, mas profunda, análise da cultura que vem orientando as políticas públicas brasileiras, sobretudo, no âmbito educacional, que não visam a romper com o que o autor chama de “cultura do atraso”.

Apesar de estarmos vivendo uma nova etapa da reprodução social, econômica e política do capitalismo contemporâneo, orientado pela predominância financeira, por novas formas de gestão do fundo público, por inovações tecnológicas, novas relações entre capital-trabalho, orientações estas comuns a todos os mais de 60 países que assinaram o Consenso de Washington e que participaram como signatários da Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia em 1990, a intensidade e as formas de adesão a este novo consenso

econômico e, conseqüentemente, político, são produzidas a partir da cultura de cada país, do papel e dos objetivos de suas elites, de suas opções de desenvolvimento econômico e isto fica cada vez mais claro no Brasil pela leitura de muitos autores que buscam analisar este momento histórico vivido no Brasil sob a ótica da sociologia e da economia política (FIORI, 1995; PAULANI, 2008; 2010; OLIVEIRA 2010, SILVA JR 2011; RUY BRAGA (2012), entre outros).

A resposta aos fatores que produziram uma mudança no paradigma do financiamento da pesquisa científica e tecnológica do CNPq não pode prescindir dessas análises. Esses traços culturais brevemente relatados são explicativos, por exemplo, das peculiaridades do atual estágio de desenvolvimento capitalista, que levaram o Brasil à opção de escolher este e não outro modelo de desenvolvimento econômico, alardeando o discurso da inexorabilidade da adesão do país à predominância financeira, caracterizada por um amplo servilismo econômico, parafraseando Paulani (2008; 2010), permitido pela constante produção de um “estado de emergência econômica” (PAULANI, 2008; 2010) combinado com uma “hegemonia às avessas” representada pela manutenção da política econômica ortodoxa e conservadora durante o governo Lula (OLIVEIRA, 2010).

Mas, de outro lado, foram as opções práticas do primeiro mandato de Lula que fizeram surgir o Lulismo. O pivô do Lulismo foi de uma parte a relação estabelecida por Lula com os mais pobres que, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar sua condição de vida, contribuíram na forma de apoio maciço na sua reeleição em 2006 e que se mantém viva pela continuidade das políticas sociais, mesmo que focais. O Lulismo é considerado por Singer (2012) um caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior, com extremada relevância das políticas de austeridade fiscal e gestão monetária da economia.

Há aproximadamente vinte anos vem se produzindo no Brasil um novo pacto social consensuado politicamente por nossas elites para a adaptabilidade do país ao que se convencionou chamar, no plano político, de Neoliberalismo. Esta adaptabilidade está vinculada às mutações no sistema capitalista em escala mundial com mudanças nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira, exigindo dos países novo pacto social com alterações expressivas na sua sociabilidade, nas suas políticas econômicas, nas políticas de desenvolvimento produtivo, nas suas Constituições e ainda nas políticas sociais e educacionais.

Fiori (1995a, p. 09), ao analisar a entrada latino-americana na era da globalização exclusivamente financeira e na análise macroeconômica e política da adesão

desses países, destaca três fases e, ao mesmo tempo, dois momentos cruciais que produziram o consenso em torno dessa nova realidade macroeconômica: a dimensão política, econômica e psicossocial que fora produzida, num primeiro momento, pela estabilização econômica e contenção do fenômeno inflacionário e também pela necessidade de continuísmo dado acordo macroeconômico pelas reformas institucionais no âmbito do Estado baseadas, sobretudo, num fisiologismo partidário. E a terceira, a psicossocial, assentada num consenso produzido no âmbito ideológico em cada um desses países, seja na adesão ou permanência deste modelo econômico.

Fiori (1995a) argumenta que na segunda metade dos anos 90 as bolsas de valores eliminaram do nosso conceito a ideia de país, redefinindo nossa identidade econômica ao incluir a fatia “bem comportada do continente” no distinguido grupo mundial dos países emergentes. Esta redefinição inglesa, segundo o autor, teria sido produzida na mesma época em que ocorreu uma *revolução intelectual* sustentada na ideia de que não existiriam alternativas aos países do continente latino-americano, permitindo, assim, aos economistas locais, vencer as tradicionais resistências dos populistas e dos *rent-seekings*, e ao novo e primeiro plano do amplo receituário, “uma nova safra de planos de estabilização, cujo sucesso imediato teria resultado da combinação eficaz de algum tipo de âncora cambial e de uma rigorosa política fiscal e monetária” aliada à “[...] implementação simultânea do conhecido tripé do reformismo liberal: desregulamentação, abertura econômica e privatizações” (p. 09).

[...] e de imediato, generalizou-se a convicção de que fora este milagre, que elevara a América Latina à categoria de mercado emergente, revertendo o curso até então desfavorável ao fluxo internacional dos capitais. Hipótese aparentemente confirmada pelo fato de que a influência líquida de capital para a América Latina, que chegara a próximo de 6% do seu PIB em 1981, e reduziu-se a algo perto de 0% entre 1983 e 1990, voltou a ser de 4% em 1991 e 6% do seu PIB total em 1993 e 1994. Sendo o caso mais bem-sucedido do novo milagre, este ingresso de capitais chegou a mais de 8% do PIB, logo antes que o México fosse aceito como membro da OCDE e do Nafta. (FIORI, 1995a, p. 10)

Esta combinação em todos os casos seguiu o mesmo sucesso estrondoso: a redução das altas taxas de inflação com o crescimento imediato e simultâneo do consumo e, no caso brasileiro, “a incógnita ou círculo quadrado da estabilização com crescimento, acompanhado a um só tempo pela expansão do consumo, dos ganhos financeiros, dos votos e da miséria” (FIORI, 1995a, p. 12).

Mas uma questão central era produzida por Fiori em busca por resposta: como pode ter ocorrido que, num continente tão heterogêneo e desigual como a América Latina, qualquer governo ou presidente da República tenha alcançado, nestes mesmos anos da década de 1990, de forma igualmente rápida e indolor, o mesmo tipo de sucesso macroeconômico, independentemente das diferenças estruturais entre seus países e das convicções político-ideológica de seus dirigentes? Será tão difícil explicar por que um continente que foi tão desigual na era desenvolvimentista ficou tão igual durante os anos [19]90, de maneira que os recentes sucessos econômicos pudessem ser obra, indiferentemente, de um *gangster* como de um sociólogo ilustrado?

O milagre econômico latino-americano deve quase tudo ao fato de que a nova tentativa de estabilização coincidiu com uma recessão mundial acompanhada da baixa das taxas de juros oferecida pelos países centrais. Por isso, Moises Naím considera que os verdadeiros autores do milagre foram os ‘computer screens of money managers’ dos principais centros de decisão financeira. Foram eles que criaram o fenômeno dos mercados emergentes naqueles países periféricos que também desregulamentaram seus mercados, eliminando barreiras à entrada e saída instantânea dos investidores. Por isso, cresceu cinco vezes o volume de capitais que se deslocaram, desde 1990, para os mesmos lugares que um dia antes foram chamados de países devedores. E é exatamente por isso, também, que tudo ocorreu independentemente da base produtiva dos distintos países ou do caráter dos textos político-ideológicos recitados por seus governantes. Na verdade, essa foi a forma como uma fatia da América Latina chegou à era da globalização - exclusivamente financeira - que se estende e multiplica de forma exponencial a partir de 1986, através das portas abertas em todo o mundo, pela desregulamentação dos mercados nacionais. E, além disto, sobretudo depois que a elevação das taxas de juros internacionais começou a reverter estas tendências, ficou mais fácil entender como foi que o diferencial de juros e a sobrevalorização fictícia das moedas locais viabilizaram uma estabilização rápida e indolor da moeda ao mesmo tempo em que aumentava o consumo e a produção, o verdadeiro segredo do desaparecimento das resistências e da aprovação entusiástica das *Market friendly reforms*. (FIORI, 1995a, p. 13)

No âmbito do Brasil, a retórica construída sobre a necessidade de “não deixar passar o bonde da história” foi o argumento construído pelos “arautos do neoliberalismo” para advogar as medidas liberalizantes que nos levariam ao “admirável mundo novo” do progresso. Para Paulani (2008), A doutrina neoliberal funcionou como discurso de convencimento para uma população que no plano político vinha se fortalecendo pela ascensão de um movimento de massas que se institucionalizava num país recém-saído de aproximadamente 20 anos de ditadura. (PAULANI, 2008)

Esta adesão latino-americana bem como suas respectivas reformas jurídicas obedeceram a tempos históricos diferentes. No caso brasileiro, na década de 1980, o país não

estava preparado para se transformar numa economia financeiramente emergente, pois, no plano econômico, combinava altas taxas de inflação, forte centralização e regulação na política cambial, não fornecendo a autonomia necessária para o capital financeiro se movimentar.

No plano político, o país experimentava o fim de um período de exceção política na passagem de um regime ditatorial para uma democracia civil. É este quadro que posteriormente vai justificar, por exemplo, a autonomia do Banco Central, ou seja, vai fornecer autonomia para tornar a gestão monetária sua verdadeira política de Estado, sobrepondo as políticas econômicas às demais instâncias públicas, com destaque para as políticas sociais.

Dessa forma, o Brasil, nesse momento, não tinha um quadro político e econômico auspicioso para sua transformação numa economia financeiramente emergente. Para além do tamanho e do grau de intervenção estatal na economia e da recém-saída desse período de ditadura, tinha uma Constituição Federal pesada, que delegava à esfera do Estado demasiadas tarefas constitucionais, que punham à frente dos credores financeiros os direitos dos trabalhadores e do Estado (PAULANI, 2008); e ainda, tinha um sistema previdenciário cujo Estado era o principal financista e gestor, demandando uma oneração nos gastos públicos e relegando uma boa fatia de mercado para a acumulação privada.

A partir desse contexto latino-americano relatado por Fiori e do momento histórico vivido pelo Brasil em meados da década de 1980, é possível compreender as reformas econômicas e políticas que o país vem realizando nos últimos vinte anos: o Plano Real, as diversas reformas jurídicas, com destaque para as reformas na previdência pública e privada, a dilapidação do patrimônio público pela venda das principais empresas estatais que produziam lucros em setores estratégicos sob o argumento da necessidade de sanear as contas públicas, seguindo à risca o receituário imposto pelo Consenso de Washington.

O novo colonialismo, como definiria posteriormente a insuspeita revista Newsweek (edição de 1 de agosto de 1994), estaria assentado num programa ou estratégia sequencial em três fases: a primeira, consagrada à estabilidade macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário, envolvendo, invariavelmente, a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de 'reformas estruturais', quer seja, a liberalização financeira e comercial, desregulamentação dos mercados e privatização de empresas estatais; e, a terceira etapa, definida como a retomada dos investimentos e do crescimento econômico. (FIORI, 1995b, p. 234)

O primeiro grupo de reformas foi definido pela nova gestão macroeconômica expresso nos planos de estabilização. O segundo grupo de reformas estaria assentado nas reformas constitucionais e na aceitação de um amplo compromisso que assegurasse uma imagem externa inabalável, promovendo, sobretudo:

A certeza que nem as novas regras econômicas nem as decisões políticas liberalizantes ser [iam] alteradas. Como o que interessa aqui é assegurar os horizontes futuros dos investidores, é aqui também que assume enorme importância a difusão de um consenso nacional. Por quê? Porque ela suprime a ideia e a possibilidade de um sistema político partidário competitivo em que a alternância de poder pudesse levantar dúvidas sobre a continuidade da nova estratégia. Nessa perspectiva é que se deve entender o fenômeno cada vez mais generalizado do continuísmo e da melancolia democrática que reina nestes *emerging markets*. (FIORI, 1995a, p.15, grifo do autor).

Para além do Consenso de Washington, novas reuniões foram necessárias para a adesão orgânica desses países que apresentavam estágios de desenvolvimento e envolvimento diferentes. A temática proposta no seminário internacional de tema bastante sugestivo “The Political Economy of Policy Reform”, ocorrido entre os dias 14 e 16 de janeiro de 1993, reuniu durante dois dias executivos de governos, bancos multilaterais e de empresas privadas junto com acadêmicos, dando o tom da verdadeira produção desse consenso. Esses intelectuais discutiram com representantes de 11 países da Ásia, África e América Latina “as circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam ajudar um *technopol* a obter apoio político que lhe permitisse levar a cabo com sucesso o programa de estabilização e reforma econômica que o próprio Williamson, alguns anos antes, havia chamado de Washington Consensus” (FIORI, 1995b, p.233).

Uma das sugestões desse seminário foi a produção de um consenso, sobretudo, do ponto de vista da aceitação popular aos “perversos efeitos sociais e econômicos das políticas das medidas de austeridade e liberalização sobre as economias e populações nacionais” (FIORI, 1995b, p. 235) provocados pelos programas neoliberais, sob a ilusão de que “esses efeitos seriam transitórios ou necessários em nome de um bem maior e de longo prazo”.(FIORI, 1995b, p. 235)

Todas essas condições, entretanto, não dispensaram, nas diversas situações conhecidas, a formação prévia de uma coalizão de poder suficientemente forte para aproveitar as circunstâncias favoráveis e assumir, por um longo período de tempo, o controle dos governos sustentados por sólidas maiorias parlamentares; estas, sim, consideradas indispensáveis para poder transmitir credibilidade aos atores que realmente interessavam para a definição do enredo: os analistas de riscos das grandes empresas de consultoria financeira, responsáveis, em última instância, pela direção em que se movem os capitais globalizados (FIORI, 1995b, p.235).

A participação do Brasil nesse seminário e a coleção de práticas políticas adotadas no país após a eleição de Fernando Henrique Cardoso na condição de Presidente da República indicam o caminho econômico e político adotado e a base de sustentação do governo FHC.

O entendimento dessas dimensões explica, por exemplo, os acordos financeiros realizados entre o governo Brasileiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Tesouro dos Estados Unidos e o Banco Interamericano no montante de 41,5 bilhões de dólares para salvar o Plano Real, sob o compromisso de não modificar sua política cambial. “[...] Clinton, Greenspan, Rubin e Camdessus deram-se as mãos para sustentar FHC e suas políticas de austeridade fiscal e monetária, de privatização acelerada do setor estatal produtivo, de abertura do mercado interno às exportações, etc., etc.” (SINGER, 1999, p. 43).

Mas a dimensão política cabal da adesão brasileira ao ajuste neoliberal foi representada pelo Plano Real. Gestado no âmbito do Consenso de Washington, tem, no seu DNA, uma concepção estratégica de longo prazo de “ajuste fiscal, reforma monetária, liberalização comercial e financeira, desestatização, abertura econômica e retomada do crescimento” além de “estar associado, umbilicalmente, a uma ambiência de condições de poder inalterado por um período prolongado de tempo”. (FIORI, 1995b, p. 235)

Apesar das limitações históricas do texto de Fiori, datado do ano de 1995 e publicado no mesmo ano em que FHC assume a condição de Presidente da República, não fica difícil explicar o fisiologismo partidário acima referido. À frente, iremos analisar as condições macroestruturais e, inclusive, ideológicas que levaram Lula a assumir a política econômica conservadora do seu antecessor, conservando um projeto político, econômico e social de Brasil que vinha sendo gestado desde Fernando Collor de Mello (1990-1992).

2.2 A produção do Consenso no Brasil: Collor (1990-1992) e FHC (1995-2002)

É nesse contexto latino-americano combinado com as especificidades políticas brasileiras que se deram as bases das reformas econômicas brasileiras.

Da passagem do período ditatorial para o processo de redemocratização, ou como se convencionou chamar Nova República (OLIVEIRA, 2002), emerge uma série de contradições à brasileira: um movimento civil que se expressou de diversas formas na oposição política à ditadura, com destaque para a força das organizações científicas até a

construção de um movimento sindical que gerou durante a década de 1970 e 1980 uma “notável capacidade de desorganizar o consenso em torno da ditadura”. (OLIVEIRA, 2002, p. 42).

Estes movimentos civis desafiavam o Estado em sua maior fragilidade, que eram as políticas públicas, sobretudo no campo social, “[...] movimentos do custo de vida, movimentos pela habitação, movimentos pelo transporte, em cada uma das principais cidades brasileiras” e raramente ganhavam substância do ponto de vista da coalizão de forças e, “sob o ponto de vista partidário, nem sequer adquiriam forma orgânica mais organizada, mas, de fato, é quem sustentava esta nova fase, a redemocratização e a Nova República” (OLIVEIRA, 2002, p. 43).

Seguindo as pistas de Oliveira (2002), o primeiro ato da Nova República, aliás, foi inconstitucional, “nasce[u] já rasgando a Constituição”, uma vez que, pela Constituição, quem deveria ter assumido o lugar que nunca foi ocupado [Tancredo Neves] deveria ter sido o presidente da Câmara, e não o foi. Ocorreu, parafraseando Oliveira, uma transição à brasileira, provocada pela forte movimentação de massas e pela crise econômica que abatia o Estado, tirando do próprio regime “exatamente sua legitimidade, que havia sido conseguida com o processo de crescimento econômico” (OLIVEIRA, 2002, p.43).

Nesse período de transição, o Brasil vivia uma contradição em que, de um lado, convivia com um grande déficit social e produtivo produzido durante o período da chamada “década perdida” e de outro, a redemocratização do poder e a relevância dos papéis dos movimentos sociais e dos partidos políticos, com destaque para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) (SILVA JR at al, 2011). Num país que vinha de uma longa tradição de pouca relevância da política partidária, pois, de acordo com Oliveira (2010), a política brasileira sempre esteve representada predominantemente na personalidade do que propriamente nos partidos políticos, emergiram nova cultura partidária e novas esperanças com a criação do PT.

Apesar da relevância dos partidos políticos e da áurea de redemocratização e de melhoras sociais que eles representavam, a população brasileira vivia açoitada pela inflação, que saltava de 14 a 50% e terminava a 80%, corroendo a capacidade de compra e a dignidade popular. Nesse período, “desenvolveu-se na massa popular uma espécie de fobia à inflação e, por consequência, um salvacionismo político, que foi o ingrediente fundamental para a eleição de Fernando Collor de Mello” (OLIVEIRA, 2002, p. 47).

Esse salvacionismo, de acordo com Oliveira (2002), era a busca desesperada por um “Messias”, um salvador que conseguisse deter o fenômeno da inflação, que penalizava

não só as classes mais populares, mas também a classe média “[...] e ver a capacidade de compra fugir entre os dedos diariamente desenvolveu uma subjetividade que existe até hoje. É por isso que o governo FHC ainda se sustenta sobre o pavor do aumento de preços” (OLIVEIRA, 2002, p. 47).

Foi dentro dessa contradição e desse quadro econômico que em 17 de dezembro de 1989 Collor venceu o candidato da Frente Popular Brasil (PT-PSB-PCdoB), Luís Inácio Lula da Silva, no segundo turno das eleições presidenciais.

[...] foram os apoios sociais recebidos que decifraram o código de classes inscrito no embate. Esses argumentos podem ser qualificados pela lembrança de que boa parte do eleitorado que votou em Collor saiu das parcelas mais pobres da sociedade; seus 28% no primeiro turno vieram maciçamente desses setores, que ele chamou, lembrando o peronismo, de ‘descamisados’. Foi esta plataforma popular que ele alçou - com o fracasso rotundo dos candidatos do centro e da direita- como candidato também das burguesias e de todas as forças interessadas (com a poderosa rede Globo à frente) na manutenção de um padrão de exclusão social e política da maior parte da sociedade brasileira. (OLIVEIRA, 1992a, p.18)

Mais à frente, Oliveira questiona-se sobre quem teria pavimentado o caminho desse ‘salvador’, dessa figura messiânica em torno de Collor, que atingiu o “cerne da política brasileira”, ultrapassando todas as demais forças políticas tradicionais ou modernas. A resposta sintética à pergunta era o total descalabro da Nova República.

[...] a década perdida entre 80 e 90, com a perda do dinamismo econômico, a primeira taxa negativa de crescimento do produto em toda a moderna história econômica brasileira, 4,3% em 81, uma grave crise de acumulação (para o que a dívida externa e seu serviço anual contribuíram poderosamente), a erosão total da capacidade do Estado para proporcionar a previsibilidade a uma economia complexa (com uma enorme expansão da dívida interna que, se por um lado sustentava a solvabilidade dos capitais privados, por outro, reduzia a capacidade de investimento estatal a quase zero, numa economia fortemente induzida pelo comportamento estatal); *quase como corolário* necessário, a deterioração de todos os serviços públicos, mormente daqueles mediante os quais o Estado, de certa forma, atendeu crescentemente reivindicações populares [...]. Foi a visibilidade dessa expansão e melhoria que se apagaram na medida em que, sem crescimento econômico, a capacidade redistributiva das políticas sociais públicas se anulou. A nova república herda algum desses elementos e conteúdos críticos, os quais permanecem em franca deterioração e aos quais se acrescenta uma crise da credibilidade pública do Estado. [...] Solapando tudo, a crise econômica na Nova República, assumia o caráter de ‘à beira do abismo’ intermitentemente: a hiperinflação mostrou a sua cara, pela primeira vez, quando chegou aos 15% mensais, às vésperas do Plano Cruzado, voltou a recrudescer até 29% mensais, dando origem ao Plano Bresser, e quando Sarney desceu a rampa do Planalto pela última vez - valha-nos Deus!- em março de 1990, ela era de 80% ao mês. Foi esse o pavimento sobre o qual caminhou o ‘messias’ de Alagoas. (OLIVEIRA, 1992b, p. 30-31, grifos do autor)

Seguindo as pistas de Oliveira (1992a, 1992b) e Silva Jr et al. (2011), podemos argumentar que houve uma politização dessa crise do Estado acima descrita, “sem minimizar a crise econômica, brevemente descrita, e a rigor a viga mestra da crise global, a Nova República deslocou o centro da gravidade da crise econômica para uma crise geral do Estado, do governo e das instituições” (OLIVEIRA, 1992b, p.32), pois atribuía-se ao imobilismo do Estado a falta de crescimento e investimento e a sua incapacidade de enfrentamento das demandas sociais e econômicas. Havia um deslocamento da crise econômica para a crise política, abalando, sobretudo, a credibilidade da população sobre esse Estado. É daí que parece emergir a visão de um aparelho de Estado gastador e ineficiente na prestação dos serviços sociais que mais tarde vai calçar a justificativa para a reforma do aparelho do Estado, ocorrida em 1995.

É durante a década de 1990 e sob a vigência da curta era Collor (1990-1992) que o Brasil ingressa no que Paulani (2008; 2010) denominou de “estado de emergência econômica”. Nesse período, há a introdução de um discurso de que o Brasil precisava ingressar na era neoliberal, de que era necessário diminuir as demandas do Estado, “como poderia um país ingressar na condição de mercado emergente do ponto de vista financeiro com tantas demandas sociais a eles dirigidas, sobretudo, as demandas previdenciárias?”.

Collor não teve tempo de levar adiante este novo projeto de Brasil e renunciou em 29 de setembro de 1992 com um governo marcado por mais um mal-fadado plano de estabilização econômica (Planos Collor I e II). Foi durante a gestão de seu sucessor, Itamar Franco (1992-1994), que as primeiras mudanças de peso aconteceram com vistas à preparação da entrada do país no circuito de valorização financeira (PAULANI, 2008; 2010).

Ainda na condição de Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, entre os anos de 1993-1994, FHC presidiu a criação e implementação do Plano Real, considerado o coração da política econômica praticada durante seu governo, que, mais tarde, sob a ilusão de identificação pelo controle inflacionário e pelo seu não retorno lhe deu condições políticas de assumir a Presidência da República em mandato presidencial ganho em primeiro turno e mais tarde de reeleger-se.

A decretação do Plano Real⁵⁸ (condição necessária para inserção do Brasil na categoria de país economicamente emergente) já fez sentir, nos seis primeiros meses, com

⁵⁸ É válido destacar que nas análises de Singer, o brilho de Itamar Franco não é ofuscado em relação ao Plano Real como foi para a imprensa “o Plano Real- inicialmente denominado pela imprensa Plano FHC-pertence de direito ao Presidente Itamar Franco, do que muito poucos se lembram hoje. Na época, o ministro, patrono

FHC ainda na condição de Ministro da Fazenda, o alcance de seu principal objetivo econômico: a estabilização dos preços. (SINGER, 1999, p. 25). Mas para além de ser um plano anti-inflacionário, ele permitiu ao país a estabilidade econômica necessária pelo controle da inflação, tornando-o um campo de atração de capitais.

E ainda no plano ideológico, justificou, pelo controle da inflação, a entrada do país na era neoliberal, endossando todas as medidas políticas e exceções jurídicas publicizadas durante seus dois mandatos.

Singer (1999), ao analisar a prática econômica e política do Plano Real, afirmou que a opção da estabilização via ‘âncora cambial’, ou seja, a valorização da moeda nacional, fixando a taxa cambial em US\$1,00=R\$1,00, acrescido da liberação, por decreto, da importação de milhares de produtos, elevou a outro patamar a abertura do mercado interno brasileiro já iniciado por Collor.

Tão logo o escancaramento do mercado interno às importações entrou em vigor, as importações começaram a crescer acentuadamente em volume, valor e, sobretudo, em variedade. [...] isto representou um choque para nossa indústria, porque a maioria desses artigos não era importada dos países adiantados, de onde se originavam os produtos de marcas prestigiosas, mas de países asiáticos em que o custo do trabalho era ainda menor que no Brasil. Para enfrentar esta nova concorrência externa, as indústrias brasileiras foram obrigadas a baixar seus preços e, em muitos casos, de forma acentuada. (SINGER, 1999, p. 31)

O segredo desse plano, portanto, estaria na atração e no rápido aumento de capitais externos ao país, o que permitiu as condições necessárias para a inserção do país na condição de economia emergente, ou emergente plataforma de valorização financeira pela via da atração de fluxo de capitais. Entretanto, esse aumento vertiginoso desse fluxo de capital externo foi permitido pelo endividamento do país e pelo recuo das condições de competitividade da indústria nacional, e ainda pelo aviltamento e degradação das condições sociais sentidas pelo aumento do desemprego e pela forte precarização do emprego.

A pleora de capitais externos, que acorreram para o país, foi tão grande que o Banco Central decidiu permitir que o real se valorizasse em relação ao dólar. Em setembro de 1994, o dólar não valia mais que R\$ 0,83. [...]. A sobrevalorização do real, sem dúvida, acentuou a deflação dos preços industriais ao baratear ainda mais os produtos importados. O que fez a alegria dos consumidores, mas agravou as dificuldades dos produtores nacionais. Ao mesmo tempo, estimulou o aumento das importações e a redução das exportações. Passamos a ter déficits crescentes na balança de mercadorias, cobertos com empréstimos externos e investimentos diretos do

político do Plano, tinha ofuscado completamente o presidente, o qual teve de lutar com persistência para introduzir no Plano vários dispositivos, como a indexação dos salários durante o primeiro ano de vigência e o aumento do FGTS no caso de demissões imotivadas. Não fosse Itamar; o Plano FHC teria sido mais duro para os assalariados do que acabou sendo. (SINGER, 1999, p. 25)

exterior. O que serviu para ampliar, pouco depois, o déficit na balança de serviços, onerada por crescentes remessas ao exterior de juros e rendimentos. (SINGER, 1999, p. 32)

Esta foi a opção da política econômica de FHC e da equipe gestora do Plano Real: atração de capitais externos, sobrevalorização do real à custa do endividamento do país e corrosão da competitividade da indústria nacional, “o que equivale dizer que fomos obrigados a gastar mais para atender aos bancos e fundos de investimentos do exterior, que estavam com vontade de aplicar mais dinheiro aqui” (SINGER, 1999, p. 33). Esta é a explicação mais notável para entender nossa nova política econômica, ou seja, nosso relacionamento econômico com o mundo é comandado pelo capital externo e não pelo Estado brasileiro. (SINGER, 1999)

Essa adesão do Brasil ao capitalismo de predominância financeira impôs ao país uma série de ajustes estruturais, sobretudo jurídicos, com sua máxima expressão no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, publicado em 1995, cujo objetivo central seria transformar o país numa econômica juridicamente atrativa para novas formas de valorização de capital, em que o direito de credores financeiros se sobrepõe aos direitos socialmente conquistados, baseado, sobretudo, na desregulamentação trabalhista, gestão monetária da economia e na atração de Investimento Externo Direto (IED).

Dito de outro modo, o novo paradigma econômico que emerge com o fim do Estado de Bem-Estar social reposiciona a função do Estado e a gestão de seu fundo público. Em período anterior, as políticas sociais eram, com destaque para o pleno emprego, meta de política econômica, exercendo o fundo público mediado pelo Estado papel preponderante na reprodução da classe trabalhadora por meio de políticas de pleno emprego, saúde, habitação, lazer, possibilitando ao trabalhador acesso ao consumo e, conseqüentemente, permitindo a reprodução ampliada do capital.

Essa crise da década de 1970 caracterizada pela baixa taxa de lucro vai impor novas formas de valorização do capital, novos arranjos produtivos e um novo papel ao Estado e ao seu fundo público. É sob este ponto de vista que no Brasil emerge um amplo servilismo financeiro calcado num estado de emergência econômico que impõe ao país pelos seus representantes legais a sobreposição da agenda econômica sobre os direitos sociais da grande maioria da população.

Fiori (2001), em artigo originalmente publicado pelo Correio Braziliense em maio de 2000 sob o título “cosmopolitismo de cócoras”, discute, sob outros aspectos, este amplo servilismo financeiro brasileiro iniciado na década de 1990, tutelado por “nossas elites

econômicas e políticas”, que, num amplo pacto conservador, levaram a adesão do país à política de globalização financeira.

Esse cosmopolitismo, segundo Fiori (2001), vem se produzindo no Brasil desde a década de 1990, quando os debates políticos a partir da vitória eleitoral das forças conservadoras expressas na figura de Collor e Cardoso giravam em torno da adesão do país às políticas firmadas no Consenso de Washington⁵⁹ de corte neoliberal. Porém, a decretação definitiva desse Consenso no Brasil se expressou decisivamente no acordo financeiro (1999) empreendido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Brasil, dando-lhe acesso a um empréstimo na ordem de 40 bilhões de dólares para enfrentamento da crise do sistema internacional, que se iniciou em 1997 na Tailândia, inaugurou uma nova modalidade de intervenção das instituições econômicas no plano internacional, sobretudo nos países periféricos (ALMEIDA, 2002), esgarçando de vez o pacto social nacional e a ideia de nação.

[...] Um pacote de ajuste fiscal, estritamente monitorado pela instituição, foi a condição essencial para se lograr uma ajuda financeira do FMI e de países-membros do G-7 e do BIS. Essa ajuda inaugurou uma nova modalidade de intervenção das instituições financeiras internacionais, já que se tratava de disponibilizar recursos para reforçar as reservas internacionais do Brasil em caráter preventivo, ou seja, antes que se manifestasse uma inadimplência de fato, seguida de eventual decretação de moratória, como no caso anterior da Rússia. Ela antecipou a utilização da chamada *Supplemental Reserve Facility* (SRF), instrumento de crédito inovador, pois que destinado justamente a evitar a sustentação pós-crise dos desajustes de balanço de pagamentos. (ALMEIDA, 2002⁶⁰)

O excerto escancara o novo conceito de soberania nacional: não há mais soberania nacional nesta nova ordem econômica, não há um projeto de país ou um Estado nacional. Nas palavras de Fiori (2001):

⁵⁹“a ilustrativa figura de linguagem, hoje de domínio público internacional, refere-se a um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo FMI e pelo Bird em mais de 60 países de todo o mundo, configurando uma estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais, operadas, em alguns casos como em boa parte da África - começando pela Somália, no início dos anos 80-diretamente pelos próprios técnicos daquelas agências ; em outros, como, para exemplificar, na Bolívia, na Polônia e mesmo na Rússia até há bem pouco tempo, com a ajuda de economistas universitários norte-americanos; e, finalmente, em países com corpos burocráticos mais estruturados, pelo que Williamson apelidou de *technopols*, ou seja, economistas capazes de somar ao perfeito manejo de seu *mainstrea* (evidentemente neoclássico e ortodoxo) a capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda do consensus, como é ou foi o caso para exemplificar, de Aspe, Salinas e Zedillo, no México; de Cavallo, na Argentina; de Yegor Gaidar, na Rússia; de Lee Teng-hui, em Taiwan; Manmohan Singh, na Índia; ou mesmo Turgut Ozal, na Turquia; e, a despeito de tudo, Zélia e Kandir, seguidos de Malan, Arida, Bacha e Franco, no Brasil.” (FIORI, 1995b, p. 234, grifo da autora)

⁶⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Diplomacia financeira: o Brasil e o FMI, de 1944 a 2002. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/927DiploFinanceira.html>. Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

A convergência entre as novas condições e interesses financeiros internacionais da década de 1990, somada à bem-sucedida renegociação da dívida externa brasileira, nos termos do consenso de Washington, e à existência dessa aliança de poder liderada pelo novo bloco intelectual, criaram condições únicas de aproveitamento de mais um ciclo de liquidez internacional, só que agora, ao contrário do que ocorrera desde 1930, para implementar a transnacionalização radical da economia, em vez de uma tradicional ‘fuga para frente’ do tipo desenvolvimentista. Seis anos depois, o país, perplexo, percebe que não tem mais governo, porque o governo não tem mais nenhum projeto para o país. Tinha, fez as reformas e privatizações requeridas, e hoje se transformou numa agência de gerenciamento macroeconômico do acordo internacional que o salvou da falência na crise final do Plano Real e que definiu, por vários anos, quais serão os objetivos e prioridades da nação brasileira. [...] as políticas do Tesouro Americano/Fundo Monetário Internacional não poderiam avançar se não tivessem encontrado essa receptividade nacional. (FIORI, 2001, p. 59)

Dito de outro modo, o Brasil aderiu ao Consenso de Washington não de modo caudatário, mas como protagonista, num pacto nacional “de nossas elites econômicas e políticas, comandadas hoje por uma aliança bem-sucedida entre o ‘cosmopolitismo de cócoras’ de uma parte da intelectualidade paulista e carioca, aliada às ‘altas finanças internacionais’ e ao ‘localismo’ dos donos do ‘sertão’ e da ‘malandragem’ urbana brasileira” (FIORI, 2001, p. 57).

E esta aliança de poder, “[...] apoiada decididamente pela burguesia local, interessada apenas na valorização da sua riqueza dolarizada”, ou seja, essa aliança de poder, segundo Fiori (2001), estaria levando às últimas consequências⁶¹ um processo de inserção internacional e de transnacionalização radical de nossos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras, levando à grande maioria da população “o avanço assustador da anomia social, da violência e da deterioração das condições de vida”. (FIORI, 2001, p. 55)

Pierre Salama (2003), ao analisar as trajetórias econômicas seguidas pela América Latina e pela Ásia e suas responsabilidades nacionais específicas, salienta que, por exemplo, puxado pelo estímulo às exportações e aos investimentos, especificamente no caso brasileiro, optou-se por uma abertura extremamente rápida da economia às trocas internacionais (comerciais e financeiras), combinada com uma rápida liberalização dos mercados, do quais o Estado se retirou. Isto remete, portanto, às opções brasileiras de

⁶¹ “[...] o que esses intelectuais nunca perceberam é que seu cosmopolitismo, quando praticado num país periférico como o Brasil, com uma distribuição prévia extremamente perversa da riqueza e da renda, só poderia ter como resultado a desintegração definitiva de qualquer ideia de solidariedade nacional. Esses homens, fechados nas suas cápsulas burocráticas, onde se dedicam diariamente à produção de boletins macroeconômicos de ‘autoajuda’, estão completamente convencidos de que o povo brasileiro se satisfaz com a leitura diária e monótona dos movimentos das bolsas e dos números que ora anunciam a expectativa de um futuro promissor, ora descrevem o avanço milimétrico e irrelevante das variáveis econômicas que se transformam na sua ideia de nação” (FIORI, 2001, p. 60).

privatização de empresas em áreas estratégicas, permitindo assim sua venda ao capital internacional, trazendo reformas no aparelho do Estado, recuo ou quebra da indústria nacional pela rápida e “estabanada” liberalização comercial.

Das análises entre finança e trabalho e as diferenças entre elas no contexto asiático e latino-americano, emerge uma contradição entre finança virtuosa e finança parasita que, em última instância, induziu as opções de desenvolvimento brasileiro e o papel econômico que passa a ser exigido da universidade estatal pública.

Segundo Salama (2003), com o progresso dos mercados financeiros, a origem desses lucros torna-se vaporosa e misteriosa, pois nessa circunstância dinheiro parece gerar dinheiro e o mercado aparenta ser capaz de produzir valor por si mesmo, escamoteando as degradantes relações sociais e trabalhistas que se produzem para dar solvência ao mercado financeiro.

[...] Com efeito, as relações de um com o outro [mercado de trabalho e finanças] são complexas. A finança se paga com a mais-valia, mas ela também pode permitir que se produza mais-valia. Quando ela ajuda a produção de mais-valia, seja porque permite que se adquiram capitais suficientes para investir, seja porque diminui o risco através de operações de cobertura, ela é <<virtuosa>>, pois produz mais do que custa. [...], no entanto, a finança tem uma segunda faceta quando desvia o capital financeiro do investimento industrial, como já vimos. O <<milagre dos pães>> revela-se então uma ilusão: o dinheiro não produz dinheiro sozinho, se não for através do trabalho. E se ele parece dispensá-lo no caso dos produtos financeiros é porque se valoriza por múltiplas vias e por mecanismos dificilmente legíveis. Quando essa finança parasita leva a melhor sobre a finança virtuosa, ela pesa no rendimento do trabalho - como se observa na América Latina. (SALAMA, 2003, p. 140-141, grifo do autor).

Como dito anteriormente, a eleição de FHC à Presidência da República simbolizou a entrada oficial do Brasil nesse novo modelo. Em seu discurso de despedida do Senado Federal, em 14 de dezembro de 1994, FHC apontava as bases de sustentação para um novo desenvolvimento econômico, assentado na estabilidade macroeconômica, na disciplina fiscal e monetária, na abertura da economia brasileira à economia mundial, na necessária relação entre Estado e mercado, na previsão de uma agenda para revisão constitucional, na necessária reforma tributária, na repartição de encargos do Estado, na desconcentração de deveres entre as esferas da União, Estados, Municípios e sociedade civil, na nova relação com o capital estrangeiro. (SILVA JR, 2012 no prelo).

A prioridade central do país nessa nova adesão ao capital financeiro passa a ser a preservação de garantias constitucionais aos credores. São estes os objetivos que vêm orientando há quase duas décadas quaisquer políticas e reformas educacionais.

Todas as mudanças foram implementadas nessa direção: securitização da dívida pública, ou seja, a internacionalização do mercado interno brasileiro de títulos públicos; a desregulamentação financeira expressa nas chamadas contas CC5, que, nas palavras de Paulani (2008), seria a decretação da liberdade de envio de recursos ao exterior, decretação esta absolutamente irregular do ponto de vista jurídico, mas justificada pela necessidade de modernização do mercado financeiro brasileiro, retirando os entraves que impediam a livre saída de recursos do país.

Podemos citar ainda: a decretação do Plano Real; a venda ao capital internacional de empresas públicas de setores estratégicos como as empresas de energia elétrica e telecomunicações, a preços subavaliados pelo Estado, orientando a entrada dos grupos predominantemente industriais no país; elevação das taxas básicas de juros, aprovação de emenda constitucional que aprovou a isenção de CPMF aos recursos aplicados nas bolsas de valores; decretação da Lei Complementar, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, n. 101 de 2000, em que se estabelece uma hierarquia nos gastos públicos, colocando o direito dos credores financeiros em grau de hierarquia superior à alocação de recursos com fins distributivos das políticas de renda e políticas públicas de modo geral; e a reforma do setor previdenciário privado.

Todas essas exceções jurídicas que organicamente feriram valores constitucionais aprovadas em nossa constituinte de 1988, decretaram, no Brasil, um estado econômico de emergência. Toda e qualquer ação de política econômica foi justificada pelo discurso de necessidades de nova ordem administrativa, de um projeto de país mais moderno e estável do ponto de vista financeiro. Foi esse discurso da inexorabilidade (SILVA JR, 2012, prelo) da adesão do país a essas medidas do receituário neoliberal e sua relação com as exceções jurídicas que justificaria qualquer barbaridade em nome da necessidade de salvar o país. (PAULANI, 2010)

Esse conjunto de reformas constrange a dimensão da cidadania, abafando, inclusive, com exceções jurídicas, nossas conquistas cidadãs conseguidas com a Constituição Federal de 1988 e esgarça nosso pacto cidadão com a assunção de Lula à Presidência da República, que, na condição de presidente, mantém a política econômica do seu antecessor.

2.3 Reforma do aparelho do Estado brasileiro e a produção do novo aparato jurídico

No plano político, a reforma do Estado brasileiro anunciada no início da era FHC (1995-2002) foi a mais cabal tradução desse conjunto de reformas após o Plano Real. É ela que passa a orientar todas as reformas nas instituições republicanas, com destaque para as das universidades públicas e da produção de conhecimento.

No Plano econômico, a adesão do país ao capitalismo de predominância financeira fez-se pelo fomento à entrada de IED no país, uma das verdadeiras expressões da mundialização do capital. O texto “Impacto do investimento estrangeiro direto sobre a renda, emprego, finanças públicas e balança de pagamento”, escrito por Reinaldo Gonçalves numa parceria entre a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresenta a forma de ingresso latino-americana e, no caso, brasileira, pela via da internacionalização da produção via IED, que ocorre sempre que um residente de um país tem acesso a bens ou serviços com origem em outro país. (GONÇALVES, 2011).

Gonçalves (2011, p.12), ao analisar a entrada de Investimento Externo Direto nos países, destaca uma questão primordial: a desnacionalização que abarca, neste caso, questões de mote econômico, social, político e diplomático “[...] A aquisição de ativos domésticos por não residentes implica transferência da tomada de decisão em relação a questões importantes como investimento, tipos de produto, tecnologia, fluxos de capitais etc.”.

Este destaque é importante para analisar a dimensão da autonomia e soberania nacional sobre as quais este tipo de investimento tem impactado. Para além das dimensões de ultrapassagem das fronteiras nacionais, há aspectos políticos e jurídicos que envolvem a atração desses investimentos, que constituem um contrato jurídico que permite a internacionalização da produção, constituem formas de empresas estrangeiras ocuparem espaços econômicos nacionais, interferem nos investimentos e políticas públicas, sugando o fundo público, sobretudo, na forma de capital intangível.

Alguns estudos (CEPAL, 2010; GONÇALVES 2011) já se ocupam em analisar os efeitos do IED na economia doméstica dos países receptores, bem como o impacto nas políticas públicas. Há ações importantes no âmbito da captação desses investimentos, sobretudo, no sistema de inovação. A política industrial passa a ser orientada para a promoção de benefício do IED tanto para atração quanto para incremento da estrutura já existente, atrelando a capacidade produtiva das universidades, de suas pesquisas, de seus cursos para o

atendimento das capacidades produtivas regionais, uma vez que ela promove interação entre as empresas e os mais diversos atores, como universidades, centro de pesquisas, organismos da administração pública.

Não podemos deixar de ressaltar, por exemplo, que, mesmo no âmbito do CNPq e dos Planos Nacionais de pós-graduação, se busca a utilização de parcelas significativas do seu orçamento (cerca de 30% de sua rubrica) para fomentar regiões com baixa capacidade de absorção do IED, devido à baixa atratividade, principalmente com relação à baixa qualificação técnica e acesso à pesquisa - regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - no intuito de torná-las mais atrativas, mormente na formação e qualificação técnica, tecnológica, superior e pós-graduada.

Para citar um exemplo, no ano de 2010, o Brasil atraiu parcela significativa de ativos ou empresas por mais de 100 milhões de dólares: Vivo (Telecomunicações: (9) 742,79), Repsol YPF Brasil AS (Petróleo-gás: (7) 111,00), Mineração Usiminas (mineração: 1930,00), GVT (telecomunicações: (1) 777,43) Bahia Minerals BV (Mineração: 735,00), Sky Brasil (Telecomunicações: 604,80), Dufry South America Ltd (Comércio: 527,02), Cia Industrial de Vidros (Manufaturados: 603,00), Sistema Educacional Brasileiro (serviços educacionais: 498,74) CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens (turismo: 401, 01), Odebrecht Óleo e Gás (Construção/ engenharia: 400,00), Equipa SA Açúcar e Alcool (agroindústria: 331,40), Vale do Ivaí AS (agroindústria: 239,99).

No Brasil, o IED alcançou em 2010 um novo recorde e superou 48 bilhões de dólares, um aumento de 87% em relação a 2009. O incremento no IED, fundamentalmente [os] novos aportes de capital, tem sido potencializado pelo crescimento econômico, que alcançou 7% em 2010. Os fluxos de investimento se concentraram em recursos naturais e manufaturados, com 39% e 37% do total, respectivamente, enquanto os serviços receberam 24% do IED. Nos recursos naturais, se destacam os setores de petróleo e gás (22% do total de IED) e a extração de metais (14%). Em manufaturados, os setores mais dinâmicos foram o de alimentos (9%), metalurgia (9%), produtos químicos (7%) e derivados de petróleo (3%). Além disso, como adiante analisado, o Brasil consolidou-se como polo de atração regional para os investimentos com maior conteúdo tecnológico e os projetos associados à pesquisa e desenvolvimento. Em termos de origem do IED, a China foi o principal investidor em 2010, com 15% do total e um montante de 7.500 milhões de dólares³. A China é seguida pela Suíça (13%) e Estados Unidos (11%). Por outro lado, a acentuada apreciação do real brasileiro (15% em 2010) e o incremento do consumo interno favoreceram a chegada de IED associado a uma estratégia de busca de mercados. É importante mencionar que os fluxos de IED têm ajudado a financiar de maneira significativa o crescente déficit na conta de transações correntes do país, que alcançou 45 bilhões de dólares em 2010. (CEPAL, 2010, p. 46)

Partindo das características qualitativas assumidas pelo modo de acumulação capitalista nesta fase atual, Sguissardi e Silva Jr. (2009, p. 16) reiteram a força que esse movimento assume nesta nova fase de expansão capitalista e que ganha concretude, sobretudo no Brasil, nas relações que essas grandes empresas vão estabelecer com instituições nacionais em que destacamos as universidades públicas:

As empresas de novo estilo tornam-se o eixo condutor da economia mundializada sob a gestão monetária e a hegemonia do capital financeiro. O capital financeiro atravessa e põe-se em torno do capital produtivo mundializado. Sua rentabilidade mundial é o objetivo maior. [...] as corporações buscam vantagem predominantemente nas relações com empresas e instituições nacionais, internacionais e multilaterais. Aqui se encontra a origem das reformas institucionais públicas que iriam se realizar nas décadas de 1980 e 1990.

Em vista desse contexto, é necessário analisar como o Brasil a partir da década de 1980 inicia seu ajuste na economia por meio da adoção de novos padrões produtivos, incluindo também a adoção de padrões de qualidade, eficiência, eficácia e alterações nas relações trabalhistas no trabalho do professor universitário e na sua relação com o seu trabalho.

Paulani (2010), no artigo “Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil”, parte da concepção, embasada em Chesnais (1998; 2005), de que o capitalismo de hoje é presidido pelos imperativos da valorização financeira e busca mostrar como o Brasil abraça tais diretrizes a partir de três pontos: a decretação, no Brasil, desde o início dos anos 1990, do que ela chama de “estado econômico de emergência”, que tem possibilitado a adoção de todas as receitas prescritas no receituário ortodoxo, a decretação deste estado pela ascensão de Lula em 2003 e a forma de operacionalização do capitalismo financeirizado na periferia do sistema.

Para ela, o discurso neoliberal no Brasil toma força nas eleições presidenciais de 1989. Até então, o colapso nos planos de estabilização monetária como o Plano Cruzado (1986), considerado a primeira experiência heterodoxa de uma série de planos de estabilização monetária tentados e igualmente malfadados, provocou duros ataques à política desenvolvimentista que ainda se tinha mesmo na ascensão de um governo civil, provocando a desqualificação da estrutura estatal como a raiz de todos os males.

Ecoando o arrazoado da desestatização da economia, que nascera no governo Figueiredo por conta das pendengas do capital nacional relativas aos arranjos do II PND, advogando a necessidade de transparência e da austeridade nos gastos públicos e embrulhando tudo isso na pregação moralista da “caça aos

marajás”, Collor venceu as eleições. Tornou-se assim o responsável pela introdução oficial no Brasil da agenda programática e reformadora do neoliberalismo (PAULANI, 2010, p. 119).

Como dito anteriormente, é a partir da eleição de Fernando Collor que o discurso em torno da diminuição do tamanho do Estado, da privatização de empresas estatais, de controle dos gastos públicos, de abertura da economia começa a ecoar fortemente na política brasileira como a única saída possível para os males brasileiros, sobretudo, no aspecto inflacionário. Tais políticas prometiam ajustes que iriam desde a estabilização monetária, a distribuição de renda à evolução tecnológica e à modernização do país.

A inserção do Brasil nesse circuito internacional de valorização financeira pode ser caracterizada pela renegociação da dívida externa e sua securitização⁶² pela criação dos títulos da dívida pública brasileira cotada nos mercados internacionais, na desregulamentação do mercado financeiro a partir de um expediente criado em 1969 chamado contas CC5, promovendo a abertura financeira do país (PAULANI, 2008, p. 41).

Algumas medidas adotadas por esse governo para transformar o Brasil aos olhos dos investidores estrangeiros em uma nação segura e totalmente comprometida com os valores e anseios do capital financeiro são duramente criticadas por Paulani: abertura estabana da economia, o que permitiu a quebra de várias empresas brasileiras e o desemprego; a venda ao capital internacional de empresas públicas de setores estratégicos como as empresas de energia elétrica e telecomunicações; elevação das taxas de juros a níveis exorbitantes, chegando a 40% em função das crises internacionais; aprovação de emenda constitucional que isentava do imposto CPMF os recursos aplicados em bolsas; isenção de imposto de renda das distribuições de lucros de empresas a seus sócios brasileiros ou estrangeiros; e a remessa de lucros ao exterior.

Do ponto de vista político, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, publicado em 1995, além de se tornar a grande plataforma política do governo recém-empossado Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi o manifesto político-estatal que serviu de aplicação prática das medidas prescritas no receituário neoliberal para a implementação de reformas nas instituições republicanas.

A tese central para implantação dessas reformas institucionais consistia na necessidade de criação de uma nova estrutura estatal que estivesse apta a comportar a

⁶² A securitização é a prática adotada pelo governo brasileiro a partir do início dos anos 1990 para reestruturação da sua dívida pública, sendo a conversão desta dívida (duplicatas, cheques, notas promissórias) em títulos lastreados e negociáveis em instituições financeiras. Consiste em uma prática financeira de agrupar vários tipos de ativos financeiros, convertendo-os em títulos negociáveis no mercado de capitais. (PAULANI, 2010).

redefinição do papel do Estado, de alcance mundial, a partir da década de 1990, criando condições para a reconstrução da administração pública sobre base gerencial e moderna para levar a cabo a inserção do Brasil nesse circuito de valorização financeira.

O argumento central para a implantação dessas reformas consistia em jogar sobre os ombros do Estado seu “suposto gigantismo”, além de sua pesada intervenção no andamento da economia, como sendo a causadora da então crise vivida, além dos privilégios conferidos aos trabalhadores ao longo dos trinta gloriosos anos do Estado Keynesiano (PAULANI, 2008, p. 118).

Esta estrutura estatal deixaria de ser a responsável direta pelo desenvolvimento econômico e social do país, pela via da produção de bens e serviços, e passaria a atuar diretamente na função de promotora e reguladora desse desenvolvimento (BRASIL, 1995). O que na verdade estaria nas entrelinhas desse discurso é que as diretrizes econômicas, ao contrário dos movimentos sociais brasileiros, que clamavam por um Estado de direito, é que seriam os grandes protagonistas deste novo ajuste.

Dito de outro modo, o discurso proferido naquele documento dava a falsa impressão ao seu leitor de que a reforma do Estado seria necessária em virtude da forte e ampliada presença do Estado, em governos anteriores, nas atividades produtivas em detrimento das políticas sociais, passando a ser indispensáveis o controle da estabilidade e o desenvolvimento sustentado da economia, definindo assim novas diretrizes para a administração pública brasileira para que fossem eficazes suas políticas de ação reguladora num quadro de mudanças econômicas, bem como os serviços básicos que presta e as políticas de cunho social que precisa implementar (BRASIL, 1995, p. 06).

Na verdade, a dominância financeira é que vai exigir aquilo que Paulani (2010) caracteriza como “Estado de emergência econômica”. As novas formas de acumulação capitalista vão requerer reformas nas instituições do país, com particular atenção aqui na instituição universidade pública.

Assim, a pregação neoliberal aparece como o único remédio capaz de garantir que o sistema econômico recupere sua saúde. Todas essas medidas promoveriam a libertação do mercado dos concorrentes com que fora amarrado pelo Estado, e os benefícios produzidos pela concorrência e pelos ganhos de eficiência que seriam produzidos logo se fariam sentir. Além disso, com a redução do espaço institucional de atuação do Estado, o setor privado - em princípio mais ágil e eficiente que a máquina estatal, porque regido pela lógica do mercado - retornaria ao lugar que de direito lhe era devido. (PAULANI, 2008, p. 118).

É sob o discurso de uma crise no Estado que se ancoram as necessidades de reformas nesta estrutura. Essa crise, de acordo com os reformadores, teve origem na década de 1970, mas só nos anos 1980 se tornou evidente. Qualificada como *crise do Estado*, causou uma desestruturação nas econômicas mundiais, ocasionando descontrole fiscal, redução na taxa de crescimento econômico, que, segundo eles, pode ser explicada pelo grau de sobrecarga de demanda dirigida ao Estado por meio do desenvolvimento de políticas de bem-estar social.

Eis as características anunciadas pela proclamada crise do Estado: uma crise fiscal; o esgotamento de estratégias estatizantes de intervenção do Estado; o esgotamento do modelo de Estado de bem-estar social; e a superação da administração pública de caráter burocrático.

Nesse sentido, a reconstrução do Estado, sob a lógica defendida neste documento, surge como uma resposta consciente à sua crise, de maneira a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas. Dessa forma, são cinco os pontos urgentes e necessários apontados nesse plano diretor para essa reforma: um ajustamento fiscal duradouro, com reformas econômicas orientadas para o mercado, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica garantidoras da concorrência interna e possibilitadora de condições para o enfretamento competitivo por mercados em nível internacional; reforma da previdência social, com inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado para viabilizar o que denominam de ‘governança’.

Ao definirem a nova estrutura organizacional do Estado gerencial, dividem o aparelho do Estado em quatro setores: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado.

O núcleo estratégico corresponde ao governo, setor responsável pela elaboração das leis e pela formulação e implementação de políticas públicas. Este núcleo corresponde aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Nas atividades exclusivas do Estado, serão desempenhadas as atividades que competem ao poder extroverso do Estado como o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar, tributar.

Os chamados serviços não-exclusivos do Estado correspondem aos setores em que o Estado atua juntamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. Neste setor, estão presentes os serviços que envolvem diretamente os direitos humanos, como saúde (hospitais) e educação (universidades, centros de pesquisa e museus).

A transferência desses serviços que envolvem diretamente os direitos humanos para o setor público-não estatal, por meio de um programa de publicização, seria, para os

reformadores, a transformação das atuais fundações públicas em organizações sociais, facultando a essas entidades o direito privado, “sem fins lucrativos”, logrando maior “autonomia” financeira e aumentando a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população.

Na verdade, o que está escamoteado no discurso da autonomia e da eficiência são as reais metas do país em tempos de predominância financeira: modelo de atração de capitais financeiros e produtivos, gestão monetária da economia pela gestão de juros e câmbio com vistas a possibilitar a rentabilidade dos credores financeiros, que se tornam as verdadeiras metas da política econômica.

Isto fica evidente, por exemplo, na análise do orçamento da União, exercício 2012, publicado no sítio do Ministério do Planejamento. De um orçamento total de R\$ 2,257 trilhões, R\$910 bilhões foram utilizados para o pagamento da dívida pública interna e externa do país, ou seja, 41,40%, dos quais R\$ 653,9 bilhões correspondem ao financiamento da dívida e R\$129,6 bilhões para o pagamento de juros da dívida.

Ainda, totalizaram 14,03% de gastos com a previdência, 3,61% com a saúde, 3,02% com a educação, 1,92% com trabalho e 0,39% com Ciência e Tecnologia. O orçamento indica que, de fato, o modelo econômico adotado pelo país prioriza quase a metade do seu orçamento total com o cumprimento dos compromissos firmados internacionalmente.

Este documento, portanto, passa a orientar todo o ordenamento jurídico relacionado à C,T&I a partir da racionalidade de um novo Estado reformado, engendrando as efetivas mudanças na universidade pública requeridas pelo modelo de gestão econômica acima indicado. Nas universidades públicas, essas mudanças foram se operando a conta-gotas, ao longo das últimas duas décadas, por meio de alterações legislativas⁶³, publicação de Planos, conferências e novas diretrizes para a política industrial.

A inclusão das universidades e centros de pesquisas nesse terceiro setor do Estado, ou no Núcleo de serviços não exclusivos do Estado, passa a operar significativa mudança cultural, possibilitando novas relações da universidade com o Estado, sobretudo, no que diz respeito ao seu financiamento direto, à contratação dos servidores, na relação dos seus professores com suas pesquisas e com os conhecimentos produzidos, dando uma nova feição a esta instituição.

Como aqui quisemos demonstrar, a reforma orienta uma nova gestão do fundo público em favor do capital, sob a forma de investimentos infraestruturais, pela entrega de um

⁶³ Podemos destacar como principais alterações legislativas: a Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973/2004 e a Lei conhecida como “Lei do Bem” n. 11.196/2005; a criação dos fundos setoriais a partir de 1997.

nicho de mercado rentável com as vendas do patrimônio público na forma de empresas estatais, com a reforma previdenciária ao retirar o Estado do processo produtivo direto e a reforma universitária com duas amplas funções: certificação em massa e empresariamento do conhecimento. (SILVA JR; KATO; RODRIGUES, 2012).

A ortodoxia que iria orientar todo o processo de reforma, e que de fato hoje vemos realizada, não foi escondida de ninguém que estivesse um pouco atento ao pronunciamento de FHC. “Tenho repetido à exaustão, mas não custa insistir: isto não significa que a ação do Estado deixe de ser relevante para o desenvolvimento econômico. Ela continuará sendo fundamental, mas mudando de natureza”. Continuava dizendo que “O Estado produtor direto passa para segundo plano. Entra o Estado regulador [com a função] de criar o marco institucional que assegure plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva”. O marco institucional também significou colocar o fundo público de forma direta ou não a serviço do capital, como o caso das privatizações, a reforma previdenciária e, a conta-gotas, a reforma universitária das instituições estatais e públicas. A identidade das instituições universitárias estatais públicas deveria submeter-se à assertiva de FHC de que “em vez de substituir o mercado, trata-se, portanto, de garantir a eficiência do mercado como princípio geral de regulação”. Para a realização do novo modelo de desenvolvimento, segundo Cardoso, a infraestrutura econômica e social constituía-se em ponto fundamental. “Nesta época de competição global, os países bem-sucedidos tratam de acumular dois *tipos de ativos* que se caracterizam pela baixa mobilidade internacional e pela alta ponderação no rateio das vantagens comparativas: a infraestrutura de energia, transportes e telecomunicações, e aquilo que se denomina – impropriamente, na minha opinião – ‘capital humano’”. Aqui, a infraestrutura econômica é imprescindível para um país que, com o novo paradigma de desenvolvimento em construção, em cujo centro se encontrava a necessidade estrutural de produção de valor. (SILVA JR, 2012, p. 121, grifo do autor, no prelo).

Aqui se destaca o papel da educação para o novo modelo de desenvolvimento econômico adotado. A educação nos mais diversos níveis e modalidades passa a cumprir papel essencial na produção real de valor.

[...] Aqui, portanto, a educação brasileira deveria, em seus níveis e modalidades, ser reformada. A educação básica e profissional deveria prover um incremento qualitativo e quantitativo na força de trabalho, e a necessidade de exportação de produtos com alto valor agregado exigiria a produção de tecnologia e inovação, e, para isso, a demanda inequívoca de uma reforma educacional voltada para o trabalho e de natureza pragmática se punha como solução. (SILVA JR, 2012, p. 121).

As reformas educacionais foram sendo processadas a conta-gotas com destaque para as mudanças na educação universitária: novas políticas de avaliação, sobretudo, de avaliação em nível pós-graduado capitaneado pela agência Capes; expansão de vagas nas universidades públicas pelas mais variadas modalidades: REUNI (2007), UAB(2006), a produção de planos específicos de educação como os Planos Nacionais de Pós-Graduação que

passam a orientar juntamente com a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior e o PAC da Ciência e Tecnologia, a formação dos estudantes, a criação de cursos, a produção do conhecimento, o financiamento de pesquisas e as regras de avaliação.

Ou seja, há uma relação cada vez mais estreita entre a esfera educacional e a esfera econômica, sendo esta última, em face da opção de desenvolvimento produtivo e financeiro do país, a grande indutora das políticas públicas educacionais. Agora com um adicional, a cara do capitalismo mudou, as demandas são exógenas ao país e visam a garantir um ciclo de desenvolvimento produtivo em que a economia real precisa encontrar formas cada vez mais rentáveis da combinação entre mais-valia relativa e absoluta com vistas a lastrear o capital financeiro e postergar crises. É sob esta nova estrutura que a universidade estatal pública, na condição de fundo público, passa a ser considerada a “espinha dorsal” do desenvolvimento produtivo e financeiro do país. Daí se põe para o âmbito dessa instituição grande peso social e econômico.

2.4 A adoção do consenso no Brasil de Lula (2003-2010).

Orientada por esta nova agenda de crescimento econômico, Paulani (2010), ao escrever o artigo “Capitalismo financeiro, Estado de emergência econômico e hegemonia às avessas”, buscou mostrar como a adoção no Brasil, desde o início da década de 1990, de um “estado de emergência econômico”, possibilitou a incorporação das medidas prescritas pelo receituário ortodoxo de Washington, bem como a decretação definitiva deste estado com a ascensão de Lula ao poder em 2003.

Para a autora, o entendimento desse “projeto neoliberal para a sociedade brasileira” precisava analisar a relação do neoliberalismo como doutrina, a coleção de práticas de políticas econômicas adotadas nos países e a fase específica de desenvolvimento capitalista nos anos 1970. Este entendimento possibilitaria responder, por exemplo, como se deu a era neoliberal no Brasil? Qual variante da sua concepção foi priorizada? E quais as razões que levam a considerar como absolutamente neoliberal o governo Lula?

Paulani (2008) buscou desconstruir o grande equívoco que se criou em torno da ascensão do PT como um partido no qual todos aqueles que lutavam por um Estado progressista, pela diminuição das desigualdades sociais ou, em última instância, para o rompimento de um projeto político, econômico e social de Brasil, que vinha sendo gestado desde Collor, depositaram amplas esperanças.

Com a ascensão de Lula e seu partido ao poder, eles adotaram o que Paulani (2010) chamou de “a mais conservadora das políticas econômicas conservadoras já experimentadas pelo Brasil” (PAULANI, 2010, p. 08), que partiu de uma opção conscientemente escolhida - “a opção pela continuidade que Lula e o PT patrocinaram” (PAULANI, 2010, p. 09).

Essa opção pela continuidade de uma política econômica ortodoxa, que caracterizaria a natureza desse governo, precisa ser avaliada a partir de três elementos: “[pelo] conjunto de seus vínculos sociais explícitos, de suas alianças políticas e de “seus modos” de fazer política”. (BORGES NETO, 2005, p.71, grifos nosso).

No plano formal, este Estado de emergência econômico surge no Brasil com a edição do Plano Cruzado em fevereiro de 1986 feita por decreto-lei. A utilização de um dispositivo jurídico de certa forma antidemocrático justificou-se pelo quadro econômico baseado na hiperinflação que assombrava, sobretudo, a classe de renda mais baixa. Foi em meio a essa crise econômica de forte acepção mundial caracterizado pelas altas taxas inflacionárias, moratória, instabilidade econômica e social que se produziu essa tese.

A tese sobre a construção de um estado de emergência econômico no Brasil congrega duas variáveis: de um lado, o discurso da necessidade de mudanças administrativas, da necessidade de se criar um novo projeto de país, mais moderno e estável do ponto de vista econômico; de outro, o discurso da inexorabilidade da adesão do país a essas medidas do receituário neoliberal e a sua relação com essas questões propriamente jurídicas que justificaram qualquer barbaridade em nome da necessidade de salvar o país. (PAULANI, 2010).

Só para citar alguns exemplos, esse estado de emergência econômico se caracterizou: pela permissão injustificável de valorização da moeda brasileira até a verdadeira emergência trazida pela crise cambial de janeiro de 1999, que, em apenas quatro meses varreu do país cerca de 40 bilhões de dólares; pela aprovação da Lei de responsabilidade fiscal em que os direitos dos credores financeiros são colocados acima de qualquer outro direito; pela abertura estabonada da economia permitindo a quebra de várias empresas brasileiras e o aumento do desemprego; pela venda de ativos públicos (empresas de setores considerados estratégicos ao capital internacional, financiando os compradores com dinheiro público); pela aprovação de Emenda Constitucional que isentou da incidência da CPMF os recursos aplicados em bolsas de valores; e pela isenção de imposto de renda na distribuição de lucros de empresas e seus sócios brasileiros ou estrangeiros e da remessa de lucros enviados ao exterior. (PAULANI, 2010).

Outros exemplos de políticas econômicas adotadas são também constitutivos dessa análise: a manutenção das taxas reais de juros mais elevadas do mundo; o pagamento do serviço da dívida brasileira, que ultrapassou, em alguns anos, 8% do PIB, ao mesmo tempo em que se repetia que não havia dinheiro para o financiamento de ações básicas como a recuperação do sistema público de saúde, reforma agrária; a transformação e entrega do sistema previdenciário brasileiro para o sistema financeiro; a promulgação da Lei das falências, que coloca no gerenciamento das massas falidas os interesses dos credores do sistema financeiro à frente do interesse dos trabalhadores e do Estado; e a defesa pela independência o Banco Central.

Para Borges Neto (2005), todas essas políticas adotadas são constitutivas da natureza do governo Lula.

Sua orientação geral está perfeitamente clara: adotou uma política macroeconômica extremamente neoliberal; enquanto pôde, encaminhou reformas (de fato, contrarreformas) cujo conteúdo neoliberal é indiscutível (a Reforma da Previdência, a Lei das Falências, o projeto das Parcerias Público-Privadas). Além disso, foram anunciados projetos, já com contornos básicos definidos, que têm o mesmo caráter (os projetos de reformas sindical e trabalhista). Está em andamento um processo de mudanças nas universidades - que dificilmente pode ser chamado de 'reforma universitária' - que inclui igualmente muitos elementos de uma política neoliberal para o setor. Para reforçar essas considerações, a tônica das suas políticas sociais não é a ampliação dos direitos e sua universalização, mas a redução dos direitos e a 'focalização': as políticas sociais enquadram-se, portanto, em geral, no modelo das 'políticas compensatórias' típicas dos governos neoliberais. (BORGES NETO, 2005, p. 69, grifo do autor).

Borges Neto (2005), entre os conteúdos mais progressistas implementados em algumas áreas desse governo, cita a área externa sob responsabilidade do Itamaraty como o esforço de priorizar relações com países latino-americanos e do terceiro mundo, ou mesmo trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, comandada pelo professor Paul Singer, que desenvolveu um trabalho sem identificação programática com a política geral do governo, e não propôs nenhuma medida de embate com essa orientação geral.

De qualquer maneira, o espaço no governo dessas políticas discrepantes da orientação geral neoliberal foi sempre muito reduzido. Não se pode comparar, por exemplo, a influência do BNDES com o Ministério da Fazenda ou a do Banco Central. Mesmo o Itamaraty, em tese, condutor da política externa, teve sempre de aceitar [...] que questões fundamentais dessa área fossem determinadas pelo Banco Central, pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério da Agricultura e pelo Ministério do Desenvolvimento - todos eles partem do 'núcleo duro' da orientação neoliberal. (BORGES NETO, 2005, p71, grifos do autor).

Notem que a condução política do país é gerida pelos principais ministérios que compõem o chamado núcleo duro da gestão das políticas monetárias e fiscais de orientação neoliberal. Essa condução política esteve diretamente ligada à base de sustentação política de seu governo. A vitória de Lula foi patrocinada, e a orientação geral de seu governo foi claramente apoiada por setores economicamente dominantes: os representantes do capital financeiro nacional e internacional, pela manutenção de relação “cordial” com determinadas instituições (FMI, Secretaria do Tesouro dos EUA, comunidades financeiras, presidente do EUA), incorporando, inclusive, representantes diretos desses setores em cargos estratégicos de condução da política econômica. (BORGES NETO, 2005, p. 71)

Para buscar desenvolver uma possível explicação sobre a opção neoliberal do governo Lula, Borges Neto (2005) propôs uma breve retrospecto político e histórico sobre a construção do PT e do próprio Lula. A formação do PT como partido político representou, segundo o autor, a expressão política própria dos trabalhadores brasileiros num período de fortalecimento social. Integrou setores importantes da militância de esquerda brasileira, firmou-se como um partido plural, definindo-se, inclusive, como um partido de base socialista. Seu pecado original, entretanto, sempre esteve ligado à pouca profundidade da discussão do significado de socialismo. (BORGES NETO, 2005)

O PT desenvolveu-se como principal referência da esquerda brasileira na disputa eleitoral em 1989, mas, a partir desse momento, com a ofensiva neoliberal e a crescente inserção institucional do PT, trouxe pressões para o interior do partido no sentido de promover a adaptação do partido à institucionalidade. Além disso, para Borges Neto (2005), a rejeição sofrida por Lula na disputa em segundo turno com Collor em 1989 foi avaliada pelo partido com base num suposto excesso de radicalismo na condução político-partidária e pela resistência da população a um candidato ‘sem diploma’. Foi se construindo, nesse sentido, ao longo de mais uma década, que para Lula e o PT⁶⁴ chegarem ao poder eram necessárias moderação no seu programa de governo e ampliação da sua base de apoio e das suas alianças políticas.

⁶⁴Cumprer destacar que no texto ora referenciado “Governo Lula - uma opção neoliberal”, de João Machado Borges Neto, fica claro que a heterogeneidade das forças políticas e seus respectivos líderes que formam a base do PT a partir de 1993. Para um maior aprofundamento sobre o assunto, a leitura deste artigo se faz importante, pois destaca entre a constituição política desse partido, a existência no âmbito do PT, de duas alas com predomínio ideológico distinto: o setor mais à direita do partido “Articulação Unidade na Luta”, o setor de Lula e Dirceu e o setor mais à esquerda “Articulação de Esquerda”, de José Genuíno.

Desde o início dos anos 1990, Lula e seu círculo mais próximo estiveram entre os que mais impulsionaram no PT à ‘moderação’ e à diluição das referências socialistas, e que buscaram estabelecer vínculos cada vez mais fortes com setores burgueses. Ao mesmo tempo, depois de 1989, com a crise das referências da esquerda, com a ofensiva liberal, com a maior inserção institucional e com o debilitamento do movimento social que tinha representado o impulso fundamental para a constituição do PT, esse partido começou a perder seu caráter rebelde e a trilhar um caminho de progressiva integração à ordem. Muitas ideias neoliberais começaram a se infiltrar entre seus dirigentes (por exemplo, as visões de que o Estado é em geral menos eficiente do que as empresas e de que não é possível superar o mercado capitalista). No Plano nacional, em cada disputa eleitoral, o PT se colocou menos à esquerda. Cada derrota da candidatura presidencial foi interpretada no sentido de a ‘moderação’ e a ‘ampliação’ das alianças ainda terem sido insuficientes. [...] No caso do PT, o que havia era um divórcio profundo entre a natureza política das suas posições oficiais (que resultavam de uma dada correlação de forças internas num contexto político preciso) e as convicções do seu grupo dirigente. (BORGES NETO, 2005, p. 83-84)

As afirmativas de Borges Neto nos fazem apontar duas questões centrais: a desconstrução do discurso de Lula e do PT de que a manutenção da política econômica do seu antecessor se justificaria a um governo de esquerda pelo típico estado de exceção econômica que o Brasil vivia, gerando a expectativa de que tal estado de exceção teria um caráter passageiro e que tão logo fosse ultrapassado esse período de emergência, o governo do PT adotaria seu próprio programa de governo, ou seja, um programa antineoliberal. Isto se desconstrói pelas opções práticas assumidas pelo governo Lula ao longo dos seus 8 anos de governo, algumas aqui já relatadas.

A leitura do excerto acima também demonstra que no seio do próprio Partido dos Trabalhadores, ou, ao menos de parte dele, o objetivo principal era a vitória política em detrimento da própria concepção de democracia, liberdade e igualdade social que orientaram sua luta política e criação. A correlação de forças gestada no âmbito do PT, com forte laço com setores empresariais⁶⁵, inclusive nas coligações com partidos de extração liberal (PL), a opção do projeto de Lula “era claramente um projeto de conciliação de classes, burguês [...] este projeto não foi corretamente percebido pela maior parte do eleitorado, nem mesmo pela parte da militância do PT e da esquerda brasileira” (BORGES NETO, 2005, p. 87-88).

Talvez a isso se deva o fato de que muitos setores organizados da sociedade ainda acreditam num retorno à agenda programática original do PT.

⁶⁵Borges Neto (2005) cita que isto fica muito claro na campanha eleitoral de 2002 quando Lula impôs ao núcleo dirigente do partido a coligação com o Partido Liberal-PL “Pela primeira vez, o PT se coligou no plano nacional com um partido claramente burguês e de direita. Pela primeira vez, Lula teve como vice-presidente um grande empresário. E o fato de essa composição ter sido imposta por Lula ao partido, sacramentou o total controle pelo candidato das decisões fundamentais”. (p. 87).

Qual era o projeto de Lula e do seu círculo para a presidência? Provavelmente, ele pode ser resumido da seguinte maneira, numa versão generosa: fazer o bem para o povo, desde que isso possa ser compatibilizado com a implementação de uma amplíssima aliança com as classes dominantes e, portanto, com a aceitação de todas as restrições impostas pelo grande capital, nacional e internacional, e em particular pelo capital financeiro (representado pelos ‘mercados’). A ideia era que sem isso seria impossível ganhar as eleições, e ainda mais impossível governar. Um elemento central dessa concepção era a vontade de mostrar que o governo Lula podia ser tão ou mais confiável ao grande capital do que o de F.H. Cardoso. O giro de 2002 não foi apenas uma reação de pânico diante da ‘chantagem’ que os mercados promoveram (embora isso também tenha existido e motivado a famosa ‘Carta ao Povo Brasileiro’). Ganhar a confiança do grande capital foi o objetivo central da imposição da aliança com o PL e já era uma preocupação antiga de Lula e de seus dirigentes. (BORGES NETO, 2005, p. 87)

A partir da leitura de Borges Neto (2005) a vitória de Lula significou, portanto, um atrofamento da defesa dos interesses populares. Muitas políticas de redução dos direitos sociais foram implementadas durante seu governo, como a reforma da Previdência do setor público que FHC não conseguiu realizar; outro exemplo foi a adoção de políticas assistencialistas e focais para a população mais carente como o Bolsa Família. Mas, mesmo a contrapelo, políticas sociais de cunho focal e o aumento real do salário mínimo também fizeram parte da sua política econômica.

No âmbito da universidade, a opção por políticas focais para o social fica clara quando analisamos os principais programas implantados durante sua gestão: criação do proUni (2004), a opção de formação dos professores em exercício e de expansão da educação superior do subsistema federal, em parte, pela UAB (2006), do REUNI (2007) como parte da estrutura necessária para C&T do país, numa subordinação estrita da agenda educacional à agenda de desenvolvimento produtivo do país.

A afirmativa de que o governo Lula fez a opção por políticas focais pode ser bem compreendida, por exemplo, quando analisamos o montante do que é investido só no pagamento do serviço da dívida pública interna e externa brasileira, como já foi demonstrado.

Como contraponto ao que até agora exploramos na análise das opções do governo Lula, Singer (2012) analisa com certa positividade a estratégia de manutenção da ordem e políticas focais. Na aparência, de acordo com Singer (2012), tendo vencido as eleições de 2002, envolto por restos da áurea do movimento operário dos anos 1980, o ex-metalúrgico apenas manteve a ordem neoliberal estabelecida nos mandatos de Collor e FHC.

Decidido a evitar o confronto com o grande capital, Lula manteve a mesma política econômica conservadora de seu antecessor. Foram essas opções práticas do seu primeiro mandato que, de acordo com Singer (2012), produziram o Lulismo.

Esse Lulismo foi uma parte da relação estabelecida por Lula com as camadas mais pobres que, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar sua condição de vida, contribuiu na forma de apoio maciço a sua reeleição em 2006. Paralelamente, o mensalão promoveu o afastamento da classe média, invertendo a fórmula de 1989, quando Lula foi derrotado por Collor exatamente pelos mais pobres. (SINGER, 2012)

Houve, de acordo com o autor, durante o governo Lula, uma identificação das suas políticas econômicas e sociais com os estratos mais pobres da sociedade, que ele denominou de subproletariado. Esse subproletariado, que nas eleições anteriores (1989, 1994, 1998 e 2002) não fizeram parte da sua base de apoio político pela não identificação programática e pelo medo da subversão à ordem, foi quem reelege Lula em 2006 ao se identificar com grande parte das políticas sociais implantadas durante seu governo. O Programa bolsa-família seria o agente representativo desse realinhamento político, iniciando uma gradual mudança na condição de vida dos mais pobres. É essa parcela da população beneficiada que passa a sustentar política e ideologicamente o governo Lula.

[...] Entre 2003 e 2006, a Bolsa Família viu o seu orçamento multiplicado por treze, pulando de R\$ 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, atendendo a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006 [...] O tripé formado pela Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos referidos programas específicos, resultaram em uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar. E isso que Marcelo Neri chama de “o Real de Lula”: “No biênio 1993-1995, a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria cai 18,47% e, no período 2003-2005, cai 19,18%”. (SINGER, 2012, p. 62).

A produção desse capítulo se fez necessária para responder à pergunta central deste estudo: quais as possíveis mediações entre a política econômica adotada no Brasil a partir da década de 1990, as opções políticas deliberadas na gestão de Collor (1990-1992), FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) e o novo paradigma de financiamento público de pesquisas adotado pelo CNPq⁶⁶?

⁶⁶ Em entrevista concedida a revista Adusp e publicado no Site do Grupo GEPEFH, o professor João dos Reis Silva Jr. faz uma boa e concisa análise sobre a reforma do ensino superior e sua relação com as mais recentes políticas de C,T&I “Não há indícios de relações entre o PAC da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Programa Ciência sem Fronteiras, o Programa Nacional de Pós-Doutoramento e o já velho e naturalizado “Modelo Capes de Avaliação”, mas há, sim, **rasgados traços explícitos** que mostram uma política de Estado, mais do que de

O que ficou claro pela leitura de Paulani (2008; 2010), André Singer (2012), Singer (1999), Oliveira (1992) e Fiori (1995; 2001) é que o modelo de desenvolvimento econômico, adotado e gerido durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, vem priorizando a agenda econômica em detrimento da agenda social. O que isso significa? Que as políticas universais, não contingenciáveis, passam a ser as políticas econômicas: controle da inflação, fixação das taxas de juros (políticas monetárias), formação de superávit primário, de controle dos gastos públicos (políticas fiscais), que acabam limitando as políticas sociais, reduzindo os direitos sociais dos trabalhadores, transformando as políticas econômicas (políticas universais) e as políticas sociais (políticas compensatórias).

Na realidade, todo esse quadro delineado da economia brasileira é explicativo das políticas assumidas pelo CNPq a partir dos anos 2000. Quando falamos em geração de

governo com o objetivo de colocar a universidade pública brasileira a serviço das políticas econômicas setoriais. [...] Neste período o sistema capitalista mundial foi marcado por uma série de mudanças nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira que culminou na mundialização do capital, levando à expansão do processo de internacionalização da produção, desregulamentação do sistema financeiro mundial, aumento do fluxo internacional de capitais, maior integração dos sistemas financeiros mundiais e elevação da concorrência nos mercados produtivos e financeiros. Esta mudança exigiu reformas institucionais na República Federativa do Brasil. A matriz teórica, política e ideológica desse movimento estruturou-se no processo de reforma do aparelho de Estado iniciado em 1995 quando assume o poder o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). A expansão da economia no âmbito global está associada à incorporação de avanços tecnológicos que demandam conhecimentos cada vez mais especializados que resultam em maior complexificação do processo produtivo, que, por sua vez, passa a exigir nova qualificação da força de trabalho e diminuição de seu custo, ao mesmo tempo em que se modificam o processo de acumulação, de valorização do capital, bem como a reprodução social e, especialmente a sociabilidade do trabalhador. [...] Essa nova configuração econômica marca o início de um novo regime econômico e político, e de uma ampla rede de intercâmbios de serviços (aí os educacionais) comerciais, produtivos e financeiros. As políticas de liberalização da economia dos países emergentes, em especial o Brasil, resultaram na abertura de seus mercados ao investimento estrangeiro e, desta maneira, no aumento do fluxo de capital externo direto. [...] Esse modelo baseava-se na rápida abertura econômica que provocava, em alguns casos, a destruição ou a reestruturação do aparelho produtivo, como foi o caso do Brasil, bem como uma reforma das instituições republicanas, um novo pacto social e a mudança da sociabilidade do trabalhador. O Estado também se retirou da universidade pública e abriu espaço para a entrada do capital nessa instituição. As Parcerias Público-Privadas (PPP), os Fundos Setoriais (FS), a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), a “Lei do Bem” etc. são a objetivação do novo ordenamento jurídico que deu guarida à retirada do Estado de sua condição de garantidor da natureza pública da universidade. Aí reside, com contradições, mas de forma estrutural, o que se tem chamado de mercantilização da educação superior pública. A universidade assume nova função socioeconômica com severas consequências para o trabalho do professor pesquisador, da natureza da produção científica e sua utilização e para a carreira docente. O tempo que rege toda atividade desenvolvida pelo professor não é mais o tempo criador e acadêmico-científico, mas o tempo da economia sob a orientação da gestão monetária. Destaque-se aqui a perda da autonomia do professor pesquisador e a mudança perversa da concepção de produção de conhecimento. Ela não se orienta pela institucionalidade da universidade pública, mas pela racionalidade econômica: o processo de mercantilização. Isto explica a criação deste neologismo. Por outro lado, esta poderia ser uma boa hipótese para se compreender a razão do apoio político conseguido por FHC dos representantes do capital financeiro, enquanto Lula e Dilma ampliam esta base, tendo os industriais e uma grande massa social informe que se torna incluída socialmente por meio do consumo, agente político e eleitor do PT. Este último fato é relevante, pois obriga Lula a implantar uma política industrial, de comércio e exportação, outro fato que exigiria a mudança do papel da universidade pública. Por isso pode-se afirmar que existe uma relação direta com a acentuada exploração do trabalho do professor, uma alienação em relação ao seu trabalho e em relação a si mesmo e as mudanças do capitalismo brasileiro nestas duas últimas décadas”. (SILVA JR, 2012,).

riqueza ou em lastrear a riqueza financeira com produção de riqueza real, estamos nos referindo à opção de investimentos que vão além da gestão monetária e fiscal da economia: investimento industrial, promoção de emprego, formação de infraestrutura básica, infraestrutura em C,T&I, formação e qualificação de mão de obra e produção de conhecimento.

Paulani e Pato (2005), no artigo “Investimento e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século”, tomam como fonte primária os dados da trajetória descendente da relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), medido em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Essa relação entre FBKF/PIB corresponde ao valor total dos investimentos brutos em capital fixo (máquinas e equipamentos, estruturas e edificações) realizados pelas empresas públicas e privadas no ano A observação do comportamento dessa variável, pelas autoras, indicou que nos últimos 25 anos essa relação tem declinado. (PAULANI, PATO, 2005, p37). Ou seja, essa relação que mede a capacidade produtiva do país, de acordo com os dados da autora, vem apresentando forte declínio nos últimos anos.

[...] Depois da *débacle* do Real forte (1999), essa razão caiu ainda mais: a média do período 2000-2004, incluindo este último ano, cai para 14,07%, e a média do último triênio (2002-2004), para 13,6%. E se tomarmos o período 1995-2004, que poderíamos chamar de ‘a mais liberal das décadas’, o resultado é 14,80%. O mesmo período dividido entre seus diferentes reinados produz o seguinte: 15,72% para o reinado de FHC, 14,55% para o segundo e 13,47% sob a batuta de Lula-Palocci. [...] os mandatários da política econômica conseguiram a proeza de fazer o país crescer *per capita*, ao longo de toda uma década, irrisório 1,57%. Com a escolha do caminho neoliberal, os 15 anos que vão de 1990 a 2004 acumularam um crescimento per capita do PIB de 7,33%, ou seja, em 15 anos o Brasil conseguiu crescer menos do que nos dez anos da ‘década perdida’. (PAULANI; PATO, 2005, p. 37-40)

Se os dados de Paulani e Pato (2005) indicaram que no período de 1980 a 2004 o Brasil declinou seus investimentos na produção real da economia, representado pela razão entre os investimentos em FBKF e o PIB, quando se analisam os dados dos gastos do país com lucros e dividendos financeiros, a série histórica apresenta um vertiginoso crescimento⁶⁷ e uma inversão em relação ao primeiro.

⁶⁷Do ponto de vista da composição dessa despesa, a crescente abertura da economia à mundialização financeira apresenta mudanças em cada tempo histórico. Paulani e Pato (2005) observaram que “os juros de empréstimos convencionais marcaram os anos de 1980 e são os responsáveis pelo surgimento da chamada “crise da dívida”. A partir de meados dos anos 1990, outro componente começa a ganhar importância, são as despesas derivadas de investimentos diretos, basicamente lucros e dividendos decorrentes da internacionalização dos ativos produtivos derivada das privatizações. Nesses primeiros anos do século XXI, graças à crescente internacionalização do mercado financeiro e ao crescimento de importância do mercado de bônus (título da dívida pública brasileira

Mas tomemos agora outra série de dados. Entre o início de 1975 e o final de 2004, as despesas anuais do país com serviços de fatores de produção (lucros e dividendos de investimentos diretos e juros de empréstimo intercompanhia; lucros, dividendos e juros de investimentos em carteira; e juros de empréstimos convencionais cresceram 1.085% passaram de US\$ 2 bilhões para US\$ 23,7 bilhões), enquanto, no mesmo período, o PIB cresceu 129% e o PIB *per capita* 42%. Assim, enquanto o envio da renda ao exterior cresceu nesse período 10,9% vezes, o PIB cresceu 1,3% e o PIB *per capita* apenas 0,4%. (PAULANI; PATO, 2005, p. 40).

As constatações de Paulani e Pato (2005, p. 42) indicaram que as economias ditas emergentes passaram de importadoras para exportadoras líquidas de capitais. E “no caso do Brasil, temos então, de um lado, o declínio indiscutível da capacidade da economia brasileira de formar capital”, e, de outro, “temos, no mesmo período, um crescimento indiscutível e bastante acelerado das despesas com renda de investimentos, ou pagamento de serviços de fatores de produção. Exporta-se crescentemente capital, por um lado, enquanto, por outro, produz-se internamente cada vez menos capital”.

Após longo período do modelo desenvolvimentista, cujo Estado era o grande investidor da economia, a crise do estado de bem-estar social e as mudanças produtivas do sistema capitalista transformaram o país de “receptor líquido de capitais” rapidamente em “exportador líquido de capitais”, primeiro “sob a forma de pagamento dos juros da dívida externa contraída por meio de contratos convencionais de empréstimos, agora como produtores de ativos financeiros de alta rentabilidade”⁶⁸. (PAULANI; PATO, 2005, p. 62)

Ao assumir essa nova condição de “exportador líquido de capitais”, opção de desenvolvimento consentida por nossas elites políticas, o Brasil experimentou reformas estruturais, já tratadas nos limites deste estudo. Mas, ao optar por um amplo servilismo financeiro, ou seja, ao adotar uma política econômica de transformação do país em um *locus* de valorização financeira (PAULANI; PATO, 2005), comprometeu sua capacidade produtiva, como bem apresentou a autora, com o declínio do investimento produtivo do país,

cotado nos mercados internacionais), vêm se elevando as despesas decorrentes de investimentos em carteira, as quais constituem hoje a parcela mais importante desses gastos. (PAULANI; PATO, 2005, p. 40-41)

⁶⁸“Mas a coisa funciona de modo diferente quando o que está em jogo é o capital fictício. O capital que decorre, por exemplo, da transformação do valor de um ativo produtivo em ações comporta um elemento de forte arbitrariedade, já que sua dimensão, em cada momento não está mais vinculada a esse capital, mas ao jogo das bolsas [...]. Mas essa duplicata de capital, como a chama Marx, reclama, como qualquer outra, seus direitos, ameaçando, como um fantasma, com sua cobrança, visto que, no mundo real e concreto, a renda real produzida por seus ativos de origem pode não ser nem de longe capaz de dar conta desse recado. Por outro lado, o ‘capital’ que decorre da emissão de títulos da dívida pública reclama seus direitos, não a um capital incapaz de atendê-lo, como acontece com as ações, mas a um não capital (o ativo real de origem não existe). Por conseguinte, o atendimento desses ‘direitos’ implica a extração de renda real da sociedade como um todo. A coisa toda complica ainda mais quando esses papéis passam a ser, também eles, objeto de cotação em bolsas, já que sua dimensão passa então a fugir do controle de seus próprios produtores”. (PAULANI; PATO, 2005, p. 63)

condicionando *a extração de renda real da sociedade como um todo*, além disso, essa opção de se transformar em plataforma de valorização financeira comprimiu “[...] nossa capacidade de aumentar nosso estoque de riqueza, de crescer e de conter o aumento da miséria e da barbárie social” (p. 64).

Dessa forma, duas variáveis precisam ser mencionadas como importantes mediadoras e indutoras da mudança no paradigma de financiamento público, aqui analisado sob a lógica do CNPq: a necessidade, dada nossa opção de desenvolvimento econômico de aumentar nosso estoque de riqueza e, complementarmente, a imposição dos próprios credores da dívida pública, da redução da dívida pública em relação ao PIB com o objetivo de manter o pagamento dos juros vencido pontualmente. (SINGER, 2005, p. 174).

Essas duas variáveis poderiam justificar, por exemplo, um retorno da PITCE e posteriormente da PDP durante o governo Lula (2003-2010), aliado com sua ampla base de apoio político também de extração empresarial/industrial e sua relação intrínseca com as políticas de financiamento de pesquisa pública.

Na década de 1970, por exemplo, experimentou-se uma forte expansão industrial brasileira pela via desenvolvimentista/nacionalista com forte presença do Estado como provedor de infraestrutura, organizando o poder econômico em torno do tripé Estado (infraestrutura e indústrias de bases), capital estrangeiro (indústrias dinâmicas) e capital nacional (indústrias tradicionais e segmentos de dinâmicas). (SUZIGAN; FURTADO, 2005, p. 188).

Nos anos 1990, a política industrial ficou circunscrita à liberalização do comércio exterior com acordos no âmbito da Organização Mundial do Comércio, à sobrevalorização do Real combinado com (OMC) maior abertura ao Investimento Externo Direto e com a saída do Estado como principal ator na promoção do desenvolvimento industrial e a cortes orçamentários para o financiamento industrial, já discutidas no primeiro capítulo.

O apoio das entidades empresariais às políticas industriais do governo FHC veio em direção ao esforço empreendido pela estabilização macroeconômica, mas houve críticas às políticas de paridade cambial, objeção à política de juros altos e da ausência de políticas industriais efetivas aliadas com a não implementação de várias reformas estruturais.

Mesmo antes do apoio à eleição de Lula, o empresariado, por meio de diversos documentos, aponta as perspectivas que deveriam nortear as ações futuras do governo. “Em conjunto, tais documentos ressaltavam que o alcance da estabilidade macroeconômica é

condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento econômico e reivindicavam a definição, pelo Estado, de políticas de apoio à indústria”. (DELGADO, 2005, p.210).

De acordo com Delgado (2005), com base nesta perspectiva de retorno da temática da política industrial no debate econômico, a sucessão presidencial foi marcada por forte pressão das entidades empresariais que viam como necessárias a manutenção da estabilidade macroeconômica que desse segurança aos investimentos e ainda a necessária implementação de uma agenda de políticas industriais que envolvesse: o aumento da competitividade, a reforma tributária, a reforma trabalhista, ações de melhoria da infraestrutura física e social, a definição de marcos regulatórios e do apoio à inovação com a aproximação entre as universidades e os centros de pesquisas das empresas.

Esta nova perspectiva foi inaugurada pelo governo Lula com “a definição de setores estratégicos e a criação de instrumentos diversos de estímulo ao investimento que sugerem a recuperação de um papel ativo do Estado na perseguição do desenvolvimento econômico, que ultrapassa a confiança nas forças espontâneas do mercado prevaletentes na década de 1990, sem restabelecer a primazia concedida ao investimento estatal do ciclo desenvolvimentista” (DELGADO, 2005, p.222). É esta nova política econômica que passa a lastrar o novo papel do CNPq como órgão orientador e financiador de políticas e práticas de pesquisa em nosso país como veremos no próximo capítulo.

3. A POLÍTICA DE EDITAIS À LUZ DE UMA NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

3.1 Os Editais do CNPq (2004-2011)

Partindo de um esforço constante para o entendimento da natureza e dos objetivos do atual desenho da política indutora de financiamento do CNPq, buscamos analisar um dos três mecanismos⁶⁹ que apoiam as ações da agência: a concorrência pública por meio de editais.

A análise dos editais nos deixa claro o papel estratégico do CNPq, que passa a ser uma agência executiva do MCTI, que, por sua mediação, promove a parceria com os demais ministérios do governo federal, tornando-se uma ponte entre a academia, o governo (Ministérios e desenvolvimento de políticas públicas, sobretudo, de demandas econômicas e focais) e os empresários.

Os Editais ou Chamadas públicas que são operados no âmbito desse Conselho são convocações periódicas para ampla concorrência de projetos de pesquisas, bolsas de estudos no país e no exterior, projetos para cursos de formação e/ou capacitação de recursos humanos, editoração e publicação de periódicos, apoio à realização de eventos, entre outras rubricas.

Eles podem ser de demanda espontânea, ou seja, a submissão de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação e bolsas de diferentes níveis e modalidades enviados espontaneamente pela comunidade científica para todas as áreas do conhecimento, oferecendo ao pesquisador a possibilidade e/ou liberdade de escolha, bem como proposição do tema da sua pesquisa, podendo este tipo de demanda ser livre ou enquadrada em eixos temáticos.

Ou de demanda induzida, como já explicitado no primeiro capítulo, são projetos submetidos em resposta a editais específicos com determinação das linhas temáticas, do tempo de execução das propostas, valor global definido, condicionando a liberdade científica do pesquisador.

Os Editais e Chamadas públicas aqui analisadas corresponderão ao período de 2004 a 2011, todos publicados na página principal do CNPq na aba “chamadas públicas”. Dividimos para efeito didático os 422 editais publicados neste período em 21 categorias. São elas: Editais de apoio à cooperação internacional, multilateral e/ ou educacional, Editais de

⁶⁹ Calendário anual que se aplica a algumas atividades permanentes como concessão de bolsas de produtividade e apoio à eventos, editais para a concessão de bolsas ou financiamento para ações específicas com recursos do próprio CNPq ou do FNDCT e o estabelecimento de convênios e parcerias em apoio a ações executadas pelo próprio CNPq ou terceiros (BRASIL, 2006)

apoio à realização de eventos, Editais de apoio à editoração e a publicação de periódicos, Editais de apoio a Olimpíadas científicas, Editais de bolsas de Iniciação Científica (IC), Editais de apoio aos Fundos Setoriais, Editais de apoio a áreas induzidas, Editais de bolsas de fomento técnico e tecnológico, Editais do Prosul, Edital Universal, Edital RHAIE Inovação, Editais para o fortalecimento de linhas de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, Editais do Programa Ciências sem Fronteiras, Editais Instituto do Milênio, Editais Proantar, Editais do PNPd- Programa Nacional de Pós-Doutorado, Casadinho/Procad, Capacitação de RH em áreas Estratégicas, Pronex e Programa de Expansão da pós-graduação em áreas estratégicas.

Tabela 7- Editais do CNPq publicados por categoria, BRASIL, 2004-2011.

Categorias de editais	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total por categoria
Cooperação Internacional e/ ou educacional	10	9	9	5	13	7	15	13	81
Apoio à realização de eventos	1	1	1	2	1	2	1	1	10
Apoio à editoração e publicação de periódicos	1	1	1	1	1	1	1	1	8
Apoio a Olimpíadas científicas	1	0	1	1	1	1	1	1	7
Bolsas de IC	1	0	0	1	0	0	1	4	7
Fundos Setoriais	15	21	27	16	27	22	16	4	148
Apoio a áreas induzidas e/ou Ações Transversais	8	22	11	10	14	12	22	5	104
Bolsas de Fomento Técnico e Tecnológico	1	1	0	0	1	0	1	0	4
Prosul	2	1	0	1	1	0	1	0	6
Fortalecimento de linhas de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais	1	1	1	0	1	1	1	1	7
Programa Ciências sem fronteiras	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Edital Universal	1	0	1	1	1	1	1	1	7
Edital RHAIE-inovação	1	1	1	1	1	1	1	0	7
Institutos do Milênio	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Proantar	0	2	1	0	0	1	0	0	4
PNPd- Programa Nacional de Pós-Doutorado.	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Institutos Nacionais de C&T	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Capacitação de RH em áreas Estratégicas.	0	0	0	0	1	7	4	0	12
Pronex	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Programa de Expansão da pós-graduação em áreas estratégicas	0	0	0	0	0	1	0	0	1

Total por Ano	43	61	54	40	64	59	68	32	421
----------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------

Fonte: Editais do CNPq (2004-2011).

Do total destas 21 rubricas aqui definidas, faremos a análise para avaliar a natureza e os objetivos desses editais orientados pela hipótese que norteia este estudo de que as políticas adotadas pelo CNPq podem ser analisadas com base nas reformas econômicas e políticas que o Brasil vem sofrendo a partir da década de 1980 e 1990. Após uma longa e decrescente crise de financiamento público em decorrência dos ajustes necessários à política monetária brasileira, o papel do CNPq torna-se pró-ativo, ou seja, uma das principais agências indutoras de pesquisa na universidade, impondo-lhes o ajuste dos seus princípios e da sua função social e econômica aos fundamentos da política econômica brasileira, com vistas a acelerar a inserção do Brasil nas mudanças no modo de produção e financeirização da economia.

Queremos aqui demonstrar, por meio da análise dos editais do CNPq que este órgão, nos anos 2000, mais especificamente nos anos de 2002 e 2003, altera o desenho da sua política de financiamento. Grande parte de sua dotação orçamentária para a subvenção de projetos, bolsas de estudos e de formação técnica e tecnológica, cursos e programas são destinadas a políticas de demandas induzidas, ou seja, o CNPq, na condição de agência estatal, passa a induzir, via financiamento, políticas de demandas econômicas e focais orientadas pelo atual desenho produtivo brasileiro, condicionando a produção do conhecimento e a autonomia científica do pesquisador.

Neste sentido, a grande maioria dos editais oriundos de Programas e políticas já consolidados no âmbito do CNPq aparentam levar a cabo o ciclo de reformas institucionais iniciadas no Brasil nos anos de 1990.

A União, como já demonstrado na pesquisa de Sguissardi e Silva Jr (2009), reorganiza seu financiamento público, sobretudo no campo educacional, e atribui à agência CNPq um importante papel no financiamento das pesquisas e da substituição do pessoal técnico-administrativo das universidades ou mesmo na atribuição de bolsas de IC e apoio técnico num período de estrangulamento da categoria técnico-administrativa no âmbito das Ifes.

A estes editais podem concorrer pesquisadores individuais, programas de pós-graduação em universidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, consórcio de grupos de pesquisas consolidados e/ou emergentes, geralmente envolvendo centros de pesquisa no país públicos ou privados sem fins lucrativos e empresas públicas ou privadas de diferentes regiões

do país ou ainda por meio do estabelecimento de parcerias com empresas públicas ou privadas, incubadoras, parques tecnológicos ou microempresas e empresas de pequeno porte.

No que tange à estrutura genérica dos editais publicados, eles são assim organizados: informações gerais que contêm os objetivos do edital, o cronograma, os recursos globais e os recursos de acordo com a natureza da proposta e/ou por faixa etária de contratação. Há também a indicação dos itens financiáveis e não-financiáveis, a apresentação da proposta (com indicação ao pesquisador sobre questão de natureza puramente técnica como preenchimento de formulários, instruções de preenchimento e transmissão), as etapas de admissão, análise e julgamento.

Entre os itens financiáveis, estão custeio, capital e bolsas. Na rubrica custeio, estão contemplados material de consumo, passagens aéreas, diárias (para cobrir despesas com o trabalho de campo), serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica), despesas acessórias, sobretudo com importações e instalações necessárias ao funcionamento dos equipamentos, softwares, realização de eventos, produtos químicos, biológicos, reagentes, catalisadores, vidrarias e produtos similares que digam respeito ao desenvolvimento do projeto. Na rubrica bens de capital, são aquelas despesas relativas à aquisição de bens patrimoniais como aparelhos elétricos e eletrônicos, aparelhos e instrumentos técnico e científicos, livros, monografias, mapas e máquinas e equipamento de uso pertinente ao projeto.

Na rubrica bolsas, podem ser solicitadas bolsas nas modalidades Apoio Técnico (AT), bolsas de fomento tecnológico como Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI), Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI), Especialista Visitante – Curta Duração (BEV) e Especialista Visitante - Longa Duração (EV).

Essas três etapas são de natureza técnica, meritocrática (do ponto de vista da relevância da pesquisa e do mérito acadêmico de seu proponente e da sua equipe) e financeira (após a indicação da proposta ao comitê gestor é necessário fazer o balanço financeiro daqueles que serão de fato financiados, sem perder de vista a orientação da segunda etapa), respectivamente.

A análise técnica consiste numa análise preliminar da proposta promovendo o seu enquadramento ou não nos requisitos da chamada. Em geral, estes requisitos passam pela comprovação da qualificação e experiência do proponente e da atualização de seu currículo Lattes, que é o seu portfólio de comprovação da qualificação requerida.

Na segunda etapa, ou análise meritocrática consiste na análise do mérito técnico-científico da proposta realizado por meio de um comitê gestor de acordo com cada área de conhecimento, levando-se em consideração a relevância, a abrangência, temática e

periodicidade. Há também a recomendação da necessidade ou não de cortes orçamentários a propostas e à classificação comparativa entre as propostas a partir das recomendações definidas por este comitê gestor.

Em alguns editais, caso dos editais para os fundos setoriais, esta fase corresponde ao parecer de consultores *ad hoc* nos seguintes quesitos: adequação da proposta, coerência entre objetivos, metodologia, resultados esperados e cronograma físico, adequação qualitativa e quantitativa das bolsas solicitadas e coerência do orçamento em relação aos objetivos do projeto.

Na terceira fase de análise pelo comitê temático, serão as propostas classificadas em três quesitos: relevância da proposta cuja análise deverá estar centrada na viabilidade técnico-econômica da proposta, aplicação dos resultados esperados e a perspectiva de contribuição do projeto em termos de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico; a competência da equipe envolvida e da instituição executora, sendo esta competência analisada mediante a formação e produtividade acadêmica dentro da linha de ação proposta pelo projeto; e a adequação da proposta ao edital.

Na quarta etapa, define-se a aprovação ou não das propostas recomendadas pelo comitê gestor dentro dos recursos disponíveis para o financiamento.

Ainda na relevância do mérito, alguns critérios são julgados quando da avaliação da proposta que passa pela avaliação se tal projeto apresenta ou não potencial de apropriação socioeconômica de conhecimentos técnico-científicos, devendo os projetos demonstrar capacidade para gerar, absorver, introduzir e difundir inovações tecnológicas, aprimorar produtos e processos, serviços especializados e viabilidade técnica e/ou comercial.

Pode também ser levadas em consideração a localização geográfica de acordo com os critérios do próprio órgão, a produtividade dos proponentes quanto à publicação e orientação e a existência ou não de articulação da referida proposta com o setor produtivo /ou parcerias que envolvam outras universidades, instituições públicas ou privadas. Interesse, capacidade de articulação e relacionamento com o setor empresarial/produtivo nacional, ou seja, a capacidade de trânsito deste grupo de pesquisadoras ou pesquisadores individuais no mercado.

Nos editais constam ainda os chamados “critérios de elegibilidade/ instituições elegíveis”, que cria um norte de significados sobre aqueles professores, instituições, bolsistas ou propostas que pretendem se candidatar aos recursos públicos dos editais. Quanto aos critérios de elegibilidade destinados aos cursos de pós-graduação, eles são avaliados, em geral, pela experiência anterior e pela capacitação comprovada na formação de recursos

humanos na área temática do edital ao qual pretende submeter-se e pela credencial do programa/instituição junto à Capes com nota da última avaliação igual ou superior a 3.

Para os professores/orientadores, os critérios de elegibilidade passam pelo cadastro e atualização do seu currículo na plataforma Lattes, possuir título de doutor, estar vinculado (não necessariamente com vínculo empregatício) à instituição (universidade, centro de pesquisa etc.), ter comprovada experiência na execução de projetos na área indicada pelo edital e estar habilitado pelo curso de pós-graduação para orientação de alunos de mestrado e/ou doutorado. Há ainda uma nota constante nos editais habilitando automaticamente como orientadores bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, os orientadores dos cursos com conceito 5, 6 e 7 (com ou sem bolsa de produtividade do CNPq).

No âmbito dos bolsistas (alunos), para recebimento de bolsas, eles devem estar matriculados em cursos de pós-graduação, dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas e de pesquisa e ainda ser indicados pelo coordenador do curso ao qual se refere o edital. No caso de a proposta a ser enviada em resposta aos editais, ela deve conter uma abordagem que atenda aos objetivos do edital em questão, podendo ainda ter pesquisas desenvolvidas por consórcios constituídos por instituições de pesquisa, preferencialmente, de diversas regiões do país, integrando grupos de pesquisas já consolidados a grupos emergentes.

Há ainda o prazo de aplicação dos recursos, resultado do julgamento, recursos administrativos e contratação dos projetos aprovados, acompanhamento dos projetos aprovados, ou seja, a prestação de contas social do valor contratado tanto no seu aspecto científico (apresentação dos resultados por meio de relatórios das atividades desenvolvidas) bem como na sua prestação de contas no âmbito financeiro.

No item contrapartida, há uma série de elementos que são exigidos de acordo com cada edital: o aporte de um percentual sobre o valor global do projeto por parte das empresas parceiras/participantes, sendo esta contrapartida do setor empresarial fator relevante na seleção de propostas do CNPq.

Em alguns editais há ainda a destinação de um percentual de cerca de 30% do valor global destinado para projetos cuja instituição executora se situe nas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste⁷⁰, obedecendo às recomendações do PITCE e do PAC da C&T sobre a regionalização e integração do conhecimento em rede nacional no apoio ao desenvolvimento produtivo do país.

3.2. Editais de demanda espontânea/livre: Editais de apoio à realização de eventos, editais de apoio à editoração e publicação de periódicos brasileiros e editais universais

⁷⁰ De acordo com os termos do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei n. 10.332, de 19 de dezembro de 2001.

No período de 2004 a 2011, estas três rubricas representaram parte considerável das atividades permanentes de financiamento do CNPq, tendo sido oferecidas em todos os anos de análise. No âmbito da promoção de eventos científicos, poderiam ser financiados congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação de abrangência nacional ou internacional, mas que deverão ser realizados no Brasil.

Os recursos desses editais são provenientes do tesouro nacional, oriundos de rubricas do CNPq e da Finep sendo que, o valor aprovado por cada projeto é avaliado de acordo com a classificação do evento, ou seja, entre os itens analisados para o financiamento estão a solidez deste evento no meio acadêmico (se o evento é novo, superior ou inferior a 10 anos), sua periodicidade e o porte do evento. Todos esses requisitos condicionam o valor solicitado.

O prazo de execução da proposta é de no máximo 12 meses e as propostas podem ser apresentadas por pesquisadores, professores e especialistas com vínculo formal em Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas sem fins lucrativos; Centro e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento; Pesquisadores aposentados, desde que mantenham atividades acadêmico-científicas vinculadas à IES, Centros ou Institutos de Pesquisas públicos ou privados sem fins lucrativos; dirigentes de associações científicas e tecnológicas de âmbito nacional.

Para os editais de apoio à editoração e publicação de periódico brasileiro, o objetivo geral consiste no apoio à editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, sendo considerado prioritário o apoio a revistas divulgadas simultaneamente por meio eletrônico na internet, em modo de acesso aberto, em todas as áreas do conhecimento.

Entre as características exigidas para os periódicos estão: estar indexado em indexadores relevantes e reconhecidos pela comunidade científica e tecnológica; possuir abrangência nacional/internacional quanto aos autores, corpo editorial, conselho científico, com afiliação institucional em todos os fascículos; estar indexado na base de dados da SciELO; e/ou estar classificado pelo menos com A nacional no Qualis Capes na área ou subárea do conhecimento na qual esteja se candidatando.

Os recursos financeiros do edital 58/08, por exemplo, foram no valor global de R\$5.000.000,000(cinco milhões de reais) via tesouro nacional, por meio dos orçamentos da Capes e do CNPq, que deveriam ser executados num prazo máximo de 12 meses a partir da contratação do projeto.

Em resposta ao edital 58/08, alguns contemplados no edital de apoio à editoração e publicação de periódicos na área da educação são pesquisadores das mais renomadas universidades brasileiras (USP, Unesp, Unicamp e Ifes de um modo geral), de reconhecida produção acadêmica pelos pares, com bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e/ou auxílio financeiro individual deste mesmo órgão e/ou de outras FAPs.

Isto pode ser analisado de duas formas: em primeiro lugar, a submissão de projetos em resposta a editais de demanda livre, ou seja, ainda que não haja uma hierarquia formal entre as áreas do conhecimento, a indução tem um papel relevante, pois os critérios de elegibilidade definidos pelo CNPq para a contratação desses projetos passam pelos critérios Qualis Capes⁷¹, que é mais um instrumento que induz o produtivismo acadêmico demandado pelas universidades e por suas agências.

A indução na produção de conhecimento direcionado às novas demandas produtivas do país vai se expressar, no caso do CNPq, via financiamento público. No caso dos editais de demanda livre aos quais todas as áreas do conhecimento podem concorrer, há o estabelecimento de um padrão baseado num norte de significados de valorização acadêmica, que habilitam ou não os pesquisadores, alunos, programas, periódicos e grupos de pesquisa a concorrer a esses editais. Este norte de significados acadêmicos tem na plataforma Lattes sua maior expressão.

Nesse sentido, apesar de o edital não delimitar o conteúdo da revista ou mesmo o tema do evento de modo direto, há uma pressão acadêmica entre os pares e sobre o que se pesquisa e ainda parâmetros mínimos de qualidade desenvolvidos por órgãos oficiais para aferição da produção acadêmica. São esses parâmetros acadêmicos que vão definir o lugar de destaque desse pesquisador ou grupo de pesquisadores em determinada área do conhecimento. É a sua expressão acadêmica, portanto, que vai conferir a este profissional ou grupo de profissionais os requisitos necessários para concorrer a esse edital.

O Edital Universal 14/11 mobilizou o valor global de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Sendo que do total desta rubrica R\$ 50.000.000,00

⁷¹ De acordo com a Capes, o Qualis consiste num conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para a estratificação da qualidade intelectual dos programas. Tal processo foi concebido com o intuito de atender as exigências específicas de um sistema de avaliação da pós-graduação baseado em informações fornecidas pelo aplicativo de coleta de dados. O resultado disto é disponibilizado por meio de uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação de sua produção. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos de qualidade, sendo A1, o nível de classificação mais elevado. Para mais informações acessar: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis/>.

(Cinquenta milhões de reais) foram oriundos do orçamento do CNPq e R\$ 70.000.000,00 (Setenta milhões) do FNDCT/Fundos setoriais. Uma leitura atenta do edital indica que “Os recursos destinados a esta chamada são provenientes das ações 4158⁷² e 4163⁷³ do orçamento do CNPq”. O que isto significa? Que uma parte dos recursos (50.000.000,00) foi destinada a demanda espontânea e os outros 70.000.000,00 a de demanda induzida em atendimento a PITCE.

Os projetos foram avaliados em três faixas de financiamento: faixa A (até R\$20.000,00); B (de R\$20.000,00 a R\$ 50.000,00) e C (de R\$50.000,00 a R\$ 150, 000.00), com prazo de execução de no máximo 24 meses. Para este edital, a área da educação teve 120 projetos aprovados para financiamento, assim distribuídos: faixa A (74 projetos), faixa B (33 projetos) e faixa C (10 projetos).

Quando comparamos em quantidade o número de projetos aprovados entre a área de agronomia faixa A (106 projetos), faixa B (55 projetos) e faixa C (33 projetos) e área de educação, percebemos já aí que há uma hierarquia entre as áreas do conhecimento: 117 projetos para a educação e 194 projetos para área de agronomia.

Uma leitura livre dos 10 projetos financiados para a educação na faixa C, percebemos que as áreas temáticas das pesquisas financiadas foram, em geral, de pesquisas voltadas para teorias da aprendizagem, observatórios, educação técnica, políticas para educação infantil, tecnologias e metodologias, na sua maioria situados na região sudeste e com coordenadores bolsista de produtividade (70%). Os investimentos na faixa C para a educação guardam alguma relação com atual forma da política nacional de C,T&I.

3.3. Editais de demanda induzida: editais de apoio aos fundos setoriais

Os Fundos Setoriais são considerados mecanismos inovadores de apoio ao sistema de C,T&I do país. Eles trazem em sua racionalidade uma nova concepção de subvenção econômica por meio de fundos com vistas a alavancar o desenvolvimento nacional pós- reforma do Estado brasileiro nos setores considerados estratégicos economicamente e/ou de segurança nacional como energia, agronegócio, engenharia aeronáutica, Amazônia, transportes, biotecnologia, recursos hídricos, tecnologia da informação, transporte aquaviário e de construção naval, tecnologia espacial, setor mineral, gás, petróleo, saúde, além do

⁷² Ação 4158- Fomento a pesquisa fundamental, vinculados à promoção de pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico.

⁷³ Ação 4163- Fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico vinculados a C,T&I para a PITCE.

fomento à infraestrutura de pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisas brasileiras e a interação entre universidade e setor produtivo por meio de ações de fortalecimento de uma cultura empreendedora.

Os Fundos surgiram na esteira do processo de privatização de alguns setores da economia nacional, como exploração de petróleo, telecomunicações, energia elétrica e outros, em resposta à necessidade de aumentar os recursos destinados à C&T e garantir seu fluxo constante. O primeiro a ser criado foi o Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural, CT-Petro. A lei que em 1997 instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo também previu a destinação de parcela dos royalties da produção de petróleo e gás natural para o financiamento a programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo. Nascia então o primeiro fundo, que foi regulamentado em 1999 após a publicação dos instrumentos legais que instruíram seu funcionamento, e serviram como piloto para os outros Fundos. Após tramitar no Congresso Nacional, em julho de 2000, foram sancionadas as leis que criaram os fundos de Energia Elétrica, Recursos Hídricos, Transportes, Mineração e Espacial. No correr de 2001, deu-se a criação dos fundos de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e de Saúde e, em dezembro de 2001, foi a vez dos fundos do Agronegócio, Verde-Amarelo, Biotecnologia, Setor Aeronáutico e Telecomunicações. Paralelamente, num amplo esforço parlamentar, os fundos sancionados foram sendo regulamentados e, atualmente, todos se encontram em operação. (MCTI, 2012)

Estes fundos buscam garantir sólidos investimentos na pesquisa científica e tecnológica no Brasil, demarcando um novo marco regulatório para este setor, com pesado investimento público-privado sob uma nova ótica de gestão e financiamento, uma vez que são administrados por comitês gestores coordenados pelo MCTI com a participação das agências reguladoras, da comunidade científica e do setor privado, cabendo a este comitê gestor a definição do plano anual de investimentos, das diretrizes, da fiscalização de aplicação de recursos e da avaliação das pesquisas financiadas.

Para a implementação dos projetos aprovados, os Comitês Gestores contam com agentes executores como as agências federais CNPq e Finep, as FAPs ou outros órgãos apropriados que desempenhem as funções de contratação e de acompanhamento e avaliação dos projetos.

Os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia constituem um mecanismo inovador de estímulo ao fortalecimento do sistema de C&T nacional. Os Fundos têm como objetivo garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para a área e, em simultâneo, a criação de um novo modelo de gestão, fundado na participação de vários segmentos sociais, no estabelecimento de estratégias de longo prazo, na definição de prioridades e com foco nos resultados.⁷⁴ (MCTI, 2012).

⁷⁴Para mais informações, acessar <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/28023.html>.

No âmbito do financiamento, os recursos que figuram em cada fundo são provenientes de empresas públicas e/ou privadas que contribuem com o governo. No plano político, de modo geral, buscam o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em diversos setores considerados estratégicos para a economia do país com vistas a garantir competitividade nos mercados internos e externos por meio da atualização científica e tecnológica de processos e produtos; no desenvolvimento de processos, produtos, equipamentos, materiais, logísticas, software; na formação e capacitação de recursos humanos; no fomento a projetos estratégicos de pesquisa e desenvolvimento; e promovendo a difusão de novas tecnologias, a atualização tecnológica da indústria brasileira de modo que ela seja mais competitiva e possa gerar novos investimentos internacionais.

Vinculação de receitas: os recursos não podem ser transferidos entre os fundos e são aplicados para estimular a cadeia do conhecimento e o processo inovativo do setor do qual se originam; Plurianualidade: pode-se programar o apoio a ações e projetos com duração superior a um exercício fiscal; Gestão compartilhada: os Comitês Gestores são constituídos por representantes de ministérios, das agências reguladoras, da comunidade científica e do setor empresarial; Fontes diversas: os recursos são oriundos de diferentes setores produtivos, derivados de receitas variadas como royalties, compensação financeira, licenças, autorizações etc.; Programas integrados: os recursos podem ser utilizados para apoiar projetos que estimulem toda a cadeia de conhecimento, da ciência básica às aplicações e ao desenvolvimento, nas áreas vinculadas a cada fundo. (MCTI, 2012)

Quadro 2- Os Fundos Setoriais, as áreas, os executores e os recursos de cada fundo.

FUNDOS SETORIAIS	ÁREA	EXECUTORES	RECURSOS
CT-Aeronáutico	Engenharia aeronáutica, eletrônica e mecânica.	FINEP e CNPq	7,5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, cuja arrecadação advém da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais, instituída pela Lei nº 10.168, de 29/12/2000.
CT-Agronegócio	Agronomia, veterinária, biotecnologia, economia e sociologia agrícola.	FINEP e CNPq	17,5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, cuja arrecadação advém da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais.
CT- Amazônia	Fomento da atividade de P&D na região Amazônica conforme projetos elaborados pelas empresas brasileiras do setor de informática instaladas na Zona Franca de Manaus.	FINEP e CNPq	Mínimo de 0,5% do faturamento bruto das empresas que tenham como finalidade a produção de bens e serviço de informática, industrializados na Zona Franca de Manaus; Aporte de até 2/3 do complemento de 2,7% dos 5% do faturamento dessas empresas como opção de investimento; Recursos financeiros residuais, oriundos do não cumprimento dos percentuais mínimos fixados para investimentos em atividades de P&D na Amazônia, os quais serão atualizados e acrescidos de 12%; Débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, até o período de dezembro de 2003, de aplicações relativas ao investimento compulsório anual em P&D tecnológico na Amazônia.
CT- Aquaviário	Transporte aquaviário e de construção naval, de materiais, técnicas e processos de construção, reparação e manutenção.	FINEP e CNPq	3% da parcela do produto da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que cabe ao Fundo da Marinha Mercante (FMM).
CT- Biotecnologia	Biotecnologia	FINEP e CNPq	7,5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, cuja arrecadação advém da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais.
CT- Energia	Energia	FINEP e CNPq	Entre 0,3% e 0,4% sobre o faturamento líquido de empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
CT- Espacial	Tecnologia espacial na geração de produtos e serviços nas áreas de comunicação, sensoriamento remoto, meteorologia, agricultura, oceanografia e navegação.	FINEP e CNPq	25% das receitas de utilização de posições orbitais; 25% das receitas auferidas pela União relativas a lançamentos; 25% das receitas auferidas pela União relativas à comercialização dos dados e imagens obtidos por meio de rastreamento, telemedidas e controle de foguetes e satélites; e o total da receita auferida pela Agência Espacial Brasileira – AEB, decorrente da concessão de licenças e autorizações.
CT-Hidro	Recursos hídricos	FINEP e CNPq	4% da compensação financeira atualmente recolhida pelas empresas geradoras de energia elétrica (equivalente a 6% do valor da produção e geração de energia elétrica).
CT- Info	Tecnologia da informação	FINEP e CNPq	Mínimo de 0,5% do faturamento bruto das empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que recebem incentivos fiscais da Lei de Informática; Aporte de até 2/3 do complemento de 2,7% dos 5% do faturamento das empresas como opção de

			investimento; Recursos financeiros residuais, oriundos do não cumprimento dos percentuais mínimos fixados para investimentos em atividades de P&D, os quais serão atualizados e acrescidos de 12%; Débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, até o período de dezembro de 2003, de aplicações relativas ao investimento compulsório anual em P&D tecnológico.
CT- Infra	Serviços de apoio à pesquisa desenvolvida em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa brasileiras.	FINEP e CNPq	20% dos recursos destinados a cada fundo.
CT-Mineral	Setor Mineral	FINEP e CNPq	2% da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM), paga pelas empresas do setor mineral detentoras de direitos de mineração.
CT-Petro	Setor de petróleo e gás natural.	FINEP e CNPq	25% da parcela da União do valor dos royalties que exceder a 5% da produção de petróleo e gás natural.
CT- Saúde	Áreas de interesse do SUS (saúde pública, fármaco, biotecnologiaetc.).	FINEP e CNPq	17,5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, cuja arrecadação advém da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais, instituída pela Lei nº 10.168, de 29/12/2000.
CT-Transporte	Transporte rodoviário de passageiros e de cargas no país.	FINEP e CNPq	10% das receitas obtidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT em contratos firmados com operadoras de telefonia, empresas de comunicações e similares, que utilizem a infraestrutura de serviços de transporte terrestre da União.
CT- Verde Amarelo	Incentivar a implementação de projetos de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo; estimular a ampliação dos gastos em P&D realizados por empresas; apoiar ações e programas que reforcem e consolidem uma cultura empreendedora e de investimento de risco no país.	FINEP e CNPq	50% sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cuja arrecadação advém da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais; e mínimo de 43% da receita estimada da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os bens e produtos beneficiados com a Lei de Informática.
FUNTTTEL	Telecomunicações	FINEP, BNDES e CPqD	0,5% sobre o faturamento líquido das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas, além de um patrimônio inicial resultante da transferência de R\$ 100 milhões do Fistel (*).

(*) O Funttel encontra-se no Orçamento do Ministério das Comunicações e não no FNDCT, como os demais.

Fonte: MCTI. Disponível no site <http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/1385.html>. Acesso em 20 de junho de 2012.

O montante de editais publicados para esta rubrica entre os anos de 2004 a 2011 foi de 141 editais. Deste montante, elegemos⁷⁵ para análise 13 editais entre os fundos CT-HIDRO (2 editais), CT Biotecnologia (1 edital), CT PETRO (2 editais), CT-AGRO (1 edital), CT Aquaviário (1 edital), CT Saúde (2 editais), CT INFO (1 edital), CT Mineral (1 edital), CT Verde e Amarelo (1 edital), CT INFRA/ CT PETRO/ Ação transversal IV (1 edital). A análise dos editais se fez a partir das seguintes categorias: quanto à natureza dos recursos, quanto ao tempo de execução da proposta, quanto à temática, quanto ao valor total dos investimentos.

Os objetivos dos editais dos Fundos setoriais passam, em geral, pela formação de recursos humanos nas áreas destinadas pelos fundos, seja via cursos de capacitação técnica e/ou tecnológica, seja no apoio à consolidação e intercâmbio entre programas de pós-graduação ou mesmo no apoio a projetos de pesquisas que objetivam o desenvolvimento de pesquisas com foco no desenvolvimento de processos ou produtos que auxiliem algum importante setor econômico.

No edital CT-HIDRO 43/2005, por exemplo, que oferece bolsas de pós-graduação para os níveis de mestrado e doutorado, a bolsa deveria estar vinculada a um programa que, por conseguinte, tivesse à frente dos projetos de pesquisas professores habilitados para a docência na pós-graduação, não sendo esta bolsa em hipótese alguma do aluno, e sim do projeto de pesquisa, que deveria estar inserido no tema prioritário do edital.

No edital CT- Biotecnologia 10/2004, entre os resultados esperados com investimentos para esta linha de pesquisa, estavam o potencial interesse econômico, a contribuição na introdução de melhorias no processo de inovação no ramo da indústria farmacêutica e a maximização e otimização do uso da já infraestrutura instalada no país.

Descobertas de novos alvos para drogas ou substâncias que possam contribuir para o avanço da terapêutica, desenvolvimento de métodos de diagnóstico e/ou prognóstico, ou ainda a identificação e caracterização de genes, enzimas e metabólitos bioativos de interesse econômico em potencial; desenvolvimento de novas rotas biotecnológicas que contribuam para introduzir melhorias no processo de inovação da indústria farmacêutica, alimentos, química, celulose, na agroindústria, na produção de energia e combustível, na produção de plásticos biodegradáveis, na área ambiental, entre outras; otimização e maximização do uso da moderna infraestrutura de pesquisa, em genômica e bioinformática, já instalada no país; ampliação da competência nesta área específica e contribuir para a formação de pessoal especializado. (CNPq, 10/2004)

⁷⁵ Escolhemos os editais de modo que pudéssemos contemplar uma amostra para todos os fundos e de modo que fosse contemplado todos os anos do período analisado.

O edital 34/04 que vai regulamentar o financiamento no âmbito do estímulo à relação universidade-empresa para apoio à inovação contou com duas linhas de financiamento: núcleo de apoio ao patenteamento e escritórios de transferência de tecnologia.

Linha 1: esta linha se destina a apoiar a criação ou o fortalecimento de núcleos especializados no fornecimento de assistência técnica e de informações sobre propriedade intelectual e questões associadas, e também de núcleos interessados em desenvolver bases de dados especializadas para um setor econômico local. Essas bases de dados deverão conter informações sobre patentes, marcas, projetos industriais, transferência e fontes de tecnologia e outras relacionadas à propriedade industrial. Esses núcleos têm como finalidade apoiar o processo de patenteamento nas respectivas instituições envolvidas com o projeto. Linha 2: esta linha se destina a apoiar o estabelecimento ou o fortalecimento de escritórios técnicos, com orientação comercial, para atuar na interface entre empresas e instituições de ensino e pesquisa na identificação de resultados de pesquisa passíveis de aplicação comercial junto às empresas e na divulgação de patentes concedidas com potencial para a inovação tecnológica. (CNPq, 34/2004)

As duas linhas de apoio destinavam financiamento a projetos de pesquisa que buscassem ampliar e aperfeiçoar os serviços de assistência técnica e de informação sobre a propriedade intelectual em apoio ao processo de patenteamento e à criação de escritórios de transferência de tecnologia a partir das diretrizes da PITCE e da Lei de Inovação.

Houve nesse edital a indicação para o envio de propostas para formação de infraestrutura adequada para o funcionamento desse núcleo e no âmbito dos escritórios assegurar as exigências institucionais mínimas de recursos técnicos, humanos e de infraestrutura para abrigar o escritório. Note-se que o financiamento do CNPq passa apenas por recursos de custeio, capital e bolsas de formação, ficando a estrutura operacional e os recursos humanos a cargo dos proponentes da proposta, assim como qualquer outra despesa a cargo do proponente/ instituição proponente.

No edital 14/05, a chamada era para coordenadores, por área, de programas de pós-graduação não consolidados e em consolidação, vinculados a universidades, institutos, centros e fundações de pesquisa e desenvolvimento públicas ou privadas, sem fins lucrativos, localizadas em todas as regiões do país que estabelecessem parceria com outras instituições do país e/ou do exterior com o objetivo de fortalecer ou melhorar programas de pós-graduação com linhas de pesquisa relacionadas aos recursos hídricos no país.

Para a apresentação da proposta, era necessária a apresentação de um diagnóstico do programa de pós-graduação concorrente ao edital, considerando os critérios de avaliação da Capes e especificando objetivos e metas que permitissem a elevação do nível do

curso. Ainda no espaço da proposta, havia a indicação pelo CNPq de que não deveriam ser incluídas, no âmbito da solicitação de financiamento, atividades de rotina administrativas, despesas com a contratação e/ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo e as de rotina como contas de água, luz, telefone, correio, reprografia e similares, despesas com obras de construção civil, inclusive, de reparação ou adaptação e implantação de infraestrutura laboratorial de serviços tecnológicos. Todas estas despesas e estruturas não são consideradas para efeito de contratação de projeto de pesquisa e já constituem, em si, condição no momento da avaliação.

Em casos de editais que objetivam a formação de recursos humanos, por exemplo, como o edital 09/2006, no ato de submissão do projeto, poderiam ser solicitadas para execução de tal curso ou programa capacitação bolsas do tipo especialista visitante.

Notemos dois aspectos importantes: Em primeiro lugar, novas relações no trabalho acadêmico estão alterando a própria natureza deste trabalho, pois o professor, além de ser um empreendedor de seu próprio trabalho (precisa provar sua capacidade técnica, científica e empreendedora de desenvolver uma pesquisa), a demanda da pesquisa privilegia estruturas prontas para a execução do projeto, caindo novamente sobre os ombros do pesquisador e da universidade parte do financiamento. No caso do edital 14/05, isso fica explícito pelo fato de não-apoio dos editais para expedientes materiais e infraestruturais de ordem administrativa e laboratorial.

Notem que no Quadro 3 todos os editais induzem à produção de um tipo de conhecimento específico, demonstrando que os objetivos da pesquisa já estão dados por vários segmentos da atividade produtiva, sendo financiados pelo Fundo Público. Ou seja, o Estado se reorganiza e passa a colocar o financiamento público em função do desenvolvimento privado, fomentando a infraestrutura (recursos humanos altamente qualificados, pesquisas aplicadas, equipamentos, inovação, ciência e técnica) sob a justificativa de políticas de promoção do desenvolvimento social ou sobre a área da democratização.

Quadro 3 - Editais dos Fundos Setoriais quanto à temática, 2004-2011.

Edital	Temática	Objetivo
Edital CT-HIDRO 43/2004	Área de gerenciamento de recursos hídricos; conservação de área no meio urbano; sustentabilidade nos ambientes brasileiros; uso integrado e eficiente da água.	O objetivo do presente edital é apoiar e promover a consolidação dos programas de pós-graduação por intermédio da concessão de bolsas de Mestrado e Doutorado para linhas de pesquisa ligadas ao setor de recursos hídricos, aumentando o número de profissionais naquelas áreas nas seguintes linhas de apoio/temas: Qualidade de água em reservatórios destinados ao abastecimento de cidades, em particular na questão das Cianobactérias; Avanços tecnológicos nos estudos e nas intervenções para a melhoria da drenagem de centros urbanos; Reutilização de água em atividades domésticas, agrícolas e industriais; Hidrologia e hidrogeologia de regiões semiáridas; Modelagem matemático-ecológica de bacias hidrográficas; Tecnologias para a segurança de barragens; Cobrança, outorga e enquadramento de corpos d'água; Controle de espécies aquáticas invasoras.
Edital CT-Biotecnologia 10/2004	Área genômica para fins de desenvolvimento de produtos ou processos biotecnológicos nas áreas de saúde humana e animal, agricultura, indústria, meio ambiente.	Descobertas de novos alvos para drogas ou substâncias que possam contribuir para o avanço da terapêutica, desenvolvimento de métodos de diagnóstico e/ou prognóstico, ou ainda a identificação e caracterização de genes, enzimas e metabólitos bioativos de interesse econômico em potencial; desenvolvimento de novas rotas biotecnológicas que contribuam para introduzir melhorias no processo de inovação da indústria farmacêutica, alimentos, química, celulose, na agroindústria, na produção de energia e combustível, na produção de plásticos biodegradáveis, na área ambiental, entre outras; otimização e maximização do uso da moderna infraestrutura de pesquisa, em genômica e bioinformática, já instalada no país; ampliação da competência nesta área específica e contribuir para a formação de pessoal especializado.
Edital CT-Verde e Amarelo- 34/2004	Programa de estímulo à interação universidade-empresa para o apoio à inovação.	Apoio a projetos que visem a ampliar e aperfeiçoar os serviços de assistência técnica e de informação sobre propriedade intelectual e questões associadas em apoio ao processo de patenteamento, principalmente nos setores e segmentos das pequenas e médias empresas, bem como a promover o estabelecimento de escritórios de negócios em propriedade intelectual como mecanismo de orientação e assessoramento, atuando na interface entre as empresas e as instituições de ensino e pesquisa, direcionados ao aumento da eficiência e da velocidade da inovação tecnológica, tendo como referência as diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE e a Lei de Inovação.
Edital CT-HIDRO-14/2005	Setor de Recursos Hídricos	Promover o apoio a projetos de pesquisas com vistas à cooperação entre Programas de pós-graduação consolidados (aqueles com conceito 5,6 e 7 obtidos na última avaliação da Capes) na melhoria e no fortalecimento dos programas de pós-graduação não consolidados/em consolidação (programas nota 3 ou 4 obtido pela última avaliação da Capes) com linhas de pesquisa relacionadas a Recursos hídricos no país.
Edital CT-PETRO-16/2005	Setor de Petróleo e gás natural	Financiar projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em tecnologias de equipamentos, materiais. Produtos, sistemas e processos, em áreas de interesse do Setor de Petróleo e Gás Natural.
Edital CT-Aquaviário- 9/2006	Setor da Construção naval	Financiar projetos de cursos e programas de capacitação para o setor de Construção Naval, voltados prioritariamente para formação de tecnólogos e aperfeiçoamento de técnicos de nível médio nesse setor e em áreas correlatas (mecânica metalurgia e eletrotécnica).
Edital CT-Saúde-10/2006	Fármaco e insumos farmacêuticos a partir de algas marinhas.	Apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento de fármacos e insumos farmacêuticos diversificados, a partir de algas marinhas, que apresentem potencial inovativo com vistas à sua aplicação em terapia.

Edital CT-PETRO-08/2007	Pesquisa e desenvolvimento do Setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, por meio do Fundo Setorial de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.	Estimular a fixação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de recursos humanos com destacado desempenho acadêmico e/ou reconhecida competência nas áreas vinculadas ao setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, por intermédio da concessão de bolsas e auxílios dentro do Programa Proset (Programa de Estímulo à Fixação de Recursos Humanos de Interesse dos Fundos Setoriais).
Edital CT-INFO-13/2007	Microeletrônica.	O objetivo do presente edital é apoiar e promover a consolidação dos programas de pós-graduação, por intermédio da concessão de bolsas de Mestrado e Doutorado para linhas de pesquisa ligadas à área de Microeletrônica, aumentando o número de profissionais nessa área.
Edital CT-Saúde-23/2007	Fármacos	Promover a criação de estruturas (<i>facilities</i>) nacionais capazes de dar suporte a áreas fundamentais da cadeia de desenvolvimento de fármacos e medicamentos, por meio da concessão de auxílios, com o propósito de estabelecer infraestrutura de suporte para a P&D deste setor prioritário da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.
Edital CT-AGRO-28/2008	Biodiesel	Fomentar projetos integrados de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a produção de culturas de ciclo curto que sejam alternativas à oleaginosas já comumente utilizadas para a produção de biodiesel.
Edital CT INFRA/CT PETRO/Ação transversal IV-16/2008	Casadinho	Promover o fortalecimento de grupos de pesquisa e a consolidação de Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , por meio do apoio à cooperação inter- e/ou intrarregional entre grupos de pesquisa vinculados a Programas de Pós-Graduação não consolidados de instituições públicas nacionais de ensino superior e de pesquisa das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluído o estado do Espírito Santo, e grupos de pesquisa vinculados a Programas consolidados de qualquer região do país, visando à implantação e recuperação da infraestrutura de pesquisa, ao aumento na formação e capacitação de recursos humanos qualificados, à melhoria dos Programas de Pós-Graduação e a uma melhor distribuição regional dos núcleos de excelência em pesquisa no país.
Edital CT-Mineral/Vale-12/2009	Setor Mineral	Apoio financeiro a projetos que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, como também a capacitação de recursos humanos nos temas prioritários do Projeto Tendências Tecnológicas do Setor Mineral e Tecnologias para Sistemas Produtivos Locais do Setor Mineral.

Fonte: CNPq, Editais e chamadas com submissão encerrada (2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009)

No Quadro 4, fica explícito o montante de recursos destinados ao financiamento e bolsas para áreas induzidas e consideradas estratégicas para o desenvolvimento produtivo do país, orientadas pela PITCE e ainda a definição prévia do tempo de execução das pesquisas. Ou seja, há a exigência cada vez mais acentuada de compressão entre a produção de conhecimento e sua apropriação pelo setor produtivo, recaindo um maior controle sobre o tempo do financiamento de pesquisas, sobretudo, no âmbito das inovações, “o deslocamento do financiamento público para o privado e do controle gerencial para o controle do mercado implica mudanças no nível, nos objetivos, nas prioridades, no horizonte de tempo de investimento relacionado à inovação” (CHESNAIS, SAUVIAT, 2005, p.167).

Quadro 4- Fundos Setoriais, recursos globais e tempo de execução das propostas, 2004-2011.

Edital	Recurso Global	Tempo de execução da proposta
Edital CT-HIDRO 43/2004	R\$ 9.400.000,00	Bolsas de mestrado (24 meses) e bolsas de doutorado (48 meses)
Edital CT-Biotecnologia 10/2004	R\$3.700.000,00 Sendo: Tesouro Nacional: R\$2.500.000,00 (para gastos em custeio) CT-Biotecnologia- R\$ 1.200.000,00 (sendo R\$ 800.000,00 para bolsas e 400.000,00 para gastos com custeio)	36 meses
Edital CT-Verde e Amarelo-34/2004	R\$2.000.000,00	24 meses
Edital CT- HIDRO-14/2005	R\$4.500.000,00	24 meses
Edital CT-PETRO -16/2005	R\$ 9.000.000,00	Entre 12 e 24 meses
Edital CT-Aquaviário- 9/2006	R\$2.000.000,00	30 meses
Edital CT-Saúde- 10/2006	R\$ 3.000.000,00 nas rubricas de capital, custeio e bolsas.	24 meses
Edital CT-PETRO- 08/2007	R\$ 4.500.000,00	24 meses
Edital CT-INFO- 13/2007	R\$ 11.380.000,00 (onze milhões, trezentos e oitenta mil reais) para atender à concessão de bolsas de Mestrado e Doutorado, sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) do orçamento de 2007; R\$1.730.000,00 (um milhão, setecentos e trinta mil reais) do orçamento de 2008; R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) do orçamento de 2009; R\$ 3.030.000,00 (três milhões e trinta mil reais) do orçamento de 2010; R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais) do orçamento de 2011 e R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) do orçamento de 2012.	Enquanto durar a vigência das bolsas concedidas no âmbito do projeto e conforme a modalidade.
Edital CT-Saúde- 23/2007	R\$ 2.460.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais)	24 meses
Edital CT-AGRO- 28/2008	R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil reais), oriundos do(s) CT Agronegócio e da Ação Transversal IV dos Fundos Setoriais.	24 meses
Edital CT INFRA/CT	R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais),	24 meses

PETRO/Ação transversal IV-16/2008	oriundos da ação transversal IV, do Fundo Setorial de Infra-Estrutura (CT-Infra) e do Fundo Setorial de Petróleo e Gás (CT-Petro).	
Edital CT-Mineral/Vale- 12/2009	R\$9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil reais), a serem liberados nos anos de 2009 e 2010.	36 meses.

Na análise dos Quadros 3 e 4, duas tendências merecem destaque: em primeiro lugar, as mudanças políticas e jurídicas que decorrem da adesão do Brasil à economia mundializada vislumbram o papel estratégico das universidades, sobretudo, dos professores que atuam nos níveis de pós-graduação, por ser este o espaço por excelência da produção de conhecimento.

Notem que no Quadro 3, a pauta da pesquisa já está posta pelo edital, tornando a definição do objeto a ser pesquisado cada vez mais periférica ao pesquisador; por outro lado, a indução se acentua mais na definição prévia dos recursos e nos prazos de execução da proposta já demandados pelos editais.

A indução à produção científica e a hierarquia entre as áreas do conhecimento científico não se apresenta como uma especificidade das políticas de C, T& I de nosso país. Na reportagem⁷⁶ publicada no site Ensino Superior da Unicamp sobre a conferência da “Society for Research into Higher Education”, ou, em tradução livre, “Sociedade de Pesquisa em Ensino Superior” realizada em Newport, país de Gales de 12 a 14 de dezembro de 2012 discutia-se os objetivos do ensino superior, o papel que vem desempenhando nas políticas econômicas do Estado e o afastamento progressivo dessa formação da *episteme* e aproximação cada vez mais irrestrita com o mercado e com a instrumentalização do conhecimento.

A conferência, cujo tema “What is Higher Education for? Shared and contested ambitions” teve a palestra de abertura proferida pelo professor Howard Hotson, da universidade de Oxford que problematizou a real dimensão do papel que a universidade contemporânea vem assumindo no sistema capitalista de predominância financeira. Esta instituição, segundo Hotson, tornou-se “o grande coração do sistema” que se alimenta cada vez mais de inovações e tecnologias com consequências nefastas para a produção de conhecimento. De acordo com Hotson, esse novo sistema universitário foi promovido pelas mudanças no capitalismo mundial, que vem alterando, induzida pelo financiamento público, sua identidade e sua função social. Seu ensino e

⁷⁶ Disponível em <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/reportagens/sinal-amarelo-o-risco-de-a-universidade-parar-de-produzir-novo-conhecimento>.

sua pesquisa passam a se ocupar das exigências dos mercados, de formação de mão de obra para esse atendimento e para um tipo de pesquisa que resulte de inovação com rápida absorção pelo mercado.

A palestra de abertura foi proferida por Howard Hotson, professor de História do St. Anne's College, da Universidade de Oxford, e um dos diretores do Council for the Defense of British Universities. Sob o título "Big Business at the Heart of the System: Understanding the Global University Crisis", Hotson iniciou sua fala afirmando que a Universidade contemporânea passou a ser uma provedora de serviços e o aluno, um mero consumidor. Segundo ele, esse novo sistema foi promovido pelos próprios governos dos países que, em busca de competitividade internacional, passaram a atender às exigências das empresas, que demandam um ensino voltado para a formação de mão de obra e uma pesquisa voltada para a inovação, que possa ser rapidamente aplicada à indústria. Hotson descreveu com detalhes as características da atual "marquetização" do ensino superior, que inclui desde o direcionamento do dinheiro público para a pesquisa em áreas de vantagem competitiva, até a mudança do papel do Estado de provedor de educação para apenas regulamentador dos serviços providos por empresas privadas. Segundo ele, tais fenômenos são anomalias do ponto de vista da história da educação. Como exemplos, Hotson citou a declaração dos novos objetivos do ensino superior na Hungria. Mostrou uma página do site do Ministério da Educação onde se lê que o país está reestruturando seu ensino com o objetivo de "aumentar a competitividade do setor, responder às necessidades da economia e do mercado de trabalho, privilegiar a educação nas áreas de ciências e tecnologia, melhorar a infraestrutura de treinamento e garantir o retorno de seu custo". Hotson também falou da recente criação de um departamento do Governo Britânico (equivalente a um ministério), com funções que se sobrepõem às do Departamento de Educação. Trata-se do Department of Business, Innovation and Skills, que tem como objetivo "investir em treinamento e educação para promover o comércio, incentivar a inovação e ajudar as pessoas a iniciarem seus próprios negócios". Segundo o professor, seria um claro sinal da influência das grandes corporações não apenas na definição dos objetivos do ensino, mas também no direcionamento do gasto público, visando atender aos seus próprios interesses. Hotson mostrou evidências de como as universidades americanas com fins lucrativos falharam em gerar dividendos para seus investidores, e como agora as empresas exigem que o governo cumpra o papel que elas não conseguiram cumprir. Na Grã-Bretanha, assim como em outros países, o governo agora contribui para criar as condições necessárias ao crescimento do setor privado. O problema com esse novo modelo é que busca apenas formar mão de obra para atuar imediatamente no setor privado, e não formar cabeças pensantes para o futuro. (UNICAMP, 2012)

Na mesma direção de Hotson, a professora Suellen Shay diretora do Centre for Higher Education Development (CHED) da Universidade da Cidade do Cabo esboçou imensa preocupação com a atual situação do ensino superior. Em sua palestra lembrou que a universidade contemporânea afasta-se cada vez mais do seu principal objetivo, pois "o

principal objetivo da educação superior seria oferecer ‘acesso epistêmico’ aos seus alunos. A socialização do acesso à Universidade sem a garantia do acesso epistêmico limitaria as possibilidades de ação social efetiva”.

[...] Shay apresentou um trabalho de cunho epistemológico sobre a evolução dos currículos (que ela chama de "conhecimento recontextualizado") nas diferentes carreiras, à luz das teorias de Brasil Bernstein e Karl Maton, além do realismo social. Por meio de um diagrama (vide figura), Shay ilustrou as forças que agem sobre os currículos e como eles se posicionam com relação a elas. A atual recontextualização dos conteúdos em direção ao ensino profissionalizante seria resultado das forças da "densidade semântica" e da "gravidade semântica", representadas pelo mercado, pela tecnologia e pelo instrumentalismo. Como consequência, os atuais currículos universitários distanciam-se cada vez mais de algo que efetivamente possa resultar na produção do conhecimento. (UNICAMP, 2012)

As falas acima demonstradas nos indica haver também um processo de mudança cultural na instituição universitária em vários países de economia central. Uma cultura que delega a esta instituição um papel de produtora de conhecimentos úteis para o mercado, que exigiu reformas nos seus Estados nacionais, nas instituições públicas, nos currículos, nos financiamentos públicos de pesquisas, como bem alertou Hotson e Shay.

Esse movimento de mudança cultural na universidade pública e do papel central que a pesquisa passa a assumir tem marcado o Brasil nas últimas duas décadas como resultado prático das opções político-econômicas conscientemente assumidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva – LULA (2003-2010) e Dilma Rousseff – DILMA (2011-2014), tal como já demonstrado em capítulos anteriores.

É desta agenda que decorre, por exemplo, a produção de uma nova cultura acadêmico-institucional que baliza pela pós-graduação um norte de significados para o conceito de produção científica, impondo aos professores amplo processo de intensificação e precarização sobre seu trabalho.

Nesse sentido, o novo e recente papel do CNPq induz uma produção de conhecimento mediado pela necessidade de criar uma produção real de valor, de ampla exigência dos credores financeiros ou mesmo das instituições de avaliação de riscos. Assim, as novas formas de ampliação da extração de mais-valia no processo produtivo visam a garantia de ganhos reais das aplicações financeiras, sobretudo, pela diminuição do *gap* entre ciência e tecnologia e pela promoção da inovação induzindo e priorizando

pesquisas de natureza aplicadas que deem respostas imediatas e produtiva ao mercado. Dessa forma, a instituição universitária se destitui do seu principal objetivo, ou seja, nas palavras de Suellen Shay “o acesso epistêmico”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dilma precisa investir e impulsionar a indústria brasileira não somente por razões econômicas, mas, sobretudo, no âmbito nacional, para manter empregos, aquecer o mercado e mostrar o país como ótima praça bursátil dado o modelo de crescimento escolhido para o país por FHC. Por outro lado, a necessidade de empregos ainda que remunerados em faixa até três salários mínimos e o acesso e a manutenção à esfera educacional é fundamental para a manutenção do lulismo. Para isso é imperativo que a presidente da República Federativa do Brasil converse com a área econômica e com a bancada industrial que apoia o PT desde Lula – fato que jamais se aplicou FHC, cuja base política representativa era suportada por representantes do capital financeiro, especialmente internacional. Vale dizer, que as universidades, agora, jogam papel fundamental e depois de sancionada a nova lei da carreira docente no apagar das luzes de 2012, o trabalho intensificado e suas relações precarizadas dos professores pesquisadores podem aumentar o valor agregado do capital por meio do valor realizado aqui no Brasil. Acorda Dilma senão o lulismo se enfraquece. (SILVA JR, 2013)⁷⁷

O conteúdo da epígrafe baseou-se nos dados relativos ao baixo crescimento do país em 2012, reflexo da política econômica da sucessora de Lula. Duas reportagens⁷⁸ publicadas na revista Carta Capital de janeiro de 2013 “A presidenta na dianteira: Dilma Convoca o PIB nacional, enquanto consolida as alianças políticas” e “Estrangeiros bem-vindos: o ingresso de recursos vindos do exterior para o setor produtivo”, são ilustrativas para representar o projeto de desenvolvimento econômico do país iniciado em 2003 com Lula: as baixas taxas de juros praticadas pelo Banco central (7,25%) vem diminuindo os ganhos do sistema financeiro e mudando a opção de atratividade pelo país; a desoneração de encargos, impostos e taxas sobre a conta de luz vão impulsionar o comércio e a indústria com uma redução de até 28% na conta final de energia elétrica; a aplicação de 140 bilhões de reais até 2014 para melhoria e ampliação do sistema de transporte e logística pelas concessões de parcerias público-privado. Tudo com vistas à diminuição do que os especialistas chamam de “custo-Brasil”.

As reportagens também indicaram dois pontos importantes para discussão: o papel das alianças políticas, sobretudo, do empresariado nacional e internacional que

⁷⁷ “A indústria decresce em 2012”. Publicado no blog do Grupo GEPEFH. Disponível em: <<http://www.joaodosreispro.com.br>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

⁷⁸ BARROCAL, André. A presidenta na dianteira: Dilma Convoca o PIB nacional, enquanto consolida as alianças políticas. **Carta Capital**, São Paulo, n. 732, p.18-21, jan. 2013; NICOLETTA, C. Estrangeiros bem-vindos: o ingresso de recursos vindos do exterior para o setor produtivo. **Carta Capital**, São Paulo, n. 732, p.26-27, jan. 2013;

vem sendo a base de sustentação política do governo desde Lula com objetivo de buscar um diálogo direto, sem mediações com associações patronais ou da mídia com a “nata do PIB” para convencê-los a investir no país.

Em uma semana [a presidenta] recebeu gigantes empresários de diversos setores, para conversas sobre o rumo da economia. Passaram pelo gabinete presidencial os comandantes da Cosan (maior produtor de açúcar e etanol do país), Vale (terceira maior mineradora do mundo), Odebrecht (maior empreiteira nacional), Bradesco (segundo maior banco brasileiro), Lafarge (maior produtora global de cimento), EBX (conglomerado do brasileiro mais rico), Gerdau (maior siderúrgica nacional) e Isolux Corsán (multinacional espanhola da infraestrutura). (BARROCAL, 2013, p.18)

Outo ponto debatido no limite dessas reportagens indicou que a gradativa redução da taxa básica de juros, iniciada em 2011 e mantida em 7,25% ao ano na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) não agradou os investidores financeiros acostumados com ganhos fartos sob a economia brasileira. Ao que indicam as últimas medidas da presidenta Dilma- manutenção da redução da taxa de juros, desoneração tributária das contas de energia, diálogo com o empresariado- a tendência de crescimento do país far-se-á pelo incentivo a produção real em detrimento dos investimentos financeiros de curto prazo.

Na mesma reportagem, há indicações de aumento de fluxo de IED no país que totalizou entre dezembro de 2011 a novembro de 2012 uma entrada de capitais no montante de 66,53 bilhões de dólares. Isto significaria, segundo Canuto, que este tipo de capital, ao contrário das aplicações financeiras de curto-prazo, é um dinheiro que entra na economia e vai para o setor produtivo. Mas que o Brasil ainda precisa resolver uma questão crucial que é a ampliação da formação bruta de capital fixo pelo percentual do PIB que continua baixa e contrasta com o recorde apresentado pelo IED. Isso indica, por exemplo, que o custo-Brasil para produção ainda continua alto e que seriam necessárias diversas reformas estruturais com vista a baratear essa produção e atrair mais capital produtivo para o país.

O que queremos demonstrar com isso? Nossa questão central consistiu na resposta à seguinte pergunta: quais fatores produziram essa mudança estrutural no financiamento de pesquisas do CNPq e quais as possíveis mediações com a política econômica adotada no Brasil a partir da década de 1990 e as opções políticas feitas na gestão de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010)?

A empiria até aqui examinada indicou que a partir dos anos 2000, com forte acentuação entre os anos 2003-2004, houve uma radical mudança na política de

financiamento público de pesquisas do CNPq. Este novo paradigma de financiamento tem sua máxima expressão na política de editais e caracteriza-se pela indução à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento de pesquisas tecnológicas e de inovação com forte potencial de aplicação imediata ao mercado, ou seja, com forte viés de aplicação prática com vista à resolução imediata de problemas; mediados por processos de avaliação acadêmica extremamente rígida e com tempo pré-definido para a produção do conhecimento científico.

Há muitas evidências apresentados ao longo deste estudo que sustentam nossa afirmação. A partir da transferência do CNPq para a competência do MCTI, muitos programas e ações de desenvolvimento científico e tecnológico foram criados, como a Plataforma Lattes, a Plataforma Carlos Chagas e programas especiais de bolsas de capacitação científica e tecnológica, as bolsas para fixação de doutores (FIX) e a bolsa de Fixação de Recursos Humanos de interesse dos Fundos setoriais (SET). Além dessas novas ferramentas, houve a criação dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia.

Destacamos, além disso, a criação de uma política de gestão de fundos para o desenvolvimento da C&T em consonância com as prioridades da Política Industrial e Tecnológica Nacional, a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003, com explícita menção de que a Ciência e Tecnologia passaria a fazer parte do grupo das funções não contingenciáveis do gasto público, ou seja, com indicação de ampliação nos investimentos públicos para estas ações.

Isto produziu alterações nos programas e ações do CNPq. No ano de 2006, por exemplo, o Programa Inovação para Competitividade passou a denominar-se Programa C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), executado com a verba dos Fundos Setoriais de C&T, ampliando a participação deste programa na gestão total dos programas do CNPq.

O estudo indicou que a política econômica brasileira adotada a partir da década de 1990 é explicativo das políticas assumidas pelo CNPq a partir dos anos 2000. A opção política de aceitar a nova agenda econômica mundial capitalista para o país, tendo como importante marco referencial a implementação da Reforma do Aparelho do Estado em 1995, trouxe, não de imediato, reformas institucionais e constitucionais para as diversas instancias governamentais, para a educação superior e uma mudança cultural do CNPq

Ao implementar uma série de reformas estruturais para tornar-se atrativo aos investimentos produtivos e financeiros, a agenda econômica do país passou a ser a

prioridade central dos governos, induzindo, sobretudo, as reformas educacionais. São estes os objetivos que vem orientando há quase duas décadas qualquer reforma econômica, política e educacional no país. No plano político, a reforma do Estado brasileiro instituída no início do governo FHC (1995-2002) foi a mais cabal tradução desse conjunto de medidas adotadas após o Plano Real. É ela que passa a orientar todas as reformas nas instituições, com destaque para as mudanças nas práticas acadêmicas das universidades públicas e na produção de conhecimento.

A primeira fase de reformas estruturais é caracterizada pela adoção de algumas medidas: securitização da dívida pública; a decretação do Plano Real; a entrada, no país dos grupos predominantes industriais a partir da venda de empresas públicas de setores estratégicos como energia elétrica e telecomunicações; Elevação das taxas básicas de juros; aprovação de emenda constitucional que aprovou a isenção de CPMF aos recursos aplicados nas bolsas de valores; decretação da Lei Complementar, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal; A reforma do setor previdenciário privado.

Nesse sentido, a epígrafe retoma a atualidade dessa nova fase de desenvolvimento capitalista produzida desde o governo de FHC. As principais reformas econômicas brasileiras na passagem da década de 1980 para 1990, mediadas pelas inúmeras medidas provisórias, leis, portarias concretizaram a entrada do país neste circuito de valorização financeira e decretaram definitivamente um estado de emergência econômico com o objetivo de tornar o Brasil atrativo do ponto de vista econômico e jurídico aos investimentos estrangeiros, como nos advertiu Paulani (2008).

FHC desenvolveu uma política de governo sob a orientação do capital internacional, muito bem ilustrada pelos acordos financeiros e pelas orientações programáticas e, principalmente, pelo Plano Real. Durante sua gestão houve a preocupação com a abertura da economia ao mercado internacional, ou seja, a crescente internacionalização do mercado financeiro brasileiro, expresso, sobretudo, pela disponibilização dos títulos da dívida pública brasileira cotados nos mercados internacionais. Essa opção exigiu preparação política e jurídica para a atratividade dos investimentos Externos Diretos, buscando mostrar o país como ótima praça bursátil tal como aponta nossa epígrafe.

Entretanto, as constantes crises cíclicas do modelo capitalista de predominância financeira, não levou o Brasil ao “admirável mundo novo”, parafraseando Paulani, nem tampouco o fez retroagir a sua constante condição de dependência. Era preciso ir além

de fomentar um ordenamento jurídico de sustentação ao capital financeiro ou securitizar a dívida pública interna e externa do país. Para além da gestão monetária da economia, fazia-se importante uma nova política industrial nacional e fomento público massivo na produção de C, T & I.

As análises aqui apresentadas indicaram que durante o octênio do governo de FHC, a opção de transformar o país numa emergente plataforma de valorização financeira combinou com o declínio do investimento produtivo do país, condicionando *a extração de renda real da sociedade como um todo*, [que] comprimiu a nossa capacidade de aumentar nosso estoque de riqueza, de crescer e de conter o aumento da miséria e da barbárie social (PAUNALI; PATO, 2005, p.64).

Quando falamos em geração de riqueza ou em lastrear a riqueza financeira com produção de riqueza real, estamos nos referindo a opções de investimentos que vão além da gestão monetária e fiscal da economia: investimento industrial, promoção de emprego, formação de infraestrutura básica, infraestrutura em C,T&I, formação e qualificação de mão-de-obra e produção de conhecimento.

Orientado por uma nova agenda de crescimento do país, dado a conjuntura internacional e as alianças políticas com o empresariado nacional, o governo Lula optou pela manutenção da agenda ortodoxa de gestão da economia, mas tentou buscar alternativas de crescimento produtivo e de ampliação de investimentos em longo prazo. Seu projeto político iniciado em 2003 se expressa de modo mais cabal pela implementação de uma nova política industrial.

Por outro lado, a ascensão de Lula à condição de Presidente da República, produziu o Lulismo, que deu sustentação política a essas reformas econômicas pela implementação de políticas focais, de combate à miséria, trazendo à cena política uma classe social que nunca se identificou com sua unidade programática. Nas palavras de André Singer (2012) o Lulismo seria a implantação de um modelo baseado “na diminuição da pobreza com manutenção da ordem”. Essa opção política produziu a implementação de programas focais de cunho emergencial, assistencialista, mas ainda calcada na superação do modelo anterior.

As análises da política econômica brasileira no período dos governos de FHC e Lula indicam haver um continuísmo e até mesmo uma intensificação. Lula manteve as políticas de juros altos, aumentou as metas de superávit primário do país, continuou trabalhando para remuneração do capital financeiro nacional e internacional, intensificou o aparato jurídico em direção de reformas que vêm destituindo as bases

trabalhistas do período desenvolvimentista da economia brasileira. Mas, contrapôs-se às políticas do governo de FHC ao combinar a gestão monetária da economia com a implementação de políticas sociais como o Bolsa família, ProUni, REUNI, que ao mesmo tempo em que reproduzem a ordem, incluem parcelas da população antes excluídas do processo produtivo e educacional.

Foram essas opções políticas que o distinguiram, em parte, do governo seu antecessor: ampliação da estrutura universitária pública pela expansão física das IFES e das vagas no Programa REUNI, ProUni e UAB; em relação a sua coleção de práticas de política econômica, retomou a Política Industrial Nacional (PITCE e PDP) com foco na inovação e na relação cooperativa entre Estado-universidades-mercado. Essas opções da sua política econômica produziram mudanças no paradigma de financiamento público de pesquisas do CNPq.

A partir dos anos 2000, o CNPq passou a incorporar um novo paradigma de financiamento público de pesquisa expresso na publicação dos primeiros editais de apoio à pesquisa científica e tecnológica, e em novo aparato jurídico-legal (Lei de Inovação Tecnológica (Lei n. 10.973/2004), Lei do Bem (Lei n. 11.196/2005)). Além disso, esse novo desenho da política de financiamento passa a orientar-se pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) que se baseia: no foco à inovação, incentivo na formação de um pesquisador-criador, ênfase nas pesquisas de natureza aplicada em detrimento das pesquisas de natureza acadêmica, forte subvenção pública orientada para o crescimento econômico, visando posicionar o Brasil em Plataforma de valorização financeira.

Este novo lugar do CNPq a partir da criação do MCT lhe conferiu peso estratégico na construção de um pacto nacional entre universidade-Estado-mercado, atuando na formação de recursos humanos pelo fomento das mais variadas modalidades e níveis de bolsas, com incremento de bolsas para pesquisadores nas empresas, incremento contínuo do seu orçamento para as bolsas de pós-graduação, publicação de editais para fomento a projetos individuais, de grupos ou redes temáticas de apoio científico e tecnológico, ampliação e difusão de novos programas de atendimento a tais diretrizes, tudo isto aliado a um novo formato de financiamento que passou a induzir a produção de conhecimento nas universidades.

Nesse sentido, o papel do CNPq induz a produção de conhecimento mediado pela necessidade de criar uma produção real de valor, de ampla exigência dos credores financeiros ou mesmo das instituições de avaliação de riscos. Assim, as novas formas de

ampliação da extração de mais-valia no processo produtivo visam a garantia de ganhos reais das aplicações financeiras, sobretudo, pela diminuição do *gap* entre ciência e tecnologia e pela promoção da inovação induzindo e priorizando pesquisas de natureza aplicadas que deem respostas imediatas e produtivas ao mercado.

Ratificamos a importância da agência CNPq para a consolidação de uma estrutura nacional de C, T& I, sem o qual, pessoalmente, não poderia ter realizado este trabalho. Contudo, questionamos sobre as formas de indução em sua política que desprivilegiam o gasto público em áreas do conhecimento com menos impacto de aplicabilidade de sua ciência ao processo produtivo direto.

No decorrer desse estudo muitas questões surgiram, mas não puderam ser contemplados dados os limites temporais, analíticos e a própria maturidade histórica do objeto que vem se construindo no cotidiano a cada nova política, lei, medida provisória, documentos. Contudo, em outro momento deveremos buscar pista e respostas para circunscrever este objeto, já não mais na condição de objeto, mas de um amplo programa de pesquisas: qual o papel dos intelectuais nesse novo e recente papel do CNPq na condição de órgão financiador e orientador de políticas e práticas de pesquisa em nosso país? Qual o impacto para a produção de conhecimento desse amplo processo de internacionalização da cultura pós-graduada mediada pela Capes e CNPq? Quais as consequências para a produção de conhecimento público do crescente papel do setor privado na política de financiamento científico como parte da política de Estado? Essas e outras questões, daqui em diante, acompanharão minha trajetória acadêmica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Diplomacia financeira: o Brasil e o FMI, de 1944 a 2002**. Disponível em:<
<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/927DiploFinanceira.html>>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- ARBIX, Glauco. Caminhos Cruzados: rumo a uma estratégia de desenvolvimento baseado na inovação. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.87, p.13-33, jul. 2010.
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). **Relatório de Acompanhamento da Educação a Distância (EAD) nas Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília, 2010.
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Brasília, 2010.
- BARBIERI, José Carlos. **Ciência e Tecnologia no Brasil: uma nova Política para um mundo global**, 1993. Disponível em:
<<http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/cnpq.pdf>>. Acesso em: 15 de mai. 2012.
- BARROCAL. André. A presidenta na dianteira: Dilma Convoca o PIB nacional, enquanto consolida as alianças políticas. **Carta Capital**, São Paulo, n. 732, p.18-21, jan. 2013.
- BORGES NETO, João Machado. Governo Lula- uma opção neoliberal. In: PAULA, João Antonio de (org). **Adeus ao desenvolvimento. A opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autentica, 2005. p. 69-92.
- BOITO JR. Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, V. 21, p.52-77, 2005.
- BRASIL, República Federativa do. **Lei 1.310** de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de pesquisas e dá outras providencias. Disponível em:<
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1310-15-janeiro-1951-361842-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 mai. 2012.
- BRASIL. República Federativa do. **Lei 4.024** de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. **Parecer 977** CES de 3 de dezembro de 1965. Definição dos cursos de pós-graduação. Disponível em:< http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/lpa977_65.htm>. Acesso em: 11 mai. De 2012.
- BRASIL. República Federativa do. **Lei Nº 6.129** de 6 novembro de 1974 . Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dá outras providencias.

Disponível em: < <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1974/6129.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

Brasil. Casa Civil. **Decreto 91.146** de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Ciência e Tecnologia e dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Disponível em: < <http://legislacao.planalto.gov.br/LEGISLA/Legislacao.nsf/viwTodos/35965E88A1D96FAB032569FA0057DDCF?OpenDocument>>. Acesso em: 11 Mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Lei 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. 31p.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Lei 10.168** de 29 de dezembro de 2000. Institui a intervenção de domínio econômico destinado a financiar o Programa de estímulo a interação universidade-empresa para o apoio à inovação e dá outras providências. Disponível em: < http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.168-2000?OpenDocument> Acesso em 10 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira- Livro Verde**. Brasília: MCT/ABC, 2001, 250p.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Lei 10.332/2001** de 19 de dezembro de 2001. Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/7723.html>> Acesso em 19 mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Livro Branco da Ciência, Tecnologia e Inovação**: resultado da Conferência nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: MCT, 2002, 80p.

BRASIL. **Lei n. 10.524, de 25 de julho de 2002**. Lei de Diretrizes Orçamentárias 2003. Disponível em: < <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2002/10524.htm>. Acesso em: 09 jan. de 2013.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Portaria 816** de 17 de dezembro de 2002. Aprovar o Regimento Interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Disponível em: < <http://www.cnpq.br/web/guest/regimento-interno>> Acesso em 10 jul. 2012.

BRASIL. Casa Civil. **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Lei 10.973** de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à Inovação e à pesquisa Científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm> Acesso em: 20 Nov.2011.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, DF, 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 10 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Lei 11.487** de 15 de junho de 2007. Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir novo incentivo à inovação tecnológica e modificar as regras relativas à amortização acelerada para investimentos vinculados a pesquisa e ao desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111487.htm> Acesso em: 11 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional: plano de ação (2007-2010)**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Livro azul: conclusões da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: MCT, 2010, 63p.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de pós-graduação - PNPG (2011-2020)**. Brasília, DF: CAPES, 2 v. dez 2010.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015: balanço das atividades estruturantes 2011**. Brasília-DF, 2012, 220p.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. Política Industrial do governo Lula. **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, Campinas, n. 181, p.1-27, julho 2010.

CEPAL. **O investimento Estrangeiro Direto na América Latina e Caribe**.

Documento informativo, 2010. Disponível em:

http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/43304/2011-238_liep_2010-web_portugues.pdf. Acesso em: 5 jan. 2013.

CELANI, Gabriela. Sinal amarelo: o risco de a universidade parar de produzir novo conhecimento. **Ensino superior Unicamp**, Campinas, 15 jan. 2013. Disponível em: <Disponível em <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/reportagens/sinal-amarelo-o-risco-de-a-universidade-parar-de-produzir-novo-conhecimento>.> Acesso em: 05. Mai. 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CHESNAIS, François (coord.). **A mundialização Financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François. Introdução: as armadilhas da finança mundial: mecanismos, protagonistas e reflexões sobre as propostas de reformas. In: CHESNAIS, F.; PLIHON, D. **As armadilhas da finança mundial**: diagnósticos e soluções. Portugal: Campo da Comunicação, 2003, p. 7-13.

CHESNAIS, F.; SAUVIAT, C. O financiamento da inovação no regime global de acumulação dominado pelo capital financeiro. In: LASTRES, H.M. M; CASSIOLATO, J. E; ARROIO, A. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: editora UFRJ/Contraponto, 2005, p.161-219.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório de Gestão Institucional 2001**. Disponível em:<http://http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2001.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório de Gestão Institucional 2002**. Disponível em:<http://http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2001.pdf>. Acesso em: 15 ago. de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório de Gestão Institucional 2003-2006**. Disponível em:<http://http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2001.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório de Gestão Institucional 2007**. Disponível em:<http://http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2001.pdf>. Acesso em: 15 ago.2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório de Gestão Institucional 2008**. Disponível em:<http://http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2001.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório de Gestão Institucional 2009**. Disponível em:<http://http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2001.pdf>. Acesso em: 15 ago. de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Relatório de Gestão Institucional, 2010**. Disponível em: <centrodememoria.cnpq.br> . Acesso em: 10 jun. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Memória CNPq**. Brasília: CNPq. Disponível em: <centrodememoria.cnpq.br> . Acesso em: 30 mai. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Cinquentenário do CNPq**: notícias sobre a pesquisa no Brasil. Brasília: CNPq, 2001, 250p.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Séries Históricas: CNPq nos Estados da federação.** Disponível em:< <http://www.cnpq.br/web/guest/series-historicas>>. Acesso em: Set. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Editais e chamadas com submissão encerrada 2004.** Disponível em:< <http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2004/encerrados04.htm>> Acesso em: ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Editais e chamadas com submissão encerrada 2005.** Disponível em:< <http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2005/encerrados05.htm>> Acesso em: ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Editais e chamadas com submissão encerrada 2006.** Disponível em:< <http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2006/encerrados06.htm>> Acesso em: ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Editais e chamadas com submissão encerrada 2007.** Disponível em:< <http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2007/encerrados07.htm>> Acesso em: ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Editais e chamadas com submissão encerrada 2008.** Disponível em:< <http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2008/encerrados08.htm>> Acesso em: ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Editais e chamadas com submissão encerrada 2009.** Disponível em:< <http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2009/encerrados09.htm>> Acesso em: ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Editais e chamadas com submissão encerrada 2010.** Disponível em:< <http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2010/encerrados10.htm>> Acesso em: ago. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Editais e chamadas com submissão encerrada 2011.** Disponível em:< <http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2011/encerrados11.htm>> Acesso em: ago. 2012.

COUTINHO, Luciano G. et al. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.** Campinas: MCT/FINEP, 1993, 125p.

CRUZ. Carlos Henrique de Brito. **Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: desafios para o período 2011 a 2015,** 2010. Disponível em:<

<http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/CTI-desafios-InteresseNacional-07082010-FINAL.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

DELGADO, Ignácio Godinho. Empresariado e Política Industrial no governo Lula. In: PAULA, João Antonio de (org). **Adeus ao desenvolvimento. A opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autentica, 2005. p. 205-226.

DIAS. Lindolpho de Carvalho. Entrevista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (orgs). **CAPES, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília: 2002. p. 256-265.

FIORI. J. L. Introdução. In: _____ **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995a.

FIORI. J. L. Da dependência ao social-liberalismo: a bússola de Fernando Henrique Cardoso.. In: _____ **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995b. p.231-245.

FIORI, José Luís. Cosmopolitismo de cócoras. In: FIORI, José Luís. **Brasil no espaço**. Editora Vozes. Rio de Janeiro: 2001. p. 55-61.

GONÇALVES. R. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In: LESBAUPIN (org). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. 3º Ed. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1999. p. 45-74.

GONÇAVES, Reinaldo. **Impacto do Investimento Estrangeiro Direto sobre renda, empregos, finanças públicas e balança de pagamento**. Brasília, DF: escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Texto para discussão CEPAL-IPEA, 43). Disponível em:< http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/43457/CEPAL_43.pdf>. Acesso: 10 jan. 2013.

GRELLO. Fabíola Bouth. 2008. **NUPES: protagonista da política para educação superior Brasileira? (1989-2005)**. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

HADDAD, Fernando. Conferência de Abertura. In: **IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília-DF, 23,24 e 25 de maio, 2010. Transcrição Livre.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. **Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial do início do século XXI**. In: CARNEIRO, Ricardo (org). A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 299-320.

MARTINS, Carlos Benedito. **Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação**. In: MOREIRA, Regida da L; FERREIRA, Marieta de M (Orgs). **CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV / Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, 2003. p. 294- 309.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). **Fundos setoriais**. Disponível em:< <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1385.html>> Acesso em: 20 jun. 2012.

MOREL, Maria Lucia M. A política científica no Brasil. In:_____ **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T.A.QUEIROZ, 1979. p. 23-71.

MOTOYAMA, Shozo (org.). **50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes**. São Paulo: FAPESP, 2002, 720p.

NASCIMENTO, Paulo. A. Meyer. M; OLIVEIRA, João Maria de. Redirecionamento, redistribuição, indução ou nenhuma das alternativas? Exame do papel das ações transversais no FNDCT entre 2004 e 2008. Texto para discussão 1664. **IPEA**. Brasília. Setembro de 2011, 53p.

NICOLETTA, C. Estrangeiros bem-vindos: o ingresso de recursos vindos do exterior para o setor produtivo. **Carta Capital**, São Paulo, n. 732, p.26-27, jan. 2013;

PINTO, João Alberto da Costa. **O PROIFES e a greve nas universidades federais**. 2012. Disponível em:< <http://passapalavra.info/?p=62671>>. Acesso em: 06 ago. 2012.

OLIVEIRA, Francisco. O oitavo dia da criação. In:_____. **Collor: a falsificação da ira**. Imago editora: Rio de Janeiro, 1992a. p. 15-26.

OLIVEIRA, Francisco. O caminho do salvador. In:_____. **Collor: a falsificação da ira**. Imago editora: Rio de Janeiro, 1992b. p. 26-34.

OLIVEIRA, Francisco. A queda da ditadura e democratização do Brasil. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs). **Democracia e construção do público: no pensamento educacional brasileiro**. 2º edição. Editora Vozes. Rio de Janeiro: 2002. p. 41-52.

OLIVEIRA, Francisco. Recuperando a Visão? (Prefácio). In: SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã Editora, 2009, p. 11-16.

OLIVEIRA, Francisco; Braga, R.; RIZEK, C. (orgs). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PACHECO, Carlos Américo. Apresentação. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, n. 6, p191-223, Jan./jun. 2007.

PAULANI, Leda; PATO, C. G. Investimento e servidão financeira: o Brasil do ultimo quarto de século. In: PAULA, João Antonio de (org). **Adeus ao desenvolvimento**. A opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autentica, 2005. p.17-36.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010, p.109-134.

RAUPP, Marco Antonio. Conferência de Abertura. In: **IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília-DF, 23,24 e 25 de maio, 2010. Transcrição Livre.

ROMANI, Jacqueline P. O Conselho Nacional de Pesquisas e institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: SCHWARTZMAN, S. (org). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p.135-166.

SALAMA, Pierre. América Latina e Ásia: uma mesma lógica de crise, mas responsabilidades nacionais específicas. In: CHESNAIS, F; PLIHON, D. (orgs). **As armadilhas da finança mundial: apelo aos economistas para sair do pensamento único**. Lisboa: Campo da comunicação, 2003.

SALERNO, Mario Sergio; DAHER, Talita. **Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior do governo Federal (PITCE): balanço e perspectiva**. Brasília, 2006. Disponível em: <
http://www.desenvolvimento.gov.br/sistemas_web/renai//public/arquivo/arq1272980896.pdf> Acesso em: 10 ago. 2012.

SERFATI, Claude. O domínio do capital financeiro: que consequências? In: CHESNAIS, F; PLIHON, D. (orgs). **As armadilhas da finança mundial: apelo aos economistas para sair do pensamento único**. Lisboa: Campo da comunicação, 2003.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **As novas faces da educação superior no Brasil – reforma do Estado e mudança na produção**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora; Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: Pós-Graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã Editora, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no ‘modelo Capes de avaliação’ - é possível conciliar a avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan/jun. 2006.

SILVA JR, João dos Reis. Mudanças nas universidades públicas no contexto da mundialização do capital. **Eccos-Revista Científica**, São Paulo, v.10, n. especial, p. 95-131, jul. 2008.

SILVA JR., João dos Reis et al. Os significados do trabalho do professor pesquisador na universidade estatal pública mercantilizada. **Relatório Científico Final**. (Processo FAPESP n. 2009/08661-0). Set. 2011.

SILVA JR, João dos Reis; KATO, Fabíola B. G. PNPG (2011-2020): Certificação em massa, internacionalização e mercantilização do conhecimento. In: João dos Reis Silva Jr; Afrânio Mendes Catani; Vera Jacob Chaves. (Orgs.). **Consequências da mundialização da universidade pública brasileira: pós-graduação, trabalho docente, profissionalização e avaliação**. São Paulo: Xamã editora, 2012, p. 11-28.

SILVA JR, João dos Reis; KATO, Fabíola B. G.; FERREIRA, Luciana R. Universidade Pública Brasileira: mercantilização do conhecimento e certificação em massa. In:

ARELARO, L.G; FRANCA, G. C.; MENDES, M.T (orgs). **Às portas da universidade**: alternativas de acesso ao ensino superior. São Paulo: Xamã, 2012, p.33-53.

SILVA JR., João dos. Discurso sobre a inexorabilidade: FHC anuncia a panaceia do atual monetarismo vigente no país. In: LOMBARDI, J. C.; LUCENA, C.; PREVITALI, F. S. **Mundialização do Trabalho, transição histórica e reformismo educacional**. p. 113-126. (no prelo)

SILVA JR. João dos Reis. **João dos Reis Silva Júnior em entrevista à ADUSP**. Disponível em:< <http://www.joaodosreis.pro.br/?p=913>> Acesso em: 05 mai. 2013.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Conferência de Abertura. In: **IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília-DF, 23,24 e 25 de maio, 2010. Transcrição Livre.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN (org). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. 3º Ed. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1999. p. 25-44.

SINGER, Paul. Política sociais e econômicas do governo Lula. In: PAULA, João Antonio de (org). **Adeus ao desenvolvimento**. A opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autentica, 2005. p. 171-180.

SINGER, André. As raízes sociais e ideológicas do Lulismo. In: SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. Companhia das Letras: São Paulo, 2012. p 50-83.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política Industrial no governo Lula. In: PAULA, João Antonio de (org). **Adeus ao desenvolvimento**. A opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autentica, 2005. p. 181-204.

TELES. J. D. de M. Entrevista. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes**. São Paulo: FAPESP, 2002, p. 249-290.

TUNDISI. J. G. de M. Entrevista. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes**. São Paulo: FAPESP, 2002, p.501-542.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **25 anos de MCT**: raízes históricas da criação de um ministério. Rio de Janeiro: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010, 176p.